A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais na primeira metade dos Oitocentos: estratégias da escrita.

Priscilla Samantha Barbosa Verona

Priscilla Samantha Barbosa Verona

A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais, na primeira metade dos Oitocentos: estratégias da escrita.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profª. Drª. Mônica Yumi Jinzenji
Coorientador: Prof. Dr. Daniel Melo

Belo Horizonte, 10 de março de 2020

Ficha catalográfica

V548i
T

Verona, Priscilla Samantha Barbosa, 1987-
A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais na primeira metade dos oitocentos [manuscrito] : estratégias da escrita / Priscilla Samantha Barbosa Verona. - Belo Horizonte, 2020.
254 f. : enc, il.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Mônica Yumi Jinzenji.
Coorientador: Daniel Melo.
Bibliografia: f. 238-249.
Anexos: f. 250-254.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- História -- Minas Gerais -- Séc. XIX -- Teses. 3. Educação -- História -- Mariana (MG) -- Séc. XIX -- Teses. 4. Escrita -- História -- Mariana (MG) -- Teses. 5. Leitura -- História -- Mariana (MG) -- Teses. 6. Política e educação -- História -- Mariana (MG) -- Teses. 7. Mariana (MG) -- Educação -- Teses. 8. Mariana (MG) -- História -- Teses.
I. Título. II. Jinzenji, Mônica Yumi, 1974-. III. Melo, Daniel. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catalogação da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA EDUCATIVA EM MARIANA NA PRIMEIRA METADE DOS OITOCENTOS : FORMAS E ESTRATÉGIAS DA ESCRITA

PRISCILLA SAMANTHA BARBOSA VERONA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Monica Yumi Jinzenji - Orientador
UFMG

Prof(a). Ana Maria de Oliveira Galvão
UFMG

Prof(a). Thais Nívia de Lima e Fonseca
UFMG

Prof(a). Daniel Melo - Co-orientador
Universidade Nova de Lisboa

Prof(a). Marcus Vinícius Fonseca
UFOP

Prof(a). Fabiana da Silva Viana
UEMG

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2020.

O Senhor não esteve lá.
O senhor não escutou, em cada anoitecer, a lugugem do canto da mãe-da-lua.
O senhor não pode estabelecer em sua ideia a minha tristeza quinhoã. Até os pássaros, consoante os lugares, vão sendo muito diferentes. Ou são os tempos, travessia da gente?

João Guimarães Rosa

Agradecimentos

Penso que agradecer é também de alguma maneira reverenciar as pessoas que estiveram presentes nesta caminhada junto comigo e que contribuíram para a finalização desta tese. O doutorado representou para mim um desafio que veio munido de perdas, ganhos, aprendizado, amizades, incertezas, alegrias e muita coragem.

Em primeiro lugar agradeço minha orientadora Mônica por ter acreditado em mim e ter me acolhido na FaE. Por ter estado tão presente na construção desta tese ela foi se tornando uma inspiração para mim. Durante esses anos pude contar com seu apoio em todos os momentos em que eu precisei, nossas conversas de orientação foram determinantes para os rumos da pesquisa. Sua generosidade em trazer muitas ideias para a tese, suas críticas bem dosadas que quase sempre vinham acompanhadas de possíveis soluções me fizeram olhar para o processo de orientação de uma nova maneira. Esta tese é fruto (entre outras coisas) de dedicação, não somente minha mas dela também.

As conversas com meu coorientador Daniel Melo foram também muito importantes para o resultado da tese, ele, de maneira generosa se disponibilizou a me receber do outro lado do oceano Atlântico e orientar parte desta pesquisa que foi desenvolvida em Portugal na Universidade Nova de Lisboa. Eu recém - chegada em Lisboa tive a honra de ser recebida por ele que me apresentou boas bibliotecas, livrarias, cafés e restaurantes na cidade.

Agradeço aos professores Ana Maria de Oliveira Galvão, Cynthia Greive Veiga, Daniel Melo, Fabiana Viana, Marcus Vinícius Fonseca e Thais Nivia de Lima e Fonseca por aceitarem fazer parte desta banca e por serem uma inspiração para esta pesquisa.

Os valiosos ensinamentos das professoras Ana Maria de Oliveira Galvão e Andrea Moreno em uma disciplina cursada durante o primeiro ano do doutorado foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese, elas me apresentaram por meio de seus olhares sutilezas do universo da cultura escrita, o que me trouxe ideias e mais coragem para o desafio da tese.

Agradeço a professora Thais Nivia que me ensinou tanto durante o doutorado, na disciplina cursada, no estágio docência em que pude conviver com ela e ver de perto seu profissionalismo, e também nos ótimos almoços e passeios em Lisboa onde ela me trouxe ideias importantes para esta tese.

Aos professores do GEPHE que já me inspiravam muito antes de eu conhecê-los pessoalmente, mesmo sem saber todos eles me trouxeram esperanças. E me fazem querer ser a cada dia uma pesquisadora e uma educadora melhor.

Em especial agradeço a professora Cynthia Greive Veiga pois foi com ela que aprendi, há muitos anos atrás em suas aulas, sobre a importância da Historia da Educação. Ao professor Marcus Vinicius Fonseca que embora não tenha participado diretamente da construção desta tese, sempre me inspirou com seus estudos e além disso me trouxe dicas valiosas que me ajudaram a ingressar no doutorado. Os professores Luciano Mendes Faria Filho e Meily Assbu Linhales, trouxeram tanto em suas aulas como em reuniões do GEPHE boas ideias para a tese. O professor Álvaro Antunes que participou da banca de qualificação, e generosamente me trouxe muitas sugestões, merece também um agradecimento especial porque sempre se mostrou disponível para me ajudar em todo meu percurso acadêmico, desde a graduação. Ao Gilson da Fae que durante este percurso não economizou esforços para me ajudar nas questões burocráticas sempre com um sorriso no rosto.

Aos amigos queridos que fiz no doutorado e que fizeram esta caminhada mais leve e mais bonita. Talítha Maria Brandão Gorgulho por ter estado sempre comigo nessa jornada dividindo anseios, medos, alegrias, e brilho nos olhos, por ter me encorajado... logo eu que sempre me achei tão corajosa! A Fabiana Oliveira Bernardo por me ensinar tanto durante esta etapa, me trouxe de brinde a Revista e a equipe do Giz que foi tão importante para que eu pudesse, no decorrer desta tese, sentir outros "ares" do conhecimento. A Ana Cláudia que esteve também ao meu lado me apoiando com sua lucidez fenomenal. A Jumara e Zélia que foram amigas e irmãs de orientação e não economizaram esforços para me apoiar, principalmente na fase final da tese. Aos queridos amigos que fiz em Lisboa e que tornaram a minha estadia em Portugal no período do doutorado sanduíche mais alegre e cheia de carinho. Em especial querida Kadine.

Aos amigos (e família-amigo) que vieram bem antes do doutorado e que já são parte de mim agradeço por estarem presentes, por entenderem minhas ausências, e pelas mensagens e lembranças. Em especial a Lud.

A minha família em especial aos meus avós José e Rita, Carlos e Sônia que nos deixaram a grande lição sobre o valor da dignidade e do trabalho duro. A minha mãe Fátima porque me ensinou e me ensina todos os dias sobre a importância das coisas simples, educadora assim como eu, ela é meu exemplo sobre como na vida a alegria pode nos ajudar a encontrar e ser a nossa melhor versão. Ao meu pai Carlos que sempre me inspirou com suas ideias e sabedoria, um sonhador que me ensinou a ser assim também, nunca permitiu que eu sequer pensasse em desistir mesmo quando eu estive muito cansada, posso dizer hoje que suas ideias estão mesmo à frente de seu tempo. A minha irmã Pamela que sempre esteve do meu lado e mesmo com todas as suas dificuldades me ajudou a entender melhor o doutorado, principalmente sobre aquela parte do doutorado, tão importante, que não se entende lendo nos livros. Ao Davi e Letícia por terem chegado durante este tempo e terem trazido mais vida e brilho para a nossa família.

O Rodrigo merece também um agradecimento especial, ele esteve comigo em todos os momentos deste percurso... até mesmo naqueles em que não estava, ele também estava. Tornou o caminho da tese mais tranquilo, secou muitas lágrimas e me ajudou a acreditar em horas de desatino que toda essa empreitada fazia sentido e daria certo. Ele aceitou e encarou junto comigo este caminho intenso que foi o doutorado mesmo sem ter se dado conta de que havia feito isso.

E por fim agradeço ao CNPq por ter me possibilitado realizar o doutorado com bolsa e a CAPES por ter financiado o estágio de doutorado sanduíche em Portugal durante 8 meses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO 1 ..... **37**

A imprensa como instância educativa na defesa de ideais liberais **37**

1. 1 Cultura Escrita em Mariana **38**

1.1.1 Índice de leitores e leitoras 40

1.1.2 Tipografias 44

1.1.3. Bibliotecas 46

1.1.4 Aulas e escolas 48

1.2 A Tipografia Mariannense **51**

1.3 Periódicos Impressos na Tipografia Mariannense **60**

1.4 Estrella Mariannense **60**

1.5 O Homem Social **72**

1.6 O Revisor **78**

1.7 O Guarda Nacional Mariannense **80**

CAPÍTULO 2 ..... **84**

A produção de um jornal para "bem servir a Pátria e o espírito de Liberdade" **84**

2.1 Textos apropriados **90**

2.1.1 Textos de Jornais 92

2.1.2 Textos enviados à Redação 106

2.1.3 Documentos Oficiais 114

2.1.4 Máximas 116

2.1.5 Miscelânea 118

2.2 Os autores **121**

2.3 Artigos de Opinião **129**

CAPÍTULO 3 ..... **139**

Estratégias discursivas, retóricas e tipográficas na formação do leitor **139**

3.1 O jornal como cartilha política para o Sistema Liberal e a civilização dos povos **151**

3.2 A construção dos inimigos políticos: do "sanguesedento monstro do despotismo" ao "inimigo da ordem" **167**

3.3 Os preceitos da fé de mãos dadas com o liberalismo pela "santa causa da liberdade" **184**

CAPÍTULO 4 ..... **193**

Os diálogos da sociedade com o jornal *Estrella Mariannense:* indícios de leitores visados e leitores empíricos **193**

4.1 Aspectos gerais sobre os leitores visados **196**

4.1.1 Indícios da circulação: o jornal e os seus possíveis correspondentes 197

4.1.2 A aquisição do jornal e seus anúncios: o que nos dizem sobre os leitores visados? 199

4.1.3 Aspectos de sua materialidade: indicativos que nos ajudam a pensar sobre a leitura e o leitor 205
4.1.4 Buscando os interlocutores ideais: o emprego dos vocativos e os destinatários explícitos e implícitos no texto 211
4.2 Uma aproximação com os leitores empíricos: interlocuções do *Estrella Mariannense* com seus adversários políticos e o clero 222
Considerações Finais 233
Fontes consultadas 237
Referencial Bibliográfico 238
Anexos 250

Lista de Figuras, Gráfico, Imagens, Quadros, Tabelas

Figura 1: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 154
Figura 2: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 159
Figura 3: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 162
Figura 4: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 163
Figura 5: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 164
Figura 6: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 165
Figura 7: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 177
Figura 8: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 179
Figura 9: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 181
Figura 10: Trecho de *O Revisor* (1833). 182
Figura 11: Trecho de *O Revisor* (1833). 182
Figura 12: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 187
Figura 13: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 188
Figura 14: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 189
Figura 15: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832). 190
Figura 16: Trecho d'*O Universal* (1825-1842). 194
Figura 17: *Estrella Mariannense,* ed. 20. Figura 18: *Estrella Mariannense*, ed. 98. 206
Figura 19: *O Universal*, ed. 286. 206
Figura 20: *Estrella Mariannense*, ed. 19. Figura 21: *Estrella Mariannense*, ed. 100. 208
Figura 22: *Estrella Mariannense*, ed. 98. 208

Gráfico 1: Temática abordada nas correspondências do *Estrella Mariannense* (1830-1832) 108

Imagem 1: Instâncias de circulação do escrito em Mariana (1830-1834) 44
Imagem 2: A composição do *Estrella Mariannense* (1830-1832) 89

Quadro 1: Definição do *Ler* nos dicionários de Bluteau (1728), Silva (1789) e Pinto (1832) 86
Quadro 2: Documentos Oficiais transcritos no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832) ... 115
Quadro 3: Máximas transcritas no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832) 117
Quadro 4: Os textos de Miscelânea do Estrella Mariannense (1830-1832) 119
Quadro 5: Artigos de Opinião: temas e destinatários no *Estrella Mariannense* (1830-1832) 132
Quadro 6: Recursos discursivos utilizados no *Estrella Mariannense* (1830-1832) 143

Quadro 7: Recursos Gráficos/Tipográficos utilizados no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832) 148
Quadro 8: Definição de *Cartilha* nos dicionários de Bluteau (1728), Silva (1789) e Pinto (1832) 152
Quadro 9: Aspectos quantitativos das expressões lexicais utilizadas no *Estrella Mariannense* (1830-1832) 170
Quadro 10: Exemplos de expressões lexicais utilizadas no *Estrella Mariannense* (1830-1832) 171
Quadro 11: ocorrências da expressão *Gabinete Secreto* em jornais liberais 178
Quadro 12: Vocativos empregados nos textos do *Estrella Mariannense* (1830-1832) 213

Tabela 1: Habitantes da sede do Termo de Mariana (1831) que se ocupavam do aprendizado da leitura, incluindo 0 a 6 anos 41
Tabela 2: Habitantes da sede do Termo de Mariana (1840) registrados como sabia ler/não sabia ler 42
Tabela 3: Habitantes que sabiam ler na sede do Termo de Mariana (1840) 43
Tabela 4: Tipos de textos apropriados para a composição do *Estrella Mariannense* (1830-1832) 91
Tabela 5: Jornais que tiveram textos apropriados para o *Estrella Mariannense* (1830-1832) 93
Tabela 6: Os periódicos mais utilizados na composição do *Estrella Mariannense* (1830-1832) 94
Tabela 7: Periódicos aliados referenciados no *Estrella Marianennse* (1830-1832) 102
Tabela 8: Periódicos opositores referenciados no *Estrella Marianennse* (1830-1832) 103

Resumo

A pesquisa buscou investigar as estratégias de escrita utilizadas por jornais de Mariana, cidade da província de Minas Gerais, durante a primeira metade dos oitocentos, para educar os seus leitores. A principal fonte utilizada para a pesquisa é o primeiro periódico político a ser impresso na cidade de Mariana, intitulado *Estrella Mariannense* (1830-1832). Foram analisados como fonte auxiliar, os demais periódicos impressos na Tipografia Marianense no mesmo período, bem como outros jornais com os quais realizavam trocas e interlocuções, Atas da Câmara de Mariana, que se encontram no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (ICHS/UFOP), Manuais de Retórica que foram localizados na Biblioteca Nacional de Portugal, e Listas Nominativas relativas à população da cidade. Considerando as pretensões educativas da imprensa, a pesquisa teve como objetivo analisar quais estratégias eram construídas e implementadas, por meio do texto e de sua materialidade, para convencer os leitores acerca da importância dos pressupostos do liberalismo no processo de construção de uma Nação. A partir das reflexões advindas da História Cultural e do diálogo com a história do livro e da leitura, buscamos realizar uma análise do jornal que contemple aspectos de sua produção, circulação, e recepção, compreendendo, assim, tanto o texto como a sua materialidade. Entendemos, portanto, que a escrita da imprensa marianense era não somente utilizada para veicular e debater sobre política, mas se configurava como uma estratégia educativa. Pensando o impresso do ponto de vista de sua produção e circulação, identificamos que o seu movimento de composição, que era resultante da compilação de inúmeros outros textos, era também estratégico, porque se baseava em um repertório de autoridade que atribuía legitimidade ao texto veiculado pelo jornal. Ao traçarmos as principais bases de argumentação sustentadas pelo jornal, identificamos que os elementos retórico-discursivos e tipográficos, presentes na escrita, se tornavam fundamentais para os significados assumidos pelo impresso, e se consubstanciavam em estratégias para convencer e formar os leitores sob os pressupostos do liberalismo.

Abstract

The research sought to investigate the forms and writing strategies that were used by the newspaper during the first half of the eight hundred to educate its readers in the province of Minas Gerais. The main source used for the research is the first political journal to be printed in the city of Mariana, entitled Estrella Mariannense (1830-1832). In addition to this, the other periodicals printed in Typografia Mariannense at the same time, all of them belonging to the Acervo do Arquivo Nacional, were also analyzed as an auxiliary source, and some other contemporary Minas Gerais newspapers. Atas da Câmara de Mariana found in Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (ICHS/UFOP), Manuais de Retórica that were located at the Biblioteca Nacional de Portugal, and Listas Nominativas (Cedeplar) also served as an auxiliary source. Considering the educational pretensions of the press, the research aimed to analyze which strategies were constructed and implemented, through text and materiality, to convince readers about the importance of liberalism's assumptions in the process of building a Nation. From the reflections that come from the Cultural History and the dialogue with the history of the book and the reading, we seek to make an analysis of the newspaper that contemplates aspects of its production, circulation, and reception, thus understanding both the text and its materiality. We understand, therefore, that the writing of the Marianense press was not only used to convey and debate politics, but was configured as an educational strategy. Thinking the print from the point of view of its production and circulation, we identified that its composition movement, which was the result of the compilation of countless other texts, was also strategic because it was based on a repertoire of authority that gave legitimacy to the text conveyed by the newspaper. In tracing the main bases of argument supported by the newspaper we identified that the discursive, rhetorical and typographic elements present in the writing became fundamental for the meanings assumed by the print and were embodied in strategies to convince the readers and under the presuppositions of liberalism.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste em analisar as estratégias utilizadas na escrita dos primeiros jornais de cunho político impressos na cidade de Mariana, província de Minas Gerais, durante a primeira metade dos oitocentos, para formar e educar os seus leitores. Analisamos como fonte principal o primeiro periódico impresso em Mariana, intitulado *Estrella Mariannense* (1830-1832), buscando compreendê-lo enquanto uma instância educativa. Interessa-nos uma análise do jornal que contemple aspectos de sua produção e circulação, bem como de sua recepção, compreendendo, assim, tanto o texto como a sua materialidade. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo principal compreender quais eram as estratégias que o periódico *Estrella Mariannense* construía e implementava – por meio do texto e da materialidade – para educar e convencer o seu leitor acerca da importância dos pressupostos do Liberalismo para a construção de uma Nação.

Elegemos como marco cronológico para este estudo o período em que o jornal *Estrella Mariannense* esteve em circulação na cidade de Mariana, ou seja, entre 1830 e 1832.

O século XIX nasceu do embate entre o Antigo Regime e as Luzes, "um sinal, talvez o mais evidente, daquilo que muitos denominaram *Modernidade*" (NEVES, 2013, p. 73). Neste contexto, o papel da imprensa foi fundamental no sentido de que a política da Ilustração "trazia em seu bojo ideias liberais" (NEVES, 2013, p. 78), ganhava força e se tornava pública por meio dos impressos. Os jornais assumiam "caráter didático e polêmico" e buscavam "expor em linguagem acessível os temas fundamentais das ideias liberais e do constitucionalismo" (NEVES, 2013, p. 78).

No entanto, as primeiras décadas do século XIX no Brasil mantiveram-se firmemente herdeiras de alguns dos pressupostos que vigoraram durante o século XVIII. De acordo com Cambi (1999), o século XVIII pode ser considerado um "divisor de águas" entre os mundos moderno e contemporâneo, porque "decanta as estruturas profundas, realiza as instâncias-guia do primeiro, contém os incunábulos do segundo" (CAMBI, 1999. p. 324). E o processo de laicização, aliado a uma série de reformas políticas e culturais, se manifestaram como "as bases que sustentam este papel do século das Luzes" (CAMBI, 1999, p. 324).

Durante o século XVIII, segundo Fonseca (2009), "A forte permanência das orientações religiosas, marca do ambiente cultural do Antigo Regime, combinou-se a uma parte do ideário

iluminista, no ensejo de educar a população para formá-la, ao mesmo tempo como súdita e cristã" (FONSECA, 2009, p. 99). Aspectos do Iluminismo português, que visavam combinar os interesses do Estado com os preceitos da fé cristã, estiveram presentes no processo de constituição da Nação brasileira durante as primeiras décadas do século XIX. E todo o projeto para a organização do império, conforme Fonseca (2009), foi marcado pelos princípios do iluminismo português, além de ter se constituído "no âmbito de uma cultura fortemente marcada pela presença da Igreja Católica, pelo domínio do clero na educação e em seus vários níveis e pelo apego a normas morais derivadas dessa cultura" (FONSECA, 2009, p. 99).

O movimento das Luzes, em Portugal, para Araújo (2014, p. 263), é decorrente da adaptação de uma série de conceitos e valores que foram veiculados por autores europeus no século XVIII, e, ligado a isso, generaliza-se a ideia de que as "artes e as ciências desempenhavam um papel de primeira grandeza no progresso dos povos". Segundo Araújo (2014), nesse sentido o "binômio conceptual educação/civilização" esteve operando a partir do século XVIII.

> Considerar a tríade civilização, instrução e cidadania é importante para compreender o pano de fundo sob o qual se configuraram as reflexões que estiveram presentes durante as primeiras décadas do século XIX e o processo de construção do Estado nação brasileiro. Estudos sobre as origens do conceito de cidadania íbero-americana desenvolvidos por autores como Guerra (1999) e Sabato (1999) têm nos mostrado que este conceito assumiu singularidades e distintas semânticas, em seu processo de formação no contexto latino. Isso porque, enquanto as Nações modernas da Europa se constituíram tendo por base o questionamento da soberania dos reis, as nações da Ibero- América buscaram construir sua modernidade se transformando em nações independentes. Sendo assim, a figura do *ciudadano moderno,* que, no contexto europeu clássico, surge como um componente individual enquanto base da constituição dos Estados modernos, na Ibero-América constituiu-se, então, como aquele que estava inserido em uma coletividade abstrata representada por *la nación, o el pueblo* (GUERRA, 1999, p. 43). Para Sabato:

> > en toda Iberoamerica el ejercicio del poder político se asentó sobre os princípios de las soberania popular y la representación moderna, princípios estabelecidos por las constituciones y sostenidos ideologicamente por las regiones después de la independência (SABATO, 1999, p. 13).

O século XIX representou, para o contexto ibérico, um momento de profundas transformações. E o movimento da independência em países da América Latina, de acordo com Guerra (1999), representou um período elementar no qual valores da modernidade se

disseminaram pelo mundo ibérico, assumindo suas formas concretas no momento em que se definia a ideia do cidadão moderno (GUERRA, 1999).

A modernidade, para Guerra (1993), é, antes de tudo, um momento de invenção da noção do indivíduo, e "*el individuo concreto, agente empírico, presente en toda sociedade va a convertirse ahora en el sujeto normativo de las instituciones y de valores*" (GUERRA, 1993, p. 85). Portanto, ser uma Nação no século XIX não representava somente (embora fosse também) possuir uma comunidade que estivesse enraizada em seu passado. Ser uma Nação significava, antes de tudo, a busca por um novo modo de existir, que deveria ser atributo também da consequência de um vínculo social até então inédito entre os indivíduos e cidadãos, como sendo o produto de um novo pacto fundador que estava expresso na Constituição (GUERRA, 1994).

O liberalismo que se desenvolveu no Brasil, no bojo dessa modernidade alternativa apontada por Guerra (1993; 1994; 1999), assumiu algumas particularidades; diferentemente dos demais países da América Ibérica, o "conceito de liberalismo no Brasil esteve estritamente veiculado à compreensão da natureza da monarquia constitucional" (LYNCH, 2007, p. 213). E, no que se refere aos valores da cultura política que se construiu no mundo luso-brasileiro, havia um esforço no sentido de introduzir reformas que eram orientadas por três aspectos: uma monarquia constitucional na qual "uma elite de talentos era capaz de orientar a opinião pública; uma liberdade ligada à ordem; e uma igualdade regulamentada pela lei" (NEVES, 2013, p. 90). Os liberais moderados eram partícipes do movimento político que se desdobrou em torno do período regencial e, por meio de sociedades públicas, contribuíram para a construção de um debate sintonizado com o "advento de um novo tempo caracterizado pela liberdade e pela difusão das Luzes" (INÁCIO, 2010, p. 48).

Em um contexto como as primeiras décadas do século XIX, em que o processo de escolarização ainda não havia se consolidado no Brasil, "é necessário considerar que a ação educativa era exercida por várias "instituições"; concomitantemente à escola, os meios/espaços não escolares de formação tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos" (JINZENJI, 2008, p. 23).

Conforme Faria Filho (2015), ao longo do período imperial, a escola não possuía um lugar de destaque na sociedade, a considerar o papel e lugar do Estado. Nesse sentido, o autor considera que "Foi preciso então, lentamente, afirmar a presença do Estado nessa área e também produzir paulatinamente, a centralidade do papel da instituição escolar na formação das novas gerações" (FARIA FILHO, 2015, p. 136). Os pressupostos de difusão das Luzes que estiveram nas bases da construção do Império constituíram terreno fértil para a

disseminação da imprensa, e estudos sobre o papel da imprensa periódica nas primeiras décadas do XIX apontam sua pretensão educativa (LUSTOSA, 2000; PALLARES-BURKE, 1998) destacando como esse veículo era capaz de mobilizar e formar opiniões, propagar ideias e educar.

Logo, buscamos com esta tese, nos manter alinhados a um conjunto de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no campo de estudos sobre a cultura escrita, e que buscam pensar o lugar que o escrito ocupava em determinado tempo e espaço. Conforme Galvão (2010), as instituições escola e família foram aquelas que historicamente contribuíram para aproximar as pessoas do escrito no Brasil, se responsabilizando pelo ensino da leitura e escrita. Além delas, outras instâncias, assim como, por exemplo, o trabalho, a burocracia do Estado, as Igrejas, as bibliotecas – e no caso da instância que concerne a esta pesquisa – a imprensa "assumiu um papel importante no ensino e, sobretudo, na difusão e circulação do escrito" (GALVÃO, 2017, p. 17).

Era por meio dos debates, das notícias e das informações que eram veiculadas pelos jornais que muitas pessoas, ao ler, ou ouvir sua leitura, participavam das culturas do escrito. Para Galvão (2007; 2010), as dimensões não – escolares, as dimensões da oralidade e do manuscrito tendem a ser desconsideradas por uma historiografia que "concentra sua atenção na escolarização como o processo por excelência de entrada nessa cultura" (GALVÃO, 2007, p. 9).

O acesso aos jornais permitia que os sujeitos conhecessem sobre determinado assunto, aprendessem e se informassem sobre a política, ou sobre os acontecimentos, fossem eles à sua volta ou não. Os jornais eram capazes de apresentar ao público-leitor, ou ouvinte, um universo heterogêneo e complexo, que, embora seja de difícil caracterização, podemos dizer que, no caso do *Estrella Mariannense*, era composto, sobretudo por textos que tematizavam os acontecimentos políticos e até mesmo reflexões teóricas sobre conceitos ligados à política. Entretanto, se escrevia também sobre notícias locais e de outras províncias, bem como as correspondências de supostos leitores que abordavam desde intrigas locais ao universo da política.

Podemos dizer que, antes mesmo de se pensar nos possíveis usos do jornal do século XIX, a sua própria composição e os modos como sua escrita era "arranjada" o tornava *a priori* um artefato de caráter essencialmente educativo. O mesmo impresso que contava com uma variedade de textos de autores ilustrados, filósofos, poetas, que apresentava ao seu leitor pensamentos, conceitos ou análises, também era o impresso que pretendia ser capaz envolvê-los nas disputas e intrigas políticas locais e em nível imperial, doutrinar, ensinar, argumentar

em favor de uma ideia, e persuadir contra um adversário político. O jornal trazia, em sua forma e seu conteúdo, o gérmen da persuasão; pretendia ensinar preceitos, e direcionar reflexões; pretendia dizer o que deveria ter credibilidade e o que não era digno de aceitação.

A intenção de iluminar os espíritos por meio da instrução estava presente em todas as instituições sociais, inclusive na recém-criada imprensa periódica (PALLARES-BURKE, 1998; FARIA FILHO; CHAMON; ROSA, 2006). Ela se estabeleceu, sobretudo, como elemento essencial para a cultura política que se constituiu no século XIX, representando um "desdobramento da dinâmica política local" em Minas Gerais "espraiando-se para além da capital, por vilas e, mesmo arraiais" (SILVA, 2009, p. 136). De acordo com Periotto (2013, p. 44):

> Se a educação, no sentido mais comum a ela atribuído, não chegava às províncias como atividade corriqueira e minuciosamente planejada, coube à imprensa o papel correspondente à Ilustração, capaz de modificar os homens ao apresentar outros modos de viver, novos hábitos e formas de pensar e produzir os bens materiais. (PERIOTTO, 2013, p. 44).

Nesta pesquisa, consideramos que a imprensa tomando como exemplo principal o jornal *Estrella Mariannense,* além de aproximar as pessoas do escrito, assumia pretensões de formação política, entre elas ensinar, orientar e convencer sobre uma série de pressupostos políticos que eram caros para a construção do Estado Nação brasileiro.

Entendemos que a formação política representa, neste caso, algo que se relaciona a dois princípios: o primeiro deles é a educação do sujeito, que é necessariamente perpassada pelo pressuposto do ensinar e do orientar. Os dicionários de Bluteau (1789) e de Silva Pinto (1832), por exemplo, podem nos auxiliar a entender o significado dado a alguns verbetes que se relacionam ao ato de educar e ensinar durante fins do século XVIII e início do XIX. O verbete *Educação,* presente no Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), é definido como: "Criação com ensino de doutrinas e bons costumes", enquanto o termo *Educar* é apresentado como: "dar criação e ensino de doutrina". Na mesma perspectiva, no dicionário de Bluteau (1789) o verbete *Educação* é definido como sendo: "criação, que se faz em alguém, ou se lhe dá, ensino de coisas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade". Já o verbete *Educar* é apresentado como ato de: "criar, dar ensino, e educação, doutrinar a mocidade". O verbete *Ensino* também segue na mesma linha dos verbetes Educar e Educação, sendo definido como "conselhos, direções, preceitos". Ainda conforme Bluteau (1789), *Ensinar* pode ser definido como o ato de "instruir alguém em arte, sciencia, ou qualquer outra coisa que ele ignora", podendo ser também, além disso, "mostrar o caminho;

das confrontações dele e as direções". Já o *Convencer* está relacionado com a persuasão; em ambos dicionários consultados, o verbete se define de modo semelhante: como "persuadir com argumentos" (BLUTEAU, 1789), ou ainda, "persuadir com razões, a que não se dá resposta. Concluir convincentemente" (SILVA PINTO, 1832).

Em uma análise realizada por Fonseca (2016) sobre a elaboração e o emprego das concepções de educação e instrução que circularam em diversos Manuais pedagógicos no mundo colonial, a autora identificou que, em uma perspectiva universalista e ilustrada, a educação esteve relacionada ao "processo de formação geral do indivíduo para a vida em sociedade, mas, para se chegar a ela, percorre-se o caminho de várias 'instruções', o que sugere os procedimentos utilizados para se construir a distinção entre as duas noções" (FONSECA, 2016, p. 176). Em conformidade a isso, muitos autores anunciavam que era necessário primeiro formar para que depois fosse possível instruir, já que "os conhecimentos advindos da instrução, ou das várias instruções de nada servirão sem as bases estabelecidas pela boa formação". Deste modo, a autora constatou também que "a educação é percebida como formação geral do indivíduo para tornar-se bom súdito e bom cristão passava pela confluência entre a formação para a civilidade e a doutrinação cristã de matriz católica" (FONSECA, 2016, p. 178).

O segundo princípio ligado ao que estamos entendendo como formação política, tem relação com a ideia de formação de uma opinião pública, qual seja uma formação que preza, de algum modo, por orientar os sujeitos consoantes a um projeto de Nação que se pretendia instaurar. De acordo com Habermas (2003), a imprensa, a partir do século XIX, passou a assumir um papel determinante para o processo de construção da esfera pública, porque se tornou ao mesmo tempo porta-voz da opinião pública, e também um meio para politizá-la. Qual seja, para além de um transporte de informações, passou a ser um "potenciador" delas (HABERMAS, 2003, p. 2016).

Portanto, o caráter de formação política do jornal, ao que tudo indica, encontra-se constituído pela ideia do educar, que se consubstancia também em orientar e contribuir na constituição da opinião pública. Conforme Periotto (2013), "O caráter educativo do jornal tem duplo sentido: o primeiro se refere ao aspecto geral da educação, isto é, o esforço realizado para produzir os homens necessários à época histórica em questão, e, o segundo, expressa a disposição constante de educar, instruir e dirigir as condutas tendo em vista cumprir o projeto de nação delineado pelas elites política e econômica" (PERIOTTO, 2013, p. 50). Melo (2010), quando aborda o universo da leitura pública do período da Primeira República em Portugal, nos explica que "entre velhas tendências e diversas transformações" a configuração

assumida pelo universo da leitura contribuiu para "um espaço público mais aberto e plural", bem como para o alargamento da esfera pública (MELO, 2010, p. 123).

A primeira metade do século XIX pode ser caracterizada por um período marcado por importantes debates e medidas visando à institucionalização da instrução pública no Brasil. As discussões no sentido de organizar o ensino e difundir a instrução representaram parte de uma série de medidas que podem ser associadas ao processo de construção do Estado Nação. Os dirigentes e legisladores da província mineira que, em alguma medida, coincidiam com os sujeitos que participavam ativamente da imprensa, contribuíram, durante a primeira metade do século XIX, para a veiculação de um discurso em defesa da instrução e da escola pública (FARIA FILHO *et. al.* , 2010; INÁCIO, 2009), defendiam ainda uma série de ideais, bem como o triunfo do liberalismo, aliado à luta pela defesa da Constituição (NEVES, 2003). Podemos dizer que o pano de fundo da cultura política daquele contexto encontrou, nos ideais da razão, das luzes, do progresso, da prosperidade e da civilização, elementos constitutivos de um liberalismo que estava ainda se constituindo (NEVES, 2003).

No Brasil pós-independência, os debates em prol da construção da ideia de Nação mobilizavam temas como: patriotismo, ordem, cidadão, constituição, passando a circular com maior dinamismo na sociedade, em função do desenvolvimento da imprensa. Os periódicos se constituíam como espaços de expressão pública e debates políticos (MOREIRA, 2006; BARBOSA, 2010), na medida em que apresentavam as principais tensões vividas e surgiam como uma "novidade"; era a valorização de uma rede de contato e de transmissão cultural que se estabelecia como "ferramenta fundadora da modernidade nacional" (MOREL, 2005, p. 168).

Em um contexto histórico fundamental para a definição das bases do Estado nacional brasileiro, foram colocados em disputa diversos projetos de construção desse Estado e, "consequentemente, de participação social no poder político" (SILVA, 2009, p. 30). Questões como a proeminência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, o papel a ser desempenhado pelo imperador, temas como federalismo ou centralização e até mesmo os níveis de participação popular, figuravam como temas centrais do debate público durante o contexto das regências. Aliado à heterogeneidade do debate em vigor, as revoltas ocorriam em diversas províncias do império, "extrapolaram os horizontes dominantes e tornaram-se um referencial para a ação política das elites sociais e políticas" (SILVA, 2009, p. 30).

No Brasil, a imprensa oficial teve início em 1808, com a criação da Imprensa Régia, tendo como primeiros periódicos impressos *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense.* Em fins da década de 1820, uma série de publicações, entre pasquins, folhetos e jornais,

propagavam-se pelos principais centros urbanos do Império. E os jornais eram, sobretudo, o principal veículo de expressão e debate daquelas temáticas que assumiam centralidade nos discursos da sociedade imperial. Este período é marcado pelo "início da imprensa que buscaria na construção de um discurso de cunho político a base de sua produção editorial" (BARBOSA, 2010, p. 25).

O surgimento e desenvolvimento da imprensa está associado a uma série de condições materiais, políticas, geográficas e culturais, e relaciona-se, principalmente, com o processo de urbanização. De acordo com Veiga (2015), ao longo da história, as cidades, evidenciaram-se como lugar de "produção da autonomia, da liberdade, do indivíduo"; elas tiveram papel preponderante nas relações de trabalho, trocas, e negócios, e, além disso, as cidades foram também "os espaços onde foram disseminados a escola, a escrita, a imprensa, o livro e a pedra – templos e monumentos que em sua parte perpetuaram ideias" (VEIGA, 2015, p. 399).

Desde os tempos coloniais, Minas Gerais representou, segundo Fonseca (2014, p. 37), a região que "teve a mais complexa e pesada estrutura administrativa organizada pela Coroa portuguesa", e, durante boa parte do XIX, teria sido também uma das regiões mais populosas do Brasil, contando com a presença de núcleos urbanos. A autora afirma que, desde o século XVIII, "a urbanidade e a civilidade" já representavam pilares importantes para a sociedade, e se consubstanciavam como a essência da educação que era desejável para as elites (FONSECA, 2009, p. 86).

Durante o ano de 1830, um total de 12 jornais estavam sendo publicados na província (ALMEIDA, 2014), e, no decorrer dos oitocentos, foram gestados muitos outros. Conforme Xavier da Veiga (1982), ao longo do século XIX, mais especificamente entre 1824 e 1897, um total de 863 gazetas foram publicadas em 118 localidades da província mineira, sendo elas 84 cidades, 3 vilas e 31 arraiais. Até 1860, a imprensa produzida em Minas Gerais se concentrava nos centros urbanos compreendidos entre Pouso Alegre e Diamantina, perpassando Campanha, São João Del Rei, Barbacena, Ouro Preto, Mariana e Sabará. Em sua primeira fase, os periódicos impressos incidiram nas áreas de ocupação aurífera, e talvez seja esta uma das razões da hegemonia dessa região no processo de construção do governo provincial (CAMISASCA; VENÂNCIO, 2007).

Os correios eram fundamentais para intensificar o envio e a troca de periódicos entre as províncias e cidades, e, aos poucos, constituiu-se uma rede que permitia a distribuição e circulação de impressos. Da capital mineira, registravam-se três saídas mensais para as cidades de Mariana, Barbacena, São João del-Rei, Baependi, Tamanduá, Campanha, Jacuí, Queluz, Sabará, Pitangui, Paracatu, Caeté, Vila do Príncipe, Diamantina e Minas Novas, sem

contar as saídas regulares para Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo. É notável a abrangência que um jornal poderia assumir para além da cidade onde ele era produzido, "A partir da capital mineira, as correntes políticas fossem elas conservadoras ou liberais atingiam, através do Correio, uma amplíssima área de Minas Gerais" (CAMISASCA; VENÂNCIO, 2007, p. 6).

Escolhemos analisar o jornal *Estrella Mariannense* porque ele foi o primeiro periódico que tematizava a cidade de Mariana e que era escrito para os leitores marianenses. A cidade de Mariana representa um dos mais antigos núcleos urbanos da província de Minas Gerais, tendo sido considerada uma das cidades mineiras mais populosas e urbanizadas durante a primeira metade do século XIX (FONSECA, 1998). O seu processo de formação teve início a partir do século XVII, com o processo de extração aurífera, dando origem, em 1711, à Vila de Nossa Senhora de Ribeirão do Carmo. A criação da Vila fez com que diversos povoados que haviam surgido nesta região central de Minas se anexassem a ela, tornando-se distrito ou freguesia. Posteriormente, em 1745, devido ao êxito da atividade mineradora, a Vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana e tornou-se um município importante durante o período colonial, sendo eleita como a sede do bispado. Conforme Fonseca (1998), as sedes eclesiásticas, de acordo com as leis da Igreja, poderiam ser criadas somente em terras consideradas livres, ou seja, tornar-se a sede do bispado significava tornar, também, um município emancipado. Isso significava, portanto, não depender da jurisdição de poder local ou regional, como as demais vilas coloniais, mas sim, em caráter especial, subordinar-se somente às ordens da Coroa.

Geograficamente, localizava-se na região Mineradora Central Oeste (PAIVA, 1996), integrando, assim, o grupo dos centros urbanos considerados importantes para a província mineira na primeira metade do século XIX. Para Fonseca (2016), seus padrões de urbanidade assumiam expressividade para aquele contexto, demonstrando-se elevados se comparados aos demais pontos da província. A urbanização se consolidava imprimindo marcas nos processos de educação da população e na circulação de ideias. Mariana, de acordo com Fonseca, (2016), caracterizava-se como um espaço urbano capaz de absorver e pôr em circulação uma pluralidade de debates e temas, bem como ampliar a "circulação de sujeitos tradicionalmente marginalizados dentro da sociedade escravista e patriarcal, destacadamente negros e mulheres" (FONSECA, 2016, p. 195**)**. O sentido fundamental do urbano relaciona-se com "a especificidade da concentração de serviços, de processos, de caminhos, de encontros, de ideias, de possibilidades, enfim, que o espaço urbano sintetiza e oferece" (CUNHA, 2009, p. 60). A localização geográfica, a centralidade político administrativa na província e a importância religiosa de Mariana como sede do primeiro bispado em Minas Gerais foram

fatores que contribuíram para que a cidade se mantivesse, durante boa parte do século XIX, em evidência no contexto da província e do Império como um todo (FONSECA, 2007).

Além destes fatores que indicam Mariana enquanto um núcleo urbano, vale considerar também, por exemplo, a presença do Correio, de Tipografia, a cidade enquanto uma sede do Bispado. E aliado a esses fatores, é possível dizer que havia uma intensa preocupação tanto dos políticos locais como também das pessoas que habitavam a cidade para com a manutenção e o reparo das estradas, para que elas estivessem sempre em condições de trânsito e fossem capazes de promover a circulação e o transporte de gêneros de agricultura e pessoas[1].

O jornal *Estrella Mariannense* foi impresso na Tipografia do Universal em Ouro Preto e enviado para Mariana durante grande parte do seu período de circulação até a fundação da sua própria oficina, a Typografia Mariannense, em abril de 1832. Seu redator foi Manoel Berardo Accursio Nunan, um liberal que exerceu, entre 1830 e 1831, a função de secretário na Câmara Municipal de Mariana e utilizou o periódico em defesa do liberalismo, publicando, além das discussões vindas da Câmara, críticas que configuravam um discurso político enérgico contra os opositores dos liberais. Assim, com sua pena bem aparada e uma escrita combativa, o redator fazia críticas contundentes a tudo que julgava incorreto, o que era uma prática comum naquele período, entre redatores, que faziam de suas folhas um meio para veicular discursos políticos e criticar ou censurar posturas de membros do governo.

De acordo com Neves (2003) e Basile (2001), era possível identificar que os redatores, durante as primeiras décadas do século XIX, buscavam instruir o seu público-leitor por meio da escrita dos jornais. Deste modo, os redatores estavam sintonizados com os pressupostos para a construção da Nação brasileira e, portanto, alinhados com os homens de seu tempo, em um esforço que mais parecia empreender a imprensa como um instrumento educativo. Ao escrever e publicar centenas de textos, a maioria deles espinhosos, de cunho político, filosófico e, em menor proporção, noticioso, Manoel Berardo Accursio Nunan buscava se apropriar de um amplo referencial de autores, entre filósofos e políticos. Essa gama de autores era mencionada frequentemente por meio de máximas ou referenciados no decorrer de suas reflexões, quase sempre no sentido de corroborar com as ideias apresentadas e de contribuir na sustentação de seus argumentos.

[1] Observamos que o reparo e a manutenção das estradas que levavam à cidade de Mariana, em especial aquela que ligava Mariana à cidade de Ouro Preto, a chamada Estrada do Itacolomi, era um tema bastante debatido na imprensa e na política, tornando-se pauta de reuniões da Câmara Municipal, do Conselho Geral da Província e figurando também nas correspondências publicadas nas páginas do *Estrella Mariannense*. Para detalhes, ver as seguintes edições do jornal marianense: 5; 10; 15; 19; 26; 29; 30; 32; 36; 77; 80.

Entre os títulos que foram produzidos pela Typografia Mariannense durante a década de 1830, encontram-se *Estrella Mariannense* (1830-1832)[2], *O Homem Social* (1832), *União Fraternal* (1832), *O Revisor* (1833) e *Guarda Nacional Mariannense* (1834)[3].

Ao analisar a imprensa e as estratégias construídas e implementadas por ela para formar politicamente e educar a população, ampliaremos nosso foco de análise para o jornal *Estrella Marianennse* como uma instância educativa que era responsável pela difusão e circulação do escrito. Entendemos que, ao refletir sobre aspectos do primeiro jornal partícipe da imprensa política em Mariana, estaremos concentrando nosso olhar em um cotidiano que guarda a gênese de processos históricos importantes que ocorreram no Brasil Império. Em uma sociedade como a marianense, que, durante as primeiras décadas do século XIX, contava com processos de escolarização ainda incipientes, e uma sociedade que majoritariamente não possuía habilidades com a leitura[4], a imprensa era ativa e abordava temas importantes para o contexto imperial, sendocapaz de mobilizar discursos políticos. Isso posto, faz-se necessário entender melhor o complexo desenvolvimento da cultura impressa naquela localidade e as estratégias sob as quais os jornais educavam uma sociedade que, mesmo repleta de não leitores, parecia conferir um lugar importante para o impresso e o escrito.

A historiografia sobre a imprensa no Brasil pode ser dividida, de acordo com Marco Morel, em três fases. A primeira fase, compreendida especialmente no século XIX, se caracteriza, grosso modo*,* pelas análises que faziam uso da imprensa, concebendo-a enquanto uma fonte documental objetiva que era capaz de narrar os fatos ocorridos; a partir de meados dos oitocentos, tem início a preocupação com os dados sobre a trajetória dessa imprensa, ou seja, quem eram os redatores, quais títulos e periódicos existiam e as tendências que se podiam observar. A imprensa era vista nesta fase como detentora de "verdadeiras informações", e assim se seguirá até o início do século XX. A segunda fase tem início em meados do século XX, quando o uso da imprensa como documento histórico passava a ser desqualificado, e apontavam-se questões como a falta de fidedignidade, sob o argumento de que essa seria apenas um veículo de ideias do passado. Segundo Morel, "Em outras palavras; ao invés de espelho da fiel realidade, a imprensa passou a ser vista potencialmente como

[2] O *Estrella Mariannense,* apesar de ter tido a primeira fase de suas edições impressas em Ouro Preto, na Typografia Patrícia do Universal, tematizava a cidade de Mariana, era voltado para leitores marianeses e em seu último ano de circulação passou a ser publicado na Typografia Mariannense.

[3] A Typografia Mariannense era dirigida pela Sociedade Tipográfica Mariannense, que foi fundada em abril de 1832 por um grupo de homens influentes na cidade, e que se intitulavam liberais. Entre eles, Manoel Berardo Accursio Nunan, redator do *Estrella Marianense*, e Antônio Ribeiro Bhering, padre, professor de retórica, que fora também redator do jornal *O Novo Argos* e *O Homem Social.* A tipografia publicou, até 1834, um total de cinco jornais, todos de cunho liberal.

[4] Lista Nominativa 1840. APM/CEDEPLAR.

falsificadora do real" (MOREL, 2010, p. 8). A terceira fase inicia-se a partir de fins da década de 1970, momento de ampla renovação historiográfica em que a França e a terceira geração dos *Annales* teve grande influência; enfatizou-se uma série de abordagens políticas e culturais, atribuindo novas dimensões ao papel da imprensa e, por sua vez, seus usos enquanto fonte histórica e objeto. Desse modo, a imprensa

> passou a ser considerada como fonte documental na perspectiva de um testemunho, à medida que enuncia expressões de protagonistas. E, também como protagonista ela mesma, peculiar e complexo agente histórico que intervém nos embates e episódios, não mero "reflexo" de uma realidade já definida (MOREL, 2010, p. 8).

Nessa perspectiva, o estudo de Silva (2009) analisa a construção da hegemonia liberal – moderada pela elite mineira no período regencial, fazendo amplo uso da imprensa de periódicos que circulou na província. O autor analisa a elite política mineira como mediadora que atuava entre a sociedade civil e o poder estatal, e que formulava um projeto político de ideologias e estratégias simbólicas para a construção de uma hegemonia. Neste movimento, a imprensa é vista como um instrumento pedagógico da ação política dessa elite, bem como um espaço de expressão das ideias e dos valores. Apesar de a imprensa não ser o seu objeto de estudo, ela representa grande parte do corpus documental em sua pesquisa.

Um outro estudo de destaque é o de Moreira (2006), que, ao analisar a imprensa mineira entre os anos de 1828-1842, realiza uma análise da luta política que se travou na imprensa periódica, buscando entender o universo da leitura e da tipografia. Para tanto, adentra o campo da história do livro e da leitura, sobretudo no que se refere a uma cultura dos impressos, atentando para o alargamento dos usos do escrito e da constituição de uma rede de práticas específicas que se desenvolveram na província mineira nos oitocentos.

No que se refere ainda à imprensa mineira, é fundamental destacar a pesquisa de Jinzenji (2008), que analisou a produção, a circulação e a recepção do periódico *O Mentor das Brasileiras,* publicado em São João del-Rei, na primeira metade do século XIX. A análise do periódico ocorreu no intuito de compreender a imprensa como um instrumento educativo, sendo, sobretudo, um veículo de difusão do pensamento liberal. Este estudo delineou um modo possível de analisar os jornais oitocentistas, visando considerar as circunstâncias materiais em que foram criados, as redes de sociabilidade que estabeleciam seus redatores, bem como os modos de composição dos jornais. Apontando a intenção doutrinadora dos redatores, Jinzenji (2008) aborda as práticas de leituras, da apropriação de textos e as práticas de produção do periódico enquanto voltadas para forjar um leitor-modelo específico, que era visado pelo redator de *O Mentor das Brasileiras:* a mulher virtuosa e patriota.

Já no que tange aos estudos que buscam analisar a imprensa com foco específico para o leitor, podemos destacar o trabalho de Galvão & Jinzenji (2011), em que as autoras realizaram uma análise do impresso *Boletim da Vida Escolar,* jornal que circulou em Lavras, Minas Gerais, durante a primeira década do século XX. São apontadas possibilidades metodológicas importantes para o estudo do impresso, que viabilizou traçar um perfil do leitor que estava sendo visado pelo autor e editor do *Boletim.* A análise buscou identificar os tipos de nomeação explícita presentes no periódico que evocavam esse leitor; foram analisadas ainda as temáticas mais abordadas em suas páginas, bem como as estratégias discursivas que eram utilizadas pelo editor para instituir este leitor. Referente ainda ao leitor, vale mencionar a tese de Melo (2013), em que é analisada a revista Grande Hotel entre os anos de 1947-1961. A pesquisa analisa a revista, que era destinada, sobretudo, ao público feminino e aos supostos leitores em Minas Gerais, bem como à apropriação desse impresso pelos leitores empíricos, no sentido de entender como se davam as experiências de leitura dos diferentes sujeitos sobre um mesmo impresso.

Desde a década de 1980, pode-se dizer que a utilização de impressos, seja como fonte ou objeto, vem sendo discutida de forma mais aprofundada e detalhada. No entanto, a ampliação dos seus usos ganhou força na década de 1990, quando autores (CAPELATO, 1994; FARIA FILHO; SOUZA, 1998; GALVÃO, 2000; JINZENJI, 2008; MORAIS, 2009) passaram a fazer uso sistemático dos impressos, em suas pesquisas, para abordar as práticas educativas e tentar entender os lugares ocupados pelo escrito na sociedade. Conforme Galvão (2010), pesquisas que se concentram-se nas áreas de Educação, Letras e Linguística, História e Comunicação, "são responsáveis por mais de 90 % dos estudos sobre história da cultura escrita produzidos no Brasil", e a imprensa se destaca como a instância mais estudada pelos pesquisadores (GALVÃO, 2010, p. 227).

O uso dos impressos, na História da Educação, está relacionado ao processo de renovação vivido por este campo de pesquisa nos últimos anos, e que esteve, por sua vez, imbricado com todo o movimento de renovação ocorrido nas ciências humanas, marcado pelo esgotamento de teorias, modelos e saberes sobre os quais ela havia se fundado. Aliado ao surgimento de novas exigências teóricas, que colocavam em questão os pressupostos, os objetos e também os métodos utilizados no fazer histórico, a História da Educação se renovou, passando a lançar novos olhares sobre os objetos e fontes, bem como também elegendo novos objetos e novas fontes. Este processo marcou a ressignificação e construção de territórios até então pouco conhecidos e tateados, colocando o campo em diálogo com a Nova História. Assim, a História da Educação, enquanto fruto desse movimento maior, acaba

se tornando um campo de estudos que deixa de se ater somente ao ensino e à escola e passa a ampliar a sua lente para os processos educativos, pensando "as crianças e os jovens, o livro, e a literatura, as mulheres, a violência, entre tantos outros sujeitos e objetos que contribuem para melhor compreensão do processo educativo do passado" (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 34).

No que concerne especialmente às produções que tratam do século XIX, é possível afirmar que, recorrentemente, elas se desenvolvem tematizando a imprensa, os impressos e a educação. Podemos destacar três frentes de abordagens, sendo elas: as pesquisas que abordam o jornal como formador de opinião acerca do tema da educação; as pesquisas que analisam o jornal como um suporte para o desenvolvimento da instrução; e as pesquisas que priorizam o jornal como instrumento educador, pensando-o, em sua materialidade, aspectos de produção textual e leitores-modelos (JINZENJI, 2012).

Sobre como a área de História da Educação tem problematizado o tema dos impressos, é interessante dizer que, em uma primeira abordagem, quando a escola assume centralidade enquanto espaço educativo, os impressos eram percebidos com *status* de material escolar. Uma outra perspectiva se configura quando as referências à educação passam a ser concebidas de uma forma mais ampla, surgindo, assim, novas possibilidades de análise, em que a imprensa e os impressos passaram a ser o foco da problematização, e sendo percebidos como instâncias educativas (FARIA FILHO, 2000; GALVÃO, 2010; JINZENJI, 2012).

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa ora proposta, justifica-se e é relevante na medida em que irá contribuir para as reflexões do campo da História da Educação, em especial no que se refere à interlocução com os estudos sobre a cultura escrita. Entendemos que nossa contribuição encontra-se especialmente na abordagem que escolhemos tratar o tema da imprensa como instância educativa, uma vez que, embora existam estudos sobre o papel formativo da imprensa, faltam ainda estudos que nos permitam compreender as estratégias que eram utilizadas pelos impressos para educar. Ou seja, como o texto e a materialidade, juntos, operavam para educar o leitor, que também poderia ser um ouvinte.

Portanto, esta tese busca reforçar a perspectiva que diz da importância das culturas do escrito mesmo em sociedades compostas por muitas pessoas que não possuíam habilidades com a leitura.

A pesquisa se desenvolve a partir dos pressupostos da história cultural (CHARTIER, 1990) e dialoga com os campos da história do livro e da leitura (CHARTIER, 1990; DARNTON, 2010), e da história das culturas do escrito (GALVÃO, 2010). A história dos livros tem como uma das finalidades compreender "como as ideias eram transmitidas por vias

impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade" (DARNTON, 2010, p. 122).

É possível dizer que é uma área de pesquisa que se desenvolveu com certa rapidez e surgiu da convergência de disciplinas que se voltaram para um conjunto comum de problemas relacionados ao processo de comunicação, no sentido de entender o livro ou o impresso como uma força na história. Os novos historiadores do livro não se interessavam por livros raros ou edições de luxo; ao contrário, concentravam-se em tipos comuns de livros, a fim de descobrir sobre experiências literárias de leitores comuns (DARNTON, 2010).

A história do livro colocou fenômenos históricos já conhecidos sob novos ângulos de análise e, "Embora não apresentassem um conjunto sólido de conclusões, eles demonstraram a importância de levantar novas questões, de usar novos métodos e acrescentar novas fontes" (DARNTON, 2010, p. 124-125). Para conseguir enxergar o objeto impresso como um todo, Robert Darton propôs um modelo geral para analisar os livros, que cabe aqui trazer para analisar os periódicos impressos na Typografia Mariannense, que circularam em Mariana durante a primeira metade do século XIX. O modelo se caracteriza por circuito de comunicação que vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e ao leitor, e, pensando o ciclo de vida do impresso, considera que é o "leitor que encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição" (DARNTON, 2010, p. 124-125).

O autor de um impresso também é um leitor, se associa a outros leitores e escritores, e assim contribuem na formação de noções de gênero e estilo, o que, por sua vez, afeta o teor do seu texto. Assim:

> Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento (DARNTON, 2010, p. 126).

No entanto, para Darnton, a leitura continua a ser o estágio no circuito dos livros que oferece maior dificuldade para se analisar; ele afirma que todos os estágios são afetados pelas condições sociais, econômicas, políticas e intelectuais da época. Ao abordar os leitores como parte importante do circuito de comunicação, o autor assevera que, apesar de uma vasta literatura sobre psicologia, fenomenologia, textologia ou sociologia, a leitura continua a ser algo misterioso, e questiona "Como os leitores entendem os sinais da página impressa? Quais os efeitos sociais dessa experiência?". Portanto, cabe ao historiador lembrar que um indivíduo

que vivia em Mariana na primeira metade do século XIX vivia em um universo mental muito distinto de um homem do tempo atual, e, além disso, a própria leitura se transformou ao longo do tempo, seja em seus significados ou suas práticas.

Nos séculos XVIII e XIX, a leitura era frequentemente feita em grupo e em voz alta, ou mesmo em segredo, e muitas das vezes com a intensidade ou entonação que sequer somos capazes de imaginar. Para o autor, no início da era moderna, por todas as partes, "os leitores não se limitavam a decifrar os livros, mas extraíam um significado deles". Assim, apesar da percepção daquele que lê, "os textos moldam a recepção dos leitores, por mais ativos que possam ser". Com efeito, características como tipografia, estilo e sintaxe podem determinar de que maneira os textos transmitem sentidos (DARNTON, 2010, p. 144-145).

Ao se pensar em uma história da leitura, há de se reconsiderar o "caráter todo – poderoso" de um texto, como nos diz Chartier (1990), e o poder que este possui de condicionamento sobre o seu leitor. Assim, passamos a desconsiderar a ideia de leitura enquanto uma prática autônoma. A liberdade irredutível que um leitor possui de atribuir significados e produzir sentidos sobre aquilo que lê está aliada a um texto que, por meio de uma série de estratégias, tem o poder de condicioná-lo, refreá-lo. Essa "tensão operatória" (CHARTIER, 1990, p. 121) pode, no entanto, ser trabalhada. Identificar vestígios e reconhecer estratégias por meio das quais o autor ou editor impõe, segundo Chartier (1990), o que seria uma ortodoxia do texto, se torna-se essencial e quiçá uma boa maneira de o historiador lidar com essa tensão, que já se encontra estabelecida e que deve ser, portanto, problematizada quando buscamos compreender determinados significados em um impresso. Dentre uma série de estratégias que são utilizadas, algumas são explícitas e outras não, o que torna o texto uma espécie de "maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão" (CHARTIER, 1990, p. 123).

A leitura é prática criadora e atividade produtora de sentidos e de significações que não se reduzem, todavia, às intenções do autor (CHARTIER, 1990; DARNTON, 2010; ECO, 2011). Os modos de se ler um texto, bem como o suporte que o dá a ler, estão intrinsecamente relacionados com a produção de seu sentido. E, longe de pensar a obra em si mesma, desconsiderando seus aspectos tipográficos, buscaremos entender as relações que se estabelecem entre o texto e o seu suporte.

Robert Darnton afirma que muitos trabalhos "se abrem para o problema mais amplo de como o contato com a palavra impressa afeta a maneira de pensar dos homens" e questiona: "A invenção do tipo móvel transformou o universo mental do homem?" (DARNTON, 2010, p. 148). Pensar os periódicos por meio do circuito do impresso delineado por esse autor nos

permite compreender desde os autores até os leitores, passando pelos editores, impressores, distribuidores e vendedores, e assim visualizar o processo de construção e difusão dos impressos. Podemos dizer que o último elo representado pelo circuito finalizava quando os redatores respondiam, nas folhas dos periódicos, às questões levantadas e colocadas por seus leitores, e assim se reiniciava o ciclo. É importante atentar para os perigos de se analisar somente partes isoladas deste circuito, o que poderia nos levar a uma fragmentação do conhecimento, gerando incompreensões mútuas. Desse modo, a história do impresso deve ser pensada de uma maneira holística, em que o percebemos como um meio de comunicação das sociedades em transformação.

Esta pesquisa busca, portanto, explorar uma das vias de "entrada" na cultura escrita (CHARTIER, 2002; GALVÃO, 2010) e entender mais sobre o lugar ocupado pelo escrito na sociedade marianense, partindo de uma análise que visa considerar e refletir sobre um dos suportes que participam da cultura escrita naquela sociedade, neste caso, o jornal *Estrella Mariannense* e os demais impressos na Tipografia Marianense. De acordo com Galvão (2010), a "cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/ para determinado grupo social, comunidade ou sociedade"; esta definição implica considerar que a cultura escrita não é homogênea, "principalmente em sociedades complexas", porque "esses lugares não são os mesmos para os diferentes sujeitos e grupos". Deste modo, o que configura os lugares que são ocupados pelo escrito em uma sociedade é o fato de que os "seres humanos *produzem* cotidianamente bens materiais e simbólicos em várias dimensões de sua vida, consequentemente também em relação a escrito" (GALVÃO, 2010, p. 218-219).

Os impressos apresentam uma série de elementos textuais, os quais geralmente nos permitem entender mais sobre os significados que podem ser assumidos por ele. Para Darnton, pode-se ler um ritual, ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou mesmo um texto filosófico, pois a leitura é feita em busca de significados, "significado inscrito pelos contemporâneos no que quer que sobreviva de sua visão de mundo" (DARNTON, 2015, p. 17).

Ao historiador, cabe a tarefa de adentrar a dimensão social do pensamento e, assim, extrair uma significação do documento, "passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho" (DARNTON, 2015, p. 17). E, nesse sentido, faz-se importante colocar alguns questionamentos básicos, como: como acontecia a produção do periódico e composição de seu conteúdo? Quais elementos textuais e recursos gráficos do impresso nos permitem pensar suas estratégias educativas? Quais estratégias, no que se refere ao texto e à materialidade, o periódico utilizava para educar e

convencer os seus leitores de que o liberalismo deveria estar presente na construção de uma Nação? Quais eram os tipos de leitor a que se destinavam o periódico?

A imprensa atua enquanto uma força social para a produção da sua influência e busca se manter, quase todo o tempo, articulando compreensões diversas, "propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259). E, em sua materialidade, os periódicos carregam, para dentro de sua composição, muitos limites e muitas possibilidades pelo uso de técnicas da impressão, das linguagens e dos gêneros que pretende trabalhar. Assim, a análise deve alcançar a complexidade das articulações, desfazendo o mito da objetividade.

Não se pode, todavia, lidar com um fragmento da imprensa sem o reinserir no projeto editorial ao qual esteve articulado em determinada conjuntura, pois assim, será possível desvendar a sua intencionalidade e historicidade. É preciso olhar, ainda, para outras dimensões da publicação, como formas de produção e distribuição, "pensadas como processo social e não meramente técnico, e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263). Proprietários, redatores, editores e colaboradores representam a constituição de grupos de produtores enquanto uma força social que orienta e propõe o projeto político do periódico. O processo de constituição desse grupo de produção não é exterior nem anterior à produção do periódico, mas "É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente, ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263). Por conseguinte, é pertinente perguntar quem fala, em defesa de quais projetos, e estabelecendo quais alianças. Desse modo, a análise do público-leitor remete aos sujeitos e ao campo de construção de sentidos, no qual os leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura dos periódicos, enquanto "um campo de forças" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263).

No que se refere à produção de textos, é relevante refletir sobre as "senhas" explícitas ou implícitas que um autor busca inscrever em sua obra na intenção de desenhar ali um repertório de leitura. Buscando induzir o leitor a uma "leitura correta", ou seja, aquela que está em acordo com sua própria intenção (CHARTIER, 2011, p. 96). As intenções do autor são expostas claramente ou, por vezes, impostas inconscientemente, e isso tende a configurar um

> conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja (CHARTIER, 2011, p. 97).

Estas instruções textuais, juntamente com as formas tipográficas, a disposição, a ilustração, produzem o significado do impresso. De acordo com Donald McKenzie (2018), a forma material dos textos impressos, os elementos não verbais e tipográficos e a própria disposição do espaço possuem uma função expressiva e são determinantes porque afetam o significado dos textos. As formas visuais, bem como o estilo e tamanho dos tipos ou a sua relação com o tema, a sua disposição na página, para clareza ou para ênfase, são fundamentais e oferecem significados. A bibliografia como "sociologia dos textos tem um poder sem paralelo para suscitar autores em seus próprios tempos, e seus leitores em qualquer tempo" (MCKENZIE, 2018, p. 45).

A produção do texto remete ainda à produção do discurso, e às formas que os discursos assumem no texto, que partem tanto do âmbito do léxico como da sintaxe, e são, antes de tudo, semânticas. Isso porque, de acordo com Maingueneau (1989), o discurso é composto por "palavras" e "associações lexicais" os quais possuem uma função que é "interativa" e, ao mesmo tempo, "argumentativa" (MAINGUENEAU, 1989, p. 22).

A imprensa, ao ser utilizada como fonte, bem como, neste caso, também como objeto, permite ao historiador compreender muito do percurso que os homens realizaram no passado, podendo ser concebida como um espaço em que se representa a realidade vivida. Ela se constitui como resultado de uma série de práticas sociais de determinada época, e aqueles que a produzem engendram imagens da sociedade que serão certamente reproduzidas em outras épocas históricas (CAPELATO, 1994, p. 24).

É interessante que a imprensa seja percebida como "força social ativa" capaz de propor uma reflexão sobre sua historicidade e a conjuntura histórica em que esteve ou está inserida. Portanto, é preciso articular "a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua". Podemos dizer que, quando não há o cuidado em pensar as lutas sociais que envolvem a produção de um periódico, muitas vezes o uso desse material como fonte acaba trazendo a sensação de que eles se encontram "descolados das tramas históricas nas quais se constituem". Em muitas pesquisas nas quais a imprensa é tomada como fonte, as publicações são tomadas como meras fontes de informação em que o tema analisado é trazido "sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256).

Ao analisarmos os periódicos que foram impressos na Typografia Mariannense durante a primeira metade do século XIX, não nos cabe pensá-los como meros depositários de acontecimentos daquela conjuntura histórica, mas sim compreendê-los como força ativa da história (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

Enquanto força ativa da vida moderna, buscaremos problematizar a imprensa considerando que ela se apresenta não apenas como elemento constitutivo, mas também produtor das tessituras sociais e do processo vivido do que mais propriamente um registro dos acontecimentos. O documento é suporte da prática social e fala de um lugar social de um determinado tempo. E, assim, cabe ao historiador conceber a imprensa enquanto uma linguagem que é, antes de tudo, constitutiva do social, e que detém em si uma historicidade e peculiaridade próprias.

A imprensa, por se tratar de uma instância que constrói a realidade social, busca modelar as formas de pensar e agir, podendo até mesmo definir papéis sociais – e cabe ao pesquisador entender que, em determinadas conjunturas, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais. Os indivíduos que estiveram à frente da imprensa de periódicos que circulou em Mariana, durante a primeira metade do século XIX, trouxeram, em seus jornais, interesses próprios, posturas políticas, defesa de alguns ideais, bem como crítica a outros. A formulação dos discursos na imprensa está ligada ao comportamento político e social dos atores que se propunham a redigir os impressos e periódicos na província mineira. A imprensa representava o espaço essencial de atuação destes homens "com o dom de ação" e que, em sua maioria, eram capazes de "criar novas realidades políticas". Em grande parte, os autores dos periódicos mantinham relações com o poder público, inserindo-se em discussões ou mesmo buscando sustentar opiniões de preponderância local (MOREIRA, 2006, p. 55).

Apesar de os impressos periódicos serem relativamente acessíveis para análise, é preciso contar com o fato de que "a leitura ou as práticas de leitura e a identificação de leitores desses textos são menos explícitos" (GALVÃO; JINZENJI, 2011, p. 18). Um leitor ideal pode ser construído pelo autor por meio de estratégias textuais. De acordo com Eco (2011), isso acontece quando o autor recorre a elementos como o grau de dificuldade linguística, a riqueza das referências ou mesmo a inserção no texto de chaves de leitura, alusões ou possibilidades de leituras cruzadas. Sobre as formas que um texto tem de prever seus leitores, podemos destacar a escolha de uma língua, porque exclui obviamente aquele que não a fala, a escolha de um tipo de enciclopédia, ou seja, os conhecimentos prévios que são necessários para que se entenda o texto, a escolha de um determinado patrimônio lexical e

estilístico e, ainda, os sinais de gênero que selecionam a audiência, ou o campo geográfico. Deste modo, "prever o próprio Leitor-Modelo não significa somente 'esperar' que exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo" (ECO, 2011, p. 40).

Para realizar a leitura do periódico *Estrella Mariannense* e dos demais periódicos da Tipografia Mariannense, foram produzidos instrumentos que pudessem nos auxiliar a organizar e categorizar as informações coletadas nos jornais, bem como os textos apropriados. O redator não atuava simplesmente como um compilador de textos e ideias, mas sim como um leitor de vários textos que os retirava de seu suporte original e atribuía a eles uma nova materialidade, de modo que eles pudessem também circular por outros espaços e assumir, assim, novos significados. De acordo com Jinzenji (2008), no início do século XIX, o ato de redigir um jornal era caracterizado, sobretudo, por esse trabalho de compilação e reorganização de textos extraídos de outros suportes com outros de autoria própria, resultando em um texto híbrido. Conforme Chartier (1996), acontece, neste ponto, a produção de novas significações para os textos ou para o conjunto deles.

As fontes principais para esta pesquisa foram os periódicos impressos na Tipografia Mariannense: *Estrella Mariannense* (1830-1832); os seus 104 fascículos, que se encontram digitalizados no Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; *O Homem Social* (1832), e os seus 10 fascículos; *O Revisor* (1833), e os seus 3 fascículos; *Guarda Nacional Mariannense*, e os seus 3 fascículos, todos eles constituintes do Acervo da Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento, vinculado ao Arquivo Nacional. O periódico *União Fraternal* (1832) não foi encontrado; ele foi publicado na mesma tipografia e circulou no mesmo período que os demais.

A análise das edições desses periódicos nos permitiu acessar informações que vão desde o teor de suas matérias e temas principais abordados até os recursos de escrita que eles utilizavam. Além dos jornais impressos em Mariana, alguns jornais mineiros contemporâneos a eles também foram utilizados de forma auxiliar, como, por exemplo, *O Universal*, *Astro de Minas e O Telégrapho*, entre outros, de outras províncias, que também encontram-se no Acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Foram fontes importantes, porque nos ajudam a compreender parte da dinâmica dos embates políticos pela ótica de escritores para além da Typografia Mariannense.

Outra fonte utilizada para a pesquisa foram as Listas Nominativas; elas representaram uma tentativa de recenseamento e foram criadas a partir de uma solicitação do Governo Provincial aos juízes de paz em 1831. Esforços no sentido de localizar, digitalizar e sistematizar essas fontes foram empregados juntamente ao Centro de Desenvolvimento e

Planejamento Regional (Cedeplar), o que deu origem à maior base de dados que se tem conhecimento para o período em questão. A proposta consubstanciou-se na elaboração do sistema "Poplin-Minas-1830", que se caracteriza por uma base virtual que permite a consulta aos dados das listas nominativas.

As Atas da Câmara de Mariana, que se encontram no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (ICHS/UFOP), também foram consultadas no intuito de encontrar pistas acerca dos diálogos que a Câmara da cidade buscava estabelecer com os jornais, em especial com o *Estrella Mariannense.* Pensar o diálogo que se estabelecia entre o poder público e a imprensa pôde, de algum modo, nos auxiliar a visualizar quem seriam os possíveis leitores empíricos do jornal, ou seja, aqueles que liam e, no caso da Câmara, que estabeleciam debates políticos com a imprensa marianense.

Manuais de Retórica que foram localizados na Biblioteca Nacional de Portugal e são provenientes do século XVIII e início do século XIX também foram consultados no intuito de encontrar referências que nos ajudem a pensar as formas e os recursos de uma escrita retórica que foram implementados pelo *Estrella Mariannense*, bem como pelo estilo de escrita jornalística dos primeiros anos dos oitocentos, para formar e convencer o seu leitor.

A inteligibilidade das informações se tornou mais clara e o acesso a elas, mais objetivo, com o uso de instrumentos que são, na prática, quadros que nos auxiliam a organizar os dados dos periódicos. Assim, elaboramos quatro quadros nas formas seguintes:

O primeiro quadro, intitulado *Organização do conteúdo,* auxiliou-nos a organizar todo o conteúdo do jornal conforme: a tipologia dos textos (como leis, correspondências, artigos de outros jornais, comunicados); os recursos de autoridade utilizados (autores e obras citados, leis, uso de latim); os recursos gramaticais (uso de figuras de linguagem e pronomes); marcas tipográficas (palavras em caixa alta, palavras em itálico, palavras invertidas e usos da pontuação); possíveis destinatários (sujeitos que eram nomeados ou evocados nos textos).

O segundo quadro que foi criado é intitulado *Léxico mobilizado,* o qual teve por objetivo reunir o o vocabulário mobilizado pelo redator para se referir aos seus opositores políticos e seus aliados liberais, bem como os nomes fictícios, os apelidos, as designações ou os xingamentos.

O terceiro quadro, intitulado *Repertório de autores e textos utilizados,* teve por finalidade compilar e organizar todo o repertório de autores e obras que foram citados, e textos que, vindos de outros suportes, foram apropriados para a composição do jornal.

E o quarto quadro que foi criado intitula-se *Artigos de Opinião,* e serviu para organizar os textos publicados conforme as suas temáticas e as marcas que nos indicam seus possíveis

leitores visados. Os textos que foram organizados neste quadro são aqueles que chamamos de Artigos de Opinião, porque são textos que não possuem identificação de autoria e não há também indicação se foram retirados de outros suportes. Portanto, contamos com a hipótese de terem sido escritos pelo próprio redator e ou algum possível colaborador do jornal.

Ao analisar os textos inseridos no jornal, sobretudo aqueles que eram vindos de outros suportes, constatamos que, embora possuíssem naturezas distintas, muitos deles poderiam ser agrupados devido às semelhanças de conteúdo ou finalidades que podem ser consideradas próximas, fato que nos permitiu tentar agrupá-los. Assim, buscando seguir o raciocínio de Jinzenji (2008), que, ao abordar as seções que compunham um periódico, optou por desconsiderar a organização das seções pensadas pelo redator, já que estas dificultavam na visualização da incidência dos temas, as reorganizou conforme o conteúdo, no sentido de compreender, com mais clareza, o movimento de construção do jornal. Nessa linha de análise, optamos também por um esforço de reorganizar essa gama de textos em grupos, tanto aqueles textos que vieram de fora e que foram usados para o jornal como os textos que chamamos de Artigos de Opinião.

* * *

A tese está organizada da seguinte maneira:

No capítulo 1, intitulado *A imprensa como instância educativa na defesa dos ideais liberais,* buscamos identificar a imprensa no conjunto das demais instâncias educativas da cidade, dando ênfase àSociedade Tipográfica fundada em 1832 por um grupo de liberais, dando origem à produção impressa de caráter político em Mariana.

No capítulo 2, intitulado *A produção de um jornal para "bem servir a Pátria e o espírito de Liberdade"*, buscamos realizar uma análise do jornal do ponto de vista de sua produção. Partimos do princípio de que os jornais no século XIX se constituíam como um produto impresso que possuía uma materialidade específica, resultando da compilação de uma série de textos e da elaboração de outros.

No capítulo 3, intitulado *Estratégias discursivas, retóricas e tipográficas na formação do leitor,* buscamos traçar, partindo também do ponto de vista de sua produção e materialidade, quais eram as principais bases de argumentação sustentadas pelo jornal e quais estratégias foram construídas e eram implementadas para convencer e formar politicamente os leitores sob os pressupostos do liberalismo.

No capítulo 4, intitulado *Os diálogos da sociedade com o jornal Estrella Mariannense: indícios de leitores visados e leitores empíricos,* buscamos entender os diálogos que eram estabelecidos com o jornal, partindo do ponto de vista de sua circulação e materialidade, traçar um breve panorama de quem poderiam ser os leitores visados e empíricos do jornal.

CAPÍTULO 1

A imprensa como instância educativa na defesa de ideais liberais

Durante a primeira metade do século XIX, os impressos periódicos que começaram a ser produzidos no início daquele século m solo brasileiro passaram a ter grande circulação. Destacam-se, na produção e circulação, as províncias do Pará, de Minas Gerais, da Bahia e do Pernambuco, além da Corte Imperial (MOREL, 2005; SILVA, 2009). Essa produção, que se concentrava inicialmente nos grandes e mais populosos centros urbanos, foi se difundindo pelas demais cidades e vilas. Entre as décadas de 1820 e 1830, não era somente o número de jornais em circulação que crescia, mas aumentava também, de acordo com Xavier da Veiga, o formato ou a tiragem de quase todos os periódicos. Estima-se que, no ano de 1828, conforme estatística do periódico *Aurora Fluminense,* haviam 32 periódicos políticos no Brasil, muitos desenvolvendo, desde 1821, discussões vigorosas sobre temas políticos, aspirações de independência e liberdade. Lembrando que poucas eram, nesse tempo, as folhas que se consideravam neutras ou as que eram exclusivamente literárias (VEIGA, 1898).

A imprensa, entre meados do século XVIII e começo do XIX, fez entrar em cena um personagem histórico cujos traços eram peculiares; de acordo com Morel, surgia um homem público até então inexistente no território da América portuguesa: o redator panfletário. Enquanto fruto da modernidade política ocidental, esse homem das letras era "em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica" (MOREL, 2008, p. 35). Este se caracterizava enquanto um escritor patriota, que difundia suas ideias e promovia embates, em um contexto marcado por transformações e tensões. Segundo o autor, esse intelectual publicava, sobretudo, "impressos de combate imediato, de apoio/ataque a pessoas e facções e de propagação das novas ideias, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los" (MOREL, 2008, p. 35).

Nesse contexto, os redatores da imprensa periódica atuavam como transformadores do meio, contribuindo para a construção de ideias, tendências políticas e projetos de uma Nação que se pretendia construir. De acordo com Wlamir Silva (2009), na sociedade mineira urbana e abastecedora, forjou-se uma elite política que era peculiar. Em meio à complexidade de grupos sociais, o grupo de políticos liberais da província mineira possuía um perfil bastante

heterogêneo, destacando-se os proprietários de terras e escravos, ou indivíduos que com eles se identificavam, os comerciantes, magistrados, padres, professores.

Os políticos ditos liberais eram geralmente os fundadores ou dirigentes dos mais importantes jornais de tendência liberal moderada na província mineira (JINZENJI, 2008; SILVA, 2009; VIANA, 2012). Neste grupo, podemos encontrar, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcellos, que, além de legislador, assumiu diversas funções políticas durante o Império: foi o fundador e principal redator de *O Universal* em Ouro Preto. O padre e professor de retórica José Ribeiro Bhering, que foi o redator de *O Novo Argos* em Ouro Preto entre 1829 e 1832, quando passou a redigir *O Homem Social* em Mariana. Bhering também assumiu a função de vereador na Câmara de Mariana, além de ter sido membro do Conselho Geral da Província. O redator do *Estrella Mariannense,* Manoel Berardo Accursio Nunan, é outro exemplo: assumia funções de advogado, testamenteiro e atuou como secretário na Câmara Municipal de Mariana.

1. 1 Cultura Escrita em Mariana

Durante o contexto do Primeiro Reinado, os representantes da política mineira, sintonizados com a construção do projeto político de implementar o liberalismo que se pautava na afirmação das leis, da nacionalidade e da Constituição, utilizaram a imprensa como estratégia e um dos seus principais meios de ação. A imprensa, que se consolidava em ritmo acelerado em Minas Gerais, assim como em outras províncias, assumia característica essencialmente política e combativa (JINZENJI, 2008; LUZ, 2016; MOREIRA, 2006; SILVA, 2009). Isso a tornava fundamental para o desenrolar do jogo político, sendo um instrumento considerado eficaz na construção e disseminação de ideias caras a esse grupo. Então, pode-se afirmar que

> o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais (MOREL, 2015, p. 35).

Tendo como objetivo construir um projeto político específico pautado na superação dos traços enraizados do absolutismo, esses dirigentes passaram a atuar em diversos espaços públicos. Assim, “Essa elite utilizou como mecanismos operacionais do seu projeto público

elementos como: os círculos de leitura, a criação de livrarias, as festas religiosas, os teatros e as aulas públicas e os periódicos" (HORÁCIO, 2010, p. 58). E assim operacionalizava, por meio dessas diversas instâncias educativas, a disseminação de um projeto político, ao mesmo tempo em que construía uma "cultura política" na qual os impressos periódicos participavam ativamente.

Isso posto, para tentar entender um pouco sobre a cultura escrita em Mariana, é preciso considerar, de acordo com Galvão (2010) e Galvão e Frade (2019), que a cultura escrita não está unicamente associada à cultura letrada e, assim, trazer indicadores que podem nos dizer sobre o lugar ocupado pelo escrito ou o contato com o escrito naquela sociedade. Nesse sentido, Galvão e Frade (2019) afirmam que:

> Para compreender a cultura escrita de um determinado tempo-espaço, é preciso incluir outros indicadores, capazes de expressar os diferentes lugares que o escrito ocupa(va) na vida de diferentes indivíduos e camadas sociais. Se, por um lado, a existência de bibliotecas, gabinetes de leitura, escolas, tipografias, editoras, impressos – artefatos tradicionalmente associados ao mundo letrado – pode nos indicar parte deste fenômeno, ela nos impede de visualizar que a leitura oralizada, espaços de sociabilidade não escolares e o manuscrito, por exemplo, também podem nos fazer apreender a(s) cultura(s) escrita(s) de uma certa localidade, em determinada época. (GALVÃO; FRADE, 2019, p. 23).

Portanto, devido ao limite, na maioria das vezes, impostos pelas fontes, buscamos considerar alguns indicadores que podem nos trazer um panorama mais geral sobre essa "expressão da cultura escrita", o que nos permite visualizar alguns de seus aspectos para a cidade de Mariana durante a década de 1830.

Em fins da década de 1820 e nos primeiros anos da década de 1830, a cidade de Mariana possuía diversas instâncias, como o correio, a tipografia, o gabinete de leitura, a sociedade patriótica e sua biblioteca, os jornais em circulação, as cadeiras públicas de primeiras letras, e de francês, além de um seminário para a formação dos jovens da cidade[5]. Além de contribuírem para a circulação do escrito, destacavam-se, também, como elementos relacionados à urbanidade. De acordo com Fonseca (2016), uma das características relacionadas à dimensão do espaço urbano seria a "capacidade que tinha uma cidade de absorver e pôr em circulação uma pluralidade de ideias"; esta característica acabou imprimindo marcas específicas na educação marianense (FONSECA, 2016, p. 200). E as "diferentes instituições educacionais que se faziam presentes em Mariana foram espaços

[5] Consideramos também a importância de instâncias que, mesmo "informais", podiam funcionar, no cotidiano das pessoas, como espaço de trocas e aprendizagens e, igualmente, de leitura, como as praças, tabernas, e demais lugares em que circulavam pessoas e ideias.

fundamentais para o exercício desta dimensão. Elas possibilitavam a ampla circulação de pessoas e ideias pela mobilização de diferentes segmentos sociais" (FONSECA, 2016, p. 200).

Durante o século XVIII em Minas Gerais, o domínio das habilidades do ler e escrever era atributo de menos da metade da população, o que conferia distinção social, que, por sua vez, poderia vir acompanhada de vantagens, como, por exemplo, cargos administrativos (ANTUNES, 2004).

Nas Minas Gerais, tanto em Mariana como em Ouro Preto e São João del-Rei, talvez por sua centralidade geográfica ou ainda a presença da imprensa nessas cidades, as ideias da Ilustração e dos Enciclopedistas estiveram presentes durante a primeira metade do século XIX. Tínhamos, nesse contexto, uma sociedade com "intensa consciência popular, ciente de seus poderes, não somente econômicos, mas igualmente políticos" (RODRIGUES, 1986, p. 25).

Por tudo isso, inicialmente buscaremos trazer alguns dados sobre um possível índice de leitores em Mariana no período estudado e, para tal, recorremos ao recenseamento realizado nos anos de 1831 e 1840 em Minas Gerais, a mando do governo da província. Posteriormente, buscaremos apresentar alguns dos indicadores e também algumas das instâncias que contribuíam ou, em alguma medida, eram responsáveis pela circulação do escrito na cidade.

1.1.1 Índice de leitores e leitoras

Os recenseamentos realizados durante a década de 1830, na província mineira, deram origem às Listas Nominativas (1830-1840)[6]. De acordo com a lista nominativa referente ao ano de 1831, a sede[7] do termo de Mariana possuía um total de 2.973 habitantes; esta lista, referente ao ano de 1831, nos fornece informações sobre os sujeitos que estavam *aprendendo a ler* em Mariana, porém não informa, por exemplo, sobre o índice de quem já sabia ou não sabia ler. Esse fato nos levou a recorrer também à lista de 1840, que possui essa informação[8]. Assim, considerando os limites da fonte, acreditamos que é possível ter um panorama geral e aproximado do índice de quem era considerado um leitor pelo recenseador, mesmo que extrapolemos o nosso recorte temporal (1830 e 1832).

[6] Para mais informações sobre as Listas Nominativas, ver: PAIVA, 1993; FONSECA, 2009.
[7] Quando se refere à sede do Termo de Mariana, desconsideram-se os 38 distritos que compunham o extenso território do Termo no ano de 1831.
[8] Conforme o censo realizado em 1840 na cidade de Mariana, no campo "Ocorrências" encontra-se a informação se o indivíduo sabia ou não sabia ler. Lista Nominativa 1840. APM/CEDEPLAR.

Ademais, ainda que tenhamos optado por trazer os dados sobre índices de leitores em Mariana, uma vez que estes podem ser representativos, é importante ressaltar que as taxas de alfabetização da população não podem ser consideradas, de acordo com Galvão e Frade (2019) nem o único, nem o mais importante indicador para demonstrar o contato de uma sociedade com a cultura escrita, isso porque, "para participar da cultura escrita, não era (é) preciso saber ler nem escrever" (GALVÃO e FRADE, 2019, p. 36).

Além disso, há ainda o desafio permanente de definir o que era considerado *saber ler* no contexto de meados dos oitocentos. Não estamos certos, até o presente momento, se aquele indivíduo que era considerado um leitor pelos recenseadores que preenchiam as Listas nominativas possuía, de fato, habilidades de leitura, ou se somente assinava o seu próprio nome, ou ainda, em que medida possuía habilidades para ler um jornal. Não se sabe, por exemplo, o que o recenseador entendia sobre o termo ler. Mas se partirmos da definição da época, conforme o Dicionário de Silva Pinto (1832) impresso em Ouro Preto, o *Ler* é definido como "Pronunciar bem ou mal as palavras de uma escritura"; já o verbete *Leitura* estava definido como "Ação de ler *Na Typografia* certo caractere de letra". Por isso, poderiam ser considerados leitores aqueles que pudessem ao menos pronunciar, ainda que bem ou mal, as palavras ou decifrar letras? Bom, não temos como afirmar e, para além da dúvida do que significava saber ler naquele período, vale mencionar ainda que as habilidades de ler e escrever eram muitas vezes ensinadas de forma separada (CHARTIER, 1996), de modo que muitas pessoas poderiam saber ler, mas não saber escrever.

Dessa forma, na intenção de apresentar uma aproximação acerca dos indivíduos que frequentavam aulas, ou aprendiam a ler em Mariana no período, utilizamos a Lista Nominativa do ano de 1831 para construção da Tabela 1.

Tabela 1: Habitantes da sede do Termo de Mariana (1831) que se ocupavam do aprendizado da leitura[9], incluindo 0 a 6 anos

Habitantes de Mariana (1831)			
Habitantes	Total 2.973	Sexo feminino 1.524	Sexo masculino 1.449
Habitantes registrados com ocupações diversas	1.462	673	789
Habitantes registrados com a ocupação: Aprendendo a ler/na escola/em estudos com os pais/frequentam aulas	90	2	88

[9] Entre as classificações de ocupações apresentadas na fonte que se referem ao universo da escrita ou do ensino, as mais utilizadas são: aprendendo a ler; com seu pai em estudo da gramática; em estudos; na escola de primeiras letras.

Habitantes sem informação	1.511	-	-

Fonte: Lista Nominativa dos habitantes de Mariana (1831). APM/Cedeplar.

Como não possuímos o índice de quem sabia ler em 1831, a intenção foi trazer, a partir da Tabela 1, um panorama quantitativo sobre os indivíduos que estavam designados na fonte com a ocupação: "a ler/aprende a ler/na escola/estuda a gramática latina". Em um universo de 2.973 habitantes na cidade de Mariana, aproximadamente a metade, ou seja, um total de 1.462 deles tiveram suas ocupações registradas pelo recenseador, entre eles, um total de 90 habitantes foram recenseados com a ocupação descrita, sendo que apenas duas eram do sexo feminino. Como a Lista Nominativa de 1840 nos oferece o dado sobre quem sabia ler ou não, recorremos a ela para termos uma ideia de qual era este índice em Mariana no período e, a partir da fonte, construímos a Tabela 2.

Tabela 2: Habitantes da sede do Termo de Mariana (1840) registrados como sabia ler/não sabia ler

Habitantes de Mariana (1840)			
	Total	Sexo feminino	Sexo masculino
Habitantes	2.044	1.144	900
Habitantes registrados como *sabia ler*	385	124	261
Habitantes registrados como *não sabia ler*	280	206	74
Habitantes sem informação	1.379	-	-

Fonte: Lista Nominativa dos habitantes de Mariana (1840). APM/Cedeplar.

A partir da análise da Tabela 2, um total de 1.379 sujeitos constam como "Sem informação" sobre se sabiam ler ou não, o que representa uma quantia que abrange mais da metade do total de habitantes em Mariana para o período analisado. Entre os 665 sujeitos que possuem este campo informado na lista nominativa, consta que um total de 385 deles sabiam ler, sendo que a maioria eram homens, para um total de 280 que não sabiam ler, a maioria eram mulheres. Entre os sujeitos considerados leitores pelo recenseador, a tabela abaixo elenca a quantidade de habitantes que eram negros, mais especificamente que eram pretos, crioulos, pardos e cabras, e a quantidade dos que eram brancos.

Tabela 3: Habitantes que sabiam ler na sede do Termo de Mariana (1840)

Habitantes alfabetizados de Mariana (1840)			
	Total	Sexo feminino	Sexo masculino
Habitantes registrados como *sabia ler*	385	124	261
Habitantes negros registrados como *sabia ler*	43	16	27
Habitantes brancos registrados como *sabia ler*	16	3	13
Habitantes sem informação quanto à condição racial	326	-	-

Fonte: Lista Nominativa dos habitantes de Mariana (1840). APM/Cedeplar.

Após a leitura da tabela, nota-se que, no que se refere aos habitantes registrados como *sabiam ler*, os negros eram a maioria e somavam um total de 43, sendo 16 do sexo feminino e 27 do sexo masculino. Em contrapartida, os habitantes brancos somavam um total de 16, sendo 3 do sexo feminino e 13 do sexo masculino. Já os considerados leitores registrados na fonte eram não somente a maioria negros, mas também, em relação às mulheres negras, é importante destacar que contabilizavam um total de 16, o mesmo número de homens brancos que foram considerados leitores. Assim, mulheres negras que foram registradas como leitoras se igualavam aos homens brancos leitores, e eram superiores à quantidade de mulheres brancas leitoras também. É fundamental destacar ainda que, devido ao limite desta fonte que nos oferece a informação de cerca da metade da população marianense, é preciso considerar a hipótese de que estes valores pudessem ser maiores. Se considerarmos que 385 habitantes sabiam ler, por exemplo, um jornal, um folheto, uma notícia, é bem possível que muito mais mulheres e homens leitores existissem em Mariana. Principalmente considerando a possibilidade de mais leitores negros, pois de acordo com Fonseca (2013), para a cidade de Mariana no ano de 1831, "do ponto de vista da classificação racial, temos uma cidade predominantemente negra, isso pode ser constatado quando agregamos aqueles que foram classificados como pretos, pardos, crioulos e cabras que compunham 2.314 habitantes, ou 77% da população" (FONSECA, 2013, p. 59).

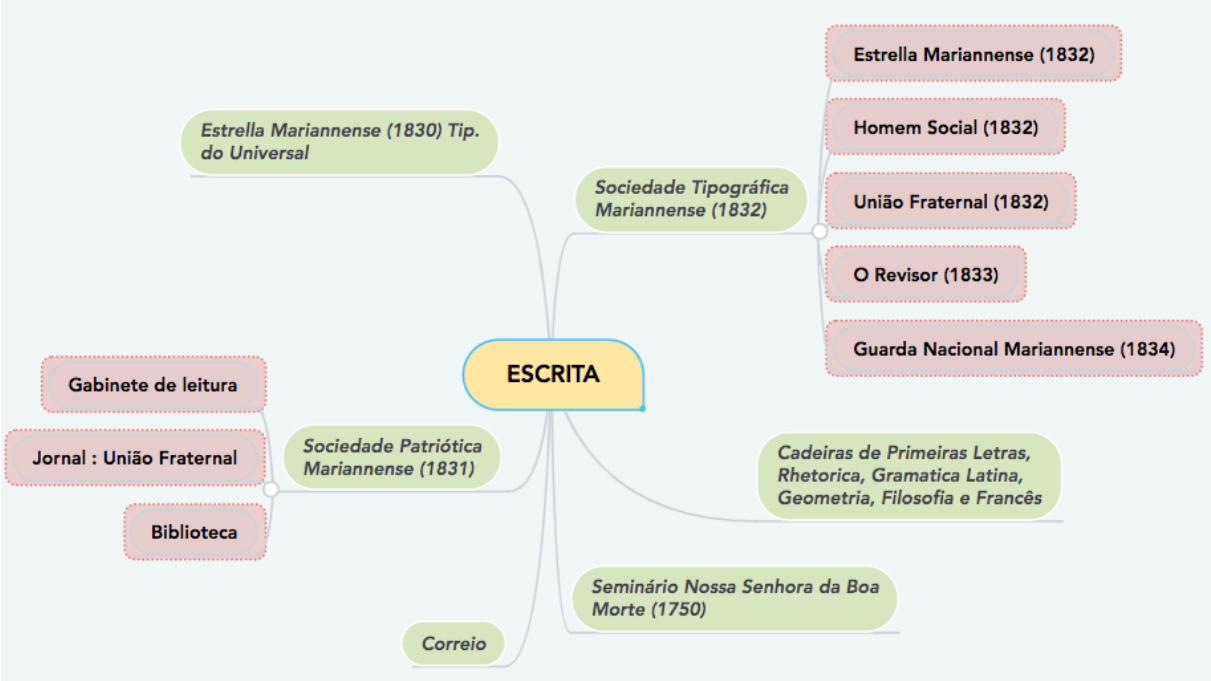
Além da presença dos negros, que era majoritária na província mineira, Fonseca (2009) revelou ainda a informação, até então não quantificada, de que era majoritária também a presença de negros nos espaços escolares durante a década de 1830.

O índice de pessoas consideradas que *sabiam ler* conforme a lista nominativa de 1840 era de 18,8% da população total presente no recenseamento, um índice que aparentemente embora nos pareça baixo, não era. Ainda mais se comparado ao índice de alfabetizados no

Brasil no ano de 1872, que conforme o censo era algo em torno de 14%. Nesse sentido a nossa hipótese é a de que a imprensa e o escrito assumiam um lugar importante na sociedade marianense. A palavra escrita, manuscrita ou impressa, era algo que circulava e estava disseminada já no contexto de transição quando o Brasil deixava de ser colônia de Portugal e se tornou Império. E a leitura oral, fosse ela pública ou privada, ganhava cada vez mais proporções, enquanto o analfabetismo era uma realidade vigente (VILLALTA, 1997).

Em síntese, apresentadas algumas informações sobre um possível e representativo índice de leitores em Mariana, buscaremos apresentar algumas das instâncias que contribuíam ou eram responsáveis pela circulação da palavra escrita. Conforme a Imagem 1, queremos dispor, de modo organizado, as instâncias que estiveram presentes na cidade durante os primeiros anos da década de 1830.

Imagem 1: Instâncias de circulação do escrito em Mariana (1830-1834)



Fonte: Banco de dados da tese.

1.1.2 Tipografias

De acordo com o jornal *Astro de Minas*, o "espírito de amilhoração", ou seja, as melhorias no que se refere aos níveis de civilização estariam em marcha na província mineira

durante os primeiros anos da década de 1830. Em um breve apanhado sobre os aspectos que denotam crescimento e grau de civilização, o redator destaca que

> uma tipografia única havia em 1824, que era a do Universal, e hoje existem na Província 12 que são a de Silva, do Universal, do Astro de Minas, da Sentinella do Serro, do Eco, do Pregoeiro, do Campanhanse, do Sabarense, duas pequenas em Mariana, uma em Itambé do Serro, e finalmente a tipografia do Amigo da Verdade: um gabinete de Leitura havia em 1821 em Ouro Preto, e hoje em lugar desse gabinete, há uma pequena Livraria Pública, há uma maior em S. Joao Del Rei, e muitos gabinetes de Leitura até em pequenas povoações (ASTRO DE MINAS, ed. 683).

Ao evidenciar que elementos como as tipografias, os impressos e os gabinetes de leituras representavam desenvolvimento para a província, o *Ástrea* declarou que não se deveria argumentar que o espírito do comércio era o que regia o aumento do número das tipografias na região. Ao contrário, este crescimento se dava pelo despertar do espírito dos cidadãos, que, sintonizados com os princípios liberais, desenvolviam o seu patriotismo. Isso porque "por hora nenhuma delas deu vantagens aos seus proprietários, por isso que todas foram fundadas com o fim louvável de propagar as luzes, e o gosto da leitura"[10]. Além desses exemplos, segundo o redator, muitas outras melhorias poderiam ser apresentadas, como, por exemplo, a instrução e as obras públicas.

As duas tipografias pequenas existentes em Mariana às quais se refere a matéria do jornal eram a Tipografia Mariannense, que chega à cidade em março de 1832, e, possivelmente, a outra, era a Tipografia Episcopal, da qual não conhecemos ainda a data de surgimento.

A Tipografia Episcopal era dirigida por Dom Antônio Ferreira Viçoso e, com "fundo destinado para as obras pias e estabelecimentos de caridade"[11], publicava os impressos da arquidiocese, entre eles, o jornal religioso *Selecta Catholica,* a partir de 1836.

A Typografia Mariannense era dirigida pela Sociedade Tipográfica Mariannense, que foi fundada em abril de 1832 por um grupo de homens influentes na sociedade, muitos deles atuantes na política local, que se intitulavam liberais. Entre eles, estavam Manoel Berardo Accursio Nunan, redator do *Estrella Marianense*, e Antônio Ribeiro Bhering, padre, professor de retórica, que fora também redator do jornal *O Novo Argos* e *O Homem Social.* A Tipografia publicou, até 1834, um total de cinco jornais, todos de cunho liberal, sendo eles *Estrella Mariannense, O Homem Social, O Guarda Nacional Mariannense, O Revisor e*

[10] ASTRO DE MINAS, ed. 683.
[11] Anais da Biblioteca Nacional, 1997.

União Fraternal[12]. A posteriori, buscaremos nos ater especificamente à tipografia, de seu processo de criação e das primeiras publicações.

1.1.3. Bibliotecas

As bibliotecas privadas em Minas Gerais, durante a primeira metade do século XIX, no geral, possuíam exemplares de obras ilustradas (ANTUNES, 2010b; VILLALTA, 1999b). No que se refere ao contexto de fins do XVIII, apesar de as obras de devoção ainda serem predominantes, as chamadas obras profanas, ou seja, livros de ciências naturais, matemática, medicina, direito civil, entre outros, passaram a estar mais presentes. Esse crescimento ocorreu devido ao aumento do número de advogados, cirurgiões e eclesiásticos que amparavam sua atuação profissional com livros que fossem sacros ou não (ANTUNES, 2010b).

Além disso, as bibliotecas privadas, durante o final do século XVIII e início do século XIX, também chamadas de livrarias, concentravam-se nas mãos daqueles que eram letrados, ou conhecedores da linguagem escrita. Entretanto, durante a primeira metade do século XIX, pode-se dizer que as maiores bibliotecas privadas nem sempre se restringiam àqueles que eram alfabetizados, sendo geralmente também posse daqueles letrados que possuíam condição financeira para adquirir livros (VILLALTA, 1999a). Logo, era comum que as famílias em Mariana, no sentido de obter maior distinção de seu nome, revertessem parte de seu capital econômico em capital cultural (ANTUNES, 2010b), investindo em livrarias. Mas, como prática, o material escrito circulava em diversas esferas, não se restringindo somente àqueles que possuíssem condições materiais ou sociais.

Para tanto, assumia destaque na cidade a livraria do Bispo Domingos da Encarnação Pontevel, que contava com nada mais nada menos do que mil e sessenta e seis volumes, e quatrocentos e doze títulos de livros. Entre os anos de 1714 e 1822, a maior entre as livrarias registradas era a do bacharel em leis Dr. José Pereira Ribeiro, que, além de ter efetivo domínio da linguagem escrita, detinha um dos maiores acervos de Mariana nesse período, contando com quatrocentos e sessenta e cinco volumes dos mais variados gêneros, e duzentos e quatro títulos (ANTUNES, 2004).

[12] União Fraternal era o periódico publicado pela Sociedade Patriótica Mariannense e foi criado em 1832 com a chegada da Tipografia em Mariana. Este periódico não foi encontrado, e, portanto, as informações que possuímos a seu respeito provêm de outros jornais e outras fontes (ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 102).

Para além das bibliotecas privadas, havia ainda uma biblioteca que se dizia aberta ao público: era aquela pertencente à Sociedade Patriótica Mariannense. A Sociedade Patriótica foi instalada em 13 de agosto de 1831[13] e foi idealizada pelos liberais Bernardo Pinto Monteiro, Miguel Arcanjo da Encarnação, Manoel Berardo Accursio Nunan e Antônio Ribeiro Bhering. Este grupo, por meio de um abaixo assinado publicado em forma de anúncio pelo *Estrella Mariannense*, no dia 6 de agosto de 1831, veio manifestar o desejo de estabelecer uma Sociedade Patriótica em Mariana com a finalidade de promover, por meio do esforço de seus membros, "a instrução dos habitantes deste Município, franqueando-lhes um gabinete, onde se achem os clássicos das Sciencias os mais acreditados, e os periódicos mais instrutivos"[14].

A Sociedade Patriótica Mariannense possuía, conforme o seu Estatuto, três finalidades: a primeira era "sustentar todos os meios que forem ao seo alcance o Systema de Governo Monárquico Constitucional Representativo [...] já publicando jornaes"; a segunda era "propagar a instrução em todo o gênero, fazendo aquisição de uma Biblioteca do maior número de Periódicos nacionais e Estrangeiros, que forem escritos em língua mais vulgarizada neste Termo, de manuscritos de boa nota, gravuras [...]"; e a terceira, "socorrer os indigentes e procurar-lhes os alívios"[15].

A questão se a Biblioteca da Sociedade Patriótica teria sido pública ou não ainda causa dúvidas (MORAIS & VILLALTA, 2013), no entanto, ao que tudo indica, embora ela possa não ter se oficializado como "pública", conforme o discurso de seus membros, ela poderia ser acessada por qualquer habitante da cidade de Mariana, já que se configurava ali dentro um gabinete de leitura para a instrução dos marianenses.

No discurso de instalação da Sociedade Patriótica, em que se nomearam Presidente e Secretários, seus membros afirmavam que ela poderia ser também um meio de acabar com a "vil intriga, e as rivalidades", e bastante convencidos de que estavam realizando um grande feito para a cidade de Mariana, clamaram em discurso: "una-mos todos, e façamos a felicidade da nossa Pátria"[16]. De acordo com Inácio:

> As associações patrióticas eram espaços de sociabilidade propícios à mobilização contra a anarquia e o despotismo, respectivamente, sinônimo de subversão da ordem pública e social e de restauração. Daí que os liberais moderados adeptos do movimento associativo, por meio de práticas

[13] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 66.
[14] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 64.
[15] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 68.
[16] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 66.

> discursivas, buscaram também construir a ideia de que havia um consenso com relação ao caminho a ser seguido na construção do Estado e da Nação brasileira. (INÁCIO, 2010, p. 49).

Em 25 de maio de 1832, a Sociedade, além de contar com 232 sócios, já possuía uma Biblioteca de destaque, contando com um acervo de mais de 250 títulos, que foram doados pelos sócios. Em Fala do presidente do Comitê, ele afirmou que mandaram vir mais alguns volumes da Corte, entre eles "História Universal, Geografia Histórica de Le Sage, com os mapas, e os melhores Dicionários Brasileiros e Franceses"[17]. A Biblioteca da Sociedade Patriótica Mariannense, se comparada às demais Bibliotecas, como, por exemplo, à de Ouro Preto ou São João Del Rei, dava também espaço às obras ilustradas. Em agosto do mesmo ano, foram doados pelo Marques de Queluz à Sociedade um total de 24 títulos e 209 volumes[18], e diferentemente do que se afirmou (MOREIRA, 2006; VILLALTA, 2013), esta doação parece não ter sido responsável pelo enriquecimento da Biblioteca, uma vez que a mesma Biblioteca já contava com 250 títulos antes da doação do Marquês. De todo modo, a doação certamente teve impacto para o crescimento do acervo, no qual constavam obras classificadas como Ciências Profanas, majoritariamente de Ciências e Artes provenientes de autores da Época das Luzes.

Para mais, a existência das bibliotecas, a produção e circulação da imprensa periódica, juntamente com a Sociedade Patriótica e a Sociedade Tipográfica, combinavam-se quase que como uma estrutura de sustentação que parece ter sido decisiva para o processo de difusão e circulação das ideias liberais por meio do escrito. E, nesse sentido, sendo elementar para propagar os ideais ilustrados e, principalmente, promover o gosto pela prática da leitura. Sintonizadas com o contexto de efervescência e conflito político das regências, as associações políticas, literárias, ou mesmo as filantrópicas, atuaram politicamente e buscaram difundir uma cultura das luzes e da política liberal para quem ainda não as possuía (MOREIRA, 2006; INÁCIO, 2010).

1.1.4 Aulas e escolas

O processo de escolarização e as aulas públicas em Mariana durante a primeira metade dos oitocentos, de acordo com Diana Silva (2004), estiveram marcados por tensões e resistências que envolviam inúmeros pedidos solicitando abertura de aulas, denúncias sobre a

[17] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 101.
[18] Doação para uma Biblioteca em Mariana [10/08/1832]. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1899. v. 4, p. 802-803.

atuação de mestres, que eram feitas por moradores e publicadas em jornais, e relatos de que os próprios mestres recorriam, frequentemente, à Câmara Municipal solicitando materiais para as suas aulas.

Mariana muito provavelmente foi a primeira cidade não apenas da província mineira, mas do Brasil, a tentar estabelecer nos primórdios do século XIX em forma de lei municipal, a obrigatoriedade escolar (VEIGA, 2013). Em 1 de outubro de 1828 a Câmara Municipal da cidade de Mariana definiu por meio das Posturas Policiais, principal instrumento de legalidade dos municípios naquele tempo, que os pais estariam obrigados a enviar seus filhos para a escola. E definia por meio do Artigo 5º "Como da má educação provém grandes danos ao publico, serão d'hora em diante obrigados os Pais de família nas Povoações em que houverem Escolas e Mestres de primeiras letras a mandarem ensinar seus filhos a ler, escrever e contar, tendo idade suficiente"[19]. Entretanto, embora a Câmara tenha inserido o artigo na forma da lei, a norma não foi implementada na prática. Isto porque as Posturas após serem criadas pela Câmara foi enviada para aprovação mediante o Conselhi Geral da Privíncia, e alguns dos artigos presentes nas Posturas, entre eles aquele que definia sobre a obrigatoriedade escolar, acabou não sendo aprovado pelo crivo do Conselho. O Conselho ao que tudo indica "estava recusando os artigos que pareciam opressivos ao povo, de forma a conciliar os interesses municipais com a intenção da Câmara" (VERONA, 2017, p. 127). Apesar da recusa do artigo em questão, é importante ressaltar que no que se refere ao ensino, "Estratégias para auxiliar a consolidação da instrução em Mariana estavam sendo adotadas, além da sociedade local, que buscava se organizar minimamente enviando reclamações e pedidos à Câmara" (VERONA, 2017, p. 129).

Entre 1830 e 1831, atuaram, na cidade de Mariana, um total de nove mestres de primeiras letras, e Silva (2004, p. 146) considera que, marcada pela valorização da escrita, a sociedade marianense acabou assimilando a importância da instrução, já que este debate ganhara força por meio da circulação de jornais. Já Fonseca (2013), ao analisar os domicílios com crianças que frequentavam a escola em Mariana, percebeu que elas pertenciam a grupos familiares que não possuíam uma situação financeira que poderia ser considerada "privilegiada" (FONSECA, 2013, p. 63). Com base em uma série de informações contidas nas Listas nominativas, como, por exemplo, a presença ou não de escravos, o tipo de ofício desempenhado pelos chefes de domicílios e o pertencimento racial dos moradores de um

[19] Posturas da Câmara Municipal de Mariana. APM, CMM- 44, 1929, ROLO- 15- GAV. E-2

domicílio, o autor constatou que a "escola de instrução elementar de Mariana tinha um perfil popular" (FONSECA, 2013, p. 65). E, além disso, entre os domicílios contendo crianças em escolarização, havia "um predomínio absoluto de domicílios de grupos chefiados por mulheres", ou seja, a grande maioria de domicílios com crianças nas escolas tinham mulheres em condição de chefes da moradia (FONSECA, 2013, p. 65).

A expressão "escola pública", de acordo com Viana (2012, p. 167), foi se tornando cada vez mais presente nos documentos que eram produzidos posteriores à década de 1820 e relativos à cidade de Mariana. Essa autora afirma que a "sutil mudança na maneira de referir à escola de primeiras letras acompanhava a utilização mais frequente de outras expressões como instituições liberais, sistema liberal de governo, empregados públicos, constituição, liberdade, nação, cidadão". Sintonizados com o ideário ilustrado, os políticos mineiros faziam intensa defesa da escola pública, embora seja necessário ressaltar que "a defesa estava ligada a um interesse particular em controlar as condutas de uma população considerada "rude" e indisciplinada" (VIANA, 2012, p. 168). Além disso, Viana (2012) ainda constatou que, na cidade de Mariana, a relação que se estabelecia entre os moradores com a escola pública primaria "era atravessada pelos conflitos políticos e sociais ocorridos nos conturbados anos após a independência do país" (VIANA, 2012, p. 168).

No que se refere ao ensino secundário, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, fundado em 1750, era uma referência educacional, sobretudo, para as aulas de humanidades. E, conforme Almeida (2015), além de ter se configurado como um espaço de disputas políticas, religiosas e educacionais, o Seminário de Mariana era um dos poucos estabelecimentos de ensino em Minas Gerais responsáveis por oferecer formação educacional àqueles que queriam se tornar padres, além de oferecer também formação àqueles que precisavam cursar aulas preparatórias para ingressar em cursos superiores do Império (ALMEIDA, 2015).

Por conseguinte, a cidade de Mariana não era considerada somente como um centro religioso, mas também educacional da capitania e, posteriormente, da província mineira. Em janeiro de 1831, já estavam criadas na cidade "cadeiras de primeiras Letras, Gramática Latina, e Rhetorica"[20]. E então o Conselho Geral da Província, por meio de uma *Proposta* a respeito da cidade de Mariana: "desejando facilitar a Mocidade Mineira todos os meios de instrução, e cortar todos os incômodos, que resultam do isolamento das Cadeiras em diferentes pontos da Província" resolveu que "A cidade de Mariana fica considerada como centro de Estudos

[20] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 38.

preparatórios da Província" e, além disso, propõe que: "Para esta cidade serão removidas as Cadeiras de Geometria, e Filosofia já criadas em Ouro Preto", bem como "criada uma cadeira de Francês", a qual até então não havia.

Todos esses elementos existentes em Mariana, entre eles as aulas públicas de primeiras letras vigentes, a constante circulação de livros, a presença de diversas bibliotecas públicas e privadas, o Seminário da Boa Morte, foram fundamentais na medida em que imprimiam um caráter de urbanidade e aumentavam as possibilidades concretas para a difusão da cultura escrita na cidade. Essas instâncias constituíam um conjunto de fatores que possibilitam dizer que, em Mariana, muito provavelmente havia uma vida marcada pelas práticas efervescentes de leituras e escritas. Assim sendo, a intensa circulação de periódicos é também um destaque em Mariana, pois o número de "periódicos anárquicos da Corte que são mandados para esta cidade" foram imensos[21].

1.2 A Tipografia Mariannense

> "Sr. Redactor. Como sei que Vm. Manda vir uma Tipografia, e sou assignante da sua Folha, rogo-lhe queira mandar vir typos bem grandes; porque tendo eu falta de [ilegível] temo usar de óculos"[22].

É assim, com o pedido de um assinante que clama por tipos grandes, que se inicia uma correspondência publicada no *Estrella Mariannense*, em julho de 1831. Trata-se de um possível leitor ciente de que o redator Nunan já tomava suas providências para a chegada de uma tipografia na cidade.

Nesse cenário, a Tipografia Mariannense foi estabelecida entre março e abril de 1832, e aparentemente era dirigida por Manoel Berardo Accursio Nunan, redator do jornal *Estrella Mariannense,* que intencionava, desde o ano de 1830[23], instalar uma tipografia para Mariana. Sabemos que, em março de 1832, uma tipografia que serviu entre 1829 e 1831 para a publicação do polêmico periódico *O Telégrafo*[24] foi comprada por um comerciante de Mariana chamado Honório Ferreira Armonde[25]. Essa compra realizada por Armonde rendeu comentários na imprensa de São João del-Rei e teria marcado o fim de *O Telégrafo*: um

[21] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 74.
[22] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 62.
[23] ESTRELLA MARIANNENS, ed. 62
[24] O jornal *O Telégrapho* (1828- 1831) considerado restaurador, representava a folha de maior oposição aos liberais em Minas Gerais, e era impresso na Tipografia de Cortes e Companhia, que se localizava em Ouro Preto. A folha era redigida por José Gonçalves Cortes e pelo Coronel Francisco Assis Lorena e, devido ao envolvimento nas disputas políticas, o termo "telegráficos" passou a ser sinônimo de absolutista entre os liberais.
[25] Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 117, p. 79-313, 1997. p. 184.

periódico de grande oposição aos liberais, que, ao assumir uma forte articulação com a diocese marianense, defendia os clérigos, fazendo de suas páginas uma estratégia de combate da Igreja e dos corcundas (NEVES, 2013) conservadores contra o partido liberal.

Em matéria de capa, o jornal *Astro de Minas* trouxe informações importantes que nos permitem sugerir que *O Telégrafo* encontrava-se, em março do ano de 1832, bastante endividado, e que, por isso, "Um francês sócio da Tipografia do Telégrafo, tendo feito alguns adiantamentos de dinheiro, como visse transtornada a marcha retrograda-rusguenta, declarou a sucia que ia vender a Tipografia para se pagar do que a mesma lhe devia"[26].

Então, motivada pela representação política dos liberais, que crescia sua força no contexto provincial e na Corte, a chamada "marcha retrógrada" que fora implementada pelos conservadores encontrava-se ameaçada. Porém, o dono da tipografia do jornal *O Telégrafo,* chamado João José Lopes, parecia não querer render-se à derrocada previsível de sua folha tida como "absolutista" e muito menos vender sua oficina tipográfica. Por isso, ele "obstou a venda até 27 de fevereiro", comprometendo-se, então, que pagaria aos poucos a dívida da Tipografia. No entanto, ele, juntamente com Cortês, um dos ex-redatores d*'O Telégrafo,* não esperava um desapontamento ainda maior, quando no dia 27 de fevereiro, data em que a Tipografia foi de fato vendida, "a chegada do Correio foi como um raio que os feriu"[27], as notícias da Corte desacreditavam o partido conservador e, por sua vez, desprestigiavam o jornal *O Telégrafo*. E, assim, o jornal que "pretendia animar os Corcundas"[28] acabou sendo aniquilado em um fim dos mais vexatórios, pois "desapareceu o Cortês, vendeu-se a Tipografia, e a alegria dos Telegráficos converteu-se em tristeza, e luto: assim se desvaneceram as lisonjeiras esperanças dos tais Fariscos"[29], conforme nos narrou o jornal *Astro.* Seu redator, Baptista Caetano de Almeida[30], quase que sem poder conter sua satisfação, estampa, em primeira página, o ocorrido, narrando ao seu leitor a humilhação em que se encontrava a Tipografia que fora a grande opositora dos liberais em toda a região.

Os correios do dia 27 de fevereiro de 1832 trouxeram, em Ouro Preto, más notícias da Corte para o partido conservador, notícias estas que marcaram, então, o fim da tentativa fracassada que Lopes implementou para salvar a sua tipografia. Em tom de deboche, o Astro declara:

---

[26] ASTRO DE MINAS, ed. 671.
[27] ASTRO DE MINAS, ed. 671.
[28] O UNIVERSAL, ed. 307.
[29] ASTRO DE MINAS, ed. 671.
[30] Baptista Caetano de Almeida, advogado e político influente em nível provincial, de tendência liberal, foi o responsável pela aquisição e instalação da primeira tipografia em São João del-Rei, em 1827, dando início à produção impressa naquela cidade por meio do jornal Astro de Minas (JINZENJI, 2008).

> Chega o suspirado Correio de 27, e como visse, que não tinha triunfado na Corte o partido, que por detrás da cortina é manejado pelos amigos, e consórcios do famoso ex-Rei de Minas, mandou suspender o prêmio; e que se vendesse a Typografia Telegráfica, que de fato foi comprada por Honório Armond, morador de Mariana, que ali sempre esteve no partido Liberal. (ASTRO DE MINAS, ed. 671.).

A Tipografia do Telégrafo foi comprada por um liberal e se tornou, ao que tudo indica a Tipografia Mariannense, aquela que viria a consolidar, para fúria da Igreja e dos conservadores, uma comunhão incendiária dos liberais em Mariana. Cerca de um mês depois da venda da tipografia para o cidadão Honório Armonde, o jornal *Estrella Mariannense* é transferido da Tipografia Patrícia do Universal, em Ouro Preto, para a cidade de Mariana.

Nessa análise, a relação entre Manoel Berardo A. Nunan, redator do *Estrella,* com Honório Armonde, ainda é desconhecida por nós, mas nada exclui a possibilidade de que Armonde tenha sido um intermediário de todo o processo de compra. Isso porque, tendo em vista as intensas rusgas que ocorriam frequentemente entre o *Telégrafo* e os periódicos liberais, inclusive o *Estrella,* certamente esse processo de venda poderia ser dificultado. Honório Ferreira Armonde vinha de uma das famílias mais ricas, influentes e poderosas da província de Minas Gerais entre os anos de 1751-1850 (LACERDA, 2010), os Ferreira Armonde. Essa família, além de grandes posses, estabeleceu uma vasta rede de sociabilidade, atuando em todos os recantos das Minas Gerais, estendendo, assim, suas redes de relações até a província do Rio de Janeiro (LACERDA, 2010. p. 53). Honório Armonde era Tenente Coronel do 6º Regimento de Cavalaria e, além de ser importante comerciante em Mariana, tinha ligações com o partido liberal. Ele possuía uma participação intensa no tráfico de escravos, enviando até mesmo escravos para a Corte. Dos 22 escravos que possuía, 3 deles trabalhavam em sua Loja localizada na cidade (ANDRADE, 2007, p. 191). A Loja de Armonde era frequentemente anunciada nas folhas liberais, pois era o local onde se vendia a Folhinha de Reza e Algibeira[31]. Além disso, ele teve também inserção na vida política, tendo se tornado vereador em 1832 e, em 1834, se tornou o presidente da Câmara de Mariana.

Honório Armonde costumava fazer "as vezes" de banqueiro em Mariana, emprestando dinheiro a quem necessitasse, e portanto, possuía condições financeiras para adquirir uma tipografia ou, ainda, distinção para intermediar a compra. No entanto, o fato de ele ter sido ligado ao partido liberal nos indica que a compra não foi feita desinteressadamente, porque, uma vez que Armonde teria investido o seu capital para a compra da oficina, ele, assim como Nunan, partilhava da ambição de se montar uma tipografia liberal em Mariana.

[31] O UNIVERSAL, ed. 438.

Nessa conjuntura, sob os ânimos exaltados dos liberais com a chegada da tipografia, Manoel Berardo Nunan se deixa transparecer nas páginas de sua folha, afirmando: "já temos a fortuna de ver uma tipografia nesta Cidade, e nela publicarem-se, além da nossa folha, mais dois periódicos: o *Homem Social*, e a *União Fraternal*", este último sendo o periódico da Sociedade Patriótica Mariannense. Asseverou que o *União* era "a tanto tempo reclamado pelos amigos da Sociedade, como o único meio de desmentir os boatos que se tem espalhado contra a mesma Sociedade"[32].

A publicação de um jornal próprio da Sociedade Patriótica parecia significar muito, pois era fundamental para legitimar a sua atuação e propagar todo um conjunto de princípios defendidos pelo grupo de liberais que sustentavam aquela instituição. Deste modo, eles teriam mais um veículo impresso que iria representar a defesa pública de suas ações em Mariana, uma vez que, até então, era o *Estrella Mariannense,* desde setembro de 1831[33], quem se responsabilizava por divulgar atas e informações sobre a Sociedade Patriótica. Ao que parece, as intrigas frequentemente feitas contra os liberais e contra a Sociedade vinham se tornando uma ameaça para a sua estabilidade, e Berardo Nunan demonstrou essa preocupação afirmando que: "O número de nossos sócios seria maior, e maiores seriam os seus fundos, se a intriga não tivesse arredado da nossa sociedade muitos Mineiros[34]".

Nesse sentido, o então Presidente do Comitê da Sociedade Patriótica Mariannense, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, revelou, dois meses após a chegada da Tipografia, que "O Comitê julgou proveitoso entrar com uma Ação de 100$60 reis na Sociedade Tipográfica, e espera colher grande interesse logo que a tipografia adquira o desenvolvimento desejado"[35]. A criação de uma Sociedade Tipográfica em Mariana certamente representava um feito de grandes pretensões para os liberais, mas por que essa ideia surgiu? Qual a relação deste plano com a construção e formação dos leitores pela imprensa? Isso mudaria a forma como os redatores liberais pretendiam atingir seus leitores? De início, pode-se afirmar que a rede de cumplicidade entres os liberais ia se constituindo também em Mariana, e a Sociedade Patriótica, por meio de seus sócios, angariava fundos e apoiava financeiramente a edificação de uma Sociedade Tipográfica. Constituía-se, então, um projeto político que buscava se expressar por meio das práticas de leitura: alcançar o leitor e fazê-lo ler/ouvir os impressos, buscando formá-lo dentro dos princípios liberais.

[32] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 102.
[33] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 68.
[34] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 101.
[35] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 101.

Por outro lado, é importante refletir e questionar antes de mais nada: qual seria o motivo que levou esse grupo de liberais a criar sua própria Sociedade Tipográfica em Mariana e romper os laços com a Tipografia do Universal em Ouro Preto, visto que aqueles também eram liberais? Embora não tenhamos respostas definitivas, é possível trazer alguns indícios, haja vista que começamos a perceber, já em fins de 1831, sinais de conflitos entre a folha ouropretana "*O Universal"* e o "*Estrella Mariannense".*

Em outubro e novembro de 1831, período em que o *Estrella* ainda era impresso em Ouro Preto, na Tipografia no Universal, o redator Berardo publica duas matérias que expressam alguns desentendimentos. Na primeira delas, em mais uma de suas críticas aos juízes de paz e oficiais, declara que "Nada dizem os nossos colegas – Universal, Argos e Gazeta – sobre a Junta da Justiça, cujas secretíssimas sessões a pouco findaram"[36]. Em tom de desaprovação, o texto leva ao leitor a sensação de que as ditas folhas não estariam trazendo propositalmente notícias sobre a Junta da Justiça com a intenção de livrar a mesma Junta de algum possível julgamento social. A segunda foi publicada em novembro e dizia "Consta-nos que na Typografia do nosso colega no Universal não se aceitam correspondências contra as Autoridades de Ouro Preto" e, em seguida, em tom de sarcasmo, continua e diz que, no fundo, ele próprio não poderia acreditar que os "Liberais do Ouro Preto temam qualquer oposição em termos polidos"[37].

Consequentemente, a resposta para a censura não tardou, e, em dois dias, *O Universal* publicava uma réplica ressentida na qual dizia que o *Estrella Mariannense,* em seu último número, fizera-lhe "uma censura injusta", colocando-o em situação delicada e assegurando ao público, por meio de um simples "consta-nos", que a dita folha não aceitava correspondências contra autoridades. E, em tom de reprovação, afirma: "desafiamos ao nosso colega para que prove qual foi essa correspondência cuja publicação se recusou na Typografia", pois "jamais se deve acusar um homem diante do público sem provas"[38].

Ao que parece, Nunan pode ter se desentendido também com Bernardo Pereira Vasconcelos, um dos principais redatores do *Universal*, já que este, até onde se sabe, não interviu, e o ocorrido não somente causou ressentimento, mas esquentou os ânimos. E a matéria d'*O Universal* se estendeu em duas colunas, entre ofensas e provocações ao colega Berardo, afirmando que:

[36] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 73.
[37] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 75.
[38] O UNIVERSAL, ed. 671.

> talvez o nosso colega atirando a pedra quisesse esconder a mão; porém não somos tão míope que não vejamos o alvo a quem pretende atirar. Sem dúvida a Estrella, que quer por força estar na oposição, e ter a sua espada desembainhada, inda que seja para cortar moinhos de vento, lança-nos a luva por ver que a nossa Folha não contém tão frequentes censuras. (O UNIVERSAL, ed. 671.)

Acusado de desembainhar sua espada para moinhos de vento, no estilo Dom Quixote, Berardo se mostrava, ao que tudo indica, um liberal intrépido e causador de grandes polêmicas, não somente com os membros da Igreja por quem era hostilizado em Mariana, mas agora era responsabilizado por criar desavenças com os próprios liberais[39]. Desavenças essas classificadas como desnecessárias, engendradas, supostamente, para manter-se na oposição. Mais adiante, em momento mais oportuno, buscaremos elucidar, com maior cuidado, fatos sobre o redator do *Estrella Mariannense.*

Para mais, os comentários censurando *O Universal* parecem ter surtido efeito em outras folhas, quando o jornalista do Itambé, ao anunciar a aparição do *Homem Social* em Mariana, diz que o povo, que até então vivia "nas trevas [...] graças à taciturnidade do Universal e Novo Argos", os quais nada diziam sobre o comportamento das autoridades provinciais, agora esperavam "com ânsia" para serem orientados pelo "Órgão dos Mineiros em Mariana". O "Órgão" a que ele se refere provavelmente seria a Sociedade Tipográfica, e, então, era esta quem deveria orientá-los? Orientá-los sobre o quê? É possível que elementos como este tenham representado o estabelecimento de uma chave de leitura que era entregue à sociedade, por meio da imprensa, e era apropriado pelos leitores. Esse entendimento que resultava de toda essa apropriação era o que lhes dava uma base para participar daquele contexto político conflitante e marcado por inúmeros interesses. Ou seja, diversas expectativas não somente vindas do leitor, mas de outros redatores, foram colocadas nesse órgão, criado pelos mineiros em Mariana, indicando que a sociedade local esperava que fossem orientadas pelos periódicos. Eles esperavam ler, entre outras coisas, denúncias e censuras contra as autoridades.

É fundamental, portanto, mencionar que o auge dos desentendimentos teve início após a abdicação de Pedro I ao trono, ocorrida em abril de 1831. Tal situação causou grande alvoroço e debates enérgicos, que figuraram nas páginas da imprensa mineira. O jornal *Estrella,* anteriormente à abdicação, já publicava insultos contra Pedro I, nomeando-o "Tyranno do Tejo"[40] e "Constituicida"[41] e também contra seus ministros, a quem se referia

[39] O UNIVERSAL, ed. 604; ed. 671.
[40] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 31.
[41] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 40.

como "Conselheiros Pérfidos"[42] e corruptos. Passou a defender a abdicação e a renúncia do Imperador Pedro I, o que pode possivelmente tê-lo colocado em atrito com Bernardo Pereira de Vasconcelos, já que, além de ser um dos redatores d'O Universal, era também um dos ministros.

Nessa lógica, os jornais eram responsáveis, também, não somente por formar politicamente o leitor, mas deixar a sociedade a par das ações dos governantes. E, nas palavras dos redatores marianenses, os jornais e redatores de Ouro Preto já não cumpriam mais com tal responsabilidade. *O Universal*, em tom de reprovação pela matéria publicada pelo jornalista do Itambé, critica outro jornal marianense e faz uma retaliação, afirmando que "somos já chegados ao 8 nº do *Homem Social*, e ainda não vimos a censura do comportamento das primeiras Autoridades da Província"[43]. Ao reclamar do fato de que a folha não tinha trazido censuras às autoridades, o *Universal* deixa claro que também esperava dos jornais marianenses uma postura de vigilância do público e das autoridades, já que os mesmos jornais se compraziam em criticá-lo.

A saída do *Estrella Mariannense* de Ouro Preto para a sua Tipografia própria, aliado ao fato de que Ribeiro Bhering deixou a cidade de Ouro Preto para ir lecionar em Mariana, pode expressar um cenário de conflito que se desdobrava entre os redatores. Bhering já não era mais o redator do *Novo Argos* desde abril de 1830, quando passou o jornal para o também liberal Herculano Ferreira Pena[44]. Motivada por ares de tensão e clima de desentendimentos políticos que pareciam pairar na Tipografia do Universal, a saída pode ter sido reflexo de uma atmosfera de esgotamento no ambiente de ofício que eles partilhavam. Nesse caso, é importante destacar que o episódio da abdicação de Pedro I causou uma cisão importante entre o grupo dos liberais, pois, enquanto uns liberais o apoiavam, outros pediam sua renúncia, e deste desalinhamento aumentava o clima de divergências. Em meio a este contexto de conflitos, rusgas políticas e desentendimentos, originou-se a Sociedade Tipográfica em Mariana.

Depois de estabelecida em Mariana, a tipografia passou a localizar-se na Rua Direita, nº. 34, bem próximo à Catedral da Sé, a principal e uma das mais movimentadas ruas da cidade, sendo privilegiada não somente devido à sua localização, mas também pela frequente circulação de pessoas, o que certamente traria visibilidade tanto aos jornais como aos seus redatores.

---

[42] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 40.
[43] O UNIVERSAL, ed. 757.
[44] Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 117, p. 79-313, 1997. p. 171. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1997_00117.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

A Tipografia Mariannense foi a primeira na cidade a imprimir periódicos com temas políticos e diversificados. Antes disso, de acordo com Gomes (2012), era impresso na Tipografia Episcopal dirigida por Dom Viçoso, que se localizava na Rua da Olaria, nº. 54, o jornal de ordem religiosa *Selecta Catholica* (GOMES, 2012). Entretanto, conforme os Anais da Biblioteca Nacional (1997) em que reúne uma compilação de títulos dos jornais que circularam durante o século XIX na província mineira, consta que o *Selecta* teve sua primeira fase iniciada em somente 1836, na qual foram publicados 12 números, e a segunda fase inciada em 1846, quando foi publicado com periodicidade quinzenal pelo período de um ano[45]. Além do *Estrella*, a Tipografia Mariannense imprimia, como já mencionado, quatro outros jornais: *O Homem Social,* iniciado em abril de 1832; o *União Fraternal,* o periódico da Sociedade Patriótica Mariannense, iniciado no dia 25 de maio[46] de 1832, ambos redigidos por Antônio Ribeiro Bhering e outros liberais[47]. O *Revisor*, que circulou em 1833, mas que desconhecemos a data de surgimento e, mais tarde, em 1834, teve início a publicação do *Guarda Nacional Mariannense*.

Nesse contexto, o cotidiano da tipografia foi marcado, no início de suas atividades, por alguns desafios e desajustes, principalmente no que se refere aos aspectos tipográficos e materiais dos impressos, bem como ao formato das publicações. Berardo Accursio Nunan lança, em 14 abril de 1832, o primeiro número do *Estrella Mariannense* em Mariana – que foi impresso em Ouro Preto até o número noventa e cinco – e, apesar de alguns desajustes na diagramatura, estes acabaram deixando a edição com um padrão diferente daquele quando era imprenso na outra tipografia. Apesar de as novas edições impressas em Mariana passarem a apresentar ao leitor uma folha e um prospecto de capa com impressão visivelmente limpa e organizada, o conteúdo e as demais páginas do jornal eram acometidas por erros de impressão, na composição dos tipos ou mesmo desajustes devido ao processo de produção. Contudo, percebemos certa dificuldade na tipografia em se organizar, com todas as tarefas exigidas para composição de um periódico, em tempo hábil, para que não atrasasse, por exemplo, alguma edição. A edição de número 98 atrasou cerca de seis dias, e o redator utilizou sua folha para um breve desabafo acerca de algumas dificuldades que vinham enfrentando na nova e "ainda não bem montada" tipografia, pedindo, portanto, que os leitores o perdoassem "pelos erros que tem aparecido" [48].

[45] Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 117, p. 79-313, 1997. p. 171. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1997_00117.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.
[46] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 100.
[47] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 102.
[48] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 98.

Como o *Estrella* foi, durante um ano e dez meses, impresso na Tipografia Patrícia do Universal em Ouro Preto, uma oficina já bastante consolidada e que era responsável desde 1824 pela impressão de alguns dos mais importantes jornais da província, como *Abelha do Itaculumy*, *O Universal* e *O Novo Argos*, é previsível que houvesse mais funcionários e alguns bastante aptos para realizar a composição com os tipos. Em Mariana, a situação, ao que parece, era bem diferente, pois, em algumas das edições subsequentes, era comum o jornal apresentar leves diferenças ou erros na composição dos tipos, o que interferia no visual do periódico, já que o jornal era, por vezes, impresso com letras muitos pequenas ou umas mais inclinadas do que outras[49]. Isso indica, possivelmente, desajustes nos tipos móveis que estavam sendo utilizados ou no modo como estavam sendo compostos, e indicam falta de habilidade do tipógrafo ou ainda qualquer precariedade no maquinário utilizado. Havia ainda a possibilidade de alguma letra se perder ou se danificar, o que pôde ser constatado quando a letra "O", por exemplo, em algumas edições passou a ser trocada pelo número "0" (zero) em alguns textos que integravam o periódico[50].

[49] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 110.
[50] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 98.

1.3 Periódicos Impressos na Tipografia Mariannense

1.4 Estrella Mariannense[51]

N. 69. SABBADO 24 DE SETEMBRO. 1831.

ESTRELLA MARIANNENSE.

Subscreve-se para esta folha em casa do Redactor nesta Cidade, na do Ouro-preto na Botica de Patricio Pereira Campos, em S. João d'ElRei na Tipografia do Astro, em Tejuco na do Echo; o preço da subscripção é 1,600 réis por trimestre, uma folha avulsa custará 80 rs. e sahirá uma vez por semana. As correspondencias serão dirigidas ao Redactor, porte pago.

Desce dos altos Ceos verdade augusta
Aos Reis não seja tua vós estranha
O que devem saber, mostrar tu deves.
Henri Cant. I.

OURO-PRETO. 1831. NA TYPOGRAFIA DO UNIVERSAL.

Estatutos da Sociedade Patriotica Mariannense.

Continuado do N. antecedente.

CAPITULO 5.

Sessão do Comité.

ART. 31. O Comitè se reune em Sessão ordinaria na ultima Dominga de cada mez, e em extraordinaria nos dias em que o Presidente o convocar; quando porem acontega haver em algum mez dia de festa Nacional o Presidente transferirá para elle a Sessão.

Art. 32. O Comitè só deliberará quando tenha presentes 13 Membros, incluindo neste numero a Meza.

Art. 33. Os Membros do Comitè devem comparecer em todas as Sessões, e o que faltar 3 vezes sem motivar a causa julgar-se-há demittido de Membro do Comitè, e os Membros prezentes nomearão um d'entre os Socios mais proximos na residencia.

Art. 34. Os Socios effectivos, ou honorarios podem assistir, propor, discutir em as Sessões do Comité, ficando reservada a votação decisiva sobre a materia só aos Membros do Comité.

Art. 35. O Comitè tem a seu cargo a direcção de todos os negocios da Sociedade, a economia dos bens, applicação do seu rendimento, a melhor forma de arrecadação; o estabelecimento de correspondencias, e ramificações, predispôr o trabalho da Sessão Geral, prestar a ella por via do seu Presidente o quadro de sua posição, e augmento, dar ao prelo as memorias que tenha feito sôbre qualquer objecto de sua instituição, ou recebidas de algum dos Socios, entreter relações com outras Sociedades, cujos fins não se opposerem aos presentes Estatutos, e com os Agentes desta nos pontos que forem precisos, estabelecer a escripturação de toda a Sociedade, bem como a contabilidade, incluindo todas estas disposições no seu regimento particular, que deverá ser approvado pela Sessão Geral.

CAPITULO 6.

Applicação dos rendimentos e methodo de contabilidade.

Art. 36. Os fundos prosenientes dos rendimentos desta Sociedade serão applicados aos objectos seguintes — acquisição de tudo quanto for concernente á instrucção, a que se propoem a mesma, como Biblioteca, Periodicos &c. às obras de caridade que o Comitè deliberar fazer em execução dos Estatutos, ás despesas ordinarias, e eventuaes da Sociedade, que por deliberação do Comité se determinarem.

Art. 37. O Thesoureiro é o recebedor das entradas, e consignações mensaes, e de quaesquer somas adventicias, que hajão de pertencer à Sociedade.

Art. 38. O Thesoureiro não despenderá soma alguma de caixa sem ordem por escripto do Comité, ou da meza, se o negocio for urgente.

Art. 39. O Thesoureiro terá em sua casa um Livro auxiliar da Caixa, em que lançará de um lado o dinheiro recebido com declaração de quem, e de outro lado o despendido com a citação datada da ordem do Comité.

Art. 40. O Thesoureiro appresentará no Comitè ordinario o seu Livro de caixa para o Secretario levar ao Livro Mestre em debito ou em credito as somas recebidas ou despendidas, notando o mesmo Secretario no seu Livro Mestre a folha do Livro da caixa, e feito isto retirará o Thesoureiro o seu.

Art. 41. Quando o Thesoureiro receber qualquer quantia dará ao portador uma guia para o Secretario passar nella o recibo á vista do lançamento que fizer no Livro Mestre.

Art. 42. Todos os Livros da Sociedade serão rubricados pelo Presidente, e existirão no Archivo da mesma.

CAPITULO. 7.

Disposições geraes.

Art. 43. A Sessão Geral dos Socios fará os Regimentos necessarios para a execução dos presentes Estatutos sobre as bases que o Comité lhe deverá appresentar, e depois de duas Sessões geraes poderão ser alterados estes Estatutos, convindo os dois tergos dos Socios presentes.

Salla da Sociedade 25 de Agosto de 1831.

---

51 *Estrella Marianense (1830-1832)* disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O *Estrella Mariannense,* redigido por Manoel Berardo Acursio Nunan, foi fundado em 3 de maio de 1830 e encerrou suas atividades no dia 14 de novembro de 1832, somando um total de 120 edições, que eram publicadas semanalmente. Das 120 edições, tivemos acesso a 104[52], e foi possível perceber que a impressão não possuía um dia fixo, saindo, às vezes, na segunda, terça, sexta e, na maioria das vezes, no sábado. O formato e tamanho de impressão era bastante similar ao de outros jornais que existiam na província, sendo 30 X 22 cm; a folha era composta de duas colunas, e cada exemplar possuía quatro páginas

Ademais, o valor de sua assinatura trimestral era de 1$000, e a folha avulsa era vendida a 80 réis. Os locais onde os leitores podiam subscrever ou comprar a folha avulsa eram em Ouro Preto, na botica de Patrício Pereira Campos, em São João del-Rei, na tipografia de *O Astro de Minas,* no Tijuco, na tipografia de *O Echo do Serro.* A sua paginação era contínua, permitindo que ao final se encadernasse o periódico, formando um único volume. De acordo com Jinzenji (2008), a prática de encadernar jornais, ao que tudo indica, era comum, e exemplares antigos eram, aliás, vendidos em anúncios para que o comprador pudesse reunir, ao final, todas as edições em sequência, construindo, assim, algo semelhante a um livro. A materialidade dos impressos, no que se refere ao formato das publicações, permaneceu o mesmo até meados do Império; eles geralmente eram produzidos em papel ordinário e dimensões reduzidas. Como a impressão de livros não se fortaleceu, "o gênero periódico figurou como suporte fundamental do impresso no Brasil ao longo do século XIX" (MARTINS, 2008, p. 57).

A impressão do *Estrella Mariannense* acontecia inicialmente na "Typografia Patrícia do Universal" em Ouro Preto, para, depois de pronto, ser enviado para a cidade vizinha de Mariana[53]. Foi somente a partir de 14 de abril de 1832, com a criação da Tipografia Mariannense, que o periódico passou a ser publicado na cidade de Mariana, para a qual era dedicado. Em São João Del Rei, o jornal *O Mentor das Brasileiras* já anunciava, no dia 16 de abril de 1830, antes mesmo de seu aparecimento, a chegada do jornal *Estrella* para a cidade de Mariana:

> Em Mariana a 3 de Maio vai apparecer um novo periódico = Estrella Mariannense =, ele deve ser liberal; porque conhecemos mui deperto quaes sejao os sentimentos do redactor que dizem se incumbe de semelhante tarefa. He admirável o progresso das luzes na nossa Província! Gracas aos Céos, que já os Marianense sahirão desse letargo, em que jaziao! (O MENTOR DAS BRASILEIRAS, ed. 20.).

[52] Vale mencionar que, no acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, faltam 16 números do periódico, sendo eles: 6, 7, 9, 11, 12, 18, 28, 76, 96, 108, 111, 112, 115, 116, 117, 118.
[53] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.

O jornal buscava trazer, em seu conteúdo, abordagens de conceitos políticos e análises que se voltavam para os temas que eram centrais no contexto inicial do Império e na cidade de Mariana. Eram publicados, em especial, e, em um primeiro momento, os debates públicos da Câmara Municipal de Mariana, bem como textos referindo-se a temas como patriotismo, filosofia, liberdade de imprensa, constituição, liberdade, e também o ensino e a instrução local, a legislação, as falas, as correspondências e os textos de colaboradores.

Desde a sua criação, o impresso buscou publicar decisões do governo tanto na esfera local como nacional, traçando argumentos no sentido de estimular, em seus leitores, a luta pela liberdade, pela autonomia e pela participação política, dirigindo-se sempre aos seus leitores, evocando-os como: "cidadão orgulhoso", ou "Augustos e Digníssimos Representantes da Nação Brasileira"[54]. De acordo com Viana (2012), os textos do periódico *Estrella Mariannense* indicam que seu discurso assumiu uma nova direção entre fins do ano de 1830 e início de 1831: "De um tom instrutivo e de apoio ao imperador, Accursio Nunan passou a criticar o governo e os privilégios que estavam sendo concedidos a alguns dos ministros" (VIANA, 2012, p. 69).

Tal periódico dirigia-se ao seu leitor buscando estimulá-lo na luta pela defesa dos sistemas constitucionais, da pátria e dos ideais como nação, justiça e liberdade. Nunan, em seus discursos, buscava não somente informar e noticiar o público, mas debater temas de grande preponderância e efervescência no contexto local de Mariana. Na medida em que informava a sociedade local sobre as questões políticas e as decisões de Câmara, por exemplo, o periódico dava lugar ao tratamento e à explanação de conceitos políticos, às cartas e às correspondências de seus leitores, gerando, assim, um espaço de troca, que se expressava como um espaço público de discussões e debates (MOREIRA, 2006).

O jogo político que se travou entre os liberais e conservadores contribuiu muito para a construção de representações que dessem sustentação ao projeto de uma Nação brasileira. E o periódico *Estrella Mariannense,* integrando esse combate, expressava o teor que as discussões possuíam, assumindo-se liberal na medida em que traçava seus argumentos. Assim, a escrita do *Estrella* buscava não somente formar seus leitores politicamente, mas discutir as bases de uma modernidade que estava se construindo no Brasil. Em sintonia com Xavier Guerra (2000), consideramos que a modernidade se fez por diferentes vias no mundo latino, bem distintas em relação às formas modernas que se desenvolveram no mundo anglo-saxão. A

[54] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.

partir do século XVIII, houve um conjunto de múltiplas mutações "en el campos de las ideas, del imaginário, de los valores, de los comportamentos" (GUERRA, 2000, p. 23). E o que pode ser considerado, segundo Guerra, como o centro de um novo sistema de referências que se consubstancia na vitória do indivíduo, considerado como valor supremo. Assim, "La Modernidad es ante todo la 'invención' del individuo. El individuo concreto, 'agente empírico presente em toda a sociedade' vá a convertirse ahora en el sujeto normativo de las instituiciones e de los valores" (GUERRA, 2000, p. 85).

Deste modo, pode-se dizer que:

> La política moderna nace de la necesidad de obtener la opinión o la voluntad del nuevo soberano: la nación. Las praticas societárias de elaboración de la opinión y de dirección de las sociabilidades modernas se extienden al conjunto de la sociedade y se convierten en una lucha para obtener real o simbolicamente la nueva legitimidade (GUERRA, 2000, p. 31).

Neste bojo de mutações e rupturas que implicam a modernidade, além da transformação das ideias e práticas políticas, as linguagens que as expressam também sofrem este processo, e neste caso, acontece "en el discurso universalista de la razón, en la retorica politica, en la simbólica". Ademais, é o tempo em que se fundam novas linguagens, que manifestam uma nova visão de homem e de sociedade, e que são também uma "pedagogia" (GUERRA, 2000, p. 31).

Assim, o redator Manoel Berardo Accursio Nunan, movido pelo "espírito de liberdade", afirmava que: "só a verdade dirigira minha pena"[55], e a todo momento lembrava ao leitor que sua escrita era voltada para a tarefa de defender dos inimigos a liberdade Brasileira. Berardo contribuiu consideravelmente para a construção de um debate político de tendência liberal, fundamentando seu discurso em diversos autores clássicos e ilustrados, demonstrando estratégias organizadas para direcionar a sua escrita[56].

Por meio de uma escrita "fundamentada," o redator expressava severas críticas contra "as leis sanguinárias dos governos despóticos" em favor sempre da "liberdade dos cidadãos"[57]. Nos momentos de debate político acirrado, não hesitava em afirmar que os escritores públicos e redatores atuavam a serviço da Nação e, portanto, não somente deveriam alimentar o debate político, mas principalmente denunciar aos olhos do povo a "má fé" e o "abuso das leis". Dessa maneira, quase que como uma estratégia de combate, ele se projetava frequentemente como opositor das injustiças. E, em tom de ameaça para com aqueles que não

[55] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.
[56] Sobre os autores utilizados por ele para elaborar seu discurso, trataremos no capítulo 2.
[57] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.

cumpriam a lei, ele sinalizava "nossa pena está aparada. Somos revestidos de uma coragem imensa [...]"[58], deixando claro que não temia dizer a verdade para manter o bem público.

Por tudo o que foi mencionado, é importante salientar que, nos primeiros momentos da imprensa brasileira, não havia muitas distinções entre local, nacional e internacional, e entre opiniões e informações, ou seja, "o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais" (MOREL, 2008, p. 36). As primeiras décadas do século XIX se caracterizaram por uma expansão do público leitor, bem como das tiragens de impressos e dos títulos novos. De acordo com Morel, a alfabetização naquele tempo era escassa, mas, apesar desse fato, havia "cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas", uma vez que a leitura se apresentava como prática coletiva. Desse modo, "a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor" (MOREL, 2008, p. 39), apesar de a imprensa ter estado, em sua maioria, nas mãos de um conjunto restrito de redatores.

Nesse viés, os redatores atuavam enquanto novos agentes culturais e políticos, e tiveram preponderância no processo de construção do Estado nacional brasileiro. Entre eles se articulava uma forma de associação bastante específica, pois as suas redes de sociabilidade se estabeleciam por meio da imprensa periódica. Nessa rede criada pelos redatores, eles citavam uns aos outros frequentemente, trazendo matérias dos aliados políticos e apresentando ao público quando algum novo jornal era lançado. Eram muito comuns as trocas de jornais entre eles, inclusive para além de sua província. Os redatores conquistavam seu público leitor na medida em que faziam circular palavras e ideias, produzindo novos agentes, entre eles o leitor, os quais retransmitiam conteúdos aos demais.

Manoel Berardo A. Nunan, além de ter sido o redator do *Estrella Mariannense,* era advogado[59] e exerceu, embora por apenas alguns meses, a função de secretário da Câmara Municipal de Mariana. Conhecido e aparentemente hostilizado pelo modo como defendia o liberalismo, acusado de escrever "doutrinas, que desagradam ao governo"[60], Berardo se envolveu em algumas situações polêmicas que acabaram figurando presença nas páginas de alguns periódicos mineiros, o que nos ofereceu indícios sobre quem era e o que representou esse redator.

[58] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 71.
[59] O UNIVERSAL, ed. 67.
[60] O UNIVERSAL, ed. 571.

Ao exercer a função de secretário da Câmara Municipal de Mariana, fato que o deixou, naquele tempo, em posição privilegiada, permitindo-o acessar discussões que eram travadas no espaço público de poder em "primeira mão", ele acabou sendo demitido[61]. Era comum, naquele período, que Berardo utilizasse de sua folha para abordar temas e discussões vindas da Câmara, além de trazer, em caráter oficial, as Atas de Reunião que ali ocorriam. Com sua "pena bem aparada" e uma escrita liberal e combativa, ele fazia críticas expressivas a tudo que julgava incorreto, muitas vezes advertindo a própria Câmara sobre gastos e a conduta de alguns dos vereadores. Era de se esperar que tal postura não agradasse a muitos, sendo acusado publicamente de "incendiário" e taxado de "inimigo da Nação" pelo Major Gonçalves Serra, por meio de um requerimento enviado à Câmara[62].

Por sua vez, a Comissão da Câmara responsável por avaliar a situação expressou, em forma de parecer, uma censura a Nunan devido aos "indecorosos, e rudes termos com que tem deprimido a força moral desta Corporação em conversações, e mesmo inserindo censuras acrimoniosas em seu jornal"[63]. Em tom de advertência, a Comissão alegava que o secretário era um súdito da Câmara, bem como executor de suas ordens e que, portanto, não possuía a tarefa de fiscalizar seus procedimentos. Nesse ponto, é interessante atentar-se para o fato de que a Câmara, em vez de tratar seus funcionários como homens em função do poder público, ao menos no modo de dizer, tratava-os como súditos. Isso poderia indicar a presença de alguma herança das lógicas do Antigo Regime, que ainda perpassava as relações de poder em Mariana. O ambiente político neste contexto, apesar de ter como tema central o constitucionalismo e apesar das críticas quase unanimes aos corcundas (NEVES, 1999), ainda assim se configurava bastante híbrida, mesclando elementos e práticas tanto do Antigo Regime como da Modernidade (GUERRA, 1999; GUERRA, 2000).

O redator é, então, demitido de sua função de secretário, sob alegação de que, ainda que não pudessem comprovar seus crimes de incendiário, era degradante para a honra e o civismo da mesma função "conservar um Secretário publicamente taxado de incendiário, e inimigo da Nação". Essa notícia tomou conta de outros periódicos liberais da região[64] que o defendiam e manifestavam insatisfação. Vale mencionar que a defesa de Manoel Berardo, por parte d'O Universal, se deu em março de 1831, meses antes da ruptura e dos possíveis desentendimentos do redator com a Tipografia Patrícia. Berardo, ao se dizer injustiçado, vítima de uma intriga não economizou pejorativos à Câmara e ao Major Serra, intitulando-o

[61] O NOVO ARGOS, ed. 73; O UNIVERSAL, ed. 571.
[62] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.
[63] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.
[64] O NOVO ARGOS, ed. 73; O UNIVERSAL, ed. 571.

de "gênio da intriga", afirmou que representava um "entte nullo e desprezível na Sociedade" e que "há muito berra por uma fita no peito"[65]. Nesse tocante, a fita no peito a que o redator se referia, possivelmente, relacionava-se à concessão de títulos de nobreza, uma prática típica do Antigo Regime e certamente criticada pelo discurso moderno e liberal de Nunan.

Após esse fato, o redator assume, em seu discurso, um tom rancoroso e ainda mais combativo, passando a vistoriar e censurar as ações da Câmara com mais frequência, requerendo e contestando para que ela "publicasse pela Imprensa os seus actos" e, em tom de ironia, usando letra em itálico, "para que o povo conheça o *talento* dos seus Membros"[66]. Berardo, ao que parece, não se intimidou com a demissão; ao contrário, fez bom uso desse fato em favor dos liberais, afirmando, com isso, a perseguição política crescente a qual eles vinham sofrendo, não só por parte dos conservadores, mas agora também por parte dos órgãos do governo e também da Igreja. A partir de então, passou a não medir palavras para "afrontar" os inimigos, fossem os da Câmara ou mesmo o Bispo de Mariana, aquele que dizia ser um "Telegráfico Bispo", "corcundíssimo" e "patife[67]".

Apesar de todo esse clima de efervescência e combate, que era muito presente no periódico, o conteúdo das matérias trazia temas que não somente informavam e noticiavam o público. Mas a sua escrita, na medida em que informava, também formava os leitores politicamente, abrindo espaço às cartas e correspondências dos leitores, produzindo, assim, um espaço de debates, discussões e certamente de fiscalização da cena pública. Ele sabia que a sua folha não agradava as autoridades, fossem elas políticas ou religiosas, e, ao que parece, não se importava com esse fato, pois afirmava "Esta nossa linguagem não agradará de certo os imundos Frades: é isto o que queremos"[68].

A crítica dos redatores liberais aos clérigos em Mariana era constante, pois tínhamos de um lado os redatores e intelectuais liberais, que, ao se autodenominarem "patriotas mineiros"[69], buscavam afirmar energicamente uma posição política que se dizia dotada de zelo, patriotismo e amor à Constituição. E, em contraposição a esse grupo, tínhamos do outro lado do conflito os chamados pelos liberais de inimigos do filosofismo, ou também "sanguisedentos monstros do despotismo"[70], que, apesar de se considerarem a favor da Constituição, eram resistentes à chegada de novas ideias e práticas do liberalismo. Integravam esse grupo, além de políticos conservadores, o grupo de redatores envolvido com *O*

[65] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.
[66] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 47.
[67] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 54.
[68] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.
[69] O UNIVERSAL, ed. 2057.
[70] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.

Telégrafo, alguns dos padres que lecionavam no Seminário, e o Bispo de Mariana. A imagem dos clérigos era muito marcada pela ideia de autoridade, despotismo e intransigência, o que, por sua vez, ocasionava a fúria dos redatores liberais, que não economizavam esforços nem ofensas para diminuir alguns dos membros da Igreja em suas folhas.

Em março de 1831, conforme os jornais "o estado da intriga na cidade de Mariana tem chegado ao auge"[71]; e *O Universal* noticiava que pasquins infames surgiram e, após serem copiados por diversas pessoas, teriam sido distribuídos em toda a cidade. Os pasquins diziam contra algumas das autoridades da província e também contra os redatores Berardo Accursio Nunan e Ribeiro Bhering, afirmando que eles tramavam um golpe republicano, e que pretendiam, ao final, escravizar ou "cativar os pardos"[72] e matar o Bispo de Mariana.

A notícia, segundo o jornal, aparentemente teria causado uma enorme desordem, pois os pasquins estariam incitando o povo, principalmente os pardos, a fazerem uma rebelião. Conforme relato do Universal no dia 30 de fevereiro de 1831[73], mais de cem pessoas armaram-se e acompanharam o Bispo até sua casa dizendo estarem o defendendo dos liberais que planejavam matá-lo. Durante a noite, estas mesmas 100 pessoas teriam corrido pelas ruas da cidade com "archotes acesos dando gritos de Morram os Republicanos". Em seguida, foi até a casa do redator Berardo um grupo de homens armados que, segundo a matéria, intencionavam matá-lo.

> A casa onde mora a infeliz, mãe do Cidadão Manoel Berardo foi nesta noite estragada a golpes de foices, de espadas, e de paos! A infeliz mãe, no retiro de sua habitação privada do seu filho, e ameaçada tão cruelmente por uma multidão de gente sem lei, e sem sentimentos de humanidade ficou desfalecida aos gritos de morra Berardo. (O UNIVERSAL, ed. 580.).

O ocorrido foi noticiado em toda a província, chegando até mesmo à Corte, e se tornou assunto no periódico *Ástrea,* na edição de 23 de abril daquele ano, quando a folha, em tom humorado, inicia a matéria dizendo que o "Bispo tem feito atos grandes" em Mariana, pois teria sido capaz de levar "um extraordinário número de negros e pardos [...] quase 300 ou mais"[74] a irem até a casa de Berardo quebrar-lhe as janelas, prodigalizando insultos da pior qualidade. Essa ação, segundo a matéria, teria acontecido na mesma noite também contra Honório Armonde, o responsável por comprar a Tipografia Mariannense em 1832, e com outros liberais.

---

[71] O UNIVERSAL, ed. 570.
[72] O UNIVERSAL, ed. 570.
[73] O UNIVERSAL, ed. 580.
[74] ÁSTREA, ed. 691.

Após os ânimos se acalmarem, passados uns dias do ocorrido, o redator Berardo se prontificou à tarefa de argumentar sua defesa por meio do *Estrella* e cobrar providências do Juiz de Paz. Ele alegava que os pasquins teriam sido escritos por um escritor hábil, e insinuou que os redatores do *Telégrafo*, conservadores e adversários dos liberais, estariam envolvidos no ocorrido. Em texto publicado na folha, ele afirma que "absolutistas" pretendiam "indispor contra nós a gente de cor", logo os pardos que "são cidadãos, seus direitos são os mesmos, numa palavra somos todos iguais" e afirma que nas folhas liberais eles nunca foram diminuídos[75].

Esse ocorrido nos leva a refletir sobre o fato de Berardo ter elaborado a sua defesa baseando-se no argumento de que os pardos também eram cidadãos e possuíam os mesmos direitos que os brancos. Se considerarmos que de fato a história dos pasquins foi forjada pelos conservadores, é importante pensar que os mesmos conservadores inseriram a questão dos pardos no debate por algum motivo. É possível que os conservadores, ao inserir os pardos no discurso, colocando-os contra os liberais, poderiam estar também evidenciando ali um ponto fraco do discurso político liberal. As reflexões sobre liberalismo e direito civil que se estabeleceram no pensamento social brasileiro e o paradoxo que existia entre liberalismo e escravidão foi presente em grande parte da reflexão sobre o século XIX, especialmente no que tange à formação da sociedade brasileira (GRINBERG, 2002, p. 31). Logo, o liberalismo que estava se construindo no Brasil durante esse contexto buscava aliar os valores modernos à necessidade econômica da manutenção da escravidão.

A circulação de pasquins ou manuscritos pelas vilas ou cidades era bastante usual desde o período colonial, integrando um conjunto de práticas políticas, além de configurar um instrumento privilegiado de expressão de determinados grupos sociais. Durante a primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, eles encontraram terreno fértil; os manuscritos facilitavam a veiculação de temas e assuntos que, na maioria das vezes, não estavam presentes nos órgãos da imprensa. E, por meio deles, seus autores ou responsáveis acabavam construindo e difundindo uma determinada percepção, ao mesmo tempo em que se encontravam protegidos pelo anonimato. Eles podiam ser escritos, copiados, lidos ou até mesmo destruídos rapidamente, chegando ao público em muito menos tempo do que um jornal, por exemplo. Integrando a cultura política da Época Moderna, os pasquins eram responsáveis, em muitos contextos, por difundir, por meio de uma rede clandestina, um repertório de valores (ROMEIRO, 2017).

[75] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.

A relação dos jornalistas liberais com os membros da Igreja, durante todo esse contexto, foi marcada por muito conflito, tanto em Mariana como em Ouro Preto, em especial com o Sr. Frei José de Santíssima Trindade[76] e alguns dos padres que atuavam no Seminário. Em junho de 1831, a notícia de que o jovem seminarista Jacinto Ferreira Pena, irmão do então redator do *Novo Argos,* Herculano Pena, teria sido expulso do Seminário fez gerar mais um clima de tensão envolvendo o nome de Berardo.

Em edição do dia 6 de junho no *Estrella Mariannense*, o redator dirige a sua matéria ao Bispo D. Frei José de Santíssima Trindade, afirmando que a cidade de Mariana estava se tornando um "teatro horrível dos sanhudos Frades", os quais, não satisfeitos em insultar os liberais por meio do jornal *O Telégrafo,* agora estariam se voltando contra os seminaristas por causa de seu liberalismo, sua constitucionalidade e suas virtudes. Conforme relatou a matéria, as repetidas vezes em que os jornais da província censuraram os frades teria "irritado a peçonha das víboras", e, por isso, o frei teria, arbitrariamente, expulsado o aluno Jacinto do Seminário, de maneira despótica, devido ao fato de que este era irmão do redator de uma folha liberal. Esse fato causou agitação, e não era por menos, pois fato semelhante já tinha ocorrido com o padre Ribeiro Bhering em 1829, quando foi demitido de seu cargo de lente de filosofia do Seminário por trazer aos alunos, novidades filosóficas que estavam desalinhadas com os princípios religiosos do Seminário (ALMEIDA, 2015; LUZ, 2016). Assim, veicular a informação de que um aluno teria sido expulso do Seminário, pelo motivo de ser irmão de um liberal, ampliava ainda mais a fama de absolutista e despótico que era trazida pelo Seminário e pelo Bispo.

Após insultar fortemente os frades e o Bispo, a matéria aconselha aos pais que não deixem jamais seus filhos seguirem estudos nos Seminários, pois ali os "encarniçados algozes" achincalham o patriotismo dos jovens marianenses. Assevera ainda que o Bispo não deve ficar entre os mineiros. Passando agora a clamar a sua saída da diocese, Berardo questiona: "ficará entre nós esta chaga gangrenosa para nos corromper?"[77].

Todavia, o que Berardo não deixa claro na matéria, é que fora publicado um Comunicado na folha *O Novo Argos,* escrito por um possível leitor com codinome de Observador Mariannense. Este continha críticas sobre "os mais ocultos fatos do Seminário", trazendo informações que provavelmente somente quem estivesse ali dentro deveria saber. E as suspeitas maiores de que notícias internas do Seminário estariam sendo reveladas aos

[76] O mesmo responsável pela demissão do padre Ribeiro Bhering do cargo de lente de filosofia no ano de 1829, conforme consta na ed. 351 do jornal O UNIVERSAL. Para maiores informações sobre esse episódio, ver (ALMEIDA, 2015).
[77] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 55.

redatores liberais se deram pelo fato de que o aluno Jacinto Ferreira Pena estaria se encontrando, às escondidas, com Berardo, e recebendo folhas de papel. Pois "Precisando o Sr. F.P. de papel para escrever algumas coisas relativas aos seus estudos o mandou vir da casa do Sr. Berardo, cidadão a quem os frades têm o maior ódio por causa do seu liberalismo [...]". Mas, ao que tudo indica, ao se encontrarem, Jacinto e Berardo teriam sido delatados quando um dos colegas seminaristas, ao ver a situação, comunicou aos frades acusando o aluno Jacinto F. P. de ser "colaborador dos malvados periódicos, que escrevia contra o Seminário, e que o Sr. Berardo lhe mandava os papéis para tais escritas"[78].

No entanto, a continuação da história não fora mencionada no *Estrella Mariannense,* pois Berardo utilizava sempre a escrita a seu favor e dos liberais, e, caso revelasse maiores detalhes aos leitores, eles logo saberiam que ele próprio teria sido um motivador dos fatos. Estaria ele com receio de perder a credibilidade de seus leitores? Não se pode afirmar, mas o acontecido nos deixa a impressão de que Berardo era alguém que assumia notoriedade por onde estivesse. Colecionando leitores, admiradores e desafetos, ele, ao que tudo indica, representava uma ameaça tanto para os membros da Igreja como para a ala política dos conservadores. Acusado de depreciar a imagem da Câmara Municipal, seguia sendo hostilizado pelos frades e pelo Bispo. Porém, o liberal usava sua escrita para defender-se na qualidade de escritor público, afirmando que poderia, sim, comunicar livremente seus pensamentos, já que estava ele sujeito à lei como qualquer cidadão.

Em novembro de 1832, em uma edição extraordinária da folha, Berardo encerra a publicação do *Estrella Mariannense* alegando que "circunstâncias imperiosas" o obrigavam a ausentar e se estabelecer na Villa do Pomba, e que, portanto, estava interrompendo a publicação do periódico. Talvez fosse possível supor que estivesse ele sendo perseguido? Bom, não é possível afirmar, mas sabe-se que em tom de despedida, Berardo manteve o juramento de vigiar o inimigo e combatê-lo sempre, entretanto, afirmou que a partir daquele momento deixaria o terreno para alguém mais hábil, "mas nunca mais destemido, nem mais amigo da sua Pátria" que o *Estrella*[79].

Após deixar o jornal, tornou-se Secretário do Governo da Província entre os anos de 1835-1839. Nesse período, já havia se mudado para Ouro Preto, pois era frequente seu nome figurar nas listas de cidadãos ouro-pretanos que se inscreviam para exercer a função de júri popular. Em julho de 1837, Manoel Berardo Accursio Nunan, aos 35 anos, casou-se com Claudina Augusta da Rocha, de 27, em Ouro preto, na Igreja Nossa Senhora da Conceição.

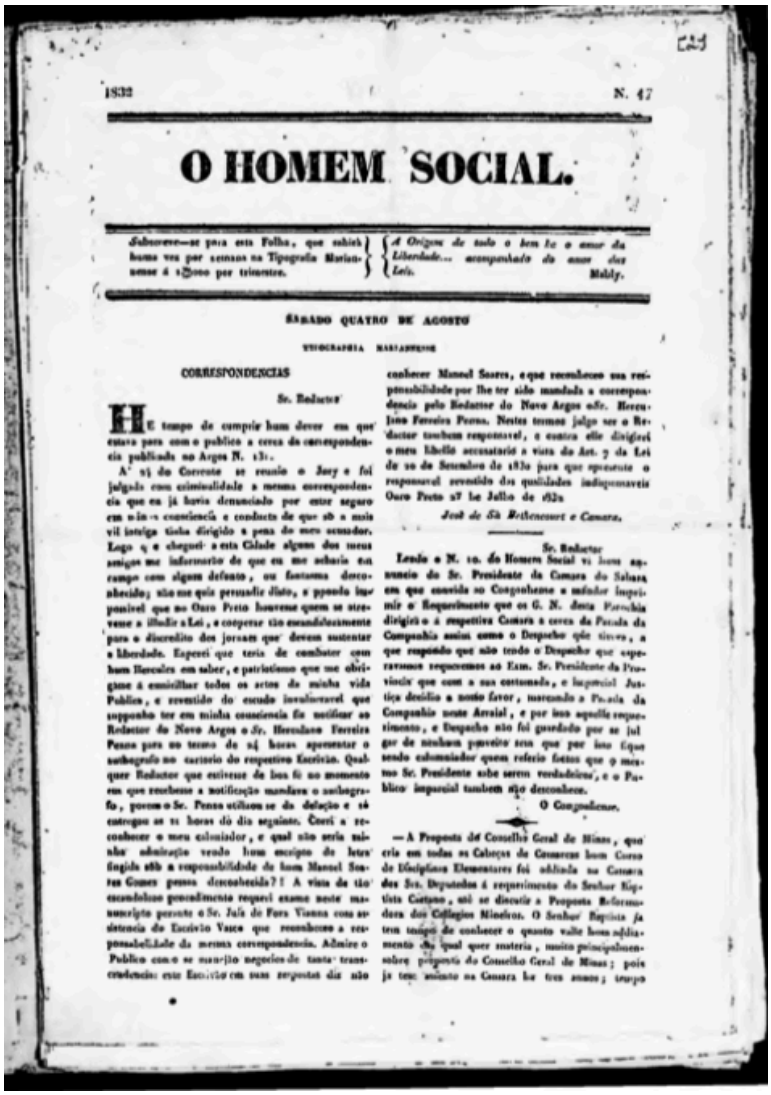
[78] O UNIVERSAL, ed. 604.
[79] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 120.

Ambos tiveram dois filhos, Berarda Accursio Nunan, nascida em 1839, e Luiz Nunan, nascido em 1844. Não sabemos maiores detalhes sobre sua vida familiar, pois tais informações foram retiradas, em um breve levantamento, dos Livros de Casamento e Batismo[80].

Em 1841, já distante da redação de periódicos, ele se tornou Delegado do 1º Círculo Literário, além de atuar como advogado defendendo réus em sessão de júri[81]. Em 1855, foi responsável pela elaboração do *Repertório Geral das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*[82] para o então presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos.

[80] Brasil Batismos, 1688-1935, database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/pal:/MM9.1.1/XVMP-XVY: 11 February, 2018), Manoel Berardo Accursis Nunan in entry for Berardo Accursis Nunan, 18 Sep. 1839; citing Nossa Senhora da Conceicao, Ouro Preto, Minas Gerais, Brazil, reference, index based upon data collected by the Genealogical Society of Utah, Salt Lake City; FHL microfilm 1, 284, 545. Disponível em: https://www.familysearch.org/search/collection/1500708. Acesso em: 4 maio. 2018.
[81] O UNIVERSAL, ed. 77.
[82] NUNAN, Manoel Berardo Accursio. *Repertório Geral ou índice alfabético das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais e dos Regulamentos.* Ouro Preto: Bom senso, 1855. [Instruções e Portarias da Presidência promulgadas desde o ano de 1835 até o dia 5 de junho de 1855.]

1.5 O Homem Social[83]



1832 N. 47

O HOMEM SOCIAL.

Subscreve-se para esta Folha, que sahirá huma vez por semana na Typografia Marianense á 1$000 por trimestre.

A Origem de todo o bem he o amor da Liberdade... acompanhado do amor das Leis. Mably.

SABBADO QUATRO DE AGOSTO

TYPOGRAPHIA MARIANENSE

CORRESPONDENCIAS

Sr. Redactor

HE tempo de cumprir hum dever em que estava para com o publico a cerca da correspondencia publicada no Argos N. 131.

A' 25 do Corrente se reunio o Jury e foi julgado com criminalidade a mesma correspondencia que eu já havia denunciado por estar seguro em a minha consciencia e conducta de que ella a mais vil intriga tinha dirigido a pena do meu accusador. Logo q e cheguei a esta Cidade alguns dos meus amigos me informarão de que eu me achava em campo com algum defunto, ou fantasma desconhecido; não me quiz persuadir disto, e pareceo impossivel que no Ouro Preto houvesse quem se atrevesse a illudir a Lei, e cooperar tão escandalosamente para o descredito dos jornaes que devem sustentar a liberdade. Esperei que teria de combater com hum Hercules em saber, e patriotismo que me obrigasse á esmiolhar todos os actos da minha vida Publica, e resentido do escudo inviolavel que suppunha ter em minha consciencia fiz notificar ao Redactor do Novo Argos o Sr. Herculano Ferreira Penna para no termo de 24 horas apresentar o autheografo no cartorio do respectivo Escrivão. Qualquer Redactor que estivesse de boa fé no momento em que recebesse a notificação mandava o autheografo, porem o Sr. Penna utilisou-se da dilação e só entregou as 11 horas do dia seguinte. Corri a reconhecer o meu calumniador, e qual não seria minha admiração vendo hum escripto de letra fingida sem a responsabilidade de hum Manoel Soares Gomes pessoa desconhecida?! A vista de tão escandaloso procedimento requeri exame neste manuscripto perante o Sr. Juiz de Fora Vianna com assistencia do Escrivão Vasco que reconhecesse a responsabilidade da mesma correspondencia. Admire o Publico com o se ennovello negocios de tanta transcendencia: este Escrivão em taes respostas diz não conhecer Manoel Soares, e que reconhece sua responsabilidade por lhe ter sido mandada a correspondencia pelo Redactor do Novo Argos o Sr. Herculano Ferreira Penna. Nestes termos julgo ser o Redactor tambem responsavel, e contra elle dirigirei o meu libello accusatorio a vista do Art. 7 da Lei de 20 de Setembro de 1830 para que represente o responsavel arrostido das qualidades indispensaveis

Ouro Preto 27 de Julho de 1832.

José de Sá Bethencourt e Camara.

Sr. Redactor

Lendo o N. 10. do Homem Social vi hum annuncio do Sr. Presidente da Camara do Sabará em que convida ao Congresso a mandar imprimir o Requerimento que os C. N. desta Freguezia dirigirão a respectiva Camara a cerca da Patente da Companhia assim como o Despacho que tiverão, a que respondeo que não tendo o Despacho que esperavamos requeremos ao Exm. Sr. Presidente da Provincia que com a sua costumada, e imparcial Justiça decidio a nosso favor, mandando a Patente da Companhia neste Arraial, e por isso aquelle requerimento, e Despacho não foi guardado por se julgar de nenhum proveito sem que por isso fique sendo calumniador quem referio factos que o mesmo Sr. Presidente sabe serem verdadeiros, e o Publico imparcial tambem não desconhece.

O Compadecido.

— A Proposta do Conselho Geral de Minas, que cria em todas as Cabeças de Comarca hum Curso de Disciplinas Elementares foi adiada na Camara dos Srs. Deputados á requerimento do Senhor Rigueira Costaz, até se discutir a Proposta Reformadora dos Collegios Mineiros. O Senhor Rigueira já tem tratado de conhecer o quanto valle hum adiamento de qual quer materia, muito principalmente sobre proposta do Conselho Geral de Minas; pois já tem assento na Camara ha tres annos; tempo

O Homem Social foi um periódico redigido pelo padre, professor de retórica e político Ribeiro Bhering.Foi lançado em abril de 1832[84] e, embora não possamos precisar o mês e o ano de seu fim, sabe-se que, em 1833, ele ainda circulava[85]. Bhering conciliava a publicação desse jornal com suas tarefas de professor da cadeira de Retórica que acabara de assumir em 1832, em Mariana. A sua periodicidade era semanal, e tivemos acesso somente a 10 edições desta folha. Das edições que correspondem ao ano de 1832, acessamos apenas 6, e os números foram publicados entre os meses de agosto e dezembro. Das edições correspondentes

[83] *O Homem Social (1832)* disponível no Arquivo Nacional.
[84] Não foi possível acessar a edição de número 1, mas o prospecto de lançamento de *O Homem Social* foi publicado na íntegra pelo jornal *Ástrea* no Rio de Janeiro, em sua edição 826, no dia 1 de maio de 1832.
[85] ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1977, p. 170.

ao ano de 1833, restaram 4, e foram publicadas entre janeiro e junho. Durante o período de circulação a que tivemos acesso, todas, com exceção de apenas uma edição, saíram aos sábados. Os aspectos tipográficos desta folha eram bastante similares aos do *Estrella Mariannense,* tanto no que se refere ao tamanho dos tipos utilizados como também na forma como acontecia a separação de subtítulos e espaçamento das letras. Entretanto, não podemos afirmar as suas dimensões, mas a folha era composta também por duas colunas e quatro páginas. Já a impressão, subscrição e venda acontecia na Tipografia Mariannense e custava 1$000 por trimestre. Além disso, não havia, na folha de prospecto, como de costume em outros jornais, a informação sobre a possibilidade de venda da folha avulsa, o que nos leva a crer que ela poderia ser destinada somente aos assinantes.

Por meio de uma escrita de tom menos combativo do que o *Estrella*, mas ao mesmo tempo provocativo, *O Homem Social* atuava em muitos dos embates políticos vividos pelos liberais, expressando seus ideais de forma "incendiária" (LUZ, 2016).

Nesse âmbito, o jornal publicava notícias provinciais, decretos imperiais, correspondências dos leitores, trechos de livros e anúncios em geral. A primeira edição da folha não foi encontrada, mas o prospecto do seu primeiro número pode ser encontrado no *Ástrea,* que, ao felicitar a chegada da folha liberal, o publica na íntegra. Bhering diz, na edição de lançamento, que "O Homem Social está identificado com a sua Pátria" e que a finalidade do periódico repousa em "auxiliar os defensores deste Código Sagrado, que nos abalançamos a empunhar a pena, ainda que mal aparada"[86].

Para tanto, a defesa da Constituição enquanto um código sagrado era um dos pilares da escrita de Bhering no periódico, bem como a defesa da autonomia da província e o combate aos conservadores. O terceiro trimestre da folha é "todo dedicado a bater-se com o partido restaurador, com o qual não admite capitulação, se não com a condição de largar as armas com que tem intentado ferir de morte o feliz, e venturoso dia Sete de Abril"[87]. Com sua escrita, o redator alertava os leitores que os restauradores caramurus intencionavam levantar a Restauração, desmerecer o "sete de abril", data da abdicação de Pedro I, e trazer o retorno da Coroa. Com cautela, suas palavras sinalizam ainda que é preciso ter cuidado, pois os caramurus, a princípio, faziam parecer que eram defensores da Constituição e dos desejosos da boa ordem, mas que, quando adquiriam "séquito entrão em personalidades, já disacreditão Deputado Liberal, já calunião aquele Ministro, que não os favorece"[88].

[86] ÁSTREA, ed. 826.
[87] O HOMEM SOCIAL, ed. 27.
[88] O HOMEM SOCIAL, ed. 27.

Em edição de 17 de novembro de 1832, o redator apresenta ao leitor os vereadores eleitos em Mariana, entre eles estavam o próprio Antônio Ribeiro Bhering e aquele que havia comprado a Tipografia Mariannense, o Coronel Honório José Ferreira Armonde. Entusiasmado, Bhering felicita a cidade de Mariana e congratula seus eleitores, pois, ao que tudo indica, foram eleitos, em maioria, vereadores de orientação liberal: "povo ilustrado nós te damos os parabéns pela feliz escolha" dos vereadores. A folha dizia ao leitor que os sete vereadores escolhidos eram capazes de sustentar o "brilhantismo da heroica porção de Mineiros que representa", pois eram eles que iriam "lançar por terra a grande besta do despotismo". Na visão do redator, esse grupo que agora iria assumir a Câmara estava apto para enfrentar o combate travado com os caramurus não somente porque eram liberais e "baluartes" da Nação, mas porque eles "velarão de contínuo na prosperidade do Paiz que os viu nascer".

Assim, não podemos afirmar as motivações que levaram a uma mesma tipografia, ainda em construção, com recursos limitados, a imprimir mais de um jornal de tendência liberal no mesmo período. Essa questão ainda merece análises futuras, mas, ao que tudo indica, um dos motivos poderia ser o fato de que o *Estrella Mariannense* e *O Homem Social* possuíam destinatários diferentes. O mesmo público que lia um certamente poderia acabar lendo também o outro. No entanto, o leitor idealizado pelos redatores aparentemente era distinto. Enquanto o *Estrella* era um jornal muito combativo e didaticamente político, já que trazia temas políticos explicados de forma organizada e metafórica, o outro, *O Homem Social,* tratava, em menor proporção, das intrigas locais, censurava em menor medida os homens públicos e, embora também fosse provocativo e crítico aos opositores, possuía uma essência mais informativa. Ademais, seus mecanismos educativos pareciam ter um caráter mais formal e menos premeditado que o *Estrella Mariannense,* principalmente no que se refere aos mecanismos retóricos que serão melhor abordados no Capítulo 3. De certo que tais características implicariam perfis de leitores desejados, mas esta discussão sobre o leitor será melhor abordada no Capítulo 4.

Antes de publicar *O Homem Social* em 1832, Bhering foi o redator de *O Novo Argos*, periódico que foi impresso em Ouro Preto, na Tipografia Patrícia do Universal, entre 1829 e 1830, quando ele deixa a redação, sendo esta, então, atribuída a Herculano Pena. Entre os anos de 1829 e 1839, teve participação assídua em jornais como *O Universal*, uma das mais importantes e longevas folhas mineiras de tendência liberal, e, entre 1837 e 1839, participou de *O Parlamentar,* folha também liberal e impressa no Rio de Janeiro. A atuação de Bhering enquanto colaborador de outros jornais era vasta; ele escrevia textos que eram publicados em

muitas folhas, fossem na província ou para além dela. Entre as folhas, podemos mencionar: *Astro de Minas, Estrella Mariannense, Ástrea, Aurora Fluminense, O Parahybuna, O Compilador, O Sete d'Abril, O Itamontano, O Regresso, O Amigo da Verdade* (LUZ, 2016).

Bhering gozava de prestígio social e político não somente em Ouro Preto e Mariana, mas em toda a região. Além de padre, foi designado professor da localidade, e era frequente a sua nomeação para algum cargo político ou administrativo. Entre as décadas de 1830 e 1850, Bhering foi vereador da Câmara de Mariana por três mandatos, além de ter sido juiz municipal, juiz de paz, vice-diretor da instrução pública, conselheiro, deputado e secretário provincial e deputado geral eleito por Minas Gerais (ALMEIDA, 2013).

Na sua trajetória, um desentendimento com membros da Igreja marcou fortemente sua atuação como padre e como redator. Em 1827, Ribeiro Bhering se tornou lente da cadeira de Filosofia no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana, a convite de Dom Frei José da Santíssima Trintade, cargo que ocupou por dois anos. Após uma série de desentendimentos com o Prelado da Diocese mineira, Ribeiro Bhering foi demitido em fins de 1829,sob acusação de trazer ensinamentos subversivos e contrários à religião católica em suas aulas e de fornecer aos jovens seminaristas uma formação pouco convencional e muito afeita aos ideias liberais.

Frei José era conservador, representava a mais alta liderança religiosa da Igreja Católica na província. Após esse incidente, o prelado passou a recriminá-lo, pois não via com bons olhos os padres adeptos do "filosofismo moderno" e, mesmo após demiti-lo, continuou perseguindo-o e afirmando que ele havia faltado com respeito às tradições católicas em suas aulas de filosofia (ALMEIDA, 2015).

Frei José lamentava publicamente o fato de seu principal opositor ter sido um sacerdote formado no Seminário, que, por suas mãos, "aprendeu e por ele foi sustentado, provido de livros pela mínima pobreza", e depois, quando "serviu de lente de Filosofia", pela "demagogia" acabou por "demoralizar" os alunos. O Frei afirmava ainda:

> [...] fui, obrigado, digo, fui constrangido a lançá-lo fora, e então se desmascarou em escritos públicos contra mim, contra seus mestres e contra o próprio Seminário a quem deve sua prosperidade, dirigindo a incendiária folha intitulada *O Novo Argos* de Minas, chamando-se hoje a par de outros demagogos naquele Conselho, que parece disposto a desacreditar o Seminário e fazê-lo odioso, para apressar a sua destruição e abandono (AECM: Arquivo 2; Gaveta 2; pasta 8 *apud* ALMEIDA, 2013).

O padre e redator Ribeiro Bhering, ao contrário, argumentava que no Seminário deveria ser implantado um ensino livre de fanatismos religiosos e que se mantivesse em

consonância com as luzes do século. Ele acreditava que o colégio episcopal deveria contribuir para a consolidação do regime constitucional e se tornar um espaço de sociabilidade que pudesse ser desfrutado por qualquer indivíduo em busca de conhecimento.

Nessa ideia, o fato é que se estabelecera entre Frei José e Ribeiro Bhering um embate que, ao abordar questões políticas locais, ligava-se a uma ordem nacional: estava posto ali um melindroso debate (ALMEIDA, 2013; 2015) entre Estado e Igreja e, com isso, o modelo de sociedade política que se pretendia estabelecer. Isso nos revela o clima de efervescência cultural de Mariana e o teor das ideias que eram mobilizadas naquele contexto pelo redator de *O Novo Argos* (ALMEIDA, 2013). O embate travado entre Bhering e o prelado nos leva a crer que o periódico parecia servir também para lançar a público as opiniões políticas de Ribeiro Bhering acerca da relação Estado e Igreja, liberalismo, Constituição e pátria. Os textos escritos no periódico deixavam claras as suas posições políticas, quase sempre contrárias ao Prelado e à forte influência do poder religioso nas questões de ordem pública ou política. Na edição 03, de 24 de novembro de 1829, Bhering publica no impresso uma coluna intitulada *"Exata classificação dos traidores mais importantes e perigosos à sociedade"*, e declara que a "Quarta classe" de traidores era formada pelos

> Eclesiásticos astutos, corruptos inteiros, vendidos ao poder, e participantes dele, padres, e frades fanáticos, e supersticiosos, que, em vez de ensinarem o caminho da virtude, e da verdadeira Religião, usão traidoramente do confeccinario, para insinarem ao povo simples, e mederozo, que se deve obedecer aos tiranos (O NOVO ARGOS, ed. 3.).

A partir disso, uma das hipóteses imaginadas aqui é a de que *O Novo Argos* tenha sido criado por Bhering para que ele pudesse provocar debates e difundir suas ideias e opiniões políticas demonstrando sua confiança no Poder Legislativo e no progresso da Nação, posicionando-se sempre de maneira crítica em relação à Igreja. O jornal foi criado em novembro de 1829, um mês depois de Bhering ter sido demitido por Frei José de sua função de professor de filosofia do Seminário de Nossa Senhora de Boa Morte. Ribeiro Bhering não mediu esforços e nem palavras para asseverar sua posição política, em alguns casos, contrária à posição da Diocese e, segundo ele, favoráveis ao progresso da civilização. Em seu impresso, os textos caminham sempre no sentido de que o Império deveria superar suas desavenças e manter as conquistas de um período de hegemonia liberal, mas conservando sempre a força de suas instituições.

O ideário político deste contexto era marcado pela oposição entre a ideia do despotismo, que era o símbolo de um passado que pretendiam regenerar, e do liberalismo constitucional, que era proposto como um projeto ideal de construção do Estado (NEVES, 1999).

Construindo uma trajetória pública importante, ele trazia cada vez mais o tema da Educação para suas reflexões, e seu discurso começou a ganhar nova configuração após Bhering assumir cargos em instâncias de poder político, como, por exemplo, o cargo de Vice Diretor Geral de Instrução Pública. Nesse viés, passou a se questionar sobre a aplicabilidade de uma série de leis para a instrução, lançando também fortes argumentos pela educação religiosa e instrução dos cidadãos. Neste momento de sua trajetória, é possível perceber reflexos da uma tradição iluminista na qual é presente a crença de que o despotismo alimentava-se da ignorância dos povos, deliberadamente mantidos analfabetos, tornando-os presa fácil do fanatismo clerical e da submissão. Portanto, a educação era fundamental para o sistema monárquico constitucional.

Enquanto ainda morava em Ouro Preto, Bhering criou um gabinete de leitura que funcionou em sua casa, onde realizava as aulas da Retórica. Os ensinamentos de Filosofia e Francês eram dados gratuitamente por ele[89]. E, além de disponibilizar a sua biblioteca, disponibilizava também "os Periódicos de S. Paulo, Rio de Janeiro, e Minas para quem os quiser ler gratuitamente"[90] e se instruir. O espaço era, além de tudo, um lugar em que se buscava propagar as reflexões liberais, fazendo uso da função pedagógica e transformadora da imprensa periódica.

[89] O HOMEM SOCIAL, ed. 33.
[90] O UNIVERSAL, ed. 398.

1.6 O Revisor[91]

MINAS GERAES.

O REVISOR.

JULHO – 26 – 1833 – Nº 6.

Na Typografia Mariannense.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

[91] *O Revisor (1833)* disponível no Arquivo Nacional.

O periódico *O Revisor* foi lançado na cidade de Mariana, provavelmente, entre junho e julho de 1833. Foram encontradas somente duas edições desse jornal, a de Nº 6 e a de Nº 7, que foram publicadas, respectivamente, nos dias 26 de julho e 3 de agosto de 1833, e, portanto, não é possível precisar o seu período de circulação nem sua periodicidade. Na folha de capa, havia uma referência à Tipografia Mariannense, mas curiosamente não havia quaisquer informações sobre o preço, o local para compra e a subscrição. Além desta, havia outras peculiaridades que fazem d'*O Revisor* um jornal um pouco diferente dos demais

publicados pela tipografia. As suas características tipográficas não eram totalmente similares aos demais impressos na oficina; o tamanho dos tipos e o espaçamento dado entre as linhas era menor, o que contribuía naturalmente para que em uma página fosse possível inserir maior quantidade linhas. Outra questão que nos chama a atenção é que, acima do título do jornal, havia em destaque o nome da província MINAS GERAIS em caixa alta e em caracteres espaçados. Isso poderia se configurar como um indicativo para que os leitores não o identificassem apenas como um jornal de Mariana, mas sim como um jornal de Minas Gerais, que poderia pretensamente expressar não a voz de uma cidade, mas a voz de uma província? Bom, não podemos afirmar, haja vista que suas matérias, embora tratassem de temas políticos do império, e até mesmo trouxessem textos com reflexões sobre a política dos Estados Unidos da América, o jornal também tematizava a cidade de Mariana. Em uma matéria publicada na edição de Nº 6, o redator faz uma defesa do padre e professor Ribeiro Bhering, alegando que ele como "redator do Homem Social tem batido sobremaneira a imoralidade, dos malvados", os adversários políticos dos liberais, que seriam neste contexto de 1833 chamados de "pestes caramuruanas"[92]. Os principais temas abordados neste jornal pelos textos eram a atuação de políticos no âmbito da esfera provincial, abordados na sessão inicial similar à sessão Interior em demais jornais; havia ainda a sessão Comunicado, em que se contava alguma notícia da província acrescida de reflexões, bem como havia a sessão Correspondências, Anúncios e Variedades.

Não possuímos qualquer indício sobre quem poderia ser o redator d'*O Revisor*, no entanto é nítida sua orientação também liberal. A luta contra o despotismo parecia ser uma regra entre os redatores marianenses, e este não era diferente. Em um trecho citado no jornal, em que o redator designa, por meio de uma citação, que teria se apropriado da obra de Brissot de Warville, é feita uma análise dos costumes pela ótica do tema da liberdade, da razão pública. No texto, afirma-se que, sem os "costumes, vossa alma estará aberta à corrupção", porque, sem os costumes, não seria possível que houvesse a liberdade, e, sem liberdade, o texto alega que estariam fadados ao contexto de despotismo. Warville, além de jornalista, era chefe do partido político dos girondinos durante a Revolução Francesa[93], foi guilhotinado com a ascensão dos jacobinos ao poder. Isso é curioso para pensarmos sobre qual ala do partido liberal estamos falando quando nos referimos aos redatores da Tipografia Mariannense. De acordo com Basile (2001), a crítica aos sustentáculos políticos e sociais do

[92] O REVISOR, ed. 6.
[93] Informações disponíveis em: https://www.britannica.com/biography/Jacques-Pierre-Brissot. Acesso em: 8 dez. 2019.

Absolutismo está relacionada durante o século XIX no Brasil a uma série de conceitos que acabam por expressar o "anticlericalismo *exaltado*, manifestação típica do Liberalismo Radical francês e inglês" (BASILE, 2001, p. 112).

1.7 O Guarda Nacional Mariannense[94]

[10]

1834 QUINTA F. 15 DE MAIO N.º 15

O GUARDA NACIONAL

ALERTA

Esta folha sahirá duas vezes na Semana, e subscreve-se a 1$000 por trimestre adiantados nesta Typographia, vendem-se avulsas na mesma, e em Casa do Sr. Luiz Rodrigues Camara Sette, a 50 reis cada folha.

ESTÁ

Sóe o bellico clarim,
Exturja a terra o tambor,
As armas em prol da Patria,
Manejemos com valor.

Typographia *Mariannense.*

SE o Guarda Nacional sahio Domingo com um caracter funebre, sensibilisando feridas ainda gotejantes com a recordação de malles, que havião golpiado os coracoens dos verdadeiros amigos da Liberdade com o aniversario do dia 9; agora tam bem apparece com um caracter prasenteiro, e consolador com o apparecimento do dia 13, em que as forças da legalidade entrarão triumphantes nesta Cidade.

A sorte da humanidade seria sobre maneira lamentavel, se por um concurso de causas não fossem substituidas as ingratas moções de desprazer por outras de alegria. Oferreo reinado dos 60 dias levou o estrago, a consternação, eo susto às nossas familias; accarretou sobre nos todo genero de malles; porem a vista do Exercito libertador nos collocou nos trasportes da mais avultada alegria.

Sim foi o dia 13 de Maio, em que a Cidade de Marianna como envolta entre os espessos nevoeiros do despotismo, espesinhada por immensos males, coberta de luto com o testimunhar com a mais pungente dor os facciosos, uns profanando o sagrado asilo das familias, outros ameaçando com o agudo punhal os verdadeiros amigos da Liberdade; d' um lado a fome já com seo medonho aspecto começando por entristecer nossos filhinhos, d' outro lado nossas propriedades ameaçadas pela chusma de salteadores, que havião affluido á reforçar a horda dos facciosos, começou por experimentar um volume de prazer copas de nos

[94] *O Guarda Nacional Mariannense (1834)* disponível no Arquivo Nacional.

O Guarda Nacional Mariannense teve início em abril de 1834, e como foi possível acessar somente 3 edições publicadas em abril e maio daquele ano, não é possível afirmar qual o período exato de sua circulação. Seu título, conforme a edição de Nº 6, constava Guarda Nacional Mariannense, mas, nas edições de Nº 10 e Nº 15, o título alterou para Guarda Nacional. A periodicidade da folha era de duas vezes na semana, e, das 3 edições que acessamos, duas delas foram publicadas no sábado; a outra, na quinta-feira. A assinatura deveria ser feita na Tipografia Mariannense, que a esta altura já havia mudado seu endereço para a Rua Nova, Nº 5. O preço da subscrição trimestral encontra-se ilegível nas 3 edições; a folha avulsa era vendida a 50 reis, tanto na própria tipografia como também na casa de Sr. Luiz Rodrigues Camara Sette. As características tipográficas do jornal eram bastante similares aos outros, que eram impressos na mesma oficina tipográfica, tanto no que se refere ao tamanho e ao estilo dos tipos que foram utilizados na composição; a folha era dividida também em 2 colunas e 4 páginas. No entanto, há uma característica que chama a atenção e se distingue dos demais jornais mencionados, que é a presença de um desenho na primeira página. Centralizado entre as palavras "Guarda" e "Nacional", há o desenho de um pequeno guarda fardado no prospecto de capa do periódico. O desenho localiza-se entre a frase que é colocada visivelmente em uma disposição gráfica que utiliza o título da folha para atribuir o sentido desejado: *O GUARDA NACIONAL ALERTA ESTÁ*. De acordo com Chartier (1990), a imagem que ilustra um texto já impresso faz aumentar a sua sedução, tornando mais decifráveis seus contornos. É neste ponto que se instaura uma relação entre a ilustração e o texto, relação essa que não é somente entre a imagem e alguma passagem específica, mas que envolve o texto no seu todo. Deste modo:

> Colocada a cabeça a ilustração induz uma leitura, fornecendo uma chave que indica através de que figura deve ser entendido o texto, quer a imagem leve a compreender a totalidade do livro pela ilustração de uma das suas partes, quer ela proponha uma analogia que irá orientar a decifração (CHARTIER, 1990, p. 179).

Não foi possível identificar os redatores e colaboradores dos textos que eram publicados no *Guarda Nacional Mariannense*, tampouco podemos afirmar que seria o Sr. Luiz Câmara Sette, já que o fato de o periódico poder ser encontrado para a compra em sua casa é apenas um isolado indício. Entretanto, sabemos que o seu redator era um liberal, defensor da corporação da Guarda Nacional e, além disso, apreciava a troca de jornais entre os demais redatores do império. Em um anúncio publicado em 12 de abril de 1834, o redator solicita a "Todos os Srs. Redatores do Império, que nos quiserem obsequiar com a troca de suas

interessantes folhas, as podem enviar com subscrito ao Redator do Guarda Nacional Mariannense" [95].

Este jornal, no que se refere ao conteúdo veiculado, distingue-se um pouco dos demais aqui mencionados que eram impressos na tipografia, pelo menos no que se refere às três edições existentes. Ele era composto por um texto que poderia ser intitulado Interior, ou Artigo Comunicado, e que tratava de questões políticas referentes à província mineira; havia a seguir uma sessão intitulada Mariana, que era exclusiva de notícias sobre a cidade; a sessão Correspondências também estava presente, reservada para que possíveis leitores enviassem suas cartas; e a sessão de Anúncio.

Em matéria publicada na edição de 12 de abril de 1834, em que foram realizadas reflexões sobre a "marcha política do Brasil", na qual se alertava que os "inimigos retrógrados" dos liberais ainda não estavam totalmente abatidos, afirma que os "males" e as "convulsões que têm oprimido o corpo social" teriam origem na frouxidão e inércia dos atos de governo; a seguir, alega a matéria que, se não fosse o "patriotismo dos Guardas Nacionais na suplantação dos sediciosos movimentos de vários pontos do Império", o Brasil já "teria sido o Teatro da mais espantosa Anarquia"[96].

Ao que tudo indica, o jornal era criado, como o próprio nome sugere, para fazer a defesa e promoção da Guarda Nacional, e parecia destinar-se aos membros da corporação, e, para tanto, não podemos excluir a possibilidade de que o jornal tenha sido redigido por algum de seus membros. De acordo com Saldanha (2010), a Guarda teve fundamental participação na formação do Estado brasileiro durante o século XIX, em especial na cidade de Mariana. Uma corporação que foi criada pelos liberais durante a Regência, mais especificamente em agosto de 1831, a Guarda Nacional representava uma milícia civil "cujo título congregava os mais exaltados nacionalismos, com cidadãos armados em prontidão para a defesa da pátria e do direito de propriedade" (SALDANHA, 2010, p. 390). Durante a década de 1830, a atmosfera política no Brasil era de muita tensão, conflitos e protestos armados, alguns violentos, que aconteciam nas províncias do Império, o que, por sua vez, trazia uma sensação de instabilidade, colocando em risco a integridade territorial da Nação recém-fundada (SALDANHA, 2010).

Além do título, há outros indícios de que o jornal fosse destinado a leitores membros da Guarda Nacional, ou militares de um modo geral. Um indício seriam as assinaturas dos correspondentes, que, de um modo geral, nos remetem ao tema da ordem e legalidade

[95] GUARDA NACIONAL MARIANNENSE, ed. 06.
[96] GUARDA NACIONAL MARIANNENSE, ed. 06.

desempenhadas pela corporação, e sugere que o jornal poderia ser lido por correspondentes simpáticos à sua atuação no Império. Como, por exemplo, o assinante de *Um Guarda Nacional,* ou de *O Amigo da igualdade Legal*. Em uma das edições analisadas, foi publicado um pequeno Anúncio, em maio de 1834, que era destinado pelo Sr. José do Valle Costa aos demais Guardas da região de Monsus, em que "avisa aos Guardas Nacionais dos Monsus, que se lembrem dele para Alferes na eleição, que se vai proceder amanhã"[97]. O anúncio publicado por um sujeito que aparentemente se candidatava a Alferes roga que os guardas da região próxima votem em sua pessoa, que irá acontecer no dia seguinte. A frase de epígrafe do jornal também sugere a importância da função dos guardas quando diz: "Soe o bélico clarim, Exturja a terra o tambor, As armas em prol da Pátria, Manejamos com valor"[98]. Em uma rima que parece querer conferir credibilidade à corporação, ela exalta a função da Guarda Nacional quando indica que as armas serão manejadas, mas isso será feito com valor e em prol da pátria.

[97] GUARDA NACIONAL MARIANNENSE, ed. 15.
[98] GUARDA NACIONAL MARIANNENSE, ed. 06.

CAPÍTULO 2

A produção de um jornal para "bem servir a Pátria e o espírito de Liberdade"

Os jornais durante as primeiras décadas do século XIX se constituíam como um produto impresso que possuía uma materialidade específica: por meio de um processo de apropriação de textos provenientes de jornais, trechos de livros e correspondências, aliado à produção de artigos de opinião, o resultado dessa produção consistia, ao final, em um texto híbrido.

Entendemos que, ao analisar esse processo de produção do jornal, é possível compreender os usos feitos pelo redator daquilo que estava disponível para leitura e o modo como articulava esses materiais escritos, associando-os aos seus textos, buscando formar seus leitores.

Para atingir esse fim, as citações, paráfrases e transcrições eram recursos mobilizados para legitimar os argumentos tecidos ou conferir ao texto mais autoridade.

Analisamos, portanto, neste capítulo, o trabalho de construção do periódico *Estrella Mariannense*. Priorizamos este entre os periódicos impressos na tipografia em Mariana, por ser o que possui maior longevidade e consistência, permitindo o tipo de análise pretendido. Além disso, realizamos a análise em diálogo com os estudos de referência da área da História da Leitura, compreendendo que o texto final impresso se relaciona não simplesmente com o repertório disponível naquele momento, mas com o repertório que integrava um âmbito de leituras familiares e, sobretudo, que eram de interesse do principal redator do jornal.

Por meio dos textos que eram publicados, o redator Manoel Berardo Accursio Nunan buscava se expressar politicamente, acentuava sempre seu ponto de vista e, quando o fazia, parecia intencionado em formar e educar politicamente o seu leitor. De acordo com Jinzenji (2008), era comum identificar nos redatores, durante as primeiras décadas do século XIX, uma intenção doutrinadora, em que buscavam convencer e instruir seu público leitor por meio da escrita dos jornais. O redator parecia estar sintonizado com os pressupostos para a construção da Nação brasileira e, portanto, alinhado com os homens de seu tempo em um esforço que mais parecia tornar a imprensa um instrumento educativo. Ao escrever e publicar centenas de textos, a maioria deles de cunho político e filosófico, e, em menor proporção, noticioso, o redator buscava se apropriar de um amplo referencial de autores, sendo

principalmente obras sobre filosofia moral, economia política e história antiga. Essa gama de autores era mencionada frequentemente por meio de máximas ou referenciados no decorrer de suas reflexões, quase sempre no sentido de corroborar com as ideias apresentadas e de contribuir na sustentação de seus argumentos. Tais autores seriam incorporados aos seus textos para fundamentar e enriquecer o debate, pois "os textos moldam a recepção dos leitores, por mais ativos que possam ser" (DARNTON, 2010, p. 145).

Então, buscando nos aproximar dos "sentidos do ler" para aquele momento histórico, caberiam algumas questões. A primeira delas consiste em se perguntar: o que significava ter lido um autor ou uma obra durante a primeira metade do século XIX? As formas de apropriação das ideias de um autor aconteciam somente por meio da leitura ou também por meio do debate? Para que se lia? E o que se fazia com aquilo que era lido?

Os modos de ler, assim como as formas de sociabilidade, sofreram transformações importantes entre os séculos XVI e XVIII, e, de acordo com Chartier (1991, p. 178), um dos principais motivos estaria no acesso a uma maior quantidade de textos e obras, bem como uma intensa disseminação do texto impresso. Pode-se dizer que "Entre os séculos XVI e XVIII, a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder" (CHARTIER, 1991, p. 178). E, por sua vez, foi capaz de transformar também os modos como eram realizadas as leituras. O autor considera a "construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado, cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades" (CHARTIER, 1991, p. 178). Assim, os livros e impressos que se restringiam antes a poucas e selecionadas mãos passaram a existir em maior proporção e, consequentemente, circulavam mais.

O leitor era antes confrontado com um número reduzido de livros e, por isso, lia muitas vezes a mesma obra ou os mesmos autores, e acabava por fornecer às gerações sucessivas as mesmas referências, que eram idênticas. De acordo com Chartier (2011), este movimento é chamado "leitura intensiva", em que as pessoas liam e reliam as mesmas obras e, assim, iam aos poucos memorizando, incorporando para si aquilo que liam. Segundo o autor, com a intensa profusão dos impressos e um maior número de obras disponíveis, as pessoas passaram a ler uma maior diversidade de textos, em menos tempo, fazendo, assim, uma leitura extensiva das obras. A leitura oral era, no geral, realizada coletivamente e, após esse contexto de mudanças, também passou a dar lugar para uma leitura íntima, individual e silenciosa. De acordo com Chartier (2011, p. 82), "Compreendida como um processo de longa duração, a

diferença entre leitura oral e leitura silenciosa também pode ser entendida como um índice das distâncias socioculturais em uma dada sociedade".

Ao refletir sobre os significados do ler, voltamo-nos para a definição da palavra, dos vocábulos do *Ler* e utilizamos como fonte dicionários que circularam nos séculos XVIII e XIX no Brasil. Os vocábulos nos dicionários históricos não devem ser entendidos como uma expressão real e idênticos do uso da língua no passado, já que estes usos poderiam ser fluidos. No entanto, eles nos oferecem pistas para pensar o "contexto linguístico em sua historicidade" (LIMA, 2012, p. 68). O primeiro dicionário consultado intitula-se *Dicionário da Língua Portuguesa,* elaborado por Antônio Morais e Silva, foi publicado em 1789 em Portugal. Embora esta obra tenha sido acrescida do *Vocabulário Portuguez-Latino*, que foi elaborado por Rafael Bluteau, notamos que as definições do *Ler* nos dois dicionários não são totalmente semelhantes no que se refere à semântica do termo, por isso utilizamos os dois. E, "Embora o Dicionário de 1789 seja apresentado como uma versão reformada e acrescentada do *Vocabulário Portuguez e Latino* de 1712, de Rafael Bluteau, a diferença entre os dois é substantiva"[99]. O terceiro dicionário que consultamos intitula-se Dicionário da Língua Brasileira, e foi escrito por Luis Maria da Silva Pinto, "entre os seus objetivos consta o interesse em apresentar um dicionário portátil e básico com particularidades da língua portuguesa falada no Brasil" (JINZENJI; COSTA, 2019, p. 200).

A seguir, fizemos um quadro conforme o formato elaborado por Jinzenji e Costa (2019), que nos permite, além de visualizar as definições do *Ler* nos dicionários que consultamos, apresentar e comparar as seguintes definições encontradas.

Quadro 1: Definição do *Ler* nos dicionários de Bluteau (1728), Silva (1789) e Pinto (1832)

Definições do Verbete Ler (XVIII-XIX)	
Dicionário	**Definição**
Bluteau (1728)	Conhecer e pronunciar o som e significado de caracteres escritos, impressos, ou abertos, com os quais quis alguém declarar seu pensamento; ler um livro desde o princípio até o fim; Ler muitas vezes os autores.
Dicionário de Moraes Silva (1789)	Pronunciar, e entender, ou entender somente alguma escritura, ou pronunciar somente as letras, de que ela consta; expor, explicar.
Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832)	Pronunciar bem ou mal as palavras de uma escritura; explicar uma Ciência. Ensinar; conhecer o seu interior, o seu intento.

Fonte: Bluteau (1728), Silva (1789) e Pinto (1832).

[99] Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412. Acesso em: 3 jan. 2020.

Em Bluteau (1728), *ler* significa conhecer, pronunciar o som e significado do que está escrito, ou impresso, pode ser também definido como ler um livro do princípio ao fim ou, diferentemente disso, ler muitas vezes os autores. Já conforme o Dicionário de Moraes Silva (1789) a definição é um pouco distinta, sendo definida no pronunciar, ou entender alguma escritura, pronunciar as letras. Ao contrário de Bluteau, conforme Silva (1789), *ler* não necessariamente se relaciona a pronunciar o significado da escritura, ou codificá-la. Define-se o ler como o entender alguma escritura, podendo ser também o expor ou explicar. Segundo o Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), ler se relaciona com a pronúncia das palavras escritas e, no sentido figurado, define-se, por exemplo, em explicar uma Ciência ou até mesmo ensinar, conhecer o seu interior e a sua intenção. Note que, de acordo com Silva Pinto, conhecer a intenção relaciona-se também ao significado ler.

De acordo com as definições do termo *ler* expressas nos Dicionários da época, o que nos interessa destacar é que o significado dado à leitura comportava um espectro amplo de interações com o texto. Considerando desde a pronúncia, que seria os primeiros sinais de decodificação de um texto, indo até a compreensão dos textos ou também a leitura de obras completas.

Nesse sentido, uma questão que acreditamos ser importante refletir consiste em considerar a atuação dos redatores como pessoas que trabalhavam com os arranjos da escrita, com a difusão de ideias; liam outros jornais, inclusive, para escrever seus próprios jornais, estavam atentos à circulação de ideias e, possivelmente, acessavam diferentes espaços nos quais a leitura e a escrita estavam presentes. Deste modo, faz-se importante refletir sobre os modos de apropriação de um texto e os usos e significados que se atribuíam a ele. Imaginemos que uma máxima de Montesquieu, ao ser citada por um redator, torna-se central no decorrer de seu processo de escrita, uma espécie de disparador de uma série de reflexões; uma máxima a qual ele segue enredando ao elaborar seus textos. Pode-se dizer, neste caso, que determinado autor, independentemente de ter sido lido exaustivamente do princípio ao fim, ou repetidas vezes, teve suas ideias, um trecho, ou uma expressão, utilizada e apropriada para determinados fins, mesmo que o resultado final não guarde relação estrita com a obra originária. Assim, torna-se mais relevante nos referirmos ao universo de textos familiares e de interesse aos redatores do que ao debate de difícil precisão, sobre ter lido ou não ter lido determinada obra. As questões norteadoras para nossa reflexão seriam: por que se escolhia determinados textos/autores e não outros, e como se fazia uso do que se lia.

Para Chartier (2011), um texto citado é um texto lido, e, de todo modo, deve-se dar à leitura o estatuto de prática criadora, inventiva e produtora, "e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores" (CHARTIER, 2011, p. 78). Isso nos dá subsídio para pensarmos as apropriações operadas para a composição do jornal, no sentido de buscarmos compreender de que modo autores e obras foram apropriados aos jornais, de que modo estão expressos, por que e como se tornaram parte do periódico.

Ginzburg (2006), em sua obra *O Queijo e os Vermes*, questiona se o moleiro Menocchio, perseguido pela inquisição sob acusação de ideias heréticas, teria ou não lido as obras que aparentemente menciona ao tribunal de Santo Ofício. Assim, o autor pergunta: "Menocchio leu, quem sabe, o Alcorão? Mas o importante não é tê-lo lido, é como o leu – é decifrar essa sua estranha maneira de adulterar e alterar o que lê, de recriar" (GINZBURG, 2006, p. 195).

O redator de *Estrella Mariannense* não atuava simplesmente como um compilador de textos e ideias, mas sim como um leitor de vários textos que os retirava de seu suporte original e atribuía a eles uma nova materialidade,de modo que eles pudessem também circular por outros espaços e assumir, assim, novos significados. De acordo com Jinzenji (2008), no início do século XIX, o ato de redigir um jornal era caracterizado, sobretudo, por esse trabalho de compilação e reorganização de textos extraídos de outros suportes com outros de autoria própria, resultando em um texto híbrido. Conforme Chartier (1996), acontece neste caso, a produção de novas significações para os textos ou para o conjunto deles.

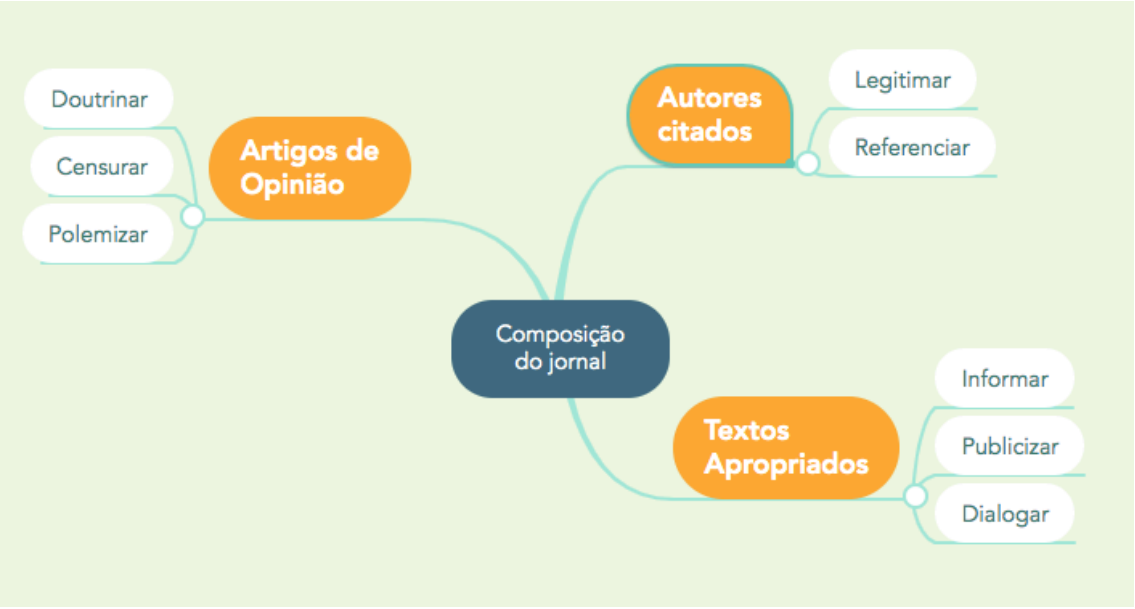
As leituras realizadas por Manoel Berardo Nunan para produzir o *Estrella Mariannense* configuravam um processo de produção de sentido, e, assim, partimos do princípio de que os próprios autores são, antes, leitores; eles leem se associando a outros leitores e escritores, construindo suas noções de gênero, estilo e etc. Assim, considerar o "circuito do livro", elaborado por Darnton (2010, p. 126), é fulcral para entender o circuito no qual os impressos estão imersos, pois ele "transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento". No ato de leitura, conforme Hebrard (2011, p. 38), o leitor é capaz de reativar suas aquisições culturais anteriores, e, assim, tem-se que o "encontro com um texto pode remodelar um universo pessoal intelectual". É, portanto, essencial considerar o repertório utilizado ou citado pelo redator, que indica pistas daquilo que leu ou daqueles autores e daquelas obras que considera terem significado para conferir o sentido desejado, a legitimidade necessária e atingir o público pretendido. Ou seja, o que, poderia ser relevante, a um redator liberal, para

que ele pudesse sustentar seus argumentos, dada a importância de um projeto liberal para a Nação? Neste caso, podemos dizer que "a leitura é mais facilmente pensada como um processo de confirmação cultural do que como o motor de um deslocamento ou de uma progressão no mesmo campo" (HEBRARD, 2011, p. 38).

No processo de produção do jornal, identificamos o uso de três operações distintas: a primeira delas consistia em selecionar textos de diversas naturezas, retirando-os de seu suporte original para inseri-los no periódico, realizando, assim, um trabalho de apropriação que envolvia selecionar trechos de outros impressos e compor-se deles, elegendo-os e acomodando-os a outros textos que interessavam na constituição do produto final. Esses textos eram incorporados de modo a ajustarem-se à proposta dos conteúdos e às significações que o redator escolhia veicular; a segunda consistia em citar e referenciar, ao longo das edições, uma série de autores e obras em circulação nas primeiras décadas dos oitocentos no Brasil e na Europa; a terceira se tratava da escrita de textos que se assemelhavam a artigos de opinião, aparentemente elaborados pelo redator e construídos com base em um amplo referencial de leituras, nem sempre de fácil identificação.

Dessa forma, elaboramos, a seguir, uma imagem no formato de mapa conceitual para nos ajudar a pensar e visualizar como estariam dispostas as distintas operações do redator durante o processo de construção do jornal.

Imagem 2: A composição do *Estrella Mariannense* (1830-1832)



FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

A partir do esquema representado no mapa conceitual acima, pode-se dizer que a mobilização de uma gama diversa de textos e a interlocução com diversos autores, para a construção do *Estrella Mariannense,* nos indica que o redator elegeu um repertório específico. Os textos e autores mobilizados certamente o auxiliaram a construir o sentido que pretendia dar para sua escrita e para a folha liberal, e contribuíam se integrando como um referencial de sustentação para suas reflexões, o que acabou originando um periódico expositivo, argumentativo e combativo.

Logo, organizamos este Capítulo em 3 momentos, que correspondem às distintas estratégias de escrita que foram utilizados pelo redator para compor o jornal, sendo eles: os textos apropriados, os autores citados e os artigos de opinião. A seguir, buscamos compreender como determinados textos e autores foram produzidos ou escolhidos para dar origem a um produto final que era híbrido em sua essência, mas que possuía finalidades bem pensadas: combater os opositores e avançar com o projeto de uma imprensa liberal educativa que tinha como dever a formação do cidadão e a discussão das bases do projeto de Nação.

2.1 Textos apropriados

Entre os textos utilizados na produção do jornal se encontram: matérias de outros jornais, trechos de livros, carta de supostos leitores. Interessa-nos, sobretudo, entender o que poderia representar essa operação de apropriação de outros textos, por exemplo, um artigo da legislação imperial sobre a liberdade de imprensa, ou a Falla oficial da Regência ratificando a conturbada situação política vivida no ano de 1831, ou ainda um Soneto ao "mártir da pátria", o liberal Badaró. Quando o redator reúne uma série de outros textos para dar o tom do periódico, está realizando um ato criativo. Portanto, entendemos que o redator não seria apenas um compilador de outros textos, mas é antes um leitor que busca retirar textos de seu suporte original para dar-lhes significações direcionadas àquilo que se pretendia dizer.

Deste modo, embora muitos desses textos fossem transcritos para o jornal *Estrella Mariannense,* era realizada uma operação de apropriação, na medida em que o acervo mobilizado era acomodado ao jornal para que pudesse integrar reflexões diversas. Se "ler é peregrinar por um sistema imposto" (CERTEAU, 1994, p. 264), os textos apropriados eram geralmente acrescidos de textos ou comentários do redator, ação que deixa tanto ver indícios do processo de assimilação feito pelo redator como também servia de orientação para a leitura dos subscritores. Nas palavras de Michel De Certeau (1994, p. 261), "Assimilar, significa

necessariamente tornar-se semelhante àquilo que se absorve, e não torná-lo semelhante ao que se é, fazê-lo próprio, apropriar-se ou reapropriar-se dele".

Nessa perspectiva, recorrer a textos, como, por exemplo, outros jornais, de algum modo contribuía para a dinamicidade da rede existente entre os jornalistas liberais que, ao publicarem matérias uns dos outros, acabavam se tornando mais sintonizados e fortalecidos entre si. Além disso, é importante considerar que era por meio desse recurso que os redatores exerciam a liberdade de lançar mão de um arcabouço de reflexões, um estilo de escrita ou um documento importante, os quais, embora não fossem de sua autoria, coadunavam com os pressupostos do periódico, e sustentavam suas reflexões.

Ao analisar os textos inseridos no jornal que eram vindos de outros suportes, constatamos que, embora possuíssem naturezas distintas, muitos deles poderiam ser agrupados devido às semelhanças de conteúdo ou finalidades que podem ser consideradas próximas, fato que nos permitiu tentar agrupá-los. Assim, buscando seguir o raciocínio de Jinzenji (2008), que ao abordar as seções que compunham um periódico optou por desconsiderar a organização das seções pensadas pelo redator, já que estas dificultavam a visualização da incidência dos temas. E optamos por também reorganizá-las conforme o assunto, no sentido de compreender o movimento de construção do jornal. Nessa linha de pensamento, seguindo os passos da autora, optamos por um esforço de reorganizar essa gama de textos em grupos, por gênero textual. Desse modo, buscamos trazer mais inteligibilidade a um conjunto multifacetado, bem como perceber o extenso repertório que foi utilizado. Para isso, consideramos que todo aquele texto presente no jornal e que teve a sua fonte citada e referenciada, foi mesmo retirado de seu suporte original para ser inserido no *Estrella Mariannense.*

Tabela 4: Tipos de textos apropriados para a composição do *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Estrella Mariannense (1830-1832)		
Tipos de textos	**Descrição**	**Incidência**
Textos enviados à Redação	Correspondências, comunicados e cartas	93
Documentos Oficiais	Atas, fallas, editais, proclamações, decretos e ofícios	75
Textos de Jornais	Notícias, variedades, e contexto político	49
Máximas	Trechos de pensamentos e expressões	17
Miscelânea	Oração, poemas, Hino e moda de viola	10

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

Identificamos um total de 238 textos[100] e, entre esse conjunto composto por cinco grupos de textos, alguns predominam quanto ao número de incidências. A incidência nos ajuda a identificar o tipo de texto mais recorrente, na medida em que, quanto maior a incidência, maior seria a importância dada àquela temática (JINZENJI, 2008).

O grupo de *Textos Enviados à Redação* é o mais consistente, somando um total de 93, e incluem todas as correspondências, as cartas e os comunicados que foram endereçados ao jornal. No que se refere ao total de textos que foram transcritos, identificamos que esse grupo representa mais do que um terço do conteúdo do periódico. Em seguida, destaca-se o grupo dos *Documentos Oficiais*, contendo um total de 75 textos, e a seguir os *Textos de Jornais*, que somam um total de 45. Vale mencionar que há casos em que o número de textos era quantitativamente menor que a incidência, e isso ocorreu porque houve, por exemplo, matérias extensas e que, por isso, foram divididas em mais de uma edição do jornal, ou ainda leis que foram citadas repetidas vezes.

Os textos *Máximas* e *Miscelânea*, que assumiam um caráter diferenciado, geralmente configurando trechos de expressões, pensamentos, poemas ou orações, possuem uma incidência menor que os demais, mas que, se somadas, constituem mais de 10% do conteúdo.

Sigamos, agora, à análise do jornal.

2.1.1 Textos de Jornais

O *Estrella Mariannense,* durante seu período de circulação, publicou um total de 45 *Textos de Jornais* (de 26 jornais diferentes)*,* os quais eram, em sua maioria, provenientes das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco e de Goiás. O redator*,* ao se fazer interlocutor de outros jornais, fortalecia, assim, uma rede de sociabilidades com os demais redatores espalhados pelo território brasileiro, constituída por jornalistas de diversas províncias, os quais se apoiavam e se publicavam mutuamente. A circulação dos periódicos acontecia, ao que tudo indica, de forma bastante dinâmica, e era comum que os jornais mineiros anunciassem eufóricos o aparecimento de novos jornais nas demais províncias, citando matérias destes, e é muito provável que o contrário também acontecesse (JINZENJI, 2008).

[100] Importante não confundir a quantidade total de textos apropriados, que somam 238 textos, com a somatória de incidências destes textos, que contabilizam 244. A incidência significa a quantidade de vezes que determinada categoria de texto foi citada, já que acontecia de um mesmo texto ser citado mais de uma vez.

A seguir, temos a lista dos 26 jornais que tiveram seus textos apropriados pelo redator do *Estrella Mariannense.*

Quadro 2: Jornais que tiveram textos apropriados para o *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Jornais	**Temática dos textos**	**Incidência**	**Informações adicionais**
Nova Luz Brasileira	Textos políticos	2	Liberal, na Typographia de Lessa e Pereira, RJ
Patriota Brasileiro	Ensino	2	-
Correio Mercantil	Notícia política	1	Liberal, na Typografia de Cunha & Vieira, RJ
Matutina Meiapotense	Pensamento	1	Liberal, Typografia de Oliveira, GO
O Republico	Textos políticos	2	PB
Observador Constitucional	Textos políticos	4	Liberal, na Typografia do Farol Paulistano, SP
Manual das Brasileiras	Soneto	1	Liberal, SP
Aurora Fluminense	Textos políticos, notícias, variedades	11	Liberal, na Typografia do Diário, RJ
Novo Argos	Texto político e noticioso	2	Liberal, na Officina Patrícia do Universal, MG
Ástrea	Textos políticos	4	Liberal, na Typografia Mercantil, RJ
Voz Fluminense	Texto político	1	Liberal, Typografia de Lessa e Pereira, RJ
O Investigador Brasileiro	Texto político	1	Tipografia do Órgão da Lei, BA
O Independente	Texto político	3	-
Mentor das Brasileiras	Carta de um cidadão para seu filho	1	Liberal, na Tipografia do Astro de Minas, São João Del Rei, MG
Du Corries du 3 de Mars	Estatística de ocupações na Espanha	1	Jornal francês editado na Corte (Plancher?)
Constitucional	Textos políticos	2	Tipografia de Gueffier e Companhia, RJ
O Olindense. Jornal Político e literário	Texto político	1	Typografia Fidedigna, PE
Diário de governo	Notícia	3	-
Continentino	Texto político	1	Liberal, na Tipografia do Continentino, RS
O Paulista	Notícia	1	Liberal, SP
O Homem e a América: jornal da sociedade defensora da liberdade e independência	Texto político	1	Tipografia de Thomas B Hunt & Companhia, RJ

Astro de Minas	Texto político	1	Liberal na Officina do Astro, MG
O Recopilador	Texto político	1	BA
Novo Pharol Paulistano	Texto político	1	Tipografia do Farol Paulistano, SP
Diário de Pernambuco	Proclamação	1	Conservador, Typografia de Miranda e Companhia, Recife ?, PE
O Universal	Notícia	1	Typografia Patrícia do Universal, MG
Le Constitucionnel	Texto político	1	De L'Imprimiere Du Constitucionnel, França

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

Das 120 edições do jornal *Estrella Mariannense*, que foram publicadas durante todo o seu período de circulação, tivemos acesso a 104[101]. Desse total de edições analisadas, identificamos que em 43 delas houve a transcrição de textos de outros jornais. Entre os jornais mencionados, foi possível contabilizar a quantidade de citações, e interessa-nos dizer daqueles que foram mais frequentemente mencionados.

Tabela 5: Os periódicos mais utilizados na composição do *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Periódico	Citações
Aurora Fluminense (RJ)	11
Ástrea (RJ)	4
Observador Constitucional (SP)	4
O Independente (N encontrado)	3
Diário de Governo (RJ)	3

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

O periódico mais utilizado para a composição foi o *Aurora Fluminense*, publicado no Rio de Janeiro entre 1827 e 1835, e que teve como redator principal Evaristo da Veiga. Este era um dos principais jornais da então capital do Império brasileiro e era conhecido por assumir uma linha editorial de tendência liberal moderada e antilusófona. O *Aurora* foi mencionado ao longo de 11 edições do *Estrella*, em uma matéria por edição. Das matérias transcritas, podemos dividi-las em dois grupos: um primeiro grupo de 6 matérias com tendência mais informativa, contendo notas, notícias do Rio de Janeiro e variedades; e um segundo grupo, que continha 5 textos de cunho político. No que se refere aos textos políticos, cabe destacar, por exemplo, um texto resgatando ideias e citações do jornalista e economista liberal francês Charles Dunoyer acerca das imperfeições da sociedade e do governo. Neste

[101] Vale mencionar que no acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, faltam 16 números do periódico, sendo eles: 6, 7, 9, 11, 12, 18, 28, 76, 96, 108, 111, 112, 115, 116, 117, 118.

caso, é importante mencionar que o redator estava se apropriando de um jornal que se apropriava de reflexões de um autor, Dunoyer, e assim a apropriação de jornais poderia se entrecruzar com a apropriação de autores.

O texto traz reflexões sobre a liberdade e afirma que esta é resultado não da configuração do Estado e das formas de governo, mas sim da sociedade, bem como de seus hábitos e suas ideias. Argumentando que não é possível distinguir a sociedade do governo, anuncia que "O governo está na sociedade, faz intrinsecamente parte dela" e que, portanto, tais dimensões são incapazes de existir uma fora da outra. Assim, enquanto governo e sociedade representam uma coisa só, as instituições não seriam por si só defeituosas, mas sim as ideias que as constituem. Consequentemente: "Quanto mais estas ideias e hábitos são imperfeitos, tanto mais imperfeito é o governo, e tanto melhor, quanto melhores são aqueles"[102]. Esse pensamento acerca da indissociabilidade entre Estado e sociedade foi muito veiculado durante o século XIX, e sintonizado com o liberalismo radical francês, bem como com as tendências iluministas, contratualistas e liberais que exerceram influência decisiva no âmbito das ideias durante fins do século XVIII e começo do século XIX. Para compreender o pensamento político do século XIX, é preciso atentar-se para o contexto de gestação e preparação deste pensamento, que eclode nos séculos precedentes. De acordo com Isabel Banond (2013), a Revolução Americana e a Revolução Francesa alteraram as formas de vida do Ocidente, e a herança cultural e filosófica que foi sendo transmitida aos movimentos ocorridos durante os séculos XVIII e XIX contribuíram para algo transformador e de grandes proporções. Para Banond, "Este amplo movimento social de mudança é acompanhado pela emergência de uma ideologia – o Liberalismo – que determinará, afinal, a passagem do movimento das Luzes ao movimento dos povos" (BANOND, 2013, p. 127).

É neste contexto que emerge uma concepção de poder político e de Estado que é contrária a qualquer princípio de autoridade absoluta, mas que passa pela dimensão de um Estado que agora é constituído pela sociedade. A partir do contexto das Revoluções liberais, uma nova ordem social passa a ser gestada, sendo baseada na defesa da liberdade e no ataque a qualquer forma de opressão política, bem como as pretensões da Monarquia absolutista. Diferentemente do Antigo Regime e seus súditos, a sociedade que gesta o liberalismo e idealiza os projetos de Nação defende a igualdade dos cidadãos perante uma lei comum.

Para mais, o contexto de transição do século XVIII para o XIX foi marcado por efervescências e transformações políticas importantes para o processo histórico de

[102] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 37; Texto extraído do AURORA FLUMINENSE.

consolidação dos Estados Nacionais, que foi bastante influenciado por eventos como a Revolução Francesa (1789) e a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776). O *Estrella Mariannense,* sintonizado com esse movimento, recupera um trecho do discurso de Benjamim Franklin que foi publicado em 1831 pelo *Aurora Fluminense,* acrescido dos comentários do redator daquela folha. Tal discurso refere-se ao contexto de aprovação da Constituição Federal dos Estados Unidos em 1788, em que Franklin afirmava que, embora não aprovasse inteiramente aquela Constituição, a aceitaria mesmo com "todas as suas imperfeições", pois a prioridade naquele momento seria um governo geral e, se fazendo valer da tolerância das opiniões alheias, ele acreditava que "não há forma alguma de governo que, bem administrado, não possa fazer a felicidade do povo"[103].

Nessa lógica, os comentários que foram acrescidos acerca do discurso de Franklin argumentavam sobre o senso e a importância em saber a hora de abdicar de ideias próprias em prol de decisões coletivas para o "bem maior". O comentário legitimando a postura do estadista fazia relação direta com a atuação da Assembleia Geral do Império, a qual foi responsável por eleger a Regência Trina Permanente em um contexto bastante delicado e marcado por crises políticas, bem como a eclosão de revoltas em diversas partes do Império. Nos comentários, o redator do *Aurora* aconselhava aos homens públicos da Assembleia que fizessem assim como fez Benjamin Franklin, que soubessem ceder na vida política, pois "logo que se conhece que da opinião dominante se não derivam males", faz-se essencial abdicar de sua posição. Aconselha que se manter na oposição em alguns casos apenas daria lugar a "discussões longas, ociosas"[104].

De acordo com Anne-Marie Thiesse (2002), o processo de elaboração das identidades nacionais foi algo totalmente novo que se desdobrou ao longo do século XIX, e foi marcado pela participação preponderante de diversos sujeitos, entre eles escritores, intelectuais e artistas. A Nação compreendida naquele contexto como algo novo e, ao mesmo tempo, subversivo, contestava a monarquia amparada no direito divino e instituía a igualdade como um dos princípios entre seus membros. E a construção das identidades nacionais consistiu não somente em inventar uma herança coletiva e inalienável, mas também

[103] Trecho do discurso de Benjamim Franklin publicado no ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 71, extraído do AURORA FLUMINENSE.
[104] Trecho do discurso de Benjamim Franklin publicado no ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 71, extraído do AURORA FLUMINENSE.

> senão abolir as identidades preexistentes baseadas no estatuto social, da religião ou no fato de fazerem parte de uma comunidade local restrita, implica, no mínimo redefini-las como características secundárias, subordinadas à identidade nacional (THIESSE, 2002, p. 8).

A centralidade dada para os pressupostos religiosos e a moral católica, sintomas evidentes da sociedade do Antigo Regime, não deixou de existir nas Minas oitocentistas, até porque Mariana enquanto sede do Bispado possuía importância religiosa em todo o Império. No entanto, pode-se dizer que algumas marcas da religiosidade foram, em especial a partir dos primórdios do século XIX, colocadas em segundo plano. O poder absoluto da Igreja era muito criticado a cada matéria e argumentação que eram inseridas nos periódicos liberais, os quais buscavam exaltar a todo momento a Constituição, o direito dos cidadãos e a não interferência do Bispo e dos padres nas questões públicas.

Nesse aspecto, uma série de ideais estavam em disputa, noções como Nação, cidadão, liberdade e povo estavam sendo inventados e compreendidos conforme aquela realidade que se constituía no Império brasileiro. A imprensa era o palco de ação privilegiada onde essa disputa melhor se enredava, e os periódicos eram elementares nesse processo, pois educavam e formavam a população politicamente, reforçando a construção identitária. A formação das identidades em uma Nação, como afirma Thiesse (2002, p. 8), "está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam".

Em um dos textos inseridos no *Estrella Mariannense,* ao trazer considerações sobre a construção da ideia de Nação, sugere que a noção de liberdade estaria também relacionada com o progresso, pois "A liberdade para cada povo é igual a quantos progressos tem feito em todos os ramos da civilização"[105]. Os pensadores da Ilustração, em especial Rousseau, ao fazerem ampla defesa da liberdade, fosse ela de pensamento, de expressão ou religiosa, consideravam-na enquanto um direito inalienável do homem, e que, associada à ideia do povo soberano, constituiria as bases de formação de um Estado. Além disso, cabe mencionar que o Reformismo Ilustrado português incorporou seletivamente as ideias dos iluministas, apropriando-se somente daquilo que melhor lhe convinha e refutando aquelas de caráter mais radical (VILLALTA, 1999b).

O periódico *Nova Luz Brasileira,* que era publicado no Rio de Janeiro, foi citado em 2 edições do *Estrella* Mariannense trazendo duas matérias. Esta folha era redigida por Ezequiel Correa dos Santos e seguia uma linha editorial liberal atuando contra a ala conservadora e

[105] Trecho do discurso de Benjamim Franklin publicado no ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 71, extraído do AURORA FLUMINENSE.

realizando frequentes críticas a D. Pedro I. Apesar de ter sido publicado por um curto período de tempo, entre 1829 e 1831, a *Nova Luz* circulou na Corte e em várias capitais provinciais durante o período mais agitado do Primeiro Reinado.

Sobre as matérias apropriadas da *Nova Luz* para o *Estrela*, elas, de um modo geral, recuperavam temas políticos. Uma delas discorria sobre as tensões vividas durante o ano de 1830 pela monarquia constitucional, e afirmava que o governo, por meio de sua postura, acabava deixando brechas para aqueles que seriam os traidores da Nação. A outra matéria transcrita referia-se à instabilidade política vivida naquele contexto e, em tom de alerta, buscava abordar as possíveis ameaças que, vindas de Portugal, pretendiam escravizar o Brasil[106]. Em tom de crítica a uma série de atos do governo de D. Pedro I, a primeira matéria dizia que, durante a época da Independência, o Brasil teria vivido um rápido progresso e alcançado estabilidade, e que todas as "luzes do século", bem como a "disposição e patriotismo" deixavam triunfante a marcha da Independência. Mas que, após este período que aparentemente teria se apresentado como promissor, no entanto, as intrigas passaram a surgir e "admissão de estrangeiros facinorozos, e mercenários", neste caso portugueses que estariam ocupando cargos políticos, estaria sendo decisivo para o desgoverno brasileiro. Tal matéria afirma que esta situação estaria diminuindo as garantias que haviam sido trazidas ao povo brasileiro pela Constituição. E reclamava a influência dos portugueses no governo, acusando-os de serem "creados do Paço interferindo nos públicos negócios". O texto ao final afirmava que a Nação estaria, portanto, sob ameaça do Absolutismo[107] e, em tom de alerta, buscando orientar os leitores, o texto chama a atenção para uma suposta ameaça dizendo: "Alerta, Brasileiros! Os Déspotas jurarão a ruína das instituições livres". A seguir, em tom de aconselhamento, dirige-se ao próprio Imperador Pedro I, alertando-o para que se mantivesse sempre atento, porque os seus "conselheiros pérfidos" e "ministros indignos" estariam atuando em conluio como aduladores, e pretendiam destruir o Brasil e instaurar o despotismo.

Nessa situação, o receio de que o Brasil voltasse ao status de colônia, em um contexto de instabilidade política vivenciado durante o período da primeira Regência, tensionava ainda mais o ambiente político e social. A presença de membros portugueses no governo, aconselhando D. Pedro I, ao que tudo indica, gerava nos liberais uma sensação de insegurança ou ao menos era utilizado como argumento para se criticar tais aproximações. Com isso, é possível perceber a ênfase dos jornalistas liberais em reafirmar, por meio de seus escritos, o triunfo de todo o processo da Independência, acusando frequentemente os absolutistas, que

[106] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 40.
[107] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 40.

estariam personificados na figura dos portugueses, e restauradores, de quererem retomar o poder no Brasil. Essa matéria em especial, ao final, evoca o próprio opositor dos liberais, ofende-o convoca-o a meditar sobre seus atos: "Absolutistas infames! Meditai, e resolvei. Está acabado o tempo de enganar os homens". A prosperidade do Brasil, segundo o trecho extraído da *Nova Luz Brasileira*, dependeria da liberdade que pudesse ser dada aos seus cidadãos. Afirmava-se que as "luzes das diversas regiões civilizadas" [108] chegavam à América e que, por isso, a tirania não deveria nem poderia mais existir entre eles.

Um outro exemplo que vale mencionar são as citações referentes ao *O Telégrafo*, este era considerado o periódico de maior oposição aos liberais na província de Minas Gerais. Foi possível perceber que Nunan não se apropriou dos textos de seu rival, um "papel sujo" e "defensor dos ladrões", como era chamado por ele. Mas, no momento em que o cita, remete a seus trechos e correspondências com o intuito de criticá-lo e maldizê-lo, acusando-o de estar sempre colocando a cidade em completa desordem, principalmente quando ocorreu o episódio em que *O Telégrafo* teria endossado e apoiado uma suposta ameaça de morte que havia sido feita aos liberais pelos seus adversários[109]. O redator do *Estrella* dizia que eram enviados frequentemente para a cidade de Mariana muitos "periódicos anárquicos" da Corte, e que seus assinantes seriam todas as pessoas que antigamente assinavam *O Telégrafo* e, insatisfeitos, teriam passado a assinar a folha liberal. Em tom de ironia e utilizando letras em itálico[110] para demarcar sua intenção, o redator reitera "Parece que nenhuma Povoação da Província tem tanta *honra*" por receber tantos periódicos anárquicos e, portanto, que eram indesejados. O termo *honra* imprimia ironia ao trecho. E alega que os liberais tinham notícias das "folhas sanguinárias", mas que isso acontecia somente por intermédio dos "pacíficos *ex-telegraficos*"[111], inferindo que não se liam tais folhas opositoras.

Neste caso, percebe-se também a crítica aos periódicos considerados anárquicos. A anarquia, de acordo com os textos do *Estrella Mariannense,* era um "flagelo destruidor da humanidade", e os anárquicos estariam sempre ligados a projetos "desorganizadores" que geravam entraves e eram responsáveis por fazer correr o sangue dos inocentes[112]. Em matéria do dia 5 de novembro de 1831, o redator Manoel Berardo Accursio Nunan refere-se às sedições ocorridas em Pernambuco naquele ano. Essa matéria nos oferece possibilidade de entender o quão complexa era a disputa para instaurar projetos políticos durante o período

[108] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 40.
[109] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 74.
[110] O uso de recursos tipográficos e sua influência na semântica do texto serão abordados no Capítulo 3.
[111] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 74.
[112] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 74.

regencial no Império brasileiro. Guardadas as singularidades, entender a polarização política em Pernambuco neste período nos oferece elementos para visualizar também o que se passava no contexto das demais províncias.

De acordo com Ariel Feldman (2014), é difícil definir a polarização política em Pernambuco nesse período e a natureza dos projetos políticos que expressava. Foram identificados dois tipos distintos de defesa da soberania naquela província: um primeiro grupo, que poderíamos dizer afinado com os liberais, defendia a soberania nacional como princípio das organizações das instituições. E um segundo grupo, que considerava a soberania monárquica como o princípio organizador da sociedade, embora não pudesse ser rudemente definido como absolutista. Feldman (2014) afirma que, entre os anos de 1829 e 1831, havia dois extremos no cenário político imperial: a anarquia e o despotismo. A anarquia "era corporificada no discurso da época por meio da república e da democracia, ambos os sistemas sendo considerados distantes da moderação" (FELDMAN, 2014, p. 42). Isso se deveu, segundo o autor, à memória negativa que se construiu sobre o período republicano e também jacobino da Revolução Francesa, que foi lembrado no Brasil nos primórdios do XIX como exemplo de excessos cometidos pelas classes que ascenderam ao poder (MOREL *apud* FELDMAN, 2014, p. 42).

Os liberais moderados, que eram representados por folhas políticas como o *Estrella Mariannense* combatiam, portanto, os dois extremos, tanto aqueles que defendiam os valores da monarquia absolutista como também aqueles que eram vinculados aos valores chamados de anárquicos.

Nesse sentido, foi possível perceber uma intensa circulação de informações, textos e ideias, ou mesmo referências de leitura entre a província de Minas e as demais províncias do Império. O repertório de jornais que foi lido por Nunan é composto por títulos provenientes em sua maioria vindos da Corte, mas também de províncias não só contíguas, mas aquelas que, no período, eram ativas na produção de periódicos, como Minas, Pernambuco, Bahia e São Paulo.

A presença do correio na cidade de Ouro Preto era decisiva para a efervescente circulação de impressos nas respectivas áreas de influência, bem como favorecia a chegada de grandes levas de periódicos vindos de diversas partes do território brasileiro. Em fala de redator Nunan, podemos identificar que muitos deles vinham da Corte:

> São imensos os periódicos anárquicos que da Corte são mandados para esta Cidade a todas as pessoas, que antigamente assinavam o Telégrafo! Parece que nenhuma povoação da Província tem tanta *honra*[113]! ...Os Liberais desta Cidade só têm notícia das folhas sanguinárias pelo intermédio dos pacíficos ex-telegráficos! (ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 74).

Se chegavam em grande remessa os periódicos opositores considerados inimigos da Nação, o que diriam os periódicos liberais? No sentido de verificar aspectos acerca das interlocuções possíveis que se estabeleciam e alimentavam essa rede, buscamos avaliar em que medida e proporção o jornal *Estrella Mariannense* era citado pelos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nas primeiras décadas do século XIX, o fato de que esses jornais, em sua maioria, se citavam também nos indica uma circulação que se estabelecia por meio de uma rede de interlocução entre os redatores e as localidades em que os impressos eram produzidos (JINZENJI, 2008).

Para tanto, elegemos as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, pois era de onde vinham os jornais mais citados pelo *Estrella*. Por seu turno, o jornal marianense possuiria circulação também nessas duas províncias, pois foi citado por *Aurora Fluminense* (RJ), *Correio Mercantil* (RJ), *O Americano: Jornal Político e Literário* (RJ) e *Ástrea* (RJ). Em análise das matérias que foram retiradas do *Estrella*, destaca-se, por exemplo, um discurso de inauguração da Sociedade Patriótica Marianense, o qual salientava a importância de se manter uma estabilidade de nossa monarquia constitucional[114].

Uma matéria interessante publicada no *Correio Mercantil* retratava uma onda de violência que ocorria em Mariana, e denunciava a letargia das autoridades diante de alguns casos, sobretudo a ineficiência do Juiz de Paz[115]. Para o caso de São Paulo, surpreendeu-nos o teor na matéria retirado do *Estrella* para o jornal paulista *O Farol Paulistano,* respeitante a um longo texto ocupando cerca de duas páginas escrito por Nunan, no qual se refletia, de maneira impetuosa, as circunstâncias do Governo Constitucional e a importância da liberdade civil no cenário de um governo representativo[116].

Assim, "A disputa pela simpatia e preferência da opinião pública era uma das peças fundamentais na engrenagem que movia o ofício do escritor público, assim como a manutenção das tipografias e a impressão das folhas" (LUZ, p. 116). Percebemos, neste caso, a circulação de um texto de cunho político com tendência liberal que fora produzido em

[113] Conforme será discutido no próximo capítulo, é importante mencionar que o uso do itálico, entre outros recursos, é muito recorrente na materialidade do periódico, o que parece nos indicar atribuição de ironia ou sarcasmo para o termo que se pretende significar.
[114] O AMERICANO, 24 de setembro de 1831.
[115] CORREIO MERCANTIL, 30 de novembro de 1831.
[116] O FAROL PAULISTANO, 26 de julho de 1830.

Mariana e acabou chegando a leitores na província de São Paulo. Temos, então, uma determinada visão política se constituindo por meio da imprensa, e a escrita formando politicamente seus leitores para além da sua circunscrição geográfica local. Enquanto intelectual formador, educador, Nunan utilizava a sua escrita política como forma de inculcar valores e ideias, e de convencer politicamente os leitores. Suas palavras pareciam ser dignas de atenção a ponto de terem sido incorporadas por um periódico de expressão em outra província, assim como o *Farol Paulistano.*

Em contrapartida, um texto do jornal *Observador Constitucional*, intitulado *A voz de um Brasileiro Livre, dirigido ao Monarcha Constitucional do Império do Brasil*, foi apropriado para as páginas do *Estrella Mariannense*, para divulgar uma série de reflexões políticas acerca da importância da liberdade de imprensa para que o sistema constitucional pudesse ser mantido. Texto, a propósito, escrito em tom eloquente[117].

Os redatores, ao que parece, liam uns aos outros, se citavam e se retroalimentavam. Indicavam o surgimento uns dos outros em suas folhas, levando a público, com satisfação, o aparecimento de alguns novos jornais liberais, e também comunicavam, com pesar, o fechamento de outros. Essa rede se estabelecia entre os redatores liberais, e aparentemente se constituía para além da transcrição e incorporação dos textos, sendo também um modo que os redatores encontravam de legitimar seus pares. Havia casos ainda de referenciar algum jornal para mencionar um episódio polêmico ocorrido em outra província que envolvia, por exemplo, um redator e sua folha. Assim, os redatores liberais também criavam uma estratégia para se defenderem frente ao combate e conquistarem a opinião pública. Para elucidar melhor essa rede, apresentamos, na tabela a seguir, a relação de jornais que foram apenas citados pelo *Estrella Mariannense,* mas sem que seus textos fossem incorporados. Essa referência explícita a outros periódicos poderia acontecer porque deixava essa rede de redatores aliados mais consolidada ou, pelo menos, era essa a impressão que se pretendia causar.

Tabela 6: Periódicos aliados referenciados no *Estrella Marianennse* (1830-1832)

Periódicos Aliados			
Título	**Tipografia**	**Local**	**Orientação política**
Avenir (Paris)	?	Paris, França	Liberal
Echo do Serro (1828-1831)	Tipografia Patrícia de Sabino, Diamantina, MG	Diamantina. MG	Liberal
Gazeta (Existe mais de um)	?	?	Liberal

[117] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 31.

Jornal Luzitano de São Joao Del Rei (MG)	?	São João Del Rei, MG	Liberal
O Republico (PB)	?	PB	Liberal
O Compilador (RS	?	RS	Liberal
O Correio Paulistano (SP)	?	São Paulo, SP	Liberal
O Diamantino (1831)	Tipografia Patrícia de Sabino, Diamantina, MG	Diamantina, MG	Liberal
O Mensageiro da Bahia (1832)	Tipografia de Moreira, Salvador ?, BA	Salvador ?, BA	Liberal
O Novo Tamoyo (SP)	?	São Paulo, SP	Liberal
O Observador. Jornal Político e literário (1831)	Typografia de Cunha &Vieira, Rio de Janeiro, RJ	Rio de Janeiro, RJ	Liberal
Patriota Brasileiro (? Consta somente O Patriota, RJ)	?	RJ ?	Liberal
Sentinela da Liberdade (RJ)	?	Rio de Janeiro, RJ	Liberal
Voz da Razão (RJ)	?	Rio de Janeiro, RJ	Liberal
Voz Paulistana (SP)	?	São Paulo, SP	Liberal

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

Os jornais que foram saudados ou somente citados pelo *Estrella Mariannense* eram, em sua maioria, liberais, mas os periódicos opositores também eram referenciados, porém em menor proporção, sendo estes últimos geralmente citados como causadores de rusgas ou sendo frequentemente culpabilizados por fazerem publicações que eram ditas falsas.

Tabela 7: Periódicos opositores referenciados no *Estrella Marianennse* (1830-1832)

Periódicos Opositores			
Título	**Tipografia**	**Local**	**Orientação Política**
Diário de Governo (RJ)	?	Rio de Janeiro	Conservador
Império do Brasil: Diário Fluminense (1825-1831)	Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, RJ	Rio de Janeiro, RJ	Conservador
O Telégrapho (1830)	Typografia de Cortes e Companhia, Ouro Preto, MG	Ouro Preto, MG	Conservador
Império do Brasil: Diário Fluminense (1825-1831)	Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, RJ	Rio de Janeiro, RJ	Conservador

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

A seguir, pode-se observar um mapa que, a despeito de seus limites, pode auxiliar a visualizar geograficamente a interlocução do jornal com demais folhas que foram utilizadas pelo redator, ou que foram referenciadas em algum momento na escrita do *Estrella.*

Mapa 1: Interlocução do *Estrella Mariannense* com outras províncias e a França (1830-1832)

Fonte: Provincias del Imperio de Brasil en 1822. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Provincias_del_Imperio_del_Brasil. Acesso em: 3 jan. 2020.

A chegada dos periódicos em Mariana acontecia pelo serviço dos Correios, instituição a cargo do Presidente da Província, e que já existia em Mariana no ano de 1831. A existência de uma agência dos correios na cidade é um indicativo importante para pensar a chegada de diversos impressos e a circulação de notícias. De acordo com Rodarte (1999, p. 69), ter uma agência dos correios na cidade era considerada "uma regalia que muitas localidades reclamavam para si". As alegações colocadas para se estabelecer uma agência podiam ter relação com o aumento da população, do comércio ou mesmo a demora da chegada de

documentos oficiais. Nunan, em algumas edições, comenta sobre a desordem dos serviços e, segundo ele, a "Grande desordem se observa há tempos na chegada dos correios não só a esta Cidade, senão também à Capital: constatamos que uma das malas desaparecera com o condutor, e por isto sofre o público grandíssimo prejuízo"[118]. Nunan reclamou em mais de uma ocasião, e dizia que era incompatível que as tais remessas fossem feitas por "pretos cativos, cujas faltas são irremediáveis"[119]. Como solução, sugeria que soldados fizessem este serviço, pois, assim, poderiam ser responsabilizados caso algo acontecesse com as malas. Ao que parece, era comum que as malas com remessas de correspondências e impressos se perdessem, uma vez que os escravos possivelmente aproveitavam o percurso até outras localidades para se embrenharem em uma fuga. Ainda assim, embora desorganizado, os correios eram almejados por todo o povo nos mais diferentes municípios[120].

Apesar de não haver correios em todas as cidades, o envio e, portanto, a troca de periódicos entre as províncias passou a ser facilitado pela Lei. De acordo com Rodarte (1999, p. 63), os Correios de Minas, assim como uma instituição pública, eram submetidos à administração provincial, mas o máximo de atividades possíveis eram frequentemente entregues para que terceiros as executassem. Então: "a condução de cartas entre as cidades estava geralmente a cargo da iniciativa privada". Entretanto, os custos dos correios não eram um empecilho para a circulação de impresso entre as províncias e as longas distâncias geográficas.

No Brasil, em meados do século XIX, a liberdade de imprensa era um dos trunfos do discurso liberal, assim como a concepção de que a existência e circulação de periódicos eram fundamentais para a formação da opinião pública. No Brasil, em 1827, foi assinado um Decreto que isentava os custos para que "folhas periódicas e jornais públicos que forem dirigidos às Bibliotecas Públicas" não pagassem os portes de Correio[121]. No ano de 1831, período de predomínio dos liberais no poder, medidas foram tomadas visando tornar mais intensa a circulação dos impressos periódicos durante a Regência. Os Deputados liberais, em um esforço para tanto, lançaram outro Decreto em que tornava franca de porte, ou seja, livre de custos, o envio das "folhas periódicas, e jornais públicos nacionais" pelos Correios[122]. Diferentemente dos periódicos, o porte de cartas não era aliviado e, por causa disso, os remetentes, para não precisarem pagar o porte de suas cartas, costumavam colocá-las dentro

[118] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 62.
[119] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 62.
[120] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.
[121] IMPÉRIO DO BRAZIL, 1827.
[122] IMPÉRIO DO BRAZIL, 1831.

dos pacotes dos jornais. Nunan se manifestou dizendo que a Lei estava sendo "como uma capa, para os roubos dos portes das cartas", e faz uma denúncia dizendo que, no último Correio, viu um escravo que recebeu impressos "dentro dos quais vinham cartas para diferentes pessoas"[123]. Ele lamentava, e alegava que isso afetaria a circulação de cartas, porque, como resultado dessa artimanha feita por alguns para se livrar de custos da postagem, as malas dos correios que continham cartas escondidas entre os jornais estariam ficando cada vez mais pesadas e, consequentemente, circulava um número menor de cartas que eram enviadas por meio do porte legal.

2.1.2 Textos enviados à Redação

O jornal, além de realizar uma interlocução com uma gama variada de impressos, também contava com um espaço para os *Textos Enviados à Redação*. Muitos destes textos eram publicados e, conforme o redator, isso acontecia no sentido de dar voz aos seus estimados subscritores. Entre aquelas que seriam as colaborações dos leitores, fossem elas reais ou forjadas pelo próprio redator, contabilizamos um total de 83 correspondências, 8 comunicados e 2 cartas. Os textos publicados com os títulos de comunicados e cartas representavam a menor proporção dos textos enviados à redação, e contabilizavam menos de 10% do total. Estes textos enviados à redação abordavam temas variados, mas eram mais frequentes os temas que se relacionavam à política imperial, censuras à postura de autoridades eclesiásticas e rusgas políticas locais.

Conforme consta no jornal, os leitores enviavam correspondências ou, por vezes, comunicados, reclamações, casos sobre fatos locais, as quais poderiam se transformar em matérias comentadas pelo redator. No entanto, é importante mencionar que não há como certificar que as correspondências eram realmente enviadas pelos leitores, uma vez que estas cartas podem ter sido forjadas pelo próprio redator para levantar questões polêmicas e principalmente denunciar fatos de modo anônimo. Isso era muito passível de acontecer, já que os correspondentes geralmente não se identificavam e enviavam cartas assinando um codinome.

Então, se entendermos que as cartas eram produzidas pelos assinantes, temos, neste ponto, uma informação importante acerca de como o leitor pensava ou interagia com aquele conteúdo que era veiculado pelo jornal. Seria possível alcançar, neste caso, informações sobre

[123] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 70.

a recepção e o leitor, ou seja, a etapa final (e inicial) do circuito do impresso pensado por Darnton (2010).

Por outro lado, se considerarmos que as correspondências foram, em sua maioria, forjadas a partir de interesse próprio e estratégico do redator, isso as colocaria em condição menos importante? Pela segunda alternativa, será possível identificar quais debates e qual o teor das denúncias que deveriam, mas que não podiam ocorrer de modo claro, direto, e que, portanto, não poderiam ser de modo algum assinadas pelo próprio redator. Neste caso, entende-se que aquilo que era veiculado precisava vir a público ou, por algum motivo que fosse, como destacou Jinzenji (2008), fosse enquanto "estratégias do redator de manter uma linha editorial que, mesmo sendo criticada por alguns leitores e leitoras pretendia levar adiante". É possível ainda considerar, por exemplo, que determinada "polêmica nunca existiu, sendo uma criação do redator para simular a existência de leitores atentos e reivindicativos" (JINZENJI, 2008, p. 102). O que sabemos é que havia o interesse de que determinada notícia, reclamação ou caso viesse à tona, ainda que de modo velado e anônimo. Assim, é relevante identificar quais tópicos mereciam atenção, na visão do redator, para se criar um mecanismo, um subterfúgio para abordar ou retomar um tema.

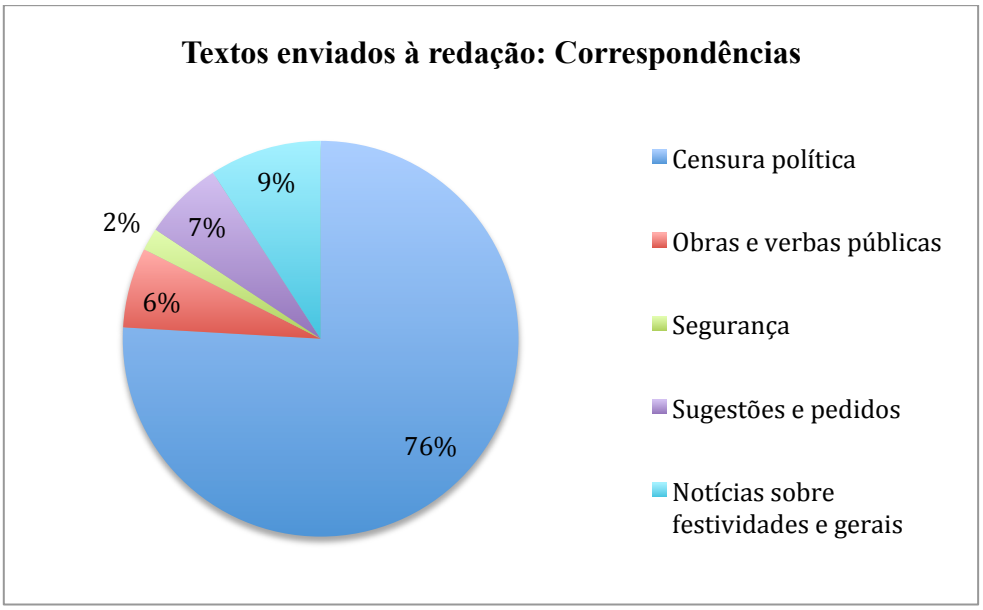
Após analisar o teor dessa gama variada de textos, buscamos enquadrar as correspondências em áreas temáticas. Isso porque elas representam um número expressivo frente aos comunicados e às cartas, assim consideramos por bem tratá-las de um modo singular. Apesar de compreendermos que o esforço classificatório e o emprego de categorias para o passado, por vezes, poderia deixar rastros e/ou mesmo trazer equívocos, consideramos que fazer esse movimento de separar correspondências por áreas nos pareceu fundamental para refletir a mobilização destes textos como um movimento importante de escrita utilizado pelo redator. Afinal, consideramos que as temáticas que eram veiculadas por meio das correspondências, das cartas e dos comunicados eram não somente uma demanda do leitor, mas também do próprio redator, que se interessava em escolher determinados textos para inserir no jornal.

As temáticas levantadas por esses textos, ao que tudo indica, era o que justificava a sua inserção na folha. Vale mencionar que, em alguns momentos, essa operação de agrupá-los em áreas pareceu muito difícil, na medida em que nos deparamos, em alguns momentos, com textos que poderiam ser enquadrados em mais de um dos grupos, sendo, por exemplo, um texto de censura política ao mesmo tempo em que trazia consigo uma reclamação por mais segurança na cidade. Diferentemente dos outros textos enviados à redação, algumas correspondências, eventualmente, tratavam de mais de um tema. Os correspondentes

pareciam querer aproveitar a ocasião para dizer de mais de um assunto em um mesmo texto. Então, diante disso, optamos por considerar sempre o tema mais expressivo presente nas correspondências e, portanto, que assumia a centralidade nesses textos. Os 8 comunicados enviados por supostos leitores se concentravam em debater temas políticos, e as 2 cartas também.

No que se refere as 83 correspondências, é possível observar, por meio do gráfico a seguir, as temáticas que mais foram abordadas:

Gráfico 1: Temática abordada nas correspondências do *Estrella Mariannense* (1830-1832)



FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

As correspondências foram divididas nos seguintes grupos: *Censura Política*: eram aquelas que priorizavam o debate político, traziam censuras a jornais opositores e seus redatores, censuravam[124] as autoridades políticas desde os Deputados até o próprio D. Pedro I, durante o contexto de sua Abdicaçao. Era comum criticarem os militares, em especial os de alta patente, dando a conhecer casos de apadrinhamento e promoção dentro da Guarda Nacional. Criticavam, sobretudo, o seu inimigo mais contundente, o Bispo de Mariana e as autoridades eclesiásticas. A censura a fatos ocorridos, mesmo aqueles ligados aos eclesiásticos, envolviam alguma disputa política dos liberais; *Obras e Verbas:* geralmente

[124] É importante mencionar que optamos por utilizar a expressão "censura política", conforme a acepção do próprio redator do jornal *Estrella Mariannense*, que a utilizava enquanto sinônimo de denúncia ou crítica política. Conforme o Dicionario de Morais e Silva, o termo Censura significava "nota; reparo crítico, juízo que se faz pelo censor" enquanto o termo Censurador poderia ser "o que censura, critica qualquer dito, ou ação repreensível".

fiscalizavam obras que estavam ocorrendo na cidade de Mariana ou que precisavam de recursos para serem realizadas, como o reparo de uma ponte ou reforma de um chafariz. Esses textos também abordavam a destinação de verbas públicas e muitas vezes questionavam se elas estariam sendo aplicadas naquilo que realmente era necessário; *Segurança:* esses textos frequentemente abordavam e criticavam veementemente a atuação dos Juízes de paz, que eram os responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança local tanto em Mariana como nos distritos. Abordavam o crescimento da violência e a letargia das autoridades[125], o maus-trato e a violência contra negros[126], além de notícias de escravos que assassinavam seus senhores, ladrões que roubavam e matavam fazendeiros[127]; *Sugestões e pedidos:* concentra textos que sugeriam alguma ideia ou pediam algo, como, por exemplo, o leitor de Hipócrates que sugere um remédio para epilepsia[128]. Ou ainda aquele leitor que, favorável ao fim da escravidão[129], sugere que as Câmaras Municipais introduzissem maquinário para a agricultura, pois somente assim a Nação poderia encontrar uma saída e acabar com o "bárbaro tráfico da escravatura". Em outro texto, um correspondente diz que sabia da Tipografia que estava a caminho de Mariana e, por isso, de antemão pede que venham com os Tipos bem grandes, pois ele usa óculos e não quer ficar prejudicado na leitura do *Estrella Mariannense*[130], quando este passar a ser impresso na Tipografia própria; *Notícias sobre festividades e gerais*: reúne textos que narravam datas comemorativas importantes tanto em Mariana[131], na Província mineira ou na Corte.

As correspondências que tinham por finalidade a censura ou a crítica política eram a maioria entre todas as que foram publicadas na folha, representando 76% do total. As críticas no sentido de acusar ou atacar autoridades políticas, militares, eclesiásticas, outros redatores e seus periódicos. Eram bastante comuns, e foram incluídos nesse grupo aqueles textos que faziam censuras políticas ao opositor ao mesmo tempo em que elogiavam os aliados, no caso, os liberais, fossem eles autoridades ou redatores de outros periódicos.

Das críticasque eram feitas, as mais frequentes eram aquelas com tom de denúncia ou questionando a atuação das autoridades eclesiásticas, em especial do Bispo Frei José de Santíssima Trindade e dos integrantes do Seminário de Mariana. O "Sineiro da Sé"[132] escreveu, em maio de 1831, denunciando que o "patronato escandaloso" estava até mesmo

[125] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 37.
[126] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 27.
[127] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 13.
[128] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 3.
[129] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 29.
[130] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 62.
[131] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 30.
[132] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 54.

dentro da Igreja, porque o "Telegráfico Bispo", fazendo menção ao apoio do Bispo ao periódico conservador *O Telégrapho,* estaria acobertando o Organista da Igreja da Sé que era pago para tocar, mas que parecia nunca cumprir seu dever e, mesmo assim, continuava recebendo seu pagamento.

Na mesma edição, outras duas Correspondências tratavam desse tema. Outra enviada pelo "Aluno do Padre Mestre Bhering" denunciava que, no Seminário de Mariana, o Bispo, que seria um "Reverendo patife", estaria maltratando os alunos inclinados aos estudos liberais, os "Ordenandos Constitucionais". E que, além disso, estaria os proibindo de se comunicarem com seus amigos liberais que eram alunos do padre Bhering. Na mesma página, a última Correspondência desta edição legitima as duas que estavam postas antes, e o redator, para finalizar seu objetivo de acabar com a imagem do Bispo e do Seminário, mobilizou um terceiro texto e lançou mão da opinião de alguém que dizia estar dentro do próprio Seminário vivenciando o que acontecia de perto. Eram as palavras do "Desesperado Seminarista"[133], que, em sua correspondência, acusava o "Sanhudo feitor da rossa do Seminário", pois este teria declamado em favor do Tribunal da Inquisição e dito que é necessário seu estabelecimento no Brasil o quanto antes. A censura dizia ainda que o Frade Antônio "insultou com palavras as mais injuriosas os Liberais da França, que nos serviram de modelo para a nossa Feliz Regeneração" e, em seguida, debateu contra a soberania nacional. O escrevente da Correspondência deixa claro ao redator que está enviando a censura para o jornal como forma de chamar a atenção das autoridades para que tomem ação contra estes fatos que estariam acontecendo dentro do Seminário, e diz ao redator: "queira imprimir essas linhas no seu periódico, a ver se o Sr. Presidente [da Província] dá alguma providencia"[134].

O Bispo parecia ser um dos maiores expoentes da frente de oposição aos liberais em Mariana. Acusado de persegui-los, ele era fortemente atacado por periódicos como o *Novo Argos* ou *O Universal,* ambos publicados em Ouro Preto. Houve casos em que os Juízes de Paz também foram acusados de não atuarem com prontidão em seu dever público de zelar pela ordem, chegando um deles a ser acusado de criminoso[135].

Nesse sentido, cabe destacar uma questão interessante sobre os textos enviados à redação, que foi observada nas Correspondências e nos Comunicados. Em algumas, os correspondentes, ao abordarem sobre os temas que pretendiam, acabavam mencionando algumas obras ou autores que liam, como liam e por que liam. Tais informações, ainda que

[133] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 54.
[134] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 54.
[135] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 110.

poucas, nos contempla com alguns pequenos indícios sobre a leitura daquele tempo, independentemente se considerarmos que eram os leitores que escreviam as correspondências, ou que elas eram produzidas pelo próprio redator. De acordo com Chartier,

> os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seus textos, mas também pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo. (CHARTIER, 2011, p. 79).

Em maio de 1830, o "Seu muito atento Leitor" diz que gostaria de mimosear a *Estrella Mariannense* com informações úteis e sugere que, a partir de sua experiência ao tratar de epiléticos por onze anos, observou que a epilepsia acomete em fases certas da Lua. Cita Hipócrates, em latim, com a frase, que diz *Omnes homines artem medicam nosse opportet* [Todos os seres humanos devem saber a arte da medicina]. O correspondente diz que não compadrinha dessa frase, mas que o bem da humanidade o faz enunciar um remédio, o chamado "Tártaro emético", que seria muito eficaz. Ao final da correspondência se refere a Willian Cullen[136], o médico psiquiatra que aparentemente embasa a sua hipótese e citando o Traductor de Cullen- diz que "*Medicine bona humilibus contingunt, nihil contemnendum*" [Nada é para ser desprezado, aos humildes de contacto com os bens de Medicina].

Outro tipo de texto enviado à redação era o Comunicado, em um deles enviado em março de 1830, "Um Piranguense no Ouro Preto"[137] faz uma série de reflexões sobre a importância da liberdade de imprensa e afirma que ela é o mais "forte sustentáculo das garantias sociais, dos direitos do homem". Destacava que a razão é o guia dos homens, mas que o estudo e a meditação são fundamentais para que não se deixem enganar, e aconselha utilizando uma citação em francês que integra a obra "*La Morale Aplique a la Politique*", escrita por Ettiene Jouy[138], que: *"il est facile d'obéir á la sagesse, ele ne comande rien d'impossible"* [é fácil obedecer a sabedoria, não comanda nada impossível]. Alega que foi a liberdade de imprensa que orientou o povo mineiro para o desenlace das eleições e reitera que o Partido Constitucional estaria adquirindo uma "prodigiosa força" frente ao Absolutista.

---

[136] William Cullen (1710-1790) foi um médico psiquiatra britânico, interessado em Medicina, tendo sido o primeiro a cunhar o termo "neurose", bastante usado na psiquiatria. Autor da obra *First Lines in the Practice of Physic* (1785).

[137] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 23.

[138] Victor Joseph Étienne de Jouy (1764-1846) foi um político e escritor francês, membro do Partido Liberal durante a Revolução de Julho, em Paris, e membro da Academie Française.

Ademais, a leitura dos poemas de Ovídio também foi mencionada por um correspondente que se dizia "amante e leitor"[139] do *Estrella Mariannense.* Ele dizia que "fatigado" do exercício de seu emprego, buscava o descanso, mas só o encontrava na leitura, e que, entre as produções do engenho humano, os poetas eram aqueles que preferia. E que "Lia ora uns, ora outros; mas não sei porque Ovídio me ocupava a maior parte do tempo" [140]. Destacou que a obra *Metamorfoses* significava para ele uma produção admirável repleta de "moralidade, engenho e facilidade de metrificar". E reitera que as compreendia como uma alegoria bem traçada capaz de despertar nos homens o amor à virtude e o horror ao vício. A correspondência escrita tinha como finalidade ofender aqueles que eram envolvidos com a produção do periódico *O Telégrapho*, alguns dos quais, após a abdicação de D. Pedro I, teriam passado a apoiar o lado dos Liberais. Ao trazer a *Metamorfoses*, de Ovídio, como uma alegoria, o escrevente sugere que a leitura o ajudou a pensar sobre seus inimigos e censura os "Telegráficos, que por uma operação mágica se metamorfosearão em Liberais"[141].

A obra *Discurso sobre Economia Política*, de Rousseau, também foi referenciada e citada pelo correspondente "Eu, santinho que não gosto de dízimos" em agosto de 1831. Ao fazer uma crítica à cobrança dos dízimos e dos impostos, antes ele conta:

> Relendo, talvez pela décima vez para avivar a minha memória, o Discurso sobre a Economia Política do imortal Rousseau, quando cheguei ao que ele diz sobre a imposição real, ou impostos nos produtos das terras, lembrei-me logo dos desgraçadíssimos agricultores de Minas, do subsídio literário; mas sobretudo dos pesadíssimos dízimos. (ESTRELLA MARIANENSE, ed. 66).

No decorrer da escrita, o correspondente buscava estabelecer relações entre as reflexões de Rousseau para dizer que os impostos estavam sendo cobrados "com a mais refinada e imprudente ladroeira". Suplicando a atenção dos "Bons Deputados" para a sua correspondência, critica com veemência os Seminários de Mariana e o do Caraça. E afirma que, se fosse lícito aos jovens furtar, deveriam os seus professores vir dos "dois grandes Seminários de Minas, os Dizimeiros, e os Thesoureiros d'ausentes".

Assim sendo, ao admitir que leu Rousseau pela décima vez, observamos que o correspondente fazia uma leitura intensiva da obra citada. De acordo com Chartier (2011, p. 86), a leitura intensiva, ou a "leitura intensa produz a eficácia do livro", de modo que aos poucos passa a tornar-se uma referência para aquele que leu. E, desse modo, as "fórmulas dão forma às maneiras de pensar e de contar". Estabelece-se, então, uma relação importante, que é

[139] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 55.
[140] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 55.
[141] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 55.

o que irá ser capaz de conectar o leitor com aquilo que ele está lendo, "incorporando em seu ser mais íntimo a letra do que leu".

O redator Nunan afirma, em novembro de 1830, que estava de posse de algumas correspondências para serem inseridas no jornal, mas que não era possível apresentar todas na sua íntegra. Para além do conteúdo dos textos enviados à redação, é muito provável que o tamanho dos textos fosse um critério importante para a escolha daqueles que seriam inseridos e publicados no jornal, uma vez que o espaço de apenas 4 folhas deveria ser bem divido entre os temas diversos que cada edição iria abordar, não sendo possível, portanto, inserir textos extensos dentre os enviados à redação. Como uma saída para que muitos textos enviados não ficassem perdidos, o redator faz, nesta edição de novembro, um resumo de alguns temas tratados naquelas correspondências que não puderam ser publicadas, porque assim julgava cumprir o seu dever[142]. Esta situação nos leva a acreditar que as Correspondências eram escolhidas com bastante cuidado para serem publicadas na íntegra, pois ocupavam um espaço almejado. E que, portanto, os temas expressos por estes textos representavam alguma prioridade para o redator.

Os textos enviados à redação, sobretudo as correspondências, mas não somente elas, não eram assinadas, e possuíam, no lugar da assinatura, um apelido ou codinome que tinham relação com o conteúdo que o acompanhava. Por vezes, estes apelidos mencionavam a localidade, dando a entender que seria de onde vinham os remetentes, como, por exemplo, "O Observador Mariannense"[143], "Um Liberal Itabirense", ou "O Goiano sensível a pranto da Pátria"[144]. Se considerarmos a legitimidade deles, inclusive das menções às localidades de origem, teríamos indícios do alcance e circulação do jornal. Ter correspondentes em Goiás nos indica que o redator não somente lia o *Matutina Meiapotense*[145] e mobilizava seus textos, mas que também o *Estrella Marianennse* poderia ser lido por lá. Se seguirmos as pistas das localidades dadas pelos apelidos, os remetentes eram, além daquele vindo de Goiás, em maioria de Mariana e dos arredores, como Itabira, Ouro Preto, Piranga, ou também distritos como Arripiados, Barra do Bacalhau, entre outros.

Buscamos, sobretudo, observar que esses textos serviam ao jornal e ao redator na medida em que tornavam público fatos, opiniões, ideias de um tempo. De acordo com Habermas (2003), a partir do século XVIII, a imprensa passa a ocupar papel preponderante no processo de constituição da esfera pública, na medida em que dissemina o debate público

[142] ESTRELLA MARIANNENSE, ed29.
[143] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 61.
[144] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.
[145] Periódico publicado na província de Goiás nos anos de 1830.

crítico. E a imprensa de informação, na medida em que passa a evoluir para a imprensa de opinião, faz com que os jornais deixem de ser instituições apenas publicadoras de notícias para se tornarem mais do que isso. Os jornais se tornariam, então, um porta-voz da opinião pública ou ainda um meio de se fazer a luta partidária.

No jornalismo do século XIX, sobretudo aquele politicamente engajado ao serviço da difusão de ideias e causas públicas, era muito propício, de acordo com Peixinho (2009, p. 8), "o recurso a uma linguagem apaixonada, altamente subjetiva, em que predomina a opinião sobre os factos, caraterísticas que explicam, em parte, a importância que o discurso epistolar assume no quadro dos discursos jornalísticos". O modo de escrita epistolar possuiria relação com o gênero do diálogo, fazendo, assim, com que as correspondências assumissem um caráter de intervenção pública, tornando-se "peças cruciais como veículos de opinião". Isso justifica, por exemplo, o fato de que algumas correspondências eram respondidas ou comentadas[146] pelo redator Nunan, na mesma edição em que eram publicadas, o que oferecia um sentido e uma atmosfera de diálogo para aqueles textos que eram publicados. Para Peixinho (2009, p. 9), a utilização da carta em contexto jornalístico "permite aos textos ganharem dimensão pública, potenciarem poderes retóricos e, consequentemente, a força persuasiva".

2.1.3 Documentos Oficiais

Os *Documentos Oficiais* que foram inseridos no periódico pelo redator eram muitos e dos mais variados tipos. Para o caso dos Documentos Oficiais, buscamos organizá-los conforme os grupos de tipologia documental utilizados pelo redator e que era a mesma designação utilizada no contexto imperial para documentos de ordem pública. Dentro do grupo Documentos Oficiais, incluímos não somente os documentos que vinham das esferas do poder municipal, provincial ou imperial, mas também optamos por inserir aqueles documentos referentes à ordem do público, como, por exemplo, os da Sociedade Patriótica Mariannense. De acordo com Habermas (2003, p. 14), os locais ou eventos públicos que "em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um". E este era o caso da Sociedade, que buscava angariar sócios de quaisquer camadas sociais que estivessem dispostos a contribuir com a sua causa.

[146] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 35; ed. 41; ed. 58.

No quadro a seguir, é possível observar o conjunto dos Documentos Oficiais e a quantidade dos que foram mobilizados, entre Atas, Proclamações, Ofícios, Fallas da regência etc.

Quadro 2: Documentos Oficiais transcritos no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Documentos oficiais	
Tipos	**Variedade**
Proclamações e Ofícios	28
Atas	24
Fallas	12
Decretos	6
Editais	5
Total	75

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

Os Documentos Oficiais eram transcritos para o jornal com a finalidade de informar o leitor, deixá-lo a par das decisões que eram tomadas nas esferas municipal, provincial ou imperial. O jornal, em seu prospecto de capa contido na edição 1, informa que, entre os principais objetivos da folha, estão o dever público de "falar com a liberdade que a Constituição inspira". E informa que publicará Atas tanto da Câmara de Mariana como de outras municipalidades que se quiserem servir do periódico. Assim, transcreve não somente Atas, mas Fallas do governo, decretos, editais e, no geral, também decisões que eram tomadas em reuniões das Câmaras Municipais, da Assembleia ou mesmo no Conselho Geral da Província. De acordo com Habermas (2003, p. 216), o surgimento de um jornal político e a sua afirmação já são, em princípio, "sinônimos de engajamento na luta em torno do espaço da opinião pública, em torno da publicidade como princípio".

Nesse sentido, entendemos que o redator optou por transcrever um grande número de textos provenientes dos Documentos Oficiais e que isso aconteceu enquanto uma de suas estratégias, que consistia também em manter seu público muito bem informado sobre tudo que acontecia na política imperial. Estes textos eram responsáveis por trazer as informações que possuíam caráter oficial, diferentemente dos demais textos que traziam reflexões e eram capazes de moldar as concepções dos leitores. Essa estratégia de escrita de Nunan estaria bastante relacionada com as funções primeiras da imprensa, seja ela a de informar para

formar, bem como o princípio de publicizar, tornarem públicas, neste caso, as decisões e as posturas do governo.

As discussões das questões e dos problemas do Império eram discutidos nas Câmaras e, neste caso, a publicidade destas discussões poderia ser alcançada somente pela imprensa. De acordo com Tengarrinha (1989, p. 149), "o grande público só através dos relatos dos jornais tinha conhecimento do que se debatera na Assembleia". São alguns exemplos o *Novo Argos*[147], que publicou Atas do Conselho Geral da Província mineira; o próprio *Estrella*, que publicava Atas da Câmara de Mariana; *O Universal*, que publicava Atas de sessões da Câmara dos deputados[148]; o goiano *Matutina Meiapotense*[149], que publicava resumo das discussões do Conselho Geral.

2.1.4 Máximas

Os textos *Máximas* que foram transcritos pelo redator e publicados no jornal *Estrella Mariannense* são, no total, 15, e se dividem em diferentes tipos e gêneros, que incluem provérbios, pensamentos, expressões e trechos de obras de autores importantes. Podendo ser trechos, por exemplo, de Rousseau, Helvetius, Sebastien Mercier, ou ainda um texto assinado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. O primeiro critério que foi utilizado para nomeá-los "Máximas" reside no fato de que todos eles, embora distintos, são unidos por temas relacionados à política, ou que estavam no jornal para dizer sobre política. O segundo critério é o fato de que esses textos, diferentemente dos demais textos que abordavam política, não eram provenientes de outros jornais, nem foram escritos pelo redator para integrar o jornal. No quadro a seguir, é possível observar os textos de natureza política que foram transcritos no jornal.

[147] O NOVO ARGOS, ed. 56.
[148] O UNIVERSAL, ed. 291.
[149] O NOVO ARGOS, ed. 29.

Quadro 3: Máximas transcritas no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Máximas		
Texto	**Temática Central**	**Incidência**
Extracto de Helvetius (Helvecio)	Despotismo e contradição das leis	4
Extractos de Rousseau	Pátria e liberdade	3
Extractos de Sebastien Mercier	Homem e sociedade	2
Extracto de Senancour	Mudanças políticas	1
Extracto de Dupin	Economia política	1
Extracto de "Mirour De l'Omme" de John Gower (XVI)	Prosperidade dos povos e clero cobiçoso	1
Última confissão do Ex-Imperador à Nação Brasileira	"Confissão" de D. Pedro I se culpabilizando pelos males do Brasil	1
"Expressões Sinceras" de Bernardo Pereira de Vasconcelos	Liberdade, segurança e Constituição	1
Pensamentos soltos do Abbade de S. Pierre	Abusos de uma religião que destrói uma Nação	2

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

Estes textos, embora sejam poucos, ocupavam no jornal uma posição importante, pois, na medida em que eram publicados, eles eram ao mesmo tempo portadores de reflexões fundamentais para os temas que estavam sendo veiculados. Em uma[150] das máximas de Rousseau na qual a liberdade é a temática central, veiculava-se a ideia de que o homem, para que seja livre, não deveria estar acima das leis, mas sim obedecê-las. No entanto, este homem que se curva às leis não deveria se curvar a ninguém, pois "é pela força das mesmas que não obedece aos homens". E assim faz uma relação entre a noção de liberdade rousseauniana e a imagem da lei que deve estar sempre acima dos homens. Logo, obedecer aos homens é incompatível com a liberdade que cada um deve ter consigo, mas a obediência às leis é fundamental. A máxima se refere ainda aos povos livres e diz que um povo livre é aquele que, seja qual for a sua forma de governo, "naquele que o governa, ele não vê o homem, mas sim o órgão da lei". Essa ideia de que a lei encontra-se acima dos homens é importante nas reflexões de Rousseau e perpassa algumas de suas principais obras, como *Economia Política*

[150] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 104, 27 de junho de 1831.

ou *O Contrato Social*. Mas a citação refere-se à obra *Cartas escritas da montanha*; neste trabalho, o filósofo discute algumas das teses básicas tanto religiosas como políticas de suas obras anteriores (KAWAUCHE, 2008).

Com essa reflexão, Rousseau busca solucionar o problema de uma autoridade política ilegítima, ou seja, "diante de uma série de dificuldades associadas ao estabelecimento do corpo político, a lei é apresentada como a única solução capaz de superá-las de maneira adequada" (KAWAUCHE, 2008, p. 98). Define, portanto, um acordo em que os homens não deveriam obedecer aos outros homens, mas somente e sempre às leis, o que seria a expressão da "igualdade de direitos promovida pelo ato fundador da sociedade civil concebida por Rousseau" (KAWAUCHE, 2008, p. 99). Deste modo, o déspota pode ser compreendido como aquele que se coloca acima das próprias leis, atuando acima da ideia de igualdade de direitos e acima de todos os homens.

Nesse tocante, o texto de Rousseau foi publicado e, juntamente dele, um comentário que dizia a importância de não se confundir "a independência e liberdade," pois seriam coisas diferentes, "já que a liberdade consiste menos em fazer a sua vontade". De acordo com Neves (1995, p. 126), era comum que os periódicos, naquele contexto, apresentassem as ideias de forma organizada, "explicando o autor e seu posicionamento sobre o assunto e procurando fornecer opiniões e ensinamentos que pudessem influenciar o público leitor". Rousseau foi apropriado pelo redator para contar os inúmeros conflitos políticos vividos pelo Estado imperial durante o ano de 1832, bem como os frequentes episódios de desacordo entre Deputados liberais e opositores que predominou no contexto da Regência. O texto alegava que não era possível existir um Estado livre quando cada autoridade política decide fazer o que lhe agrada, e reitera que "quem é senhor não pode ser livre, reinar é obedecer"[151]. Conforme Certeau (1994, p. 266), é preciso considerar que a atividade leitora envolve uma ação do leitor sobre o texto, uma vez que "destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina fragmentos e cria algo não sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações". E isso constitui a operação decodificadora da leitura dos textos.

2.1.5 Miscelânea

Os textos *Miscelânea*, embora possa parecer, não integravam o jornal aleatoriamente. Eles eram importantes, pois davam ao periódico o ar de fruição, fazendo com que a leitura se

[151] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 104, 27 de junho de 1831.

tornasse mais leve em alguns momentos. Apesar de esses textos de natureza diversificada não terem sido apropriados para todas as edições, quando eram apropriados, quase sempre deixavam de lado temas densos e polêmicos para trazer temas que, embora pudessem até tocar o tema político, como o caso do Poema sobre a morte de Libero Badaró, o fazia de modo mais leve e poético. No quadro a seguir, é possível visualizar quais eram os textos de natureza diversificada que foram apropriados para o periódico.

Quadro 4: Os textos de Miscelânea do Estrella Mariannense (1830-1832)

Textos Miscelânea
Oração
Hino Constitucional Mariannense
Quadra Improvisada
Poema Sobre Guerras Civis
Poema para Badaró
Cartas Dupaty "Sobre as belezas da Itália"
Atlas de 31 de novembro de 1830
Soneto
2 Ofícios de mulheres sócias da Sociedade Patriótica

FONTE: Estrella Mariannense (1830-1832).

A Quadra improvisada, por exemplo, é uma forma poética que marca um bom exemplo de como esses textos de natureza diversificada tinham um papel particular no jornal, como se funcionassem como uma espécie de pausa para a leitura, distanciando momentaneamente o leitor da escrita combativa que perpassava grande parte dos textos do periódico. A Quadra improvisada, publicada em 17 de maio de 1831, assumia forma poética elaborada, tratava sobre o tema político da Abdicação de Pedro I de modo simples e chamava a atenção para que os brasileiros soubessem "*Manter a constituição*" e "*Sustentar a Independência*" do Brasil. Os versos, divididos em quatro estrofes, haviam sido escritos por Francisco Barreto Moniz[152], um poeta e repentista baiano que viveu durante meados do século XIX. De acordo com Pellegrini (2008, p. 3), Barreto "o vate baiano, a exemplo de tantos colegas da escola literária,

[152] Francisco Moniz Barreto foi um poeta e repentista baiano que viveu entre 1804 e 1868, publicou anonimamente em 1864 a obra intitulada *O Álbum da Rapaziada*, considerada raríssima atualmente. A título de curiosidade, a repercussão da obra teria dado origem ao único processo sob acusação de pornografia ocorrido no Brasil durante o século XIX (PELLEGRINI, 2008). A obra que a pedido do autor circulava sob o título de ter sido impressa em Bruxelas na Tipografia de Richard Brenneke, na verdade teria sido impressa na Bahia e pode ser encontrada em https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0006-02452.html.

cantou tanto a pátria e amores idílicos, quanto muito alegremente os costumes devassos que a moral oitocentista se encarregava de censurar". Seguem duas das estrofes que compõem a obra de Moniz, publicadas no jornal Estrella Mariannense:

> O falso Rei de outra gente,
> Que ser nosso não podia,
> De Janeiro à valentia
> Cedeo em fim prontamente
> No Jovem Filho inocente
> Abdicar não duvida...
> Parabéns, Pátria querida!
> Nosso Irmão na realidade!
> PEDRO Segundo é, quem hade
> *Pelo Brasil dar a vida*
>
> Refalsada prepotência
> Deixou p'ra sempre o Brasil:
> No dia sete de Abril
> Começou nossa existência.
> O facto da Independência
> Passou de ser ilusão:
> A contento da Nação
> Um Governo, sem que mude
> Hade em sua plenitude
> *Manter a Constituição*

Para além dos recursos tipográficos como a caixa alta e o itálico que evidentemente marcam as estrofes apresentadas, os versos utilizam-se da linguagem poética para retratar uma visão do contexto político que estava sendo vivido. Pedro I, identificado como o falso rei, estava representado como aquele que "cedeo em fim prontamente" ou seja, cedendo às pressões dos brasileiros insatisfeitos, abria caminhos para o seu filho inocente ao abdicar do trono, para que este pudesse enfim: "*Pelo Brasil dar a vida"*. Os versos trazem ainda a responsabilidade para o cidadão, para que sustente a Constituição e a Independência. Logo, é interessante notar como a necessidade de "sustentar a independência" estivera sempre presente no discurso liberal; uma vez que a ameaça do retorno ao status de colônia era iminente na ótica dos liberais. Em seus últimos versos, diz que a essência do "Trono erguido de novo, É ser amigo do Povo"[153].

[153] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 52.

2.2 Os autores

Um conjunto de autores e obras foram citados e referenciados pelo jornal *Estrella Mariannense.* Esses tematizam a história, a política e a economia. Em sua primeira edição, no prospecto de capa, o redator, ao apresentar as intenções do periódico, declara que as matérias terão entre os principais objetivos: "transmitir aqueles discursos, e doutrinas mais aptas a facilitar a civilização dos povos, para o que nos não pouparemos as compilações dos autores mais célebres em política, sem jamais afastarmos do respeito devido a nossa Santa Religião" [154]. Os autores célebres seriam referenciados, mas a religião católica seria respeitada, isso porque, de acordo com Neves (1995, p. 124), no Brasil o projeto revolucionário que intencionava colocar um fim nas bases do Antigo Regime, "ao invés de hostilizar a religião, apoiava-se na Igreja Católica, a fim de garantir o caráter moderado que o movimento pretendia, evitando-se os perigosos tumultos, filhos da anarquia".

O repertório de leitura referenciado por Manoel Berardo A. Nunan conferia maior legitimidade à sua escrita, e isso acontecia porque, quando uma gama de autores e obras reconhecidas eram referenciadas na sua escrita, esta se tornava, de algum modo, autorizada a tratar de determinados temas. Deste modo, entendemos que lançar mão desses autores significava colocar em ação uma das estratégias de escrita.

Pensar sobre os autores referenciados no jornal nos permite não somente entender sobre o itinerário pessoal de leitura do redator, como também captar vestígios sobre a circulação de livros, de ideias, e sobre o acesso a determinados autores em Mariana. Aliás, permite-nos conhecer sobre aquilo que se privilegiou ou não se privilegiou para ser lido e também aquilo que se pensava ser valorizado.

Nessa óptica, a leitura pode ser entendida como uma revelação pontual de uma *polissemia* do texto literário. Ler é, além de tudo, conforme realça Goulemot (2011, p. 114), fazer imergir a "biblioteca vivida", ou seja, trazer e se remeter sempre às memórias de leituras anteriores. Por exemplo, quando falamos em biblioteca, podemos tratar de textos, mas principalmente podemos também nos remeter a um sistema de valores. No que se refere à leitura como produção de sentidos, não existe uma leitura ingênua, "Ler, é portanto, constituir e não reconstituir um sentido" (GOULEMOT, 2011, p. 114). Deste modo, "não existe

[154] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1, 3 de maio de 1830.

compreensão autônoma do que é dado a ler ou a entender, mas articulação em torno de uma biblioteca do texto lido". Existe, portanto, uma espécie de intertextualidade que fundamenta a leitura e que aciona a produção de sentidos; pode-se dizer que o que é lido ganha seu sentido com base naquilo que foi lido antes, porque "o sentido nasce, em grande parte, tanto desse exterior cultural quanto do próprio texto, e é bastante certo que seja de sentidos já adquiridos que nasça o sentido a ser adquirido" (GOULEMOT, 2011, p. 114).

A circulação e presença de determinados textos no Brasil, desde o período colonial, em especial de autores clássicos e Ilustrados, leva-nos a presumir a familiaridade dos nossos leitores com esse referencial, bem como uma penetração considerável da cultura clássica. A leitura é atividade coletiva e só se faz mediante a inserção do texto lido, em um conjunto de leituras que são prévias e que se inserem em uma espécie de hierarquia das obras. Os textos não são lidos isoladamente, pois há um conjunto de obras que atuam revelando a sua importância (ABREU, 1999). Como exemplo, pode-se perceber que os autores e as obras lidas por Nunan parecem se enquadrar em uma espécie de hierarquia, na qual a leitura de alguns autores certamente revelou a importância de outros para o leitor. Assim, identificamos um primeiro conjunto correspondente a autores clássicos da antiguidade, entre eles os filósofos gregos e romanos.

No entanto, em maior número são citados os filósofos iluministas, além de juristas e economistas dos séculos XVII e, sobretudo, XVIII. Talvez seja possível agrupá-los em tendências, sendo: Ilustrados e Clássicos. Para Antunes (2010b), ainda que Robert Darnton tenha de antemão nos alertado para um certo anacronismo que aflora no esforço de classificar e categorizar, faz-se necessário estabelecer classificações com base em critérios da época. A posse de uma determinada obra, de acordo com Darnton (2010), não comprova que ela foi lida, pois muitas pessoas não liam os livros que possuíam, ou liam livros que não possuíam, podendo ter sido adquiridos por meio de empréstimos, por exemplo. Mas um texto que é citado é um texto que muito provavelmente foi lido.

Na tabela 6, é apresentada uma lista de todos os autores e as obras citadas na folha.

Tabela 6: Autores citados no *Estrella Mariannense* (1830-1832)

***Estrella Mariannense* (1830-1832)**	
Abade de S. De Pierre Anton Friederich Busching Aristides Benjamin Constant Benjamin Franklin Blakstone Barão de Lendenão Bonnin Cícero Charles Comte Charles Dupin Charles Louis Honoré Toromert Danton D'Alambert De Prat Delolme Descartes Étienne Pivert de Senancour Etienne de Joui Fenelon Filangieri Genuense Guiber	Dunoyer Helvétius Hipócrates Horácio Izaac Newton Leibnithz Lutero Mably Maquiavel Marco Aurélio Mercier Millot Montesquieu Ovídio Platão Plutarco Robespierre Richelieu Rousseau Seneca Storchenau Tucídides Autor Desconhecido designado como "Tradutor de Cullen"
	TOTAL: 46 autores

FONTE: Banco de dados da tese.

De modo geral, destacam-se autores gregos e romanos, autores ilustrados, e exceções, a exemplo de viajantes do século XVIII e jornalistas franceses.

Durante as primeiras décadas dos oitocentos, tornou-se uma constante nos periódicos a referência aos autores da ilustração europeia. De acordo com Neves (1995, p. 126), nos escritos que eram redigidos por indivíduos mais moderados, "citavam aqueles cujas ideias haviam iluminado o mundo civilizado, como Edmund Burke, Montesquieu, Jeremias Bentham e Benjamim Constant". No viés das folhas mais radicais, assimilavam-se, sobretudo, "as ideias dos *philosophes* franceses, como Voltaire, Rousseau, Mably, Condorcet, Raynal e De Prat". Para o caso de Nunan, foram citadas tanto referências mais ligadas aos moderados, bem como aquelas que, conforme Neves (1995), eram citadas pelos radicais. Embora exista uma série de distinções presentes entre os autores citados, talvez o mais importante seja dizer da semelhança entre eles, daquilo que os une. E aquela que salta aos olhos é que os ecos da Ilustração perpassam a maioria dos autores que foram referenciados. No entanto, é importante lembrar que as Luzes não se constituíram enquanto algo homogêneo e implicaram muitas

distinções "as diferenças multiplicam-se quando, ainda seguindo a ótica que privilegia os grandes pensadores, se penetra nas ideias referentes a temas e aspectos particulares" (VILLALTA, 1999b, p. 84).

O uso do livro no período colonial era, segundo Villalta (1999b), mais relacionado ao ofício que se exercia, como fonte de saber relativo ao exercício profissional. Para o período imperial, em livrarias de advogados, por exemplo, Antunes (2010b) identificou que era relativamente comum a presença de autores clássicos, pois estes representavam modelos para a composição de suas escritas ou seus discursos. Apesar dessa multiplicidade de funções, os livros sempre representaram fator de poder, "sendo importantes nas vidas privada e pública, definindo redes de sociabilidade" (VILLALTA, 1999a, p. 185). Nas bibliotecas do século XVIII que foram analisadas por Villalta (1999a), aparecem autores como Homero, Horácio e Cícero, e também Voltaire, o qual se apresenta como o ilustrado mais frequente, juntamente com Montesquieu e Mably.

Já as bibliotecas da América portuguesa durante o século XVII eram modestas, assim como tinha havido poucos livros no século XVI. De acordo com Villalta (1999a), as informações referentes a bibliotecas nos séculos XVI e XVII sugerem que os livros que circulavam eram literários ou de cunho religioso, e que os maiores acervos bibliográficos eram dos colégios jesuíticos. A partir do XVIII, ocorreram mudanças: a propriedade de livros tornou-se mais disseminada que nos séculos anteriores, o que afetou tanto a posse de livros como a composição de bibliotecas. Os chamados "ecos da ilustração" puderam ser sentidos nos títulos dessas obras (VILLALTA, 1999a, p. 188).

Durante o século XIX, o Brasil esteve sintonizado com os pressupostos que eram veiculados em diversas partes do mundo, e os ecos das Luzes chegavam das mais variadas formas. As trocas culturais intensas foram constitutivas do processo de construção de nossa identidade e Nação, e as trocas de impressos e circulação de ideias assumiram centralidade. De acordo com Abreu (2011, p. 117), o mundo estava, durante os oitocentos, "conectado por livros, jornais, revistas e impressos de toda a sorte". Ao contrário do que se propagou durante muito tempo na historiografia, o Império brasileiro não esteve em posição de atraso e dependência cultural: rompendo esse paradigma, as pesquisas recentes vêm demonstrando que a circulação de ideias e impressos[155] era intensa, muito mais frequente do que se supunha, entre países como França, Brasil, Portugal e Inglaterra.

[155] ABREU, Marcia. Romances em movimento - A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914), Unicamp, 2016.

Assim, digamos que "os leitores brasileiros estiveram na mira dos livreiros e editores portugueses desde o século XVIII, tendo em vista sua expressividade numérica comparativamente ao leitorado lusitano" (ABREU, 2011, p. 119). Os oitocentos foram um período de "ampliação sem precedentes na produção de livros e revistas e de intensa circulação de impressos entre Europa e o Brasil" (ABREU, 2011, p. 121). Fato que foi providencial no processo de construção das bases e dos pressupostos da Nação brasileira que estava se formando, paulatinamente ao processo de trocas internacionais. E seria um equívoco considerar que essas trocas aconteciam em um fluxo unívoco que tinha início na Inglaterra e França, e tinha como percurso final Portugal e Brasil. Ao contrário, de acordo com Abreu (2011, p. 121), "os impressos, as pessoas e as ideias circulavam entre estes diferentes lugares", e o Brasil não foi somente influenciado culturalmente, mas também influenciou, na medida em que obras brasileiras transitavam em países da Europa.

A circulação transatlântica dos impressos foi um elemento-chave que contribuiu para a formação das diversas identidades nacionais e que foram forjadas nesse contexto, no qual as "intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de um modelo comum de produção das diferenças" (THIESSE, 2002, p. 7).

Entre os autores que faziam parte do repertório de leitura de Nunan durante as primeiras décadas do século XIX, destacamos os mais citados:

Tabela 7: Grupo de autores mais referenciados no *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Autor	Incidência
Rousseau	4
Montesquieu	3
Helvétius	2
*os demais autores foram citados apenas 1 vez	

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

Os autores mais referenciados eram o suíço Rousseau e os franceses Helvétius e Montesquieu; os demais autores que foram listados na Tabela 6 foram mencionados no jornal somente uma vez. Ao observar os títulos que chegavam ao Rio de Janeiro no começo dos oitocentos, Abreu (2011) chama atenção para expressividade de obras provenientes da produção cultural francesa que era enviada para o Brasil, integrando tanto a categoria das Belas-Letras, como História, Jurisprudência etc.

Durante o século XVIII, a obra *Do Espírito das Leis*, escrita por Montesquieu, abalou em toda a Europa os regimes monárquicos absolutistas. Publicada em 1748, tratava, entre outras questões, da tripartição de poderes entre legislativo, executivo e judiciário, separando e

limitando os poderes do Estado. Já durante a segunda metade do século XVIII, sob influência de inúmeros pensadores do século anterior, surgem obras dos iluministas franceses; Rousseau é um dos mais importantes e, por meio da teoria *Do Contrato Social*, obra publicada em 1762, estabelece a doutrina da soberania absoluta do corpo político resultante de pacto social; a soberania é o que se manifesta no que ele chamou de vontade geral.

Jean-Jacques Rousseau é o autor referenciado mais vezes no *Estrella Mariannense* e, em um texto intitulado *Da Liberdade Política,* Nunan escreve sobre como a moralidade deixa de existir em uma Nação quando seus indivíduos não possuem liberdade, pois esta seria a fonte das garantias sociais. Para sustentar sua reflexão, cita Montesquieu e Rousseau dizendo que tudo o que foi dito antes destes "dois grandes moralistas" tem se repetido. E, "se um cidadão pudesse fazer o que as leis defendem, não haveria mais liberdade. A consciência reprova as ações injustas, e as leis, que são a consciência pública devem punir as ações criminosas". O texto diz que uma autoridade não deve nunca constranger um cidadão e fazer com que ele faça algo que não esteja prescrito nas leis. E que, caso aconteça: "Mil vozes se levantam para a denunciar" [156].

Ao referenciar os nomes de Rousseau e Montesquieu, o texto dizia que, assim como a consciência é quem reprova as ações injustas, são as leis representando a consciência pública que possuem o poder de punir as ações criminosas. O texto defende que um povo possua a sua liberdade política, e critica, para tanto, os absolutistas, dizendo que, ao se cobrirem com o "manto da Aristocracia", não querem a liberdade do povo, e consomem tudo que o povo escravo produz. Em Rousseau, segundo Kawauche (2008, p. 101), "são as condições de conciliação entre autoridade política e liberdade humana que o *Contrato* procura determinar", e assim Rousseau consolida como saída a ideia de que as leis estão acima dos homens, e o que representa a ordem desejada por Rousseau seria "um Estado em que todos os cidadãos, enquanto homens livres, se encontrassem igualmente abaixo das leis".

Rousseau, Montesquieu ou Helvétius foram referenciados enquanto uma das estratégias de escrita do redator, e é possível supor que estes autores tenham sido colocados em cena não somente por suas ideias, mas principalmente porque o redator parecia querer que seus leitores tivessem acesso a tais referências, ainda que pela autoridade que assumiam no contexto da modernidade. De acordo com Villalta (1999b), os autores da Ilustração, de modo geral, definiam a virtude como o princípio e o fim da política, e a liberdade como um direito natural inalienável de todos os homens, bem como o direito à propriedade ou igualdade na forma da

[156] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 21.

lei. Os autores referenciados por Nunan se posicionavam contra o despotismo, além de defenderem a liberdade de pensamento e de expressão.

Em sua obra *De l'Homme*, com a primeira edição publicada em 1773, Helvétius adentra os campos da teoria do conhecimento e dos estudos da linguagem para construir reflexões sobre a teoria moral da política. De acordo com Maruyama (2005), o objeto do filósofo é a felicidade dos homens, condição esta que depende não somente da perfeição das leis sob as quais eles vivem, mas da instrução que se recebe; seria o conhecimento do espírito humano. A referência à obra de Helvétius foi feita por meio da citação de um trecho[157] publicado pelo *Estrella* em outubro de 1831, o qual alegava que "os reis, e os grandes gostam da obscuridade e contradição nas leis, porque delas então se servem, como lhes convém, amoldando-as aos seus interesses", e reitera que a "utilidade pública", quando está posta como regra, representa uma "base de moral" que a estes homens não agrada.

Helvétius traça uma concepção ampla da noção de propriedade que envolve desde a propriedade das coisas até a propriedade de si mesmo, seus pensamentos, e a vida. A concepção ampla de propriedade seria "a base da legislação e, portanto, o grande cimento da vida social e o alicerce da noção de justiça" (MARUYAMA, 2005, p. 15). Assim, para Helvétius, a educação, a informação e o debate livre servem não somente para o processo de formação dos bons cidadãos, mas também é útil ao aperfeiçoamento das leis. Ao abordar a liberdade de imprimir, Helvétius afirma que a ciência não teria possibilidades de avançar se não fosse a divulgação de ideias e a contradição de opinião e discussão aberta. Segundo Maruyama (2005, p. 16), Helvétius é um dos ilustrados que em sua obra segue denunciando a "oposição entre os interesses do poder espiritual e do poder civil, sempre que aquele é bastante forte para controlar as consciências". As denúncias de que os interesses dos eclesiásticos pretendiam interferir no interesse público e no poder civil são frequentemente expostas na escrita do *Estrella Mariannense*, e toda a veneração das leis que encontramos nessa escrita não reflete uma sujeição incondicional ao governo, mas sim à uma suposta perfectibilidade das leis.

O Abade de Saint Pierre, também referenciado por ele, condenava a guerra, sendo, portanto, antibelicista, e buscava, com seus escritos, trazer a temática da paz duradoura (VILLALTA, 1999b). Em matéria intitulada *Pensamentos soltos do Abbade de S. Pierre*[158], o texto trata dos abusos da religião que têm feito mal à França, "haja vista a injustas, e impolíticas perseguições aos protestantes", a "Hespanha e Portugal, muito mais estúpidos, e

[157] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 70.
[158] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 93.

embrutecidos do que a França, sofrem todos estes males, e, tem ainda em cima a Inquisição". A seguir, menciona também a Itália, em que alega que "a religião que destruiu o Império Romano, não deixou senão miséria, e músico, eunucos, arlequins e padres". Em tom de crítica, o texto traz os males vividos pela sociedade que são fruto da ação dos religiosos, e reitera que nada é mais "útil ao público" do que um capelão que possa socorrer os pobres, ou consolar os doentes, colocar paz nas famílias. Mas que aqueles que não podem com o cargo, "ou por vícios, e notável preguiça, não sirvam". Os religiosos, segundo o texto, não devem desonrar seu "ministério" e devem "ser repreendidos, e despedidos"[159], caso isso aconteça. Em clara alusão ao papel das autoridades religiosas em Mariana, o redator lança mão dos pensamentos do iluminista Abade de Saint Pierre para elucidar sobre os males que os eclesiásticos podem provocar em uma sociedade a partir do momento em que não estão totalmente comprometidos com o "público"[160].

Mably, que também foi um autor referenciado, segundo Villalta (1999b), era o autor entre os pensadores ilustrados que defendia a igualdade social. E é muito provável que a estratégia de recorrer a determinados pensadores, dialogar com eles e citar trechos de suas obras era fundamental para fortalecer o debate liberal realizado pelo periódico. Todavia, vale considerar que as referências aos autores aconteciam também enquanto um recurso utilizado pelo próprio redator para legitimar seus argumentos e dar maior credibilidade àquilo que escrevia.

Para além das motivações que levaram Nunan a referenciar uma série de autores em seus escritos, nos passa que os seus leitores provavelmente reconheciam a importância daquelas referências. Podemos dizer que, possivelmente, uma parcela de seus leitores-modelos integrava um grupo de pessoas letradas, e conheciam os autores referenciados ou ao menos a importância deles. Ou então ainda, que o redator Nunan intencionava que esses autores se tornassem conhecidos dos leitores, dando concretude assim, ao papel educativo da imprensa.

Ao analisar as bibliotecas particulares da cidade de Mariana, Villalta (1999b) identificou que o número e os títulos de obras e autores mais frequentes nas prateleiras convergem com o que foi constatado por Abreu (2012) entre os livros enviados de Lisboa para o Rio de Janeiro entre 1768 e 1822. Villalta afirma que:

[159] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 93.
[160] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 93.

> as Luzes e as ciências rastreadas a partir da composição das bibliotecas e da distribuição das mesmas entre os grupos sociais, atingiam e seduziam um pequeno grupo no interior do conjunto dos letrados: uma elite dentro das elites. Entre essas elites fundamentalmente, ao que parece, os livros tinham usos que iam além das fronteiras profissionais ou da vivência religiosa imediata, expressando uma curiosidade ampla em relação ao homem, ao mundo natural, ao Estado e à própria divindade. (VILLALTA, 1999b, p. 308).

As bibliotecas privadas em Mariana, em fins do século XVIII e início do XIX, possuíam tamanhos diversos e não eram determinadas pela riqueza segundo o autor, mas pelo refinamento intelectual e pela escolaridade. Nunan, sendo advogado, era comum que tivesse acesso as mais distintas obras que circulavam naquele contexto no Brasil. Porém, não sabemos se Nunan possuía uma biblioteca privada ou ainda se teria, por exemplo, herdado livros de algum membro de sua família. Por exemplo um respeitado Cônego conhecido por padre Manoel Accursio Nunan, que viveu em Mariana e faleceu em fins do século XVIII e que por partilharem do mesmo nome poderia ter sido um membro de sua família. Existe a possibilidade ainda de que Nunan acessasse livros que eram emprestados ou obras existentes no gabinete de leitura, pertencente à Sociedade Patriótica Mariannense, da qual ele era sócio-fundador.

Para tanto, o Império brasileiro esteve, durante meados do século XIX, em sintonia com o tempo histórico que acentua a constituição dos Estados modernos. E os preceitos morais e políticos vindos da ilustração passaram, paulatinamente, a estar imbricados tanto ao ensino da leitura e da escrita como também nas entrelinhas do discurso da imprensa. O modo como os redatores dos periódicos buscavam dirigir-se aos seus leitores, os autores que buscavam referenciar e mobilizar, ao que tudo indica, constituíam parte de uma importante estratégia de educar politicamente seus leitores, e os costumes sob os ecos do derramamento das luzes.

2.3 Artigos de Opinião

O repertório de escrita de Nunan se baseava em textos de cunho político, que se concentravam em dois principais objetivos: *doutrinar* os leitores e *censurar* os opositores. A doutrinação nos textos acontecia por meio da discussão enfática e sistematicamente organizada de temas que constituíam os principais pressupostos da política liberal, os quais perpassavam o contexto da política imperial, como, por exemplo, Constituição, Pátria, Nação (JINZENJI, 2008). A censura acontecia de modo explícito e se manifestava em forma de textos políticos que criticavam e buscavam combater os opositores, atacando, por exemplo, as

autoridades eclesiásticas ou políticas, e combatendo as doutrinas ditas "subversivas da boa ordem da moral"[161].

Por sua vez, os textos que nomeamos como *Artigos de opinião* são aqueles textos que foram escritos e idealizados, ao que parece, pelo redator. Portanto, não foram considerados de Opinião nenhum dos seguintes textos: meramente noticiosos, que traziam anúncio, ou que, no geral eram acompanhados de nomes de autores. De forma geral, pode-se afirmar que os textos de opinião buscavam se orientar com base nas principais premissas do pensamento liberal.

Nesse viés, o redator Nunan alegava que, por meio do *Estrella Mariannense,* iria integrar a linha dos "Gloriosos Defensores" da Pátria; ao lançar o jornal, se colocaria ao lado daqueles que sabiam lutar contra o "sanguisedento monstro do Despotismo". Assim, sua escrita aconteceria em defesa da "santa causa da liberdade" e dos "inauferíveis direitos"[162]. Alguns dos textos veiculavam críticas severas à influência do poder secular exercido pela Igreja, desde as bases do Antigo Regime. Apesar das muitas críticas aos eclesiásticos, o jornal se proclamou, já em sua primeira edição, em favor da Religião, afirmando, em seu prospecto, que lutaria contra as doutrinas subversivas e traria, para tanto, os autores mais célebres, mas "sem jamais afastar-nos do respeito devido a nossa Religião"[163]. O discurso dos liberais naquele contexto se conectava por meio desses textos, com os conflitos locais que ocorriam em Mariana envolvendo liberais e o clero.

Desse modo, os artigos de opinião são compreendidos aqui como mais uma das estratégias de escrita que foram utilizadas por Nunan para formar e educar os seus leitores. Diferentemente da estratégia de se apropriar de textos de outros suportes e lançar mão de reflexões e textos alheios para integrar o periódico, os artigos de opinião, apesar de amparados a um referencial, traziam reflexões em uma escrita de próprio punho. Contudo, não pretendemos aqui dizer que estes textos expressavam a personalidade do jornal, pois entendemos que isso está expresso na junção de todos os elementos que o compõe e que envolvem as estratégias de escrita do redator, os aspectos da materialidade, da textualidade e da oralidade que estão presentes na feitura de um periódico. Entendemos, porém, que são os artigos de opinião os textos que contêm, em maior proporção, o que poderíamos chamar de a voz do redator ou ainda a voz de todo um movimento político liberal segundo a ótica do redator. Uma de nossas principais lentes para compreender aquele tempo é a sua escrita e a

[161] ESTRELLA MARIANNENSE, ed, 1.
[162] ESTRELLA MARIANNENSE, ed, 1.
[163] ESTRELLA MARIANNENSE, ed, 1.

composição do jornal. Assim, entendemos que pensar sobre esses textos de opinião nos aproxima mais de sua ótica e das finalidades de sua escrita.

Ao abordar a imprensa periódica portuguesa no contexto da década de 1830, José Tengarrinha (1989, p. 149) ressalta a importância da atuação de uma imprensa de opinião em tempos de instabilidade política. E afirma que, "para expor os mais agudos temas revolucionários e encontrar meios de expressão que assegurem contato mais simples e direto com um largo público, as formas tradicionais são consideradas insuficientes". No bojo dessa instabilidade política e insuficiência das formas tradicionais de se fazer política, destacariam-se o teatro e a literatura, que passaram a ser instrumentos de transformação política e social. Entretanto, Tengarrinha (1989, p. 149) afirma que os veículos mais adequados para expressão dessa "arrebatada efusão do sentimento na palavra e da palavra na ação: [eram] a oratória e o jornalismo". Durante a década de 1830, não apenas nas Cortes, mas em diversos lugares, como, por exemplo, nos cafés ou clubes políticos, ouvia-se alguém ler aqueles jornais considerados importantes, e assim a "Imprensa e a oratória" andavam completamente ligadas. O estilo jornalístico da época não podia fugir de sua influência, e "se impregna do tom empolado característico da eloquência parlamentar" (TENGARRINHA, 1989, p. 150). Essa eloquência descrita por Tengarrinha (1989) pode ser encontrada na maioria dos artigos de opinião do *Estrella Mariannense,* e, embora muito mais nos textos de censura do que nos textos que pareciam ter um caráter mais doutrinador, a eloquência estava presente de um modo geral.

No quadro que se segue, buscamos apontar, entre os textos que *doutrinam* e *censuram*, os principais assuntos que foram tematizados e os possíveis destinatários ou leitores-modelo para quem o redator os direcionava.

Em um total de 114 textos, são indicados os temas centrais, com base naqueles assuntos que foram mais expressivos em cada texto. Os destinatários foram indicados com base em uma análise que buscou identificar quais eram os sujeitos evocados e mencionados pelo próprio redator na escrita dos textos. Deste modo, aqueles destinatários que foram mais frequentemente mencionados integram o quadro que se segue.

Quadro 5: Artigos de Opinião: temas e destinatários no *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Artigos de Opinião do *Estrella Mariannense* (1830-1832)		
	Temas Centrais	**Principais Destinatários**
D O U T R I N A R	Pátria Constituição Prosperidade da Nação Despotismo e Tirania Sistema Liberal Liberdade Política e de Imprensa Governo Constitucional Economia Política	Brasileiros Caros patrícios Cidadãos Marianenses Mineiros amigos Dignos eleitores Legisladores Nossos Leitores
C E N S U R A R	Infração de Leis Anarquia Eclesiásticos Ameaça à soberania nacional	Nossos Leitores Bispo Infames covardes Monstros inimigos do Brasil

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

As informações que constam no Quadro 5 trazem aqui apenas uma projeção tanto das temáticas mais expressivas que foram veiculadas pelos textos de opinião como sobre os principais destinatários. Cabe mencionar que não seria possível indicar quantos textos do total de 114 possuíam o objetivo de *doutrinar* o leitor e quantos deles possuíam o objetivo de *censurar* o opositor, isso porque, em muitos deles, esses objetivos, embora estivessem claros, se misturavam a todo o momento, ou seja, grande parte dos textos doutrinavam e censuravam ao mesmo tempo. Em alguns casos, doutrinavam censurando, e censuravam doutrinando, de modo que, em um mesmo texto, por exemplo, no momento das censuras, as temáticas eram mais voltadas para a discussão da tirania, ou o despotismo, e, em momentos de não censura, em que a escrita mais parecia discorrer sobre um tema assumindo um sentido explicativo, os temas relacionavam-se, sobretudo, a elucidar aspectos fundamentais do sistema liberal ou do governo representativo.

Se pudéssemos imaginar uma linha do tempo traçada que fosse capaz de apreender aspectos da transformação sofrida pela escrita e direcionamentos das críticas presentes nos artigos de opinião do jornal durante o seu período de circulação, diríamos que os artigos estiveram em consonância com as tensões políticas vividas no período regencial do Império.

No primeiro momento do jornal, entre junho de 1830 até março de 1831, contexto que antecede a abdicação de D. Pedro I, os textos tinham mais a intenção de abordar, de modo

formativo, pressupostos e conceitos políticos, com poucas críticas ao governo, os textos também aconselhavam seus eleitores. Estes discutiam sobre as benesses e glórias de uma Pátria livre, criticavam os eclesiásticos em tom mais ameno e se preocupavam, frequentemente, em explicar ao leitor quais eram os fundamentos e as bases de um governo constitucional. Nesse aspecto, episódios como o assassinato do jornalista liberal crítico a Pedro I, o baiano Líbero Badaró, ocorrido em novembro de 1830, a viagem do Imperador às Minas Gerais, em março de 1831, e sua afeição aos Telegráficos, durante sua estadia na província, faziam crescer a rejeição à figura de Pedro I. Aliado a isso, a Noite das Garrafadas, no Rio de Janeiro, deixou ainda mais os ânimos acirrados contra o governo de D. Pedro I. Essas temáticas estiveram presentes nos artigos de opinião do *Estrella Mariannense*, e, no contexto do fim do Primeiro Reinado, os textos de opinião assumiram uma escrita mais combativa com críticas mais contundentes ao Imperador. De acordo com Morel (2003, p. 17), o que se percebe é que:

> a linguagem e as proposições da imprensa brasileira nesse momento foram mais contundentes e arrojadas, inclusive no que se referia à soberania do monarca e ao direito de resistência dos povos. Ou seja, os influenciados acabam escolhendo, por seus próprios critérios e interesses, que tipo de influência valorizar.

A partir de abril de 1831, os textos de opinião ainda traziam críticas a outros jornais, ou também à Câmara dos Deputados, discutindo temáticas como a tirania e a importância do patriotismo dos cidadãos em um contexto de instabilidade política. Alertavam sobre os perigos do despotismo para a Nação e tratavam muito da importância das leis para a manutenção de uma soberania nacional. Referindo, em tom de alerta, a presença de inimigos no Brasil e de déspotas, que infiltrados em diversas esferas da sociedade queriam retirar o governo constitucional então expresso na Regência Provisória, para implantar uma tirania com o retorno de Pedro I.

Além disso, os textos também argumentavam que liberdade política dos indivíduos implicava não descumprir as leis, ainda que estas estivessem sendo postas contra a sua liberdade de escolha. A crítica ao inimigo se forjava, neste momento, sob a alcunha do absolutismo, e as censuras principalmente aos Deputados conservadores e aos Eclesiásticos da cidade de Mariana passaram a estar mais presentes. De acordo com Dolhnikoff, a partir de 1831:

> as elites regionais tornaram realidade o seu projeto por meio das chamadas reformas liberais (Lei da Regência, Código de Processo Criminal, Ato Adicional, Lei de

> Criação da Guarda Nacional). Projeto que se configurou na proposta de uma monarquia federativa, conforme explicitado por suas principais lideranças. (DOLHNIKOFF, 2003, p. 438).

Entre fins de 1831 e meados 1832, a Regência Una de Feijó era frequentemente elogiada, e o inimigo passa a ser construído na ideia de um anarquista que queria o abismo da Nação. A partir de meados de 1832 até o fim de 1832, momento em que o jornal finaliza sua publicação, estiveram presentes, nos textos de opinião, ainda muitas críticas às autoridades eclesiásticas e políticas, e elementos novos surgem como defesa de uma Reforma Constitucional, projeto que foi liderado pela bancada de deputados liberais. O tema do patriotismo também esteve muito presente neste período, e a ameaça do inimigo já não era mais especificada como um déspota, mas aquele legislador ou deputado por má administração acabaria fazendo mal à Pátria devido a suas escolhas. Textos de opinião glorificando o sistema constitucional e liberal estiveram presentes durante todo o período de publicação da folha.

Nunan, além de jornalista, assumia funções de advogado e, portanto, é natural que fizesse uso de uma escrita em tom retórico para lançar ideias ao campo de debate político. Pela escrita, mostrava-se conhecedor de diversos autores importantes e diversas obras de referência para o liberalismo, e os textos de opinião forjavam a formação do leitor aos moldes do liberalismo e tinham como princípio a defesa do público. Em um texto[164] publicado em novembro de 1830, destinado aos "pastores e ao excelentíssimo Bispo" de Mariana, o redator dizia que nenhuma sociedade pode existir se não se constitui sobre as três fortes colunas da "Religião", da "Legislação" e da "Educação". Uma Nação seria tomada pela anarquia, se estivesse sem leis, sem ensino e sem a religião, porém de nada adianta se houver as leis, mas não houver boa conduta e o respeito à religião. Somente os últimos podem fazer com que as leis sejam verdadeiramente respeitadas. Em crítica explícita ao clero, o texto alega que, em vez de contribuírem para a fortalecer a religiosidade como uma das bases da Nação, eles seriam os maiores responsáveis pelas imoralidades que atravessam a Pátria. Assim como a ignorância da religião seria uma grande causadora dos males, os pastores da Igreja que não estariam educando o povo na "sã moral" seriam os maiores culpados pelos problemas relacionados à imoralidade do povo. Por meio do texto, o jornal se defende, dizendo que não é inimigo do "Altar", mas que o Bispo não faz a sua obrigação que é dada pelo Concílio.

[164] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 27.

Em marco de 1831, outro texto[165] de opinião destinado aos "caros amigos e patrícios" diz da penosa tarefa do redator, que, enquanto um escritor, tem a responsabilidade de ilustrar os concidadãos e alertá-los sobre os fatos, abrindo seus olhos contra o "gênio da intriga". Frequentemente, os textos de opinião faziam uma série de considerações e, em seguida, abordavam a tarefa do jornalista, no sentido de legitimar que estavam, por meio da escrita da imprensa, realizando um dever, um compromisso para com a opinião pública.

Na primeira edição do jornal, publicada em maior de 1830, Nunan diz que não eram os "talentos" nem os "abalizados conhecimentos políticos" que o incitavam na tarefa de "Escritor Público", mas sim o amor decidido pela Pátria aliado ao espírito de liberdade. E assim reiterava ele "somente a verdade redigirá minha pena"[166].

A importância da liberdade de imprensa e "de enunciar o pensamento" era compreendida entre os liberais como um pressuposto essencial para a natureza humana, mais ainda "essencial a natureza de um governo livre"[167]. A opinião pública era frequentemente tematizada nesses textos como uma das bases do pensamento liberal, e representava:

> O grande pilar sobre que se estriba todo o sistema, tirado o qual forçosamente baqueará o edifício inteiro, porque a Opinião pública pode livremente enunciar-se, onde a segurança individual teme ferros arbitrários, masmorras incomunicáveis, não pode haver Sistema Representativo. (ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 3).

A opinião pública era compreendida como uma das bases porque a ela cabia fazer-se, refazer-se e constituir-se conforme a enunciação livre dos debates que se protagonizavam. De acordo com Habermas (2003, p. 14), o emprego mais frequente da categoria de público é no sentido de opinião pública, seja por exemplo de uma esfera pública que se encontra revoltada, indignada ou informada, e que são significados geralmente correlatos ao público, publicidade ou publicizar. Deste modo, "O sujeito da esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública", entretanto, para o caso das mídias, o autor assinala que a ideia de "publicidade" mudou de significado, sofreu uma espécie de virada na qual a "função da opinião pública tornou-se também atributo de quem desperta a opinião pública". A imprensa, entre outras coisas, serve preferencialmente para que o público se comunique.

Nessa perspectiva, uma das questões que se relacionam efetivamente com essa virada que fez com que se tornasse função da opinião pública, não somente portar a opinião, mas

[165] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.
[166] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.
[167] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 3.

também despertá-la, seria o que Habermas (2003, p. 214) chamou de "autonomização de uma redação". Este processo de autonomização da redação começou no continente europeu, mais especificamente com os jornais na Inglaterra e as revistas políticas, em que certos escritores "passaram a utilizar o novo instrumento da imprensa periódica a fim de conseguir eficácia publicitária para a argumentação deles impregnada de intencionalidade didática" (HABERMAS, 2003, p. 214). A ideia de obtenção de lucros pela imprensa não era importante, mas sim o impulso pedagógico e político derivados de homens cultos e escritores.

A autonomia da redação significava que o editor exercia muitas vezes a função de tipógrafo, dono da tipografia e redator, e as etapas de construção de um jornal concentravam-se em alguém que possuía a autonomia daquele processo, o que se relaciona intimamente ao fato de que "durante a primeira metade do século XIX, também na imprensa diária o artigo de fundo tenha se imposto" (HABERMAS, 2003, p. 215). Assim como a esfera pública que se impõe como uma esfera politicamente ativa, a imprensa, para Habermas, se desenvolvia a partir da "politização do público" e, prolongando discussões, passou a ser uma instituição do público e a atuar não somente como um transporte de informações, mas "como uma espécie de mediador e potenciador" (HABERMAS, 2003, p. 216). Esse tipo de imprensa pode ser observada, segundo Habermas, de modo exemplar em épocas revolucionárias, quando os jornais surgem por toda a parte. Diferentemente da imprensa, que é regulamentada pelas autoridades políticas, a imprensa opinativa "está pelo contrário como instituição do público debatedor, basicamente preocupada em afirmar a função crítica dele".

Os textos de opinião do *Estrella Mariannense* se concentravam em abordar temas caros à formação da Nação, como o constitucionalismo, a ilustração e o direito natural moderno. De acordo com Lopes (2003, p. 198), esses temas expressam os movimentos que estimularam os juristas construtores do Estado nacional e representavam o pano de fundo do pensamento jurídico do século XIX. Embora tenham evoluído no decorrer de todo o século, esses movimentos estabeleciam:

> (1) separação de poderes, (2) o sistema representativo, (3) a centralização e o monopólio das fontes de direito, (4) o estabelecimento da polícia e da força armada, (5) a codificação do direito. E como a construção do Estado nacional exige também a constituição da escola e da educação pública [...], o modo de organizar as prioridades do ensino tornaram-se naturalmente um problema jurídico (LOPES, 2003, p. 198).

Conectavam-se com o pensamento que era veiculado pelos juristas que integravam o processo de construção do Estado nacional. Em artigo de opinião publicado no jornal em junho de 1830, o redator discutia e explicava quais eram as bases de um governo

constitucional, dizendo que o melhor e mais vantajoso governo fundava-se nas bases sólidas da "justiça" e do "patriotismo", e que um governo, por meio de sua "inalterável Constituição" e "rodeado das luzes da razão", estaria sempre em conformidade com a verdade.

Ao tratar sobre a "complexa máquina que é o governo representativo"[168], o redator alegava, em novembro de 1830, que um dos mais notáveis efeitos do governo representativo seria o de impedir as revoluções. Entendia que as revoluções políticas podiam ser "terríveis e sanguinosas" se não fossem contidas pelo governo. Em fevereiro de 1831, quando os ânimos estão mais acirrados na política, o redator, em um texto[169] destinado aos "honrados brasileiros", questiona: "O que quer o Governo do Brasil?", sugerindo que o próprio governo parecia querer ser deposto; o texto faz inúmeras críticas à postura dita "opressiva" do governo que se dizia representar o povo. A matéria dizia e lamentava ainda a morte do jornalista Líbero Badaró e censurava o fato de que portugueses estavam sendo colocados em cargos e "empregos honrosos" em detrimento dos brasileiros.

O convencimento pela palavra de próprio punho faz do redator um escritor, que se tornava um educador por meio de sua escrita. Mais do que educar, queriam que o público estivesse em boa ordem, compreendia que o "governo se torna menos opressor quando a imprensa e a opinião pública se tornam livres para manifestar os seus defeitos"[170]. A liberdade de expressão seria a sua arma, o seu meio de atuação na esfera pública, a sua possibilidade de tomar partido e opinar nas decisões políticas, instituir e influenciar o jogo político.

Logo, entendemos que olhar por meio de uma lente que possui como foco tanto o conteúdo como os modos como este era produzido e apresentado no jornal possibilita-nos não somente visualizar com mais clareza o cenário do combate político que se desenvolvia nos primeiros anos do Império brasileiro, em Minas Gerais, o qual elegia a imprensa como um dos seus principais palcos, mas também nos permite visualizar a complexidade dos movimentos de escrita que foram pensados, construídos e implementados na composição de periódicos políticos.

O *Estrella Mariannense,* assim como muitos outros periódicos contemporâneos a ele, possuía uma escrita marcada pelo uso de figuras de linguagem, insultos e apologias que contribuíam para que fosse apresentado ao leitor um texto repleto de significados, os quais se consubstanciavam por meio da escrita eloquente. A seguir, no Capítulo 3, iremos nos ater à análise de uma série de estratégias de escrita e tipográficas que eram mobilizadas no texto,

[168] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 27.
[169] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 41.
[170] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 27.

postas em ação, e adquiriam o status de estratégias educativas, porque se tornavam capazes de operar juntamente com todo o conteúdo mobilizado no texto, e afetar o processo de produção de sentido pelo leitor. As estratégias que serão analisadas a seguir operavam não de modo semelhante, nem idêntico aos efeitos que foram considerados para o processo de composição do jornal – que abordamos neste capítulo da tese –, mas, juntamente e sintonizadas com estas, atuavam quase que de modo complementar ao que pode ser compreendido como estratégia educativa.

CAPÍTULO 3

Estratégias discursivas, retóricas e tipográficas na formação do leitor

"Diga-me e eu esquecerei.
Ensine-me e eu me lembrarei. Envolva-me e eu aprenderei."

Benjamim Franklin

Mais do que transmitir informações de conteúdo político, os jornais que circulavam durante as primeiras décadas do século XIX, no Brasil, desenvolviam uma série de estratégias que possuíam finalidade educativa. Havia um modo específico de produzir o jornal, que se consubstanciava nas dimensões do texto e do impresso, e que consistia no uso de certas expressões, escolhas tipográficas, uma escrita retórica, enfim, um modo particular de produzir o texto. Elementos que, quando reunidos, provocavam o leitor e eram fundamentais e constitutivos dos significados que se pretendia atribuir ao conteúdo jornalístico. Desse modo, analisando os periódicos impressos na Typografia Mariannense, identificamos que, para além do sentido lexical, os textos assumiam uma semântica própria, que era prioritariamente relacionada ao cotidiano das disputas políticas que estavam em questão naquele contexto e ganhavam publicidade nas entrelinhas do jornal.

Durante as primeiras décadas dos oitocentos, a imprensa foi o "laboratório" onde tiveram início disputas políticas, tendo sido, portanto, os jornais, fundamentais no processo de desenvolvimento e consolidação de espaços públicos, bem como da nova cultura política que se construía. De acordo com Lustosa (2000), a linguagem utilizada nos jornais parecia ocupar um lugar intermediário entre a linguagem popular e a literária, mantendo a dimensão da oralidade e permitindo à língua vulgar que não se mantivesse confinada à oralidade. O jornalismo furioso no contexto da Independência "realizou de forma pragmática a missão educativa a que se propusera a imprensa brasileira no seu nascedouro" (LUSTOSA, 2000, p. 64).

No início da produção impressa brasileira, vários foram os formatos e suportes produzidos, como livros, jornais, revistas, panfletos, boletins, cartazes, mapas, gravuras, folhinhas, cédulas bancárias, entre outros. Em sua crescente circulação, o impresso assumiu papel ativo nos movimentos de transformações culturais, sociais e políticas que contribuíram para a modernização, como, por exemplo, nos processos de urbanização. A sua relação com o

universo da política pode ser mapeada na participação que teve em constituir e ampliar a esfera pública, atuando enquanto uma força ativa repleta de informações e ideais políticos,

> bem como de canal de mobilização política que se presta à convocação, ao engajamento e à confrontação de ideias; na sedimentação das solidariedades de grupo; na ligação decisiva com os processos históricos de edificação nacional e de construção das identidades culturais; na sua capacidade de difusão e transformação das culturas políticas (DUTRA, 2006, p. 9).

Podemos dizer que o lugar da escrita, da leitura e circulação de impressos se relacionava a um lugar que é o da própria política, que, por sua vez, se constitui também como espaço de liberdade, exercício de pensamento, e ainda a expressão de múltiplos interesses (DUTRA, 2006). Os homens de letras, ou seja, de acordo com Silva (2009), a parcela caracterizada por homens brancos e "estudados", passaram a constituir a nova aristocracia, integrando parte da elite política (SILVA, 2009). Com o processo de Independência, acentuou-se o caráter missionário do homem letrado, pois o "intelectual considerado artista cede lugar ao intelectual considerado como mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das ideias. A imprensa foi o meio privilegiado de sua ação" (LUSTOSA, 2000, p. 33).

Ademais, o texto jornalístico das primeiras décadas do século XIX é composto por uma diversidade de gêneros textuais que, reunidos, constituíam, ao final, um produto híbrido e multifacetado. Tanto essa "montagem" quanto a própria produção escrita implementavam uma "frente de ação" na intenção de envolver aquele que lia e guardava em si uma série de artifícios de naturezas distintas. Esse aspecto do impresso gerou a necessidade de buscarmos fundamentar nossa análise em diferentes campos disciplinares/analíticos em conexão: a História Cultural nos auxiliou a entender as dimensões do texto no âmbito do seu conteúdo, bem como de sua materialidade; a Sociologia dos Textos nos permitiu pensar a materialidade e os modos como esta auxilia na atribuição de significados por meio da eficácia das estratégias tipográficas; algumas ferramentas conceituais da Análise do Discurso nos possibilitou refletir sobre a potência das estratégias discursivas para persuadir e convencer o leitor.

Logo, este capítulo possui como finalidade analisar as estratégias que eram utilizadas pelo jornal *Estrella Mariannense,* na figura de seu principal redator, Berardo Nunan, para formar o leitor com base nos pressupostos políticos do liberalismo. Essas estratégias eram construídas e implementadas na ordem do *texto* – configurando-se pelo "trabalho de escrita", nos modos como se operava com o texto para convencer e educar o leitor –, e na ordem do *impresso* – sendo expressas nas marcas da materialidade que foram deixadas e inseridas no

processo de "fabricação" do jornal enquanto suporte (CHARTIER, 1996, p. 126). Ao identificar as estratégias, percebemos que eram fundamentais não somente porque se tornavam constitutivas do significado do próprio jornal e do processo de formação e convencimento do leitor, mas também porque elas eram implementadas no sentido de sustentar as principais linhas de argumentação presentes no jornal. Portanto, para construir a análise acerca das estratégias, foi importante traçar um breve panorama sobre os principais argumentos que estiveram presentes, tendo o *Estrella Mariannense* como fonte principal, mas em comparação com os demais periódicos impressos na Typographia Mariannense. Partindo dessas linhas argumentativas, buscaremos demonstrar como eram operacionalizados no texto e na materialidade uma série de recursos para a construção do significado para os leitores.

Entre os argumentos sustentados pelo jornal *Estrella*, destacaremos aqueles que predominaram durante o seu período de circulação e que podem ser definidos em três frentes. O primeiro argumento tinha como premissa que uma Nação só poderia existir se estivesse constituída sobre os pressupostos do sistema liberal. Esta linha de argumentação se tornava mais evidente quando o jornal parecia funcionar como uma espécie de "cartilha", que informava e ensinava didaticamente sobre os preceitos do liberalismo. O segundo argumento se pautava na ideia de que o inimigo da Nação eram os opositores políticos do liberalismo e, assim, sob essa premissa, eram construídas as figuras daqueles que seriam os grandes inimigos da Nação. A terceira linha de argumentação se sustentava em uma ampla defesa do que era considerado como a díade de sustentação da Nação – religião e legislação – em que se correlacionavam estes dois pontos com o princípio da Nação liberal. Nessa linha de argumentação, observa-se a ideia de uma pátria que buscava fundar-se aos moldes das luzes e da modernidade, mas que se encontrava ainda bastante arraigada aos valores do Antigo Regime.

Para cada um desses argumentos, foram analisadas três dimensões características da escrita e da materialidade que os atravessam e que, neste caso, visavam à formação política dentro dos princípios do liberalismo. Para pensar e analisar estas três dimensões, partimos, portanto, da noção de *estratégia* presente nas reflexões de Michel de Certeau (1994, p. 99), que nos ajuda a entender a escrita como uma estratégia de imposição que, como um tipo específico de saber, "sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio". Assim, como um "Gesto cartesiano", é capaz de "circunscrever um próprio num mundo enfeitiçado pelos poderes invisíveis do Outro" (CERTEAU, 1994, p. 99). Por meio da sua escrita estrategicamente pensada, o redator circunscreve o leitor em seu universo. Quando pensamos no leitor, entraria em cena a *tática*, que se define, segundo Certeau (1994, p. 100),

pela "ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro". Ela atua circunscrita no terreno que lhe é imposto, ela é "movimento dentro do campo de visão do inimigo". E, embora seja fundamental considerar que os leitores "inevitavelmente criam seus próprios significados" (McKenzie, 2018, p. 33), é imprescindível perceber, por outro lado, que o leitor se encontra em uma espécie de "não lugar", que lhe "permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo" (CERTEAU, 1994, p. 100).

Para o caso de nossa análise, entendemos que as estratégias podem, então, ser de três ordens: discursivas, tipográficas e retóricas. E era por meio delas que os argumentos presentes no *Estrella Mariannense* eram construídos, utilizando recursos que envolviam o emprego de um vocabulário político específico, o uso de metáforas, uma escrita repleta de marcas retóricas, e os diversos recursos tipográficos. As estratégias relacionadas ao texto, que dizem da sua forma e que podem revelar as intenções do autor, juntamente com os dispositivos relacionados ao próprio impresso e que dizem dos processos técnicos e da materialidade que deu origem ao jornal (CHARTIER, 1990), se sintonizavam e produziam significados. Contavam, ainda, com a presença de um substrato que as fortalecia: a presença das marcas retóricas e eloquentes que concediam à escrita maior poder de persuasão.

Estratégias Discursivas

Não é nossa intenção realizar aqui uma análise do discurso, mas sim trazer elementos pertencentes a este campo que nos auxilie e contribua para compreender o jornal para além da escrita, nos aproximando, assim, das intenções, neste caso, do redator.

Dessa forma, as *estratégias discursivas* seriam os modos como o discurso pode ser organizado, mobilizado e articulado, visando operar com o léxico e explorá-lo de modo a criar relações semânticas que seriam capazes de convencer o leitor. De acordo com Maingueneau (1989, p. 22), as palavras e associações lexicais que compõem o discurso são "termos que possuem uma função ao mesmo tempo interativa (estruturação das relações entre interlocutores) e argumentativa (estruturação de enunciados destinados a influenciar terceiros)". Os leitores dos jornais que circularam durante a primeira metade do século XIX, em Minas Gerais, estiveram envolvidos e inscritos em uma série de estratégias que eram postas pelos redatores para convencê-los daquilo que se enunciava. No caso dos jornais marianenses, a escolha de um vocabulário específico e o jogo de palavras, que tinham como

referência as disputas políticas do período regencial, produziam uma articulação importante para a produção de sentido do texto jornalístico. De acordo com Maingueneau (1989), a articulação entre o léxico e a sintaxe é, desde o início, semântica, e "O discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco, instaura" (MAINGUENEAU, 1989, p. 125).

No Quadro 6, buscamos apontar alguns dos recursos que foram utilizados para compor as estratégias discursivas implementadas pelo jornal, indicar suas funcionalidades no texto e a ocorrência média de cada um destes recursos. Vale mencionar que alguns recursos discursivos implementados não constam neste Quadro, pelos seguintes motivos: os trechos argumentativos e os mecanismos polêmicos estão presentes em todas as edições, constituindo-se a base discursiva deste jornal. Portanto, por precaução e obviedade, optamos por não quantificar. Recursos de outra natureza, como, por exemplo, os vocativos e os pronomes, embora sejam importantes para a análise, não foram contabilizados, porque esta verificação quantitativa foi realizada em uma etapa inicial da pesquisa e, por isso, optamos por manter a análise com base nos recursos já contabilizados.

Quadro 6: Recursos discursivos utilizados no *Estrella Mariannense* (1830-1832)

ESTRELLA MARIANNENSE (1830-1832)			
Recurso	**Edição**	**Função**	**Ocorrência**
Expressões lexicais para opositor/aliado	Em todas as edições.	Construir a imagem dos integrantes da disputa política.	Este recurso esteve empregado nas 104 edições, gerando 737 expressões lexicais que designam opositores e aliados.
Latim	3; 15; 16; 20; 21; 22; 27; 30; 34; 35; 43; 44; 48	Atribuir distinção, autoridade e erudição. Trazer citação no idioma original.	Nas 13 edições do jornal em que esteve presente, este recurso foi empregado em 46 textos diferentes, em média, 3 ou 4 vezes em cada texto, o que totaliza uma média de 184 vezes.
Uso de três ou mais perguntas seguidas	13; 14; 16; 44	Enfatizar o trecho e acentuar a importância do questionamento por meio da sequência de perguntas.	Nas quatro edições do jornal em que esteve presente, este recurso foi empregado, em média, 4 ou 5 vezes por edição, o que totaliza uma média de 25 ocorrências.
Francês	23	Atribuir distinção, autoridade e erudição.	Na única edição em que esteve presente, este recurso foi

		Trazer citação no idioma original.	utilizado apenas uma vez.

FONTE: Banco de dados da tese.

Após a análise do Quadro, constatamos que, entre as estratégias que foram quantificadas, as *Expressões lexicais para opositor/aliado* eram as únicas implementadas em todas as edições publicadas do jornal. Portanto tendo sido empregadas um total de 737 distribuídas nas 104 edições em que fora utilizadas. As estratégias implementadas na ordem discursiva fazem sentido porque os sujeitos leitores do jornal estão inscritos em uma série de "estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas" (MAINGUENEAU, 1989, p. 11).

Cabe mencionar que estes recursos discursivos puderam ser observados nos demais jornais da Tipografia Mariannense, como *O Homem Social*, *O Guarda Nacional*, *O Revisor* e também em jornais que não eram publicados nesta tipografia, como, por exemplo, *O Universal* ou *Ástrea.*

Estratégias Retóricas

Para além das estratégias discursivas, as estratégias ligadas à ordem da retórica eram implementadas no jornal e conduzidas sob a égide da eloquência. Entendemos que, embora sejam pertencentes a universos distintos, as estratégias, de um modo geral, eram construídas para serem capazes de tornar o texto jornalístico mais aprazível e, por sua vez, mais convincente. E, se a imprensa era vista enquanto o grande palco do combate político, os jornais criavam nesse palco o seu espetáculo em formato impresso e textual, construindo um universo no qual as notícias, as orientações e as representações acerca da política, do inimigo ou do aliado tomavam forma, ganhavam vida e publicidade. Os redatores pareciam idealizar durante o processo de criar expressões diversas que designassem os seus opositores políticos, de modo pejorativo ou, às vezes, cômicos, por meio de uma narrativa eloquente.

Já as *estratégias retóricas* empregadas no jornal envolvem a formulação de expressões persuasivas e de uma escrita eloquente, que se caracterizava principalmente pelo uso constante de metáforas que davam origem a um texto retórico e envolvente, que afetava as emoções. Os temas tratados nos jornais da província mineira, durante as primeiras décadas do oitocentos, eram prioritariamente políticos, mas entendemos aqui que o modo como os redatores escolhiam veicular estes temas era o que tornava o texto e o impresso mais

dispostos a provocar as emoções, a convencer; causar o envolvimento, ou uma espécie de profusão de sentimentos.

Não é nossa intenção afirmar aqui que as estratégias educativas utilizadas pelo *Estrella Mariannense* pertenciam estritamente à ordem dos afetos. Entendemos que algumas delas passavam também pelo que poderíamos, *grosso modo,* chamar de racionalidade. Ou seja, embora houvesse aqueles elementos que buscavam atingir os leitores pela emoção, havia, por outro lado, aqueles que atingiam o senso de racionalidade do leitor. Conforme Duran (2009, p. 50), a "Razão e sentimento faziam parte da retórica de modo equivalente, e ambos deveriam estar submetidos ao controle do orador".

De acordo com Braga (1825 *apud* DURAN, 2009) em *História da Universidade de Coimbra,* o desenvolvimento das tipografias e, por sua vez, o aumento de livros, além de impulsionar a veiculação de ideias, levou à substituição gradual das habilidades de eloquência dos oradores pelo estilo dos escritores. As habilidades dos oradores para falar de modo persuasivo e eloquentemente se desenvolveram e, com o aumento da circulação dos impressos, foi paulatinamente sendo transmutada e ampliada para uma habilidade de escrita. Eis porque existem traços da oralidade na escrita, sobretudo nos impressos de larga circulação e produção seriada, como os jornais.

McKenzie (2018, p. 86), relembrando a importância da obra *Leviatã*, de Hobbes, recupera a ideia de que a invenção da "imprensa" foi de fato engenhosa, mas que a mais útil invenção de todas elas foi aquela da "fala" e suas conexões. O autor anuncia que precisamos reaprender que "a impressão é apenas uma fase na história da transmissão textual, e que corremos o risco de exagerar sua importância".

No Brasil, durante os primeiros anos dos oitocentos, mesmo ao sujeito que era portador da eloquência, afirma Duran (2009, p. 79), eram necessários conhecimentos sobre a arte da retórica, pois esta era capaz de "polir seus conhecimentos, lustrando-os". É neste momento que entravam em cena as obras chamadas de *Compêndios,* as quais eram destinadas a ensinar como deveriam ser construídas as formas retóricas nas orações. Os Compêndios integram parte de uma tendência literária que estivera presente em toda a Europa Ocidental. Os *Compêndios* tanto os que vinham de Portugal para o Brasil como aqueles que eram escritos no Brasil[171] serviram e contribuíram para o processo de fabricação de um "universo vocabular",

[171] Compêndios de Rhetórica sistematizados minuciosamente demoraram a ser publicados no Brasil; um exemplo que figura entre os principais intitula-se *Lições de Eloquência Nacional*, que foi escrito pelo frade pernambucano Sacramento Lopes e, embora já estivesse circulando em forma de manuscrito entre os estudantes desde 1817, só foi publicado em 1846 (DURAN, 2009).

bem como foram fundamentais para fomentar o gosto do brasileiro pela retórica e pela arte da eloquência (DURAN, 2009, p. 79).

Nesse cenário, as estratégias retóricas possuem como finalidade a persuasão e o convencimento do leitor, ou do interlocutor. E existe, portanto, um percurso que consiste em ressignificar e harmonizar ideias para fazer afetar o outro, fazer com que ele aprove e credibilize as teses que lhe foram apresentadas. Conforme um *Compêndio da Rhetórica Portugueza*, escrito em 1782 por Antônio Teixeira de Magalhães, um professor régio de língua grega da cidade de Braga, a retórica se define como "Faculdade, ou Arte que nos ensina a persuadir com força de argumentos, e palavras próprias: Ela tem por objeto mostrar-nos os caminhos, que nos conduzam a Eloquência". O compêndio reitera que:

> A palavra Eloquência tomada em uma significação geral se aplica a tudo; não há matéria que dela não seja suscetível. Em obras sérias tem por ofício ensinar, mover e deleitar; e para poder produzir todos estes grandes efeitos se deve começar pelo deleite, o qual é um poderoso artifício para fazer mover toda a máquina do espirito, e do coração humano, e se consegue pelas insinuantes graças de um Exordio modesto, pela elegância cheia de pensamentos, e de um estilo vivo, por uma variedade sabia, e mais que tudo por uma particular atenção a modéstia, e por uma escrupulosa observação ao que convém aos tempos, aos lugares, e às pessoas[172].

Os retóricos, segundo o *Compêndio,* tanto os antigos como os modernos, subdividiam frequentemente a *Rhetórica* em partes quantas "lhes tem parecido" e, seguindo essa linha, o professor Magalhães a divide também, mas em quatro partes: a primeira delas é que se deve procurar quais argumentos e razões próprias para se convencer, esta seria a "Invenção"; a segunda seria que estes argumentos não podem estar desorganizados, ou seja, "acumulados sem discernimento, e lançados ao acaso sem escolha", por isso é preciso que estejam dispostos em partes de um discurso, e a isto se chama "Disposição"; a terceira parte consta em exprimir estas razões e estes argumentos com ornato e, com espírito, "dar-lhes um ar, que toque e que surpreenda, usar figuras, que nasçam do fundo da matéria, mover paixões, e tocar os corações", esta é a chamada "Eloquência"; e, por fim, a última parte, que seria pronunciar o discurso com força e grandeza, é a chamada "Eloquência do gesto, e da voz", que poderíamos chamar de oratória. De acordo com Carvalho (2000, p. 136), "A natureza da retórica em si já exige, [...], que se leve em conta, além da linguagem e do texto, o autor e seu leitor, ou ouvinte".

Entre os indicativos do uso da retórica, conforme o *Compêndio*, aquele que se pode captar de forma mais objetiva seria o uso de figuras de linguagem em um texto. Carvalho

[172] Compêndio da Rhetórica Portugueza, Biblioteca Nacional de Portugal (Cota: L. 1295P.)

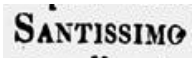
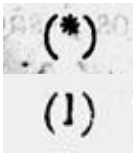
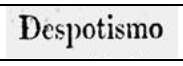
(2000) ainda explica que a retórica, por ter a ver com o campo da argumentação, possui uma "necessidade de repetições, de redundâncias e do uso das figuras de linguagem para persuadir o ouvinte ou leitor" (CARVALHO, 2000, p. 138). As figuras de linguagem, entre elas, principalmente, a metáfora, ironia e personificação, foram utilizadas em todas as 104 edições analisadas do jornal.

Estratégias Tipográficas

As *estratégias tipográficas* guardavam mensagens explícitas e implícitas, que eram constitutivas do significado que o jornal poderia assumir para seus leitores. Entendemos que as dimensões discursivas, retóricas e tipográficas se configuravam como estratégias que, pela ordem do texto e da materialidade, eram postas em ação para formar o leitor e a opinião pública. De acordo com Chartier (2011), empregar toda uma "panóplia de técnicas, narrativas ou poéticas, que, como uma maquinaria deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura", configuram um conjunto de dispositivos que, resultantes da escrita e pertencentes à ordem textual, buscam impor um protocolo de leitura. Eles são capazes de fazer agir no leitor uma "mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja" (CHARTIER, 2011, p. 97). Aliado a essas instruções e a esses sinais textuais, são também determinantes do sentido as mensagens que são guardadas pela materialidade do jornal e suas formas tipográficas, bem como a própria divisão e disposição dos textos, o estilo dos tipos e as ilustrações. Estes são elementos constitutivos dos sentidos que o texto assume e promovem impressões no leitor durante a leitura. No palco de disputas políticas em que se desenvolvia a imprensa das primeiras décadas do XIX no Brasil, podemos dizer que os jornais se consolidavam a cada dia enquanto instâncias educativas, que utilizavam o texto e sua materialidade como o principal trunfo para o convencimento e a formação política da população, bem como da opinião pública.

Nesse viés, os recursos tipográficos utilizados pelo *Estrella Mariannense* eram variados e assumiam finalidades distintas quando eram empregados nos textos. Buscamos especificá-los no Quadro 7, em uma tentativa de demonstrar quais eram, a proporção em que eram utilizados, conforme as edições que eram utilizados, e sua função semântica no texto.

Quadro 7: Recursos Gráficos/Tipográficos utilizados no jornal *Estrella Mariannense* (1830-1832)

ESTRELLA MARIANNENSE (1830-1832)				
Recurso		**Função**	**Edição**	**Total de Edições em que o recurso foi utilizado[173]**
Caixa Alta		Destacar	1; 4; 14; 15; 16; 19; 21; 24; 31; 32; 33; 34; 36; 44; 49; 54; 63; 68; 92; 98	20 edições
Palavra Invertida		Ironizar e trazer efeito cômico	3; 65; 90	3 edições
Itálico		Ironizar, enfatizar ou destacar	3; 5; 13; 14; 15; 16; 19; 20; 23; 24; 25; 26; 27; 29; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 63; 65; 66; 67; 68; 69; 71; 72; 73; 74; 75; 78; 79; 81; 82; 83; 84; 85; 86; 87; 88; 89; 90; 92; 93; 94; 95; 98; 100; 101; 102; 103; 104; 105; 109; 110; 114; 120	80 edições
Asterisco/ Número entre parênteses		Função semelhante à nota de rodapé, para considerações próprias do redator, em documentos oficiais e textos que não são de sua autoria	19; 20; 21; 22; 23; 36; 39; 45; 48; 49; 54; 58; 69; 77; 92; 97	16 edições
Desenho do dedo indicador		Destacar	26; 29; 89; 90; 92	5 edições
Parênteses/ Colchete		Utilizado para acrescentar opinião irônica ou "ácida" do autor, em textos de sua autoria	15; 39; 40; 41; 53; 105; 106; 113	8 edições
Reticências		Indica suspensão do texto, ideia que se prolonga, deixando a conclusão para o leitor	45; 48; 54; 72; 82; 87; 90	7 edições
Iniciais em		Destacar	Em todas as edições	104 edições

[173] O total de edições em que o recurso foi utilizado não diz, neste caso, da sua ocorrência, já que, em uma mesma edição, o recurso poderia ser utilizado inúmeras vezes.

letra maiúscula no meio da frase				

FONTE: Banco de dados da tese.

Identificamos um total de oito recursos tipográficos que eram mobilizados pelo jornal. Os que se destacaram pela proporção em que foram empregados são: as *Iniciais em letra maiúscula*[174]*,* que foi um recurso usado em todas as edições publicadas, e tendo sido utilizado deliberadamente, portanto, com muitas ocorrências. Esse recurso foi predominantemente usado no tratamento de substantivos comuns e também, de modo geral, para abordar o universo semântico da política. O *Itálico* também foi utilizado em maior proporção que os demais recursos, tendo sido empregado em 80 das 104 edições que foram analisadas. Um recurso tipográfico pouco visualizado[175] em outros jornais do século XIX, a despeito de possuir uma função inusitada, foi utilizado também em menor proporção, é a *Palavra Invertida*, empregado em apenas 3 edições do jornal *Estrella*. Cabe mencionar que, assim como essas mesmas estratégias discursivas estiveram presentes em diversos jornais que analisamos, os recursos tipográficos também puderam ser observados em outros jornais tanto da Tipografia Mariannense (*O Homem Social*, *O Guarda Nacional*, *O Revisor*) como também em jornais que não eram publicados nesta tipografia, como, por exemplo, *O Universal, O Novo Argos, Ástrea, Aurora Fluminense,* entre outros.

A preocupação com as formas registradas dos textos e com os processos de sua transmissão, de acordo com Donald McKenzie (2018), são fundamentais para os estudos no campo da história do livro e da leitura. Ao recuperar a origem da palavra "texto", que "deriva do latim *texere,* tecer", McKenzie (2018, p. 27) nos lembra que a palavra não se refere a um "material específico", mas sim a um estado "tecido", uma trama ou uma "textura dos materiais", e que esta se faz presente no movimento de entrelaçar materiais. Desse modo, "o sentido primário é aquele que define um processo de construção material", ou seja, que cria um objeto, mas que este "não é peculiar a uma única substância ou única forma" (p. 27).

[174] Conforme considerações e sugestões que foram realizadas por Thaís Fonseca e Ana Maria Galvão, que compuseram a banca examinadora, é importante ressaltar que as iniciais em letra maiúscula para algumas palavras, especialmente no meio das frases, era uma prática presente nos manuscritos por exemplo, referentes ao século XVII e XVIII, não sendo uma especificidade apenas dos recursos tipográficos.

[175] O total de edições em que o recurso foi utilizado não diz, neste caso, da sua ocorrência, já que, em uma mesma edição, o recurso poderia ser utilizado inúmeras vezes. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709638&pasta=ano%20183&pesq=. Acesso em: 3 jan. 2020.

Portanto, para McKenzie (2018, p. 64), o que constitui um texto não são os elementos linguísticos que o compõe, mas sim o "ato de construção" que dá origem a ele. E o significado que é colocado no texto no momento de sua construção pode ser, de alguma maneira, recuperável, embora haja "reconhecimento de que, para o bem ou para o mal, os leitores inevitavelmente criam seus próprios significados" (McKenzie, 2018, p. 33). Como as formas afetam o significado dos textos, cada leitura, embora seja peculiar, pode ser parcialmente recuperada se buscarmos considerar as suas formas físicas e marcas. Para isso, é preciso estar atento ou, mais precisamente, é preciso não deixar escapar aquilo que escritores e impressores pensavam estar fazendo quando escreviam e publicavam os textos. McKenzie (2018) considera que é preciso, sobretudo, que nos façamos atentos aos leitores que tentavam entendê-los.

Conforme Chartier (1990), não se pode compreender um escrito sem olharmos para as formas por meio das quais ele chegou até o seu leitor. Por isso,

> a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor; e os dispositivos que resultam da passagem do livro a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor (CHARTIER, 1990, p. 127).

Mencionadas as principais estratégias que foram implementadas, sendo elas da ordem do texto, da materialidade e das marcas de retórica, buscaremos apresentar alguns casos em que essas estratégias foram operacionalizadas no texto para atuar em consonância com as principais linhas de argumentação sustentadas pelo jornal *Estrella Mariannense.*

3.1 O jornal como "cartilha" política para o Sistema Liberal e a civilização dos povos

"O século XIX já não quer opressores, já não consente tyrannos"[176]

A linha de argumentação presente no *Estrella Mariannense* que destacamos nesta parte é aquela que defendia veementemente o sistema liberal e afirmava que a Nação deveria ser construída sob as bases do liberalismo. Aliado a esse pensamento, fomentava-se o debate sobre a liberdade de imprensa e a sua função, que deveria fundamentalmente servir à Pátria e defender os inauferíveis direitos dos cidadãos. Muitos dos textos publicados no jornal buscavam sustentar essa linha de argumentação e trabalhavam, portanto, com definições e explicações sobre temas como despotismo, Constituição, liberdade de imprensa, tirania, moralidade pública, entre outros. Em seu primeiro número, o redator Nunan destaca a importância de sua tarefa de escritor público, uma vez que, segundo ele, era a imprensa quem deveria ser responsável por transmitir "discursos, e doutrinas mais aptas a facilitar a civilização dos povos"[177].

A finalidade do jornal é informar, é veicular, tornar público. Mas, em seu princípio, percebemos um modo de orientar, de convencer, que se destina também a conduzir o olhar do leitor para aquilo que ele deveria captar e entender. O jornal possui destinatários e, portanto, seus redatores elaboram estratégias para atingi-lo. O *Estrella Mariannense* buscava ensinar os princípios do liberalismo e, visando doutrinar as suas bases políticas, trazia, intercalado ao conteúdo combativo que acirrava a década de 1830, um conteúdo explicativo sobre os princípios liberais de ordenamento do Estado, durante as primeiras décadas do século XIX. Assim, optamos por fazer um movimento de pensar no jornal a exemplo de quem pensa em uma "cartilha", que possui o seu conteúdo, traz informações e as dispõe de um modo organizado, para educar e orientar. O verbete *cartilha,* de acordo com os dicionários da época que foram consultados, se relacionava também com a ideia de ensinar, doutrinar e aprender. Seguem abaixo, no quadro[178], as definições do verbete, conforme os dicionários:

[176] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 31.
[177] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.
[178] Modelo de apresentação dos vocábulos conforme Jinzenji e Costa (2019).

Quadro 8: Definição de *Cartilha* nos dicionários de Bluteau (1728), Silva (1789) e Pinto (1832)

Definições do Verbete Cartilha (XVIII-XIX)	
Dicionário	**Definição**
Bluteau (1728)	Por onde aprender os meninos a doutrina; Livrinho em que os meninos aprendem a ler.
Dicionário de Moraes Silva (1789)	Livro elementar de ensinar a ler, nele se contém também o catecismo.
Dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832)	Livro para ensinar a ler, e a doutrina cristã.

Fonte: Bluteau (1728), Silva (1789) e Pinto (1832).

Com base nas definições consultadas, o significado de cartilha é semelhante em todas elas. É onde se aprende a doutrina, ou pode ser aquele livrinho em que se aprende a ler, ou livro de ensinar, ou para ensinar a ler. Considerar o jornal como uma espécie de cartilha política é também buscar uma analogia com a cartilha de primeiras letras que possui uma função. A cartilha elementar ensina a ler as palavras de maneira didática e, para tanto, organiza e dispõe seu conteúdo em um lugar que foi pensado. Organiza e arranja o seu texto, preparando-o para a assimilação do leitor. De modo semelhante, se pensarmos o jornal como cartilha política, entendemos que ele pretendia ser capaz de ensinar para o leitor sobre a importância dos preceitos políticos. E buscava, aliás, construir uma maneira própria de ensinar sobre esses preceitos, que implicava tentar convencer o leitor de que enunciava a verdade. Ensinava a compreender noções políticas caras ao liberalismo, entre elas, as causas que levavam à "prosperidade da Nação" e o significado da ideia de "pátria". Além disso, compilava preceitos que envolviam a defesa da "liberdade" ou a importância de um "governo representativo"[179] para uma Nação que estava recém-fundada. E aqui, neste caso, se tornava um doutrinador para a causa liberal, também porque é fruto de um movimento textual e material que não é arbitrário e que envolve a escolha e a organização do conteúdo e das formas de um modo preciso e intencional.

Dia após dia, página após página, os textos do *Estrella Mariannense* buscavam levar o leitor a compreender os contextos políticos em que ele estava inserido, sob a ótica da "causa liberal". Em edição de 7 de agosto de 1830, o redator Berardo Nunan publica um texto abordando o despotismo. O artigo era extenso e teve continuação em mais duas edições seguintes publicadas em 14 de agosto e 28 de agosto. Não há qualquer citação ao final no texto que indique sua autoria, o que nos levou inicialmente a pensar que seria um artigo de

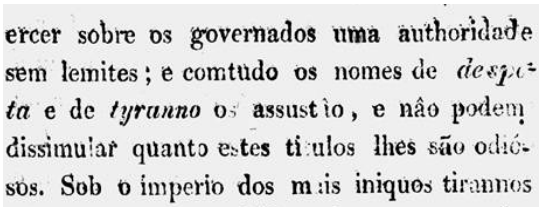
[179] ESTRELLA MARIANNENSE, Ed. 1.

opinião, escrito pelo redator. Mas, ao fazer a busca de alguns trechos do texto, vimos que se tratava de um *Discurso oferecido à Nação Portugueza* que foi publicado em 1820 pela Imprensa da Universidade de Coimbra, de autoria de João Severiano Maciel da Costa, e intitulava-se *O Despotismo considerado nas suas causas e efeitos.* O autor, João Severiano, era um intelectual e político natural da cidade de Mariana, possuía o título de Marquês de Queluz e foi considerado um dos primeiros e mais importantes expoentes da escola protecionista do pensamento econômico brasileiro. O seu pensamento teve relevância durante as primeiras décadas do século XIX, tanto em Portugal como no Brasil, e, além disso, integrou um seleto grupo de protagonistas do processo que levou à Independência brasileira (PEREIRA, 2009).

O texto, vindo de outro suporte, um folheto que havia sido publicado do outro lado do Atlântico, cerca de dez anos antes, e que foi incorporado ao jornal, se concentra no tema do Despotismo, do seguinte modo: apresenta definições da palavra e, a seguir, traz exemplos e considerações metafóricas sobre o que poderia ser considerado um ato despótico. Define que: "O despotismo é um poder usurpado, que se funda na ideia absurda de que a vontade do soberano, qualquer que ela seja, deve constituir a lei da sociedade"[180], e reitera que isso acontece porque o "tyrano é um déspota que obriga a sociedade a curvar-se debaixo das suas ordens por mais injustas que sejam". Os tipos em itálico são usados em alguns trechos, tanto na versão do texto impresso na Universidade de Coimbra quanto no texto que foi publicado no *Estrella Mariannense.* Eram trechos que traziam o destaque para aqueles que seriam os governantes tiranos e que exerciam "sobre os governados uma autoridade sem limites". O texto, após explicar o sentido de Despotismo, esclarece que aqueles que o praticam são estes que recebem "os nomes de *déspotas* e de *tyranno*".

[180] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 14.

Figura 1: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).


ercer sobre os governados uma authoridade
sem lemites; e comtudo os nomes de *despo-*
ta e de *tyranno* os assusta, e não podem
dissimular quanto estes titulos lhes são odió-
sos. Sob o imperio dos mais iniquos tirannos

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Na Figura 1, observamos o uso de tipos em itálico e, de acordo com o Manual do Typographo[181], obra publicada em Lisboa no ano de 1886, o "*typo itálico* ou *grypho* é inclinado, e emprega-se nas palavras ou phrases que se querem sobresahir". O nome itálico para o tipo prevaleceu devido à memória de quem o empregou pela primeira vez, o italiano Aldo Manucio. O uso dos tipos em itálico, negrito ou sublinhado e o tamanho da letra são importantes indicadores, podendo dizer sobre o público destinatário, ou da "forma como esse público deveria ler ou pensar, a partir de um dispositivo gráfico" (GALVÃO; MELO, 2019, p. 246).

No texto, busca-se fazer uma espécie de jogo de palavras utilizando as metáforas, trazendo relações com o que seria um tirano, e provoca o leitor: "imagina o monstro que tudo lhe é permitido; que as mais sagradas leis da natureza devem ceder aos seus caprichos; e que só a ele pertence o direito de ofender a todos, sem que o ofendido tenha ao menos o jus de se queixar". O discurso metafórico que coloca o tirano enquanto "monstro", que o designa como aquele que tudo faz, pois tudo lhe é permitido, é o mesmo discurso que o opõe deliberadamente a tudo aquilo que é sacro, porque até mesmo as mais "sagradas leis" cedem ao seu capricho. Opor a ideia de tirania ao que era sagrado era comum nos textos que eram veiculados ou escritos pelo redator, tendo se tornado uma das estratégias discursivas para se advogar contra o absolutismo e contra a atmosfera do Antigo Regime. O catolicismo representava, no Brasil, um dos pilares da Nação em prosperidade, mas desde que os membros do clero não interviessem na esfera pública sendo orientados pela causa da santidade, sobretudo nas decisões políticas.

De modo "didático", o texto, em segundo momento, traz ao leitor exemplos do que poderia ser considerado "tirania", uma "injustiça social apoiada pela força", assim como um Rei que não vê o interesse da sociedade, mas só olha para as suas paixões, ou ainda aquele que busca governar a nação sem a "sua expressa vontade"[182]. De acordo com Neves (2003, p.

[181] Manual do Typographo. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: B.A.D. 129 p.
[182] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 14.

127), o conceito de tirania aparece como "exercício particular do despotismo" e representa que a vontade do soberano é sempre injusta porque e é apoiada na força.

Em oposição à ideia de tirania, figurava a ideia da "liberdade dos povos" e do cidadão que deveria enxergar como verdadeiro valor, o "bem real da pátria[183], já que o "Despotismo é uma conspiração contra os povos"[184]. Por meio de um jogo de palavras que designava e esclarece quem seria o "tirano" e quem seria o aliado do sistema liberal, ou seja, o "benemérito cidadão", o texto orientava e afirma que somente o aliado do Estado, o sujeito liberal, é guiado pela razão, porque o "cidadão de um país livre defende-se a si mesmo".

Já o despotismo, conforme o texto, seria algo que provém das mazelas de uma sociedade. A definição trazida sobre o despotismo, no jornal, é correspondente àquela presente nos dicionários de época: "Poder Absoluto; abuso de poder contra a Razão, contra a Lei"[185] ou "Excesso de direito"[186]. E, ao trazer exemplos, menciona os povos da região do rio Nilo que em "noutro tempo viviam na abundância" e, após o despotismo, "jazem submersos na miséria"[187]. A publicação do texto finaliza ao fim de 3 edições da folha, com uma metáfora que compara o despotismo a um "leão esfaimado, cuja voracidade torna em vasta a solidão todo o paiz que lhe circunda a caverna"[188]. Do ponto de vista da Análise do Discurso, muitos efeitos são impostos pela formação discursiva, porque "O *que* é dito e o *tom* com que é dito são igualmente inseparáveis" (MAINGUENEAU, 1989, p. 46).

A crítica ao despotismo, uma vez que era central na perspectiva liberal, era também fulcral no debate veiculado no *Estrella Mariannense*, mas, em alguns momentos, o debate parecia se tornar mais radical, porque trazia para a cena pública elementos que fomentavam o debate sobre o federalismo, e o jornal parecia estar sintonizado, em alguns momentos, com os defensores de um liberalismo exaltado. De acordo com Basile, os liberais alinhados com a ala exaltada:

> Para começar, defendiam o regime republicano, o sistema federalista, a separação entre Igreja e Estado, assim como a reforma agrária, uma cidadania isenta de qualificações excludentes de renda, instrução, sexo ou etnia, o fim gradual da escravidão, a melhoria das condições de vida das camadas de baixa condição social, uma igualdade não apenas jurídica, mas também social, a soberania do povo e, como recurso extremo para a realização destes fins, uma revolução popular. (BASILE, 2001, p. 94).

[183] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 17.
[184] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 17.
[185] Dicionário Silva Pinto (1832).
[186] Dicionário Moraes e Silva (1789).
[187] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 17.
[188] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 17.

Embora houvesse elementos do discurso exaltado que não eram veiculados pelo redator do *Estrella*, havia também algumas bandeiras condizentes com esse debate que foram levantadas, como, por exemplo, a separação entre Estado e Igreja, o federalismo, uma igualdade não apenas jurídica, mas social para a população, entre outros.

Após aparentemente romper com a ala liberal de Ouro Preto e com a Typografia do Universal, como mencionado no Capítulo 1, Nunan passou a assumir um discurso mais enérgico, e mais combativo, inclusive atacando jornais redigidos por colegas liberais. São exemplo disso os já mencionados episódios em que ele critica o jornal *O Universal* e o acusa de não censurar mais as autoridades ouro-pretanas, sugerindo, assim, que esta folha os "protegia". De acordo com Neves (2003, p. 119), o ideário político que se constituiu a partir do contexto da Independência pautava-se em dois conceitos opostos "que definiam a cultura política luso-brasileira: de um lado, o de despotismo e, de outro, o de liberalismo/constitucionalismo".

Sobre as correntes de pensamento que disputavam centralidade durante o período regencial, delineava-se, de modo progressivo, as facções políticas que iriam assumir maior notoriedade em meio à crise política do Primeiro Reinado (FONSECA, 2012). Em um panfleto redigido pelo padre Lopes Gama intitulado *Dialogo entre hum corcunda, hum constitucional e hum federativo do Equador*, e publicado em Pernambuco em 1825, são abordadas as três correntes de pensamento que estariam disputando a centralidade no Brasil durante aquele contexto. Sendo elas: a que se identificava com o "corcunda" que era aquele que defendia o domínio de Portugal sobre o Brasil e ainda estaria preso às amarras do Antigo Regime, era avesso à chegada de ideias iluministas; o "federativo", ou também chamado de "republicano", seria aquele que ainda possuía projetos políticos não muito claros, não possuiria, portanto, muito conhecimento sobre os temas veiculados naquele período; e o "constitucional", que seria aquele defensor veemente das leis que "com base em longa e didática explanação, rebate as objeções dos dois primeiros, convertidos em caricaturas políticas" (FONSECA, 2012, p. 101).

Algumas das características que nos levaram a perceber o jornal enquanto uma espécie de cartilha para a formação política também se fizeram presentes em outros jornais durante o período regencial. Guardadas as devidas diferenças, outras folhas contemporâneas ao *Estrella Mariannense,* como, por exemplo, a *Nova Luz Brasileira* no Rio de Janeiro, e *O Homem Social* em Mariana, traziam em seus textos definições e explicações instrutivas sobre política. De acordo com Fonseca (2012, p. 102), era por meio da imprensa doutrinária que os redatores "contestavam a interpretação dos conceitos políticos pelos adversários, constituindo-se um

verdadeiro diálogo entre os jornais". A folha fluminense intitulada *Nova Luz Brasileira*, de orientação liberal exaltada, publicou 180 edições e, em 49 delas, veiculou um dicionário político, e assim "de forma elaborada, didática e sistemática, o periódico exaltado imprimiu 108 definições de conceitos, expressões ou frases que constituíam verdadeiras proposições" (FONSECA, 2012, p. 102). Os adeptos de um liberalismo exaltado, segundo Basile (2013), matizados pelo modelo de governo norte-americano, inspiravam-se também em autores como Rousseau, Montesquieu e:

> Buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos, pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agraria (BASILE, 2013, p. 16).

O léxico do jornal *Nova Luz Brasileira* veiculava, por exemplo, noções como "Povo", definido como sendo a comunidade de governantes e governados, e "Soberania", como sendo a Nação composta de magistrados ou executores das leis e pessoas que lhe obedeçam, remetendo-se, deste modo, a examinar os artigos contidos na Constituição.

Importante mencionar que o vocabulário mobilizado pela imprensa se construía conforme seus interesses políticos, por exemplo, em edição da folha intitulada *O Carapuceiro*[189]*,* publicada pelo padre Lopes Gama, a noção de *soberania* era condenada, decorrente do elogio da monarquia enquanto uma tradição que fora herdada de Portugal. O jornal redigido pelo padre fundava-se em ideias liberais e mantivera-se sintonizado com as questões da época, bem como com a "luta existente entre progresso e arcaísmo". Publicizava, aliás, aspectos relevantes da vida provincial. Conforme Periotto (2011), o padre Carapuceiro acusava o progresso como um vilão dos bons costumes e da retidão do caráter. Note-se que, embora seu jornal fosse fundado nas ideias liberais, esse liberalismo, ao que estudos indicam, assumia particularidades em relação ao liberalismo pregado no *Estrella Mariannense* por Nunan. A crítica muitas vezes era direcionada à elite, bem como também a membros do governo que se diziam liberais, burlavam leis e continuavam favoráveis ao tráfico de escravos. *O Carapuceiro* fazia uso de ironias e sátiras e, a partir de 1832, o padre carapuceiro, o redator, passou a reivindicar que fossem realizadas reformas federais na Constituição. Entretanto, desde que fossem mantidos os elementos da monarquia, pois esta seria uma maneira de fazer com que as províncias tivessem seus próprios recursos (FONSECA, 2012).

[189] O CARAPUCEIRO, ed. 30.

Assim como o redator do *Estrella Mariannense*, o padre carapuceiro foi idealizador de críticas contundentes à sociedade brasileira durante a primeira metade do século XIX. Mas suas ideias, em certa medida, embora possuíssem elementos do liberalismo, não estavam totalmente sintonizadas com o discurso liberal veiculado, por exemplo, em Minas Gerais. De acordo com Periotto (2011, p. 3), as críticas do padre eram produto de um contexto de transformação que se deu no campo político e social, e estiveram obstinadas a defender os modos e costumes do passado, os quais, naquele momento, encontravam-se ameaçados pelas novidades do mundo civilizado que chegavam ao Brasil. As críticas, embora liberais, giravam em torno de "sugerir uma educação fundada nos preceitos religiosos", porque ele entendia que "o maior perigo achava-se vinculado às modernidades não compreendidas, por isso mesmo, assimiladas no que tinham de mais pitoresco e menos progressista" (PERIOTTO, 2011, p. 3).

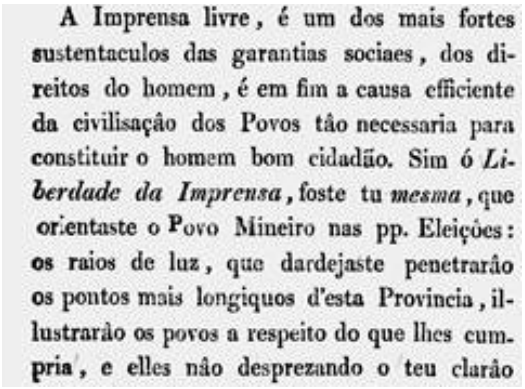
O jornal *O Homem Social*, no Prospecto de sua primeira edição, ao dizer ao público leitor a que veio, faz um apanhado das forças políticas que disputavam poderes no ano de 1832. A primeira edição desta folha não foi encontrada, mas o jornal *Ástrea,* ao felicitar o surgimento de *O Homem Social,* o que era muito comum entre a rede de redatores liberais, recupera o seu Prospecto em edição publicada no dia 1 de maio de 1832[190]. Ribeiro Bhering, o redator, afirma "A crise, em que nos achamos he ariscada", e traz um breve panorama sobre a ocasião. De um lado queria surgir a "Federação", aquela que "prometendo-nos mil venturas, mas expondo-nos a perder única taboa de salvação ao traves das dissenções civis", havia também do outro lado a "República, convidando-nos ao estado da Natureza [...] aventurando-nos a uma divisão fatal, que apoz de si traria a morte, o estrago, a desolação, e por última o despotismo mais oppressor", e, além disso, "De outro lado a Restauração preconizada pelo Caramuru [...], tramando primeiramente, e insuflando discórdias, e guerras civis, e chamando sobre os Campiões de 7 de Abril todos os ressentimentos do Déspota destronizado".

Perceber as matizes que foram se construindo dentro do liberalismo não é tarefa fácil, mas é importante para tentar entender qual era o lugar ocupado pela imprensa marianense dentro da tendência liberal e em que medida podemos dizer de um liberalismo híbrido que se constituiu de maneira tão peculiar e se misturava a diversos elementos particulares e presentes naquele contexto. Definir fundamentalmente como eram percebidos os conceitos políticos e quais eram as fronteiras que os separava naquele tempo se torna uma tarefa complexa, uma vez que muitas dessas conformações sobre Estado, política, liberalismo estavam sendo construídas ao mesmo tempo em que a Nação estava sendo implementada.

[190] ÁSTREA, ed. 826.

Em edição do dia 9 de outubro de 1830, o jornal *Estrella Marianense* publica um COMMUNICADO que aparentemente foi enviado por um colaborador, que assina em itálico *Um Piranguense no Ouro Preto.* O texto traz como assunto principal a liberdade de imprensa, definindo-a como um dos mais fortes "sustentáculos das garantias sociais, dos direitos do homens", afirma que ela seria responsável pelo progresso da sociedade e, por sua vez, "a causa eficiente da civilização dos Povos tão necessária para constituir o homem e o cidadão". O mesmo texto aconselha que se deve meditar e estudar sobre esses temas, para que, assim, os homens não se deixem enganar pelas verdades aparentes. Estudar e meditar sobre os temas seria fundamental na visão do correspondente, porque seria uma forma de alcançar a razão. E a "razão é a guia do homem, é a luz interna que o esclarece a respeito dos seus deveres"[191]. O COMMUNICADO defende a premissa de que, na sociedade, nem todos são capazes de estudo e meditação e que, portanto, "indispensável se torna que aquelas pessoas, que o são comuniquem a seus semelhantes o fruto de seus trabalhos literários". Para a empreitada e o ato de comunicar, a peça principal seria a Imprensa. Assim, o texto reitera que o meio de se comunicar com os seus semelhantes deve ser "sem contradita a Imprensa Livre"[192].

Figura 2: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



A Imprensa livre, é um dos mais fortes sustentaculos das garantias sociaes, dos direitos do homem, é em fim a causa efficiente da civilisação dos Povos tão necessaria para constituir o homem bom cidadão. Sim ó *Liberdade da Imprensa*, foste tu *mesma*, que orientaste o Povo Mineiro nas pp. Eleições: os raios de luz, que dardejaste penetrarão os pontos mais longiquos d'esta Provincia, illustrarão os povos a respeito do que lhes cumpria, e elles não desprezando o teu clarão

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Conforme se pode observar no trecho exposto na Figura 2, o discurso é mobilizado, e cria-se uma espécie de personificação da *Liberdade de imprensa.* O trecho se refere à liberdade como alguém que foi responsável por orientar o povo marianense no período de eleições do colégio eleitoral ocorridas em setembro daquele ano. E note que atribui itálico somente para alguns termos: "ó *Liberdade da Imprensa*, foste tu *mesma* que orientaste o Povo

[191] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 23.
[192] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 23.

Mineiro nas pp. Eleições". Coloca ainda um segundo destaque para as expressões *Liberdade da Imprensa*, Povo Mineiro e Eleições, quando inicia estas palavras com a letra maiúscula.

De acordo com Mckenzie (2018, p. 36), as iniciais maiúsculas produzem uma "convenção" que "nos dá de modo impresso uma identidade visual". Neste caso, as palavras certas foram colocadas na ordem certa, aquela que se pretendia, o que significou indicar que a *Liberdade da Imprensa* teria sido a responsável por orientar o Povo Mineiro para a vitória nas Eleições.

As eleições indiretas no Brasil eram feitas em dois graus[193], conforme o Decreto Imperial de 26/05/1824. No primeiro grau, os moradores da Freguesia votavam e escolhiam o seu colégio eleitoral, ou seja, os seus representantes eleitores, que, em uma segunda etapa, seriam os responsáveis por escolher os representantes na Assembleia Legislativa. O contexto da matéria publicada no *Estrella* se deve ao fato de que os eleitores que foram escolhidos em Mariana eram todos movidos por "sentimentos patrióticos e liberais" e, portanto, conheceriam "os verdadeiros interesses da sua Pátria"[194].

O texto busca se comunicar com o leitor por meio de vocativos em diversos momentos e, neste caso, se dirige aos destinatários "Eleitores Mineiros", aqueles que votaram pela representação liberal. Dirige-se diretamente a eles quando evoca: "Caros Patrícios, agora dirijo-me a vós. Dizei-me: não estais tomados do mais puro regozijo pela brilhante, e acertada escolha, que fizesteis para o vosso representante, vós, que votasteis em sentido liberal?". Após a pergunta, o próprio autor, ao fundar uma interlocução, responde: "ah sem dúvida, embora seja ela reprovada por essa meia dúzia de perversos que se conspiram contra a vossa dita"[195]. Apesar de alguns reprovarem a escolha que teria sido "acertada", a matéria congratula a eleição e busca construir o argumento de que tal vitória eleitoral se deve à liberdade que a imprensa possui, porque é ela que permite instruir e orientar o povo. O uso de vocativos significa que o texto pretende construir uma relação de proximidade com o seu leitor e, segundo Galvão (2000), representa um indicativo de que marcas da oralidade se fazem presentes no texto escrito.

Ainda em relação ao trecho exposto na Figura 2, é possível observar o uso da figura de linguagem, que se concretiza na metáfora das Luzes, em que as palavras da imprensa seriam como os "raios de luz". Estas palavras seriam capazes de chegar aos pontos mais longínquos

[193] Para mais informações, ver: REIS, Eustáquio. Estratos político-eleitorais e sócio-econômicos nos municípios do Brasil da década de 1870. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina2012/estratos_politicoeleitorais_do_brasil_em_1874.pdf. Acesso em: 3 jan. 2020.
[194] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 23.
[195] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 23.

da Província, porque "ilustraram os povos a respeito do que lhes cumpria, e eles não desprezando o teu clarão entraram pelo majestoso pórtico do Templo da Honra"[196]. Nota-se, no trecho, o uso de uma escrita eloquente, porque a eloquência, ao fazer uso de metáforas e palavras que estão dispostas nos lugares "certos", tem a capacidade de envolver os leitores, persuadi-los e convencê-los. A utilidade da eloquência concentra-se, entre outras coisas, em atrair e levar para si os "ânimos dos homens os mais rebeldes, e os mais obstinados", isso porque é "grande o domínio que a Eloquência tem sobre o coração dos homens"[197].

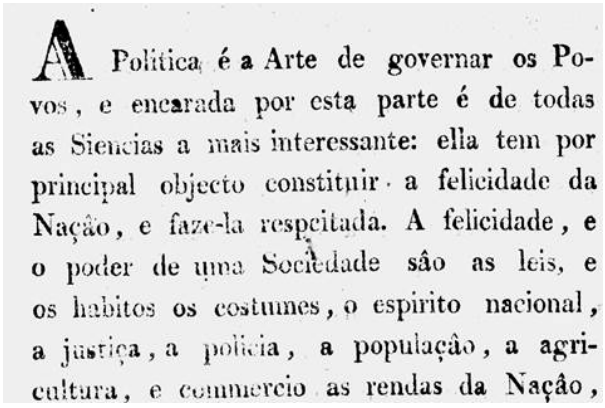
Para sustentar a afirmativa de que a Imprensa livre seria o sustentáculo das garantias e liberdades sociais, foi colocada em cena, em sintonia com as estratégias discursivas, uma espécie de caminho, de itinerário metodológico que parece ter configurado uma maneira de transmitir o conteúdo do jornal e de convencer o leitor.

Esta espécie de *itinerário formativo* parece seguir os seguintes passos: Primeiro – por meio das formas discursivas, define-se o termo que pretende elucidar, designa-se a *Imprensa livre* como um sustentáculo; Segundo – atribui ao léxico uma semântica que tem como referência o jogo político; Terceiro – personifica-se este termo, a voz do discurso dirige-se à imprensa e diz *foste tu mesma;* Quarto – a insere dentro da realidade do leitor, envolve o léxico no universo semântico e no cotidiano vivenciado pela sociedade marianense. Por fim, indica que foi ela quem *orientaste o Povo Mineiro* para as Eleições, atribui à Imprensa um papel, uma voz, na qual atreve que ela seja a personagem fundamental da disputa política. E, por último – faz uma analogia do seu significado com a metáfora das Luzes, aquela que é a responsável por ilustrar os povos e as Nações. Note que esse itinerário pressupõe e requer uma natureza retórica e pedagógica, que, além de explorar os termos, as noções políticas, de um modo ordenado, é metódico para persuadir o leitor.

Em maio de 1830, foi publicado no *Estrella* um texto que versava sobre os significados da política e seus objetivos na constituição de uma Nação. De modo objetivo, o texto inicia trazendo a definição de política e afirmando o seu principal objetivo: "constituir a felicidade da Nação, e fazê-la respeitada"[198].

[196] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 23.
[197] Compêndio da Rhetorica Portugueza, Biblioteca Nacional de Portugal (Cota: L. 1295P.)
[198] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 02.

Figura 3: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



A Politica é a Arte de governar os Povos, e encarada por esta parte é de todas as Sciencias a mais interessante: ella tem por principal objecto constituir a felicidade da Naçâo, e faze-la respeitada. A felicidade, e o poder de uma Sociedade sâo as leis, e os habitos os costumes, o espirito nacional, a justiça, a policia, a populaçâo, a agricultura, e commercio as rendas da Naçâo,

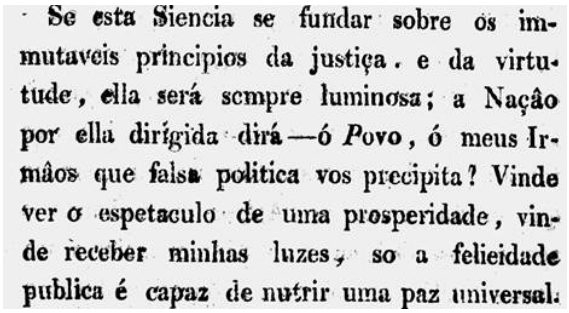
Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

A matéria trata sobre a política e define que esta, enquanto uma arte de governar, teria por objetivo a felicidade dos povos. De acordo com o texto, a felicidade concerne ao modo de viver que a sociedade escolhe colocar em prática e se relaciona também com os seus costumes e a justiça. Considera que a Política é "de todas as Sciencias" a mais interessante, é a ciência da felicidade da Nação, porque, se bem realizada, contemplaria um modo de vida bom para toda a sociedade.

Tal texto traz algumas marcas gráficas, como, por exemplo, determinadas palavras com as iniciais maiúsculas: Política, Arte, Povos, Sciencias, Nação e Sociedade. Estes recursos, além de criarem uma "identidade visual", identificada por McKenzie (2018, p. 36), parecem instaurar uma espécie de linha narrativa que está implícita, mas que parece fixar o potencial destes termos. Trazem a atenção não somente para os termos em destaque, mas para o significado que podem assumir quando evidenciados e colocados em uma ordem. A impressão é de que, juntos, são capazes de dar a tônica que se pretende trazer para o trecho demonstrado na Figura 3, de que a Política, enquanto Arte para governar os Povos, se fez também como a Sciencia que seria capaz de produzir uma Nação respeitada.

Além das estratégias tipográficas, as estratégias de ordem retóricas se fizeram presentes neste texto, uma vez que a escrita eloquente pode ser identificada, por exemplo, devido ao uso das figuras de linguagem. Ao personificar a ideia de Nação, assim como no exemplo mencionado anteriormente, atribui a ela "uma voz" dentro no texto.

Figura 4: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



Se esta Siencia se fundar sobre os immutaveis principios da justiça. e da virtutude, ella será sempre luminosa; a Naçâo por ella dirígida dirá—ó *Povo*, ó meus Irmâos que falsa politica vos precipita? Vinde ver o espetaculo de uma prosperidade, vinde receber minhas luzes, so a felieidade publica é capaz de nutrir uma paz universal.

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Conforme o trecho[199] destacado na Figura 4, esta Sciencia, que é a Arte de governar, deve sempre estar fundamentada sob os princípios da justiça e da virtude, porque é somente assim que a Nação estará em "prosperidade" e sempre "luminosa". Dessa maneira, o texto se torna ainda mais envolvente no momento em que se personifica a Nação, e é atribuída a ela uma ação propriamente humana. A Nação fala e se dirige ao Povo, aos seus Irmãos. O texto, neste momento, se lança ao seu potencial destinatário, se volta para o povo, que almeja ansioso "ver o espetáculo de uma prosperidade" e convida o leitor "vinde receber minhas luzes". Conforme se observa na Figura 4, a Nação ainda questiona: "– ó Povo, ó meus Irmãos que falsa política vos precipita?". E, no decorrer do texto, o próprio redator responde, trazendo para si o papel de representar a voz do povo e a responsabilidade de responder à Pátria que o interroga. E diz: "Ó minha Pátria! tu o podes realizar, tu podes chegar a esse estado afortunado"[200], de prosperidade. É importante observar que, neste trecho, elementos da pontuação contribuem para a eloquência do texto. O travessão é um traço maior que o hífen, e é geralmente empregado no discurso para indicar a mudança do interlocutor, nesta frase: "– ó Povo, ó meus Irmãos" demarca o momento exato em que a Pátria "toma a voz" do discurso. De acordo com Galvão e Melo (2019, p. 236), "o material linguístico do texto não existe apenas no plano do conteúdo, do assunto e dos temas ali tradados", e os mecanismos retóricos, por exemplo, podem ser observados na estrutura do texto ou também em cada um dos elementos textuais, seja nas suas orações ou também nas marcas da pontuação.

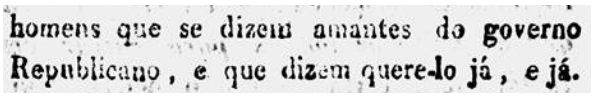
Durante a primeira metade dos oitocentos, a Constituição transformou-se no principal instrumento da liberdade, que promovia o "progresso, da civilização e da felicidade dos povos", de acordo com Neves (2003, p. 163), sempre mencionada em referência às "Luzes do século". Segundo a autora, não houve preocupação em definir o conceito de *Luzes* em seu

[199] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 02.
[200] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 02.

sentido filosófico, porque aparentemente a expressão representava a modernidade do período, que poderia ser expressa na "força das ideias liberais, as qualidades intelectuais, a justeza da razão, sendo ainda promotoras das ciências e da civilização" (NEVES, 2003, p. 164). A ideia de uma "felicidade pública"[201] trazida no texto, de acordo com Neves (2003), se relaciona com "A confiança das Luzes nos bens e na vida deste mundo, alicerçada por meio do progresso e da civilização" porque assim "refletia um ambiente de euforia, sintetizado na palavra **felicidade**, que se integrou nos escritos políticos sob o signo da Regeneração" (NEVES, 2003, p. 166, *grifo da autora*).

Em janeiro de 1832, é publicado um texto que versava sobre os perigos que rondam o Brasil, os quais estariam disfarçados em forma de "homens que se dizem amantes do governo Republicano"[202], e trazia o seguinte questionamento: "Qual deverá ser o norte do Povo Brasileiro?". A seguir, o texto alega que o norte deverá ser: "sem hesitar. A lei, e só a lei". O texto se divide em duas frentes, a primeira delas faz uma crítica aos falsos republicanos, insinuando que, assim como "malvados só querem aquilo, que se coaduna com suas naturezas". A segunda defende parcialmente as reformas com teor republicano que almejavam maior autonomia para as Províncias. Segundo Pandolfi (2016), o Republicanismo acabou sendo substituído aos poucos pelo vocábulo Federalismo, e, já que estes conceitos não estavam totalmente bem definidos, assumiam durante o período regencial uma polissemia. A crítica do texto, publicado pelo jornal, alerta que as reformas não poderiam ser feitas pelos "elementos perigosos" que, com o pretexto de querer reformas e se fartarem "gritando que quer República já, e já? ...", estariam, na realidade, buscando "empolgar empregos, e assassinar aqueles que foram sempre o prototypo das virtudes sociais".

Figura 5: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).


homens que se dizem amantes do **governo**
Republicano, e que dizem quere-lo já, e já.

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

O uso da monossílaba "já" acontece em dois momentos seguidos e parece significar a intenção de acentuar o quão rápido aqueles que seriam os "filhos degenerados" intencionavam operar as reformas com teor republicano. A ênfase, no uso duplicado do "já", ao que tudo

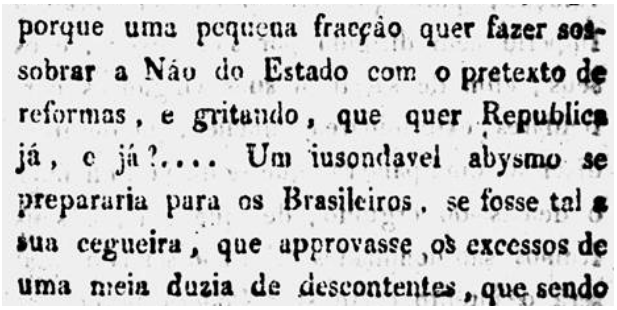
[201] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 02.
[202] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 85.

indica, demarca também a posição política do redator, que parecia não concordar que as mudanças fossem implementadas de forma apressada ou sem reflexões.

A seguir, o texto afirma, então, que as reformas são importantes, mas que estas deveriam ser realizadas com cautela, porque "sendo as continuadas mudanças operações delicadas, o povo deve ser mui circunspecto"[203].

Além de o discurso ser mobilizado retoricamente, os recursos gráficos também se fizeram presentes e dispostos a provocar o leitor. A reticência, conforme se pode observar na Figura 6, que surge em diversos textos publicados pelo jornal e em todos os casos parece possuir a mesma finalidade – neste caso, também pretende deixar uma ideia parcialmente em aberto, e remete a uma espécie de lacuna que requer a colaboração do leitor, e parece pressupor que ele use a sua imaginação para preencher esta ideia em aberto.

Figura 6: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).


porque uma pequena fracção quer fazer soçobrar a Náo do Estado com o pretexto de reformas, e gritando, que quer Republica já, e já?.... Um iusondavel abysmo se prepararia para os Brasileiros, se fosse tal a sua cegueira, que approvasse os excessos de uma meia duzia de descontentes, que sendo

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

No trecho exposto, as formas discursivas se movimentam, constituindo associações entre palavras que pertencem a um mesmo campo lexical e que se iniciam por letras maiúsculas. São elas: Estado – República – Brasileiros. Acontece que elas trazem para o leitor os efeitos de sentido que são desencadeados na associação desses termos, e que geram, por sua vez, a referência a seu respectivo campo semântico. O redator do *Estrella Mariannense* dava indícios de que era um defensor do movimento Republicano e integrante da ala dos liberais exaltados, porque concordava com as reformas republicanas, desde que fossem realizadas com cautela. As estratégias utilizadas nesse texto correspondem com a pretensão de destacar o movimento republicano por meio também do léxico. Identificar esses termos e colocá-los em evidência, de acordo com Maingueneau (1989, p. 149), significa também "pôr em evidência as linhas de força de um universo semântico". Assim, entender as associações

[203] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 85.

lexicais se torna importante em nossa análise, porque a articulação entre a sintaxe e o léxico é, desde o início, semântica (MAINGUENEAU, 1989).

Por meio de uma escrita retórica, é apresentada a ideia de uma ameaça, quando diz que "Um insondável abysmo se prepararia para os Brasileiros, se fosse tal a cegueira, que aprovasse os excessos de meia dúzia de descontentes". Era comum que os textos do *Estrella Mariannense* trouxessem como estratégia de persuasão, a produção do medo. Produzia-se, por meio do texto, uma atmosfera de que era preciso estar atento às ameaças, produzia-se uma sensação de que a Nação encontrava-se sob ameaça do retorno ao status de colônia, e, além disso, produzia-se o medo de que a anarquia dominasse as instituições políticas e pudesse torná-las irremediavelmente despóticas. Mas o principal medo, aquele que era frequentemente "alimentado" nas páginas do jornal, era o medo de se tornar uma vítima do Absolutismo, que se consubstanciava frequentemente na figura de D. Pedro I e na presença portugueses no corpo político. Conforme o *Tratado dos affectos e costumes oratórios*[204]*,* exercitar os afetos seria "um eficacíssimo meio de persuasão, e fazem inclinar muito a balança" (p. 2). Entre os afetos destacados, o medo é um dos meios mais legítimos na arte do convencimento, e pode-se exercitá-lo de alguns modos, como, por exemplo, "Representando o mal no caso de ser público, não só assim, mas também como particular a cada um; e fazendo conhecer que a calamidade geral abrange e chega a todos" (p. 24). Neste caso, o "abysmo" acometeria a todos. E, ao final, o redator demonstra sua posição, afinando-se com as reformas, mas desde que não fossem feitas de forma abrupta, mas sim seguindo os passos da França ou da América Inglesa. Declara que se o Brasil quiser ser venturoso e "se quiser abraçar uma outra forma de Governo, (como esperamos) deverá seguir os passos das Nações, que se tem distinguido mais, e que são hoje Republicanas".

Assim, podemos dizer que, para se afirmar um projeto de nação liberal, algo que ainda estava em fase de construção, algo que ainda não era totalmente conhecido, ao menos para o leitor, era necessário estabelecer uma relação específica, contrastando tais ideias à outra coisa que fizesse parte de sua experiência. Isso seria também uma das estratégias retóricas implementadas no texto, em que se privilegia a criação de um "modelo" do que deveria ser seguido, e o contrasta com outra ideia que seria o "anti-modelo" (REIS, 2016, p. 16). Reis (2016), inspirado em *Tratados de Argumentação*, afirma que o "modelo se concentra em uma pessoa ou instituição de alto prestígio para conter todas as qualidades e características que um grupo ou uma pessoa devem seguir". Em contraposição a isso, "o anti-modelo contém tudo

[204] Tratado dos affectos e costumes oratórios considerados a respeito da eloquência servidos em duas partes. Biblioteca Nacional de Portugal (Cota: L. 17308P.)

que não pode ser seguido". E, assim, o texto recorre ao recurso que seria frequentemente utilizado pelos oradores na retórica, o de "omitirem ou inventarem características que possam tornar os primeiros mais perfeitos, e os segundos mais imperfeitos" (REIS, 2016, p. 17). Dessa maneira, criava-se este contraste por meio da negação. A negação de algo que havia sido vivenciado pela maioria daquela população, que era o status de colônia e a submissão à metrópole portuguesa.

De acordo com Carvalho (2000), "alguns jornalistas da época da independência percebiam com clareza a importância da retórica"; ao mencionar o exemplo do redator da folha *Nova Luz Brasileira,* o autor afirma que muitos desses redatores das primeiras décadas do século XIX "sabiam estar envolvidos numa batalha linguística que tinha a ver com o conteúdo e a forma, isto é, a retórica" (CARVALHO, 2000, p. 146).

Note que, no momento em que o jornal parece funcionar como uma Cartilha política, os substantivos assumem maior preponderância, estando quase sempre em evidência. Termos como *povo*, *Estado*, *Despotismo* e *Liberdade* eram proeminentes. E, geralmente, estão postos como algo que merece ser definido, explicado, ensinado e elucidado. De acordo com Maingueneau (1989, p. 149), atentar-se para os substantivos é importante, pois o seu "conteúdo ideológico parece mais evidente", o que nos leva a considerar a importância do conteúdo que se pretendia abordar e dos modos como se escolhia fazê-lo.

3.2 A construção dos inimigos políticos: do "sanguesedento monstro do despotismo" ao "inimigo da ordem"

Sobre as principais linhas de argumentação do *Estrella Mariannense,* destacamos, nesta parte, aquela que prezava pela construção da figura daqueles que eram considerados como os inimigos políticos da Nação. Estes sujeitos eram acusados de tramar a ruína das instituições públicas, de possuírem obscuras intenções de destruir o bem público e o "echo da liberdade"[205]. Essa linha de argumentação se sustentava na medida em que nomeava, definia características e posturas dos inimigos, ilustrando para que o leitor entendesse quem e por que eram uma ameaça para a ordem do Brasil e para o "Sistema Constitucional"[206].

Os principais sujeitos considerados inimigos da Pátria pelo jornal *Estrella Mariannense* eram, de modo geral, alguns membros do alto clero – porque, na concepção do redator Manoel Berardo Accursio Nunan e dos demais liberais, o clero não via com bons olhos a

[205] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 17.
[206] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.

chegada das novidades filosóficas decorrentes das influências do Iluminismo, e, portanto, alguns deles passaram a ser intitulados de déspotas, ou relacionados com os representantes do Antigo Regime, que agiam negando os preceitos das Luzes e da Razão; os membros do governo, juízes de paz ou integrantes dos ministérios que supostamente não respeitassem as leis e o bem comum, eram também recorrentemente acusados de despotismo.

Na visão dos liberais, os déspotas atuavam nas esferas do governo sempre em prol de si mesmos. Havia aqueles que eram chamados de anarquistas porque, conforme as principais matérias sobre o tema, alimentavam a desordem política. Os jornalistas conservadores também eram considerados potenciais inimigos, primeiramente porque não coadunavam com as ideias liberais e supostamente porque eram responsáveis por acobertar políticos corruptos e espalhar intrigas contra os liberais. Além disso, na concepção do redator do *Estrella*, aqueles eram os defensores do Antigo regime. Os portugueses, de modo geral, eram também considerados inimigos políticos por grande parte dos liberais, e também por Nunan, porque eram vistos como usurpadores das riquezas da Nação brasileira. Para mais, geralmente ocupavam postos de comando na política, cargos estes que, na concepção dos liberais, deveriam ser ocupados por brasileiros.

Os textos que sustentavam essa linha argumentativa e se ocupavam em tematizar o opositor eram marcados pela eloquência, por recursos tipográficos e, principalmente, por uma coleção lexical específica. Estes recursos, quando combinados, davam origem a uma profusão de metáforas, adjetivos e um vocabulário abundante e ofensivo.

Era por meio de termos como "sanguesedentos monstros do despotismo", "corcundas", ou "sectários da escravidão" que se nomeavam aqueles que eram eleitos os inimigos políticos dos liberais, e que eram também considerados como inimigos da Nação. O conceito de despotismo passou a representar a "principal palavra negadora da liberdade" e representava um poder sem limites que se baseava na vontade do soberano (NEVES, 2003, p. 119). Já o termo corcunda, ou "carcunda", tendo ampla divulgação no vocabulário político da época, apresentava uma relação de identidade com o despotismo que era feita por meio da linguagem figurada que designava aqueles que possuíam a deformidade de sempre se curvar ao déspota. Era usado para referir "de maneira acintosa a todos os que estavam a serviço do ideário do Antigo Regime, contrários às ideias constitucionais" (NEVES, 2003, p. 132).

Os sujeitos que eram definidos como aliados eram identificados em expressões como "Gloriosos defensores da Pátria" ou "Intrépidos defensores das nossas liberdades". Entre aqueles considerados aliados pelo jornal *Estrella Mariannense*, destacam-se, por exemplo, redatores, padres, professores, homens da política que fossem liberais e membros da

sociedade civil que, de modo geral, coadunavam com as ideias liberais, moderadas ou exaltadas.

Nesse sentido, interagir com o tipo de vocabulário que foi mobilizado na escrita nos permite entender mais sobre o papel educativo do jornal, principalmente, no que se refere à construção da imagem dos adversários políticos, que, na maioria das vezes, além de criticados, eram também menosprezados, ridicularizados e se tornavam chacotas nas páginas do *Estrella.*

Ademais, o uso de um vocabulário político combativo era muito comum na imprensa que se desenvolveu durante a primeira metade do século XIX no Brasil. Muitos dos redatores liberais utilizavam um vocabulário específico que era construído no decorrer da escrita para abordar o cenário político e para nomear seus opositores e seus aliados. De acordo com Neves (2003), a partir do contexto da Independência, foi introduzida, na cultura política do Brasil, uma dimensão inédita que inaugurava, na esfera da linguagem, uma série de expressões e vocábulos que expressavam novos sentidos políticos e que eram adequados ao movimento liberal. Era uma nova "linguagem política, estruturada sob os princípios básicos da Ilustração portuguesa" que ganhou impulso com a imprensa, mais especificamente com a publicação de folhetos e periódicos políticos da época (NEVES, 2003, p. 119). Estes novos vocábulos podem ser agrupados, segundo Neves (2003), em torno de quatro conceitos políticos fundamentais para aquele período: o despotismo, o liberalismo, o constitucionalismo e o separatismo. Os vocábulos representaram

> chaves essenciais para a compreensão das principais ideias defendidas tanto pela elite coimbrã, quanto pela brasiliense, podendo ser identificadas as várias nuanças que adquiriu a cultura política no Brasil, às vésperas da Independência, e que nortearam as ações deste indivíduos, responsáveis pela constituição do Estado – Nação brasileiro (NEVES, 2003, p. 117).

Poderíamos dizer, então, que os redatores dos periódicos políticos se relacionavam habilmente com a palavra escrita em favor da cena política e acabavam por instituir, assim, muitas das vezes, os rumos de acontecimentos políticos.

As palavras e expressões lançadas nas folhas dos periódicos, além de fomentar o embate político, eram responsáveis muitas vezes por acirrar os ânimos dos leitores e poderiam dizer do tom de cada periódico. No sentido principalmente de orientação política, a escrita utilizada poderia dizer se o jornal estaria mais sintonizado, por exemplo, com a ala mais radical ou mais moderada dos liberais. Isso estava muitas vezes expresso no modo como o redator

construía o texto, nos termos que escolhia utilizar, nos textos vindos de outro suporte que ele escolhia publicar, como já mencionado no Capítulo 2.

Ao longo das 104 edições do *Estrella Mariannense,* foram citadas um total de 737 expressões que eram destinadas a nomear os opositores políticos dos liberais e os aliados. Em média, foram citados, para se referir aos inimigos, entre 4 a 10 vocábulos por cada edição, entretanto, os vocábulos para se referir ao aliado eram mobilizados em menor proporção, sendo uma média de 2 a 6 por edição. O Quadro 9 exibe os aspectos quantitativos.

Quadro 9: Aspectos quantitativos das expressões lexicais utilizadas no *Estrella Mariannense* (1830-1832)

ESTRELLA MARIANNENSE (1830-1832)		
Designação para aliados políticos	**Designação para opositores políticos**	**Total**
276 expressões	461 expressões	737 expressões
37, 44%	62,56%	100%

Fonte: *Estrella Mariannese* (1830-1832).

Entendemos que, ao reunir todo o vocabulário que era mobilizado e que se forjava na escrita a fim de designar os lados atuantes do combate político, podemos entender melhor como se dava a construção da figura do inimigo e, naturalmente, entender também um pouco do perfil de quem seriam os possíveis aliados. Conforme o Quadro que se segue e que foi confeccionado para auxiliar o trato com as edições do *Estrella Mariannense* e demais jornais da Typografia, foi possível reunir e organizar informações sobre quais eram, e a quantidade de termos utilizados ao longo das edições, além de identificar com quais termos eram nomeados os sujeitos integrantes do jogo político.

Escolhemos trazer, neste texto, apenas os termos que estiveram presentes em um total de 8 edições das 104 disponíveis do jornal. O critério para a escolha se baseou em duas premissas: a primeira delas foi priorizar edições que abordassem o sujeito opositor de forma mais direta, na medida em que se dirigia abertamente, por exemplo, ao redator de algum outro periódico mineiro, ao padre que residia em Mariana, ou ao Ministro do governo imperial; a segunda é que buscamos trazer um conjunto de edições que, dispostas cronologicamente, nos dizem algo sobre como a figura dos inimigos políticos dos liberais foi sendo construída, por

meio do texto e da materialidade, sempre em consonância com a conjuntura histórica e política dos rumores que antecedem a abdicação de D. Pedro I até chegarem à implementação da Regência. O Quadro 10 exibe os exemplos de expressões lexicais que foram empregadas no jornal entre maio de 1830 e novembro de 1832.

Quadro 10: Exemplos de expressões lexicais utilizadas no *Estrella Mariannense* (1830-1832)

ESTRELLA MARIANNENSE (1830-1832)	
Ref.	Ed. 1, 3 de maio de 1830
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Folha liberal *Escritor público* Gloriosos defensores da Pátria Aguerridos atletas da Liberdade	Inimigos da Liberdade Sanguisedento monstro do despotismo Periódicos apologistas Sectário da escravidão
Ref.	Ed.14, 7 de agosto de 1830
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Concidadãos Benemerito cidadão Cidadão Fiel e Honrado	Tyrano Despota *Monstros inexoráveis* *Despotas Endeosados* *Sadunho monstro* *Tyrano sedento de sangue humano*
Ref.	Ed. 32, 8 de dezembro de 1830
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Brasileiros amantes da liberdade Honrados patrícios mariannenses *Mariannenses liberais*	"Nossos Bons" absolutistas "Celebérrimo" "Governo da boa vista" Encarniçados inimigos do Brasil
Ref.	Ed. 38, 28 de janeiro de 1831
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Tão sagrado objeto (Imperador) Brasileiros	Ladrões Telegráficos[207] Infame Telégrafo Círculo infame de Telegráficos Destruidor do Ministério Clementino (Pedro I)
Ref.	Ed. 44, 15 de março de 1831
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Charos patrícios Amigos *Nossos patrícios pardos* Órgão fiel dos constitucionais habitantes dessa Província (Estrella Mariannenses)	Gênio do Inferno Pseudo-brasileiro Malvados Inimigos da Constituição Estúpidos

[207] O jornal *O Telégrapho* (1828-1831), considerado restaurador, representava a folha de maior oposição aos liberais em Minas Gerais, e era impresso na Tipografia de Cortes e Companhia, que se localizava em Ouro Preto. A folha era redigida por José Gonçalves Cortes e o Coronel Francisco Assis Lorena, e, devido ao envolvimento nas disputas políticas, o termo "telegráficos" passou a ser sinônimo de absolutista entre os liberais.

	Infames Telegráficos Facinorosos *Intrigantes de Marianna* *Inimigo da religião (Bispo)* Infame Telegrafo *Imundos frades*
Ref.	Ed. 49 [data ilegível] abril de 1831
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Concidadãos Mariannenses amigos verdadeiros da sua pátria Defensores da pátria Patrícias eletrizadas do Santo amor da liberdade Perpétuo Defensor Patrícios mariannenses Representantes da Nação	Facção Detestável Brasileiros adotivos Tyranno Pedro I, inimigo das nossas liberdades Ministros abominados Monstruoso despotismo
Ref.	Ed. 56, 15 de junho de 1831
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Bravos defensores da liberdade e da pátria Militares Beneméritos Beneméritos eclesiásticos Atletas da liberdade Estimável patrício	Sectários do despotismo Mandões e lisonjeiros Nosso bachazinho (Frei José) *Nosso desgraçado Bispo e indigno prelado (Bispo)*
Ref.	Ed. 119, 7 de novembro de 1832
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Augusto Menino (Pedro II) Soldado da pátria	Embrutecido caramuru Monstro madeira

FONTE: *Estrella Mariannense* (1830-1832).

O Quadro 10 representa uma amostra dos termos para o período de circulação do jornal, e, além das demais edições, também nas 8 edições que o compõem, os termos "escritor público", "mariannenses liberais" e os "brasileiros amantes da liberdade" estiveram sempre presentes e designados como aliados políticos dois liberais. No entanto, se atentarmos para o exemplo de como a folha se refere à figura de D. Pedro I, veremos que, nas edições que antecedem o contexto da Abdicação, ele era retratado como "Defensor Perpetuo" e "Defensor dos Inauferíveis Direitos dos Homens"[208]. Em janeiro de 1831, D. Pedro I, embora fosse criticado em diversas matérias do *Estrella,* não recebia ainda adjetivos ofensivos, sendo designado como um aliado e protetor da Nação. Sempre de forma positiva, conforme exposto na edição 38, como um "Tão Sagrado Objeto" [209]. A partir de abril de 1831, as referências explícitas a D. Pedro I passaram a assumir um tom ofensivo porque, a partir do movimento intenso que envolveu a Abdicação – no qual a imprensa foi determinante – sua imagem

[208] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.
[209] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 38.

passou a ser reconstruída pelos jornais como um grande inimigo declarado dos liberais e, por sua vez, do Brasil, o qual havia sido derrotado pelo povo, pelo "ufanismo" que venceu a "tirania"[210]. Passou, então, a ser retratado como o "Tyranno Pedro I, inimigo das nossas liberdades"[211]. Dias depois da Abdicação, em 30 de abril, o menino Pedro II já era proclamado pela imprensa liberal como um Imperador verdadeiramente brasileiro[212], conforme a edição 119 apresenta D. Pedro II sendo intitulado de "Augusto Menino"[213]. Deste modo, entendemos que os liberais, no sentido de destituir a autoridade de D. Pedro I, buscaram, por meio de seus escritos na imprensa, gradativamente relacionar a figura do Imperador com a figura de um Imperador absolutista e português. Utilizando-se de uma estratégia que visava destruir a imagem anteriormente construída de um D. Pedro I constitucional e Liberal, a imprensa liberal empenava-se na tarefa de construí-lo agora como um inimigo; de acordo com Ribeiro (2001, p. 144), acontecia o "recrudescimento do antilusitanismo". Reis (2016) alega que a imprensa foi fundamental para que D. Pedro I "deixasse de ser um modelo, e se transformasse em um anti-modelo. Para alcançar esse objetivo, utilizaram a imprensa para desgastar a imagem de D. Pedro I. Em uma segunda onda oposicionista ao governo, os jornalistas transformaram-se na principal arma dos liberais" (REIS, 2016, p, 16).

Um movimento de construção distinto aconteceu, por exemplo, com os sujeitos que eram pardos livres e que são pouco mencionados em edições do jornal. A partir de março de 1831, eles passam a ser referenciados e, conforme o exposto na edição 44, sendo definidos como "Nossos patrícios pardos"[214]. Foi possível constatar que houve um empenho do jornal, no sentido de construir a imagem desses sujeitos como aliados que estariam sintonizados com as ideias e a causa liberal. Isso aconteceu por meio de matérias que surgiram abordando a causa dos pardos livres.

Ao que tudo indica, esse movimento foi repleto de intencionalidades, e também oportuno para os liberais, que se viram intimidados pela notícia espalhada por seus opositores de que os próprios liberais tramavam contra a Nação e pretendiam escravizar os pardos livres. Esse episódio foi incitado porque, ao que parece, estariam sendo pregados, pela cidade de Mariana, na calada da noite, uma série de pasquins com escritos de tendência absolutista e que estariam se ocupando de espalhar intrigas contra os liberais. Conforme há discutido no

[210] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 52.
[211] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 49.
[212] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 50.
[213] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 119.
[214] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44. Discutiremos este ponto no Capítulo 4.

Capítulo 1, os pasquins estariam excitando o povo à rebelião, e indispondo contra os liberais a "gente de cor"[215]. Além de causar intrigas com o nome dos liberais e com o nome do redator do *Estrella*, os pasquins também estariam denunciando a suposta existência de republicanos em Mariana. De acordo com o redator Nunan, os responsáveis por espalhar os pasquins seriam os "Infames Telegráficos" que eram intitulados, entre muitos outros nomes, de Sectários do Despotismo ou ainda Intrigantes de Mariana[216].

Tal ocorrido foi comentado também em jornais como *O Novo Argos* e *O Universal*, e fez com que o *Estrella* passasse a direcionar explicitamente seus textos também para os sujeitos pardos. No entanto, como pretendemos, nesta parte do texto, abordar a construção dos inimigos políticos, e não dos aliados ou possíveis leitores, não iremos adentrar nesta reflexão, que será mais detalhada no Capítulo 4.

Assim como os liberais construíam na figura dos conservadores os seus inimigos, os conservadores faziam o mesmo em relação aos liberais. Em correspondência enviada ao *Estrella* e publicada na edição de outubro de 1830[217], o Observador Mariannense, ao acusar a folha *O Telégrapho* de espalhar calúnias, cita um trecho da mesma folha em crítica aos jornais liberais, em que afirma, em tipos itálicos, que "*naqueles lugares em que se publicam O Universal, Argos, Astro, Ecco, Estrella, tem-se multiplicado os ladrões, e os assassinos, por causa da doutrina espalhada por estes periódicos*". A seguir, o correspondente do *Estrella* refuta o correspondente d'*O Telégrapho*, dizendo: "Sr. redator, poderá haver calúnia mais atrevida, mais infundamentada, mais oposta a experiência?". O jornal *O Telégrapho,* segundo a representação construída pelos liberais, seria a expressão máxima do Absolutismo, sendo também visto como "órgão da recolonização".

A construção da figura do inimigo feita pelo *Estrella Mariannense*, neste caso, buscava relacionar a imagem dos membros d'*O Telégrapho* que eram nomeados ofensivamente de telegráficos, com o Bispo Frei José de Santíssima Trindade. Isto porque, ao que tudo indica, o jornal recebia auxílio financeiro do Bispo para se manter em circulação. E em contrapartida, faria a ampla defesa da Igreja e do "massimo pastor"[218] em suas páginas, enquanto os jornais liberais faziam a ampla crítica, afirmando, por exemplo, que o Prelado possuía um "caráter sanguinário"[219]. Note que os adjetivos estão presentes e desempenham um papel importante,

[215] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.
[216] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.
[217] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 26.
[218] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 47.
[219] ESTRELLA MARIANNENSE, Ed. 47.

porque os termos *sanguinário*, *infame* e *massimo* assumem potência para se referir ao inimigo ou ao aliado, já que servem para qualificá-los.

O Bispo era frequentemente atacado nas páginas do *Estrella Mariannense,* sendo intitulado de *indigno prelado*, ou mesmo *inimigo da Religião*, isso porque o seu posicionamento, suas decisões quanto à administração do Seminário, ou algumas de suas manobras para interferir na política, indicavam que ele, juntamente com outros membros da diocese, buscava reprimir duramente o avanço das ideias liberais em Mariana (ALMEIDA, 2015; LUZ, 2016).

Conforme Maingueneau (1989, p. 149), apesar do fato de a AD se voltar quase sempre para os substantivos, não há uma razão para que os adjetivos sejam marginalizados nas análises. Isso porque a categoria dos adjetivos é capaz de desempenhar um papel importante em discursos cuja função "é mais definir um modo de ser do que uma doutrina, em sentido estrito" (MAINGUENEAU, 1989, p. 149). Deste modo, quando nos referimos à estratégia utilizada pelo jornal com finalidade de construir a figura do inimigo, entendemos que os adjetivos assumem posição fundamental nessa perspectiva dada ao discurso. Qualificar o inimigo se tornou, neste momento, uma das principais ações dessa estratégia discursiva.

Os supostos leitores do jornal possivelmente se interessavam pelo acirradíssimo combate político, já que esta era uma característica muito presente na folha. As marcas retóricas estavam também muito presentes nesses textos, que, em alguns momentos, buscavam cultivar os sentimentos e os afetos do leitor. Conforme o *Tratado de afecctos e costumes oratórios*[220], os afetos como sendo "legítimos meios de persuadir, é doutrina tão geralmente assentada entre todos os bons Rhetoricos, que corre o presente plano sem a menor contestação" (p. II).

Para além do interesse que deveria haver em acompanhar o combate político, os leitores, ao que tudo indica, se interessavam principalmente pelo modo como o jogo político era apresentado nas páginas do jornal. Um indício que nos leva a crer nesse interesse do leitor era o fato de que o *Estrella* parecia apresentar um léxico mais diversificado, intenso e combativo para tratar dos inimigos do que os demais jornais da Typografia Mariannense, e do que o jornal *O Universal,* impresso em Ouro Preto. Uma suspeita que temos é que os termos dirigidos aos opositores eram usados em menor proporção, por exemplo, pelo jornal *O Revisor,* que também era impresso na Typografia Mariannense. Por exemplo, se compararmos uma edição do *Estrella* com uma edição d'*O Revisor,* notamos que o primeiro jornal cita uma

[220] Tratado dos affectos e costumes oratórios considerados a respeito da eloquência servidos em duas partes. Biblioteca Nacional de Portugal (Cota: L. 17308P.)

média maior de referências ao opositor político, que oscilava entre 6 e 9 palavras ofensivas para designar estes sujeitos em apenas uma edição, enquanto que *O Revisor* citava, em uma edição, entre 1 e 3 palavras que nomeavam o seus opositores. Além de nomeá-los em menor proporção, podemos dizer que os termos possuíam um teor menos pejorativo – fato que, hipoteticamente, tornaria, no calor do combate, o vocábulo menos ofensivo para o jogo político. O *Estrella* utilizava termos como "Tyrano sedento de sangue humano"[221], ou "Hydras perveras"[222], já os termos que eram utilizados n'*O Revisor* eram, por exemplo, "malvados" [223], "facinorosos" ou "ingratos"[224].

De acordo com Carvalho (2000, p. 140), o fenômeno do uso de uma linguagem violenta por parte da imprensa possui uma explicação que se relaciona com a "inexperiência de todos em matéria de debate político democrático". O autor afirma que:

> O despotismo político, de que a censura das ideias e dos escritos era parte essencial, não tinha permitido o aprendizado do debate de ideias. Não se tinham ainda estabelecido regras civilizadas para tal debate. Deste modo, transferiam-se para o debate político público as práticas do debate privado que frequentemente recorriam ao ataque pessoal. (CARVALHO, 2000, p. 140).

A violência verbal era prática constante não somente nos jornais liberais, mas nos jornais considerados absolutistas também[225]. E abordar assuntos políticos era uma das principais características destes jornais que eram produzidos no contexto dos primeiros anos do Império; entretanto, a questão que aqui interessa destacar é que o modo como isso era feito assumia características, embora similares entre si, também específicas em cada uma das folhas. Portanto, consideramos que o modo como a escrita era construída, ou que textos vindos de "fora" eram acomodados, poderia ser tão específico, que consubstanciava as estratégias sob as quais se buscava formar a opinião pública entre os leitores. O *Estrella Mariannense* pode ser um exemplo de como a imprensa era capaz de operar com o texto escrito para além da escrita, e utilizar-se dos mais diversos subterfúgios (presentes nos) dos recursos textuais para tornar o jornal um veículo educativo.

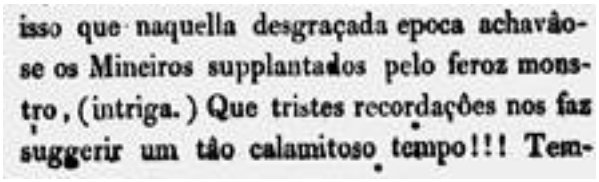
Em 28 de dezembro de 1830, sob o título de REFLEXÕES, escrito em caixa alta, uma matéria informava que a província mineira, diferentemente de outrora, que fora "um tão calamitoso tempo!!!", gozava, em fins de 1830, de tranquilidade. Alguns recursos textuais oferecem ênfase ao texto da matéria e alerta que, pouco antes daquela época, os Mineiros

[221] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 14.
[222] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 34.
[223] O REVISOR, ed. 6.
[224] O REVISOR, ed. 3.
[225] O TELÉGRAPHO, ed. 171.

estavam abatidos por um "feroz monstro", entre parênteses designado de "(intriga)"[226]. De acordo com Basile (2001, p. 111), trazer referências a redes de conspiração e intriga podia ser tanto um mero artifício retórico ou podia ser também resquícios de uma mentalidade do Antigo Regime, que percebia a intriga como um elemento constitutivo fundamental da política.

O uso dos parênteses era comum na escrita do jornal, e muitas vezes introduzia-se, nos parênteses, palavras que traziam a opinião mais ácida ou mais irônica do que o usual, por parte do redator. Por sua vez, pareciam completar, quase que por associação, a linha de raciocínio que se buscava estabelecer na frase.

Figura 7: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).


isso que naquella desgraçada epoca achavão-
se os Mineiros supplantados pelo feroz mons-
tro, (intriga.) Que tristes recordações nos faz
suggerir um tão calamitoso tempo!!! Tem-

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

A matéria se remetia ao episódio[227] em que teria sido desvendado um suposto plano de conspiração e traição contra o Brasil, que tinha como objetivo a recolonização do país pelos portugueses. Para alguns dos principais jornais liberais, como *Ástrea*, *Aurora Fluminense* e *O Universal,* por exemplo*,* o plano teria sido elaborado juntamente aos ministros do governo de D. Pedro I, os quais integravam um grupo nomeado propositalmente pela imprensa liberal de "*Gabinete Secreto*". Este nome era utilizado para designar o grupo que seria composto por inimigos e traidores do Brasil, os quais estariam infiltrados dentro da cúpula do governo, intervindo de modo suspeito. A expressão ganhou popularidade nas páginas dos jornais liberais, sendo estrategicamente escrito, em tipos itálicos ou iniciais maiúsculas, em jornais como *O Universal*, *O Homem Social* e *Novo Argos*. Em texto publicado no dia 11 de abril de 1831, o jornal *Aurora Fluminense,* por meio de um jogo de metáforas, alerta aos "Cidadãos Brasileiros" relembrando o episódio em que os portugueses, "ingratos Luzitanos, sedentos do sangue Brasileiro, e escudados pelo infame Gabinete secreto, tentou lançar em nossos pulsos os ferros da antiga escravidão"[228].

Para ter uma dimensão de como esta expressão *Gabinete secreto* esteve disseminada por

[226] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 34.
[227] NOVO ARGOS ed. 21; ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 33.
[228] AURORA FLUMINENSE, ed. 470.

alguns jornais liberais durante o ano de 1831, realizamos, na base da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, uma busca de palavras-chave no conteúdo dos jornais *Aurora Fluminense*, *Astro de Minas* e *O Universal*, todos de orientação liberal. Observamos que a expressão circulou nos periódicos entre 1828 e 1834, mas a maior proporção de ocorrências foi no ano de 1831, em todos eles.

Quadro 11: ocorrências da expressão *Gabinete Secreto* em jornais liberais

ESTRELLA MARIANNENSE (1830-1832)	
Astro de Minas (Minas Gerais)	29 ocorrências entre 1828 e 1834, em que 25 delas para o ano de 1831
Aurora Fluminense (Rio de Janeiro)	33 ocorrências entre 1828 e 1839, em que 11 delas para o ano de 1831
O Universal (Minas Gerais)	27 ocorrências entre 1831 e 1834, em que 25 delas para o ano de 1831

Fonte: Astro de Minas (1828-1834), Aurora Fluminense (1828-1839) e O Universal (1831-1834)

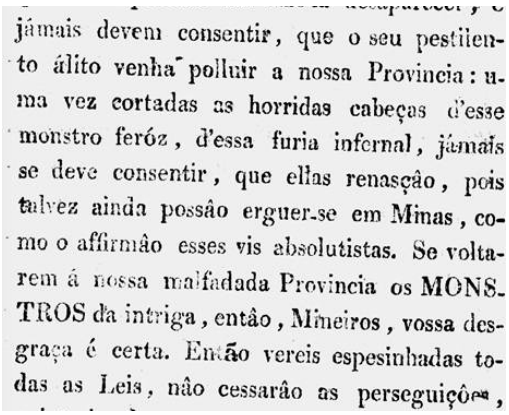
Nota-se que houve um empenho por parte desses jornais de veicular a expressão, em maior proporção no ano de 1831, ano da Abdicação de D. Pedro I. E um dos principais argumentos quando se mencionava a expressão *Gabinete secreto* era construído em torno de uma conspiração premeditada que viria de dentro do gabinete e que poderia arruinar os planos para a Nação. Os membros do *Gabinete Secreto* eram acusados pelos liberais de estarem agindo às escondidas de Pedro I, e conspirando contra a Pátria. Além disso, na visão dos librais, estariam oferecendo privilégios aos portugueses "indignos", priorizando-os com cargos públicos em detrimento dos brasileiros. Vinculados a este grupo estariam também de acordo com os liberais, as pessoas ligadas ao jornal *O Telégrapho* em Minas Gerais, uma folha que pregava, segundo os liberais, o "despotismo" e o "impolítico"[229]. O suposto plano projetava restituir o poder de Portugal, devolvendo ao Brasil o status de colônia. E, embora tenha sido colocado como uma grande conspiração nas páginas liberais, segundo Pandolfi (2014), não teria passado apenas de um rumor que ganhou centralidade nas incendiárias folhas do período. Conforme Pandolfi (2014, p. 310), os rumores de recolonização disseminaram-se por toda a sociedade por meio de jornais influentes, como *Aurora Fluminense*, *Republico* e *Tribuna do Povo* e, além disso, "passaram a ameaçar a estabilidade política da corte e a influenciar a vida cotidiana das pessoas".

Em tom metafórico, o texto regozija a descoberta do plano por parte dos liberais e comemora o fato de o Imperador ter demitido o grupo chamado de "Ministério clementino",

[229] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 33.

possivelmente se referindo à "corja traidora", que, segundo eles, visava somente aos interesses de Portugal. Afirmava que "A voz da razão, ainda que por algum tempo suplantada por essa rouca voz da intriga, levou-lhe a palma, e cortou os merecidos louros"[230].

Figura 8: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



jámais devem consentir, que o seu pestilento álito venha polluir a nossa Provincia: uma vez cortadas as horridas cabeças d'esse monstro feróz, d'essa furia infernal, jámais se deve consentir, que ellas renasçâo, pois talvez ainda possâo erguer-se em Minas, como o affirmâo esses vis absolutistas. Se voltarem á nossa malfadada Provincia os MONSTROS da intriga, entâo, Mineiros, vossa desgraça é certa. Então vereis espesinhadas todas as Leis, nâo cessarâo as perseguiçôes,

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Em trecho da matéria, é possível visualizar recursos utilizados na construção do texto quando afirma que "jamais devem consentir que o seu pestilento álito venha poluir a nossa Província". Além do intenso jogo de palavras, é presente também o uso da caixa alta quando se refere ao inimigo enquanto um "MONSTRO da intriga". A matéria evoca pelo destinatário, e, nesta hora, surge aquele que seria o leitor visado, aquele que é imaginado pelo redator quando clama aos "Mineiros" para que estejam atentos.

Neste momento, o texto dirige-se para os aliados dos liberais, que possivelmente estariam contemplados pelo texto que liam. E alerta para que não consintam o retorno dos inimigos, pois as "hórridas cabeças deste monstro feroz" irão "poluir a Província". O termo "poluir", trazido enquanto uma das metáforas, se refere a veicular as ideias absolutistas, assim como o modo de dizer que serão "espezinhadas todas as Leis". O uso do que poderíamos de um jogo metafórico e de palavras vai construindo a atmosfera de um inimigo que paira no ar, que estaria envolvido no governo, e que poderia não estar totalmente abatido, sendo ainda uma ameaça eminente. De acordo com Pandolfi (2014, p. 312):

[230] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 34.

> Os rumores de recolonização foram fundamentais para politizar os conflitos antilusitanos historicamente presentes na sociedade brasileira, envolvendo a sociedade de forma mais ampla e assim contribuindo para afirmar uma identidade brasileira que se contrapôs ao português. (PANDOLFI, 2014, p. 312).

O inimigo, nesse caso, eram os portugueses e também aqueles brasileiros afeitos à restauração, porque estariam em oposição à Lei, em oposição aos liberais e provocando as perseguições à causa liberal. Eles representariam o "monstro feroz" e a "fúria infernal". E as marcas de uma escrita retórica se fazem presentes no texto quando se opera com a ordem dos afetos, neste caso, porque o texto causa a impressão de que poderiam voltar à "malfadada Província os MONSTROS da intriga". O temor que se via no retorno ao status de colônia parece sugerir que a estratégia de produção do medo também foi utilizada neste caso. Promovia-se o medo da possível perda dos direitos, que estaria iminente, sobretudo, se as leis fossem "espezinhadas". Isso simbolizava um modo de persuasão importante, porque suspendia uma possível sensação de segurança e corroborava com sensação de instabilidade política vivenciada no contexto da Regência. Conforme o *Tratado de afecctos e costumes oratórios*[231]*,* o modo legítimo de exercitar o Medo é: "Mostrando-se que o mal além de grande esta iminente (p. 23)".

As palavras e expressões como "Monstros inexoráveis", "Tyrano sedento de sangue humano", ou "Sanhudo monstro", eram utilizadas com frequência para nomear os membros do clero na cidade de Mariana, em especial direcionadas ao Bispo José de Santíssima Trindade, a quem os liberais nutriam "enorme ódio", e vice-versa.

Esses episódios, que foram analisados para a construção da figura do inimigo, indicam que o *exercício da polêmica* se configurava como uma das estratégias discursivas empregadas pelo jornal. De acordo com Maingueneau (1989, p. 125),

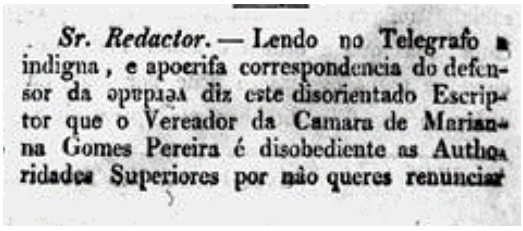
> O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, consequentemente, insuportável. (MAINGUENEAU, 1989, p. 125).

[231] Tratado dos affectos e costumes oratórios considerados a respeito da eloquência servidos em duas partes. Biblioteca Nacional de Portugal (Cota: L. 17308P.)

Enquanto os liberais agiam combatendo e desqualificando os seus adversários políticos, os adversários, fossem eles os redatores do *Telégrapho*, os portugueses, ou membros do clero, seguiam obstinados em busca dos mesmos objetivos, combater e desqualificar o seu adversário liberal.

Em uma correspondência escolhida para ser publicada no jornal *Estrella* em maio de 1830, continha uma crítica ao Telégrafo devido ao fato de este ter publicado o que seria uma "indigna, e apócrifa" correspondência que censurava o vereador da Câmara de Mariana, Gomes Freire. Note que, nesse período, o redator Nunan ainda não havia sido demitido da sua função de secretário da Câmara e, portanto, utilizava a sua folha para defender a honra dos membros daquela casa. O correspondente do *Estrella* nomeia o *Telégrafo* de "defensor da verdade [palavra invertida]" e o seu correspondente de "disorientado Escriptor" pela censura feita.

Figura 9: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



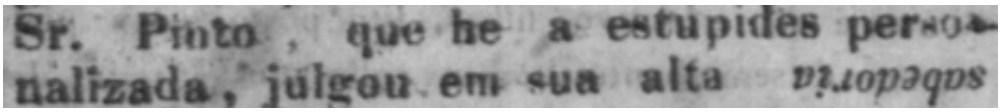
Sr. Redactor. — Lendo no Telegrafo a indigna, e apocrifa correspondencia do defensor da ɐpɹnpɐ diz este disorientado Escriptor que o Vereador da Camara de Mariana Gomes Pereira é disobediente as Authoridades Superiores por não queres renunciar

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

O recurso tipográfico *Palavras invertidas* era utilizado para exprimir ironia, ou sentido oposto àquele que se pretendia, e foi utilizado quando se referia especialmente aos opositores políticos ou em situações que, na visão do redator, mereciam críticas mais contundentes ou cômicas. Neste caso, a palavra verdade foi invertida para acusar que *O Telégrapho* seria, na realidade, um periódico defensor da mentira. O recurso surge nesta correspondência publicada na edição 3 e, a partir de então, foi utilizado apenas em mais 2 edições nos textos do jornal.

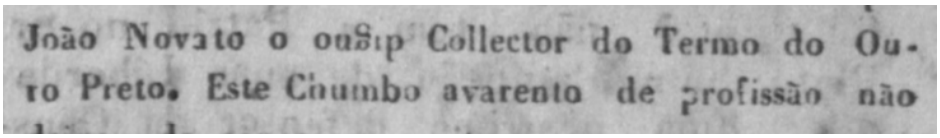
Nos demais jornais que foram publicados na *Tipografia Mariannense,* este recurso foi observado também em *O Revisor,* em uma de suas duas edições a que tivemos acesso. Em texto publicado na edição 7, as *Palavras invertidas* foram empregadas para se censurar o opositor em uma matéria que tratava do funcionamento de questões administrativas. As palavras "digno" e "sabedoria" foram invertidas neste caso para trazer também a ironia.

Figura 10: Trecho de *O Revisor* (1833).


Sr. Pinto, que he a estupides per-
nalizada, julgou em sua alta

Fonte: O Revisor. Recorte extraído pela autora.

Figura 11: Trecho de *O Revisor* (1833).


João Novato o ousip Collector do Termo do Ou-
ro Preto. Este Chumbo avarento de profissão não

Fonte: O Revisor. Recorte extraído pela autora.

Importante observar que, além das *estratégias tipográficas,* as *estratégias discursivas* estão empregadas sincronicamente no texto, porque o tom com que é desqualificado o adversário se torna inseparável do modo como ele é desqualificado. De acordo com Maingueneau (1989), o tom daquilo que é dito é inseparável do que é dito para desqualificá-lo. Neste cenário, o tom ofensivo ganha força e objetividade quando se expressa na forma tipográfica. Conforme Maingueneau (1989), "O tom está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O 'caráter' corresponde a este conjunto de traços 'psicológicos' que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer" (MAINGUENEAU, 1989, p. 47).

O recurso *Palavras invertidas* foi observado também em algumas outras folhas liberais, embora não fosse utilizado com frequência; observamos o recurso em o *Astro de Minas*[232]*,* de São Joao Del-Rei; e no *O Universal*[233]*,* de Ouro Preto. E, além disso, não era utilizado unicamente pelas folhas liberais, pois observamos que o adversário *O Telégrapho*[234] também trazia palavras em formato invertido para representar a ironia. Geralmente, este recurso estava associado também com outros recursos, como, por exemplo, o itálico, a caixa alta e alguns dos recursos discursivos que eram também utilizados em demais jornais do período.

A escrita das matérias no jornal *Estrella Mariannense* possuía algumas marcas de oralidade, contendo recursos de uma linguagem retórica, e as matérias eram, de forma geral,

[232] ASTRO DE MINAS, ed. 612.
[233] O UNIVERSAL, ed. 438.
[234] O TELÉGRAPHO, ed. 171.

marcadas por uma eloquência expressiva, em que o autor construía intensas críticas e lançava ideias as quais se manifestavam quase sempre como convicções e munidas de emoções.

Além do emprego deliberado de estratégias persuasivas para convencer o leitor com as palavras, a oratória presente em sua escrita parecia ter uma função específica, para além de informar e influenciar. A escrita ansiava querer trazer o leitor para dentro de uma atmosfera específica do texto, uma atmosfera que apresentava, sobretudo, marcas da língua falada; algo que parecia ser capaz de levar o leitor a assimilar a palavra lida, apercebendo-se dela em sua forma de palavra dita. Se partirmos da premissa de que isso acontecia, parece importante questionar se esse elemento de oralidade estava presente na sua escrita de modo intencional ou não. O que foi possível observar é que algumas marcas da oralidade expressavam-se nas formas da escrita, para além de uma retórica elaborada que, aliada a sentimentos e emoções, se tornavam fundamentais para convencer e expressar aquilo que se pretendia. Realizar, por exemplo, críticas contundentes ao opositor, demarcar a insatisfação perante os desajustes do sistema constitucional e afrontar com indignação o Estado, a Igreja e as posturas de diversos políticos.

As palavras e expressões associadas a outros pares de expressões serviam para qualificar os sujeitos opositores dos liberais. A escolha dos termos com a finalidade de circunscrever o leitor em uma associação de ideias poderiam ser comuns na oralidade. De acordo com Galvão (2000), as marcas de oralidade, quando estão presentes nos textos, podem ser percebidas por meio de alguns indicadores, entre eles, a utilização de um dialeto oral regional, a presença de diálogos ou de discursos diretos, a presença do elementos mítico-religiosos e a presença de adjetivos que possuem papel determinante para o significado que se pretende dar ao texto. De acordo com a autora, quando há marcas de oralidade, "A pontuação utilizada parece, muitas vezes, obedecer mais ao ritmo da fala, declamatória ou não, do que às exigências da leitura" (GALVÃO, 2000, p. 219). Outro indício que caberia para análise do *Estrella* seria o papel dos adjetivos, como, por exemplo: "Infame! Ah Monstro! Mil perseguições ...ah monstro!", que eram frequentemente e intencionalmente inseridos pelo redator do jornal. Importante dizer que eles cumprem o papel, "junto ao leitor, de norteadores daquilo que será o "bem" e o "mau" no enredo, são os mais adjetivados" (GALVÃO, 2000, p. 227).

Podemos mencionar também, como exemplo, os trechos presentes no jornal que evocavam diretamente o interlocutor, como: "As armas Mariannenses! As armas! Corramos,

voemos, se é possível em socorro da Nação"[235]. Nos textos de Correspondentes que se dirigiam ao redator, por exemplo, é possível observar a presença de textos que remetem a diálogos: "não ria com isto Sr. redator. Não é gracejo. Ouça me"[236]. Há ainda os exemplos em que a pontuação parece não seguir a lógica nem o ritmo da escrita, mas sim o ritmo da fala, como, por exemplo, neste trecho: "pedimos ao João Jose Lopes, que se desengane duma vez e fique, sabendo que os Mineiros o conhecem, e será impossível que se deixem iludir pelas suas doces palavras"[237]. O mesmo fato pode ser percebido neste outro caso, em que nem tanto pela pontuação, mas pela semelhança com expressões comuns nas formas da oralidade que o texto apresenta: "O certo é que o Presidente da Província está com os olhos muito abertos, e nos esperamos, que o S. Ex. Não consinta em qualquer patronato. Ai da sua reputação se o Arruda sahe da Cadeia do Ouro Preto!"[238].

Várias questões podem estar relacionadas às marcas da oralidade muito presentes na escrita jornalística deste período: o fato de que a minoria da sociedade, durante a primeira metade do século XIX no Brasil, não sendo diferente na província de Minas Gerais, possivelmente possuía habilidades de leitura ainda limitadas; a leitura oral parecia ser uma prática difundida, e a transição do orador para a palavra escrita, conforme Braga (1825 *apud* DURAN, 2009), contribuiu para que traços da oralidade passassem a estar presentes na escrita, sobretudo em impressos de larga circulação e produção seriada, como o caso dos jornais.

Podemos sugerir que a relação com as dimensões da oralidade e da escrita e o fato de que elas aparentavam estarem imbricadas, intercaladas, podem ter reverberado de um modo específico, que teria se tornando constitutivo para os desdobramentos da construção de nossa cultura política durante o século XIX.

3.3 Os preceitos da fé de mãos dadas com o liberalismo pela "santa causa da liberdade"

Em sua primeira edição, o *Estrella* afirmava que seu objetivo era ser uma folha atenta e de olho vivo para as irregularidades e os desrespeitos com as leis. Estando sempre com sua "pena aparada" e disposta a vigiar a cena pública, afirmou que não economizaria esforços,

[235] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 63.
[236] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 62.
[237] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 68.
[238] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 71.

porque era munida de uma "coragem imensa", para exercer o decidido amor da Pátria e o espírito de liberdade. Era por meio de afirmativas com esse tom que Nunan, o redator, julgava- se apto a contribuir para "facilitar a civilização dos povos [...] sem jamais afastar-nos do respeito devido a nossa Religião"[239].

O catolicismo era um traço constitutivo do liberalismo e do projeto de Nação que se constituía durante a primeira metade dos oitocentos. A cultura liberal, portanto, se constituiu em consonância com os acontecimentos ocorridos tanto no Brasil como em Portugal, e girava em torno de questões como "constitucionalismo monárquico, representação, divisão de poderes, pacto social, soberania da nação, direitos do cidadão e liberdade, opondo-se a tudo aquilo que se relacionava ao governo absoluto" (BASILE, 2001, p. 93).

A nova linguagem política, bem como o novo vocabulário que surgiu embalados por esse contexto, fundamentava-se de acordo com Basile (2001) e Neves (2003) amplamente nas chamadas mitigadas Luzes portuguesas, o que, por sua vez, "explica os limites de seus mais caros valores, como a união entre monarquia constitucional e Igreja católica, uma visão de mundo embaraçada na doutrina cristã, e uma liberdade e igualdade restritas ao plano da lei" (BASILE, 2001, p. 93).

Sobre as principais linhas de argumentação do *Estrella Mariannense*, destacamos, nesta parte, aquela que pretendia orientar acerca das bases que, na visão dos liberais, o Estado Nação deveria ser construído. Esta linha de argumentação se sustentava no formato de uma díade pautada na argumentação entre liberalismo e religião católica como sendo os pressupostos sob os quais a Nação deveria se fundar, e estas seriam as bases para trazer progresso e a liberdade para o Brasil. Podemos dizer que esta argumentação consubstanciava-se em um liberalismo muitas das vezes entrelaçando-o com argumentos relacionados à cristandade e mesclando-os com o uso das teorias de filósofos iluministas. As reflexões não desconstruíam a legitimidade do poder divino, ao contrário, reiteravam este poder afirmando que os Céus honrariam o homem liberal, porque "Deos é constitucional"[240] e a "Constituição Santa"[241].

A justiça divina e seu poder de castigar, em prol da causa pública, era mencionada nas reflexões do *Estrella*. Talvez muito relacionada ao fato de que a esfera pública não estava, durante a primeira metade dos oitocentos, devidamente consolidada. E, portanto, ao que tudo indica, havia uma atmosfera de impunidade pública – especialmente para com aqueles que

[239] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.
[240] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 58.
[241] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.

cometiam atos ilícitos contra a ordem e o bem público. O redator, como os olhos do bem público, e desempenhando papel de censor do Estado, delatava e censurava os atos ilícitos na política, em uma espécie de coação, em que era posto em ação também o âmbito religioso. Se os políticos, por interesse, ou qualquer outro motivo, acobertavam irresponsabilidades, ou deixavam os corruptos impunes, a justiça divina não os deixaria.

Nesse processo de construir a argumentação em favor da díade da Nação, as críticas a membros do alto clero marianense se destacavam, em especial ao Bispo Frei José de Santíssima Trindade e aos lentes integrantes do Seminário de Mariana. As críticas estavam também por vezes relacionadas aos discursos sobre necessidade da instrução para a população e da disseminação do ideário das Luzes para o bem público.

Em novembro de 1830, uma matéria contendo citações em latim, metáforas, trechos em tipos itálicos e uma escrita retórica abordava, de forma contundente, as bases políticas em que se deveriam fundar a sociedade. Versava "sobre as três fortes colunas *Religião, Legislação, e Educação"*[242] sob as quais se deveria constituir uma Nação. Caso faltasse qualquer desses pedestais, estaria estremecido o "Edifício Social" da civilização. De acordo com Neves (2003), "Associada à ideia de progresso e desenvolvimento das Luzes, registra-se a palavra **civilização,** como um conjunto de características que se apresenta aos olhos de um observador de um grupo humano: vida material, intelectual, moral, política e social" (NEVES, 2003, p. 166, *grifo da autora*). Ao fazer considerações sobre a importância de possuir códigos e Leis, reitera que, sem educação e sem respeito à Religião – "o poderoso sustentáculo"[243] – uma Nação acabaria se tornando uma vítima, "tomada pela anarquia". Em latim, o texto recupera uma citação de Horácio: *Quid legis sine moribus? Vane proficiunt*, que se traduz "Que valem as leis se os costumes não correspondem?". Os costumes eram tomados como pressupostos fundamentais, assim como as leis. Um não valeria sem o outro. E no que se refere aos costumes dos povos e à instrução, a importância da palavra evangélica era um elemento fundamental, porque, conforme palavras de Manoel Ignácio Melo e Souza, Presidente da Província mineira: "O Cristão ilustrado será sempre o Cidadão mais livre"[244].

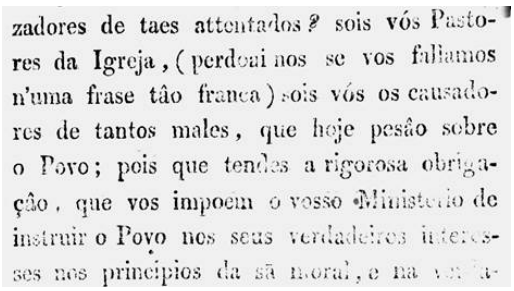
Fonseca (2016) nos explica sobre a presença de elementos de matriz religiosa que eram frequentemente associados às concepções sobre a educação:

[242] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 27.
[243] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 27.
[244] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 80.

> O fato de que muitos aspectos das concepções sobre educação e instrução tenham vindo do pensamento moderno, forjado a partir do século XVI na Europa, não excluía a presença de elementos que, ao contrário de mudanças, pretendiam a conservação de ideias, normas e comportamentos. Ou que a modernização pretendida por meio de reformas, além de criar novas instâncias educativas fundadas em pressupostos ilustrados e racionais, deixasse de lado fatias importantes da formação e das práticas culturais predominantes, sobretudo aquelas de matriz religiosa católica (FONSECA, 2016, p. 183).

A matéria acima mencionada visava também tratar do roubo de uma âmbula, ocorrida no sacrário de Inficcionado, algo visto como crime e sacrilégio que, segundo o texto, seria culpa dos "pastores da Igreja". Conforme a matéria, os pastores eram responsáveis por educar o povo na sã moral, mas ao contrário, estariam deixando-os na completa ignorância da religião e dos valores da liberdade. A ignorância desses valores era o que levaria a sociedade aos "males" que vinham atingindo Província mineira. Na Figura 12, é possível visualizar dois recursos tipográficos utilizados pelo jornal.

Figura 12: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



zadores de taes attentados? sois vós Pasto-
res da Igreja, (perdoai nos se vos fallamos
n'uma frase tão franca) sois vós os causado-
res de tantos males, que hoje pesão sobre
o Povo; pois que tendes a rigorosa obriga-
ção, que vos impoem o vosso Ministerio de
instruir o Povo nos seus verdadeiros intere-
ses nos principios da sã moral, e na ver-

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

O uso de iniciais em maiúscula trazem destaque para as palavras que se pretendia demarcar visualmente: "Pastores da Igreja, "Povo" e "Ministério de instruir o Povo", em que mais uma vez as palavras contendo iniciais em maiúscula foram colocadas em lugar oportuno, na frase. Esse léxico cria, portanto, uma espécie de narrativa implícita, que evidencia também as linhas de força do discurso, ou seja, os Pastores causavam os males que pesam sobre o Povo, estariam privando-os do Ministério de instruir. Como assinala Fonseca (2016), "a educação percebida como formação geral do indivíduo para tornar-se bom súdito e bom cristão passava pela confluência entre a formação para a civilidade e a doutrinação cristã de matriz católica" (FONSECA, 2016, p. 178).

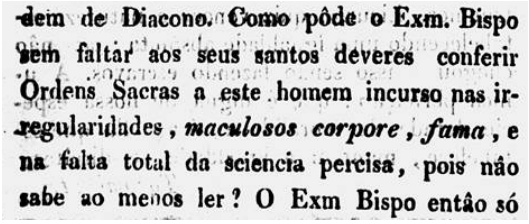
Também neste caso o uso dos parênteses é utilizado para complementar uma ideia, sem ter que a explicitar no texto, mas com o objetivo de trazer a consciência do redator, que tem ganas de criticar a postura da Igreja, mas ao mesmo tempo pede perdão por ser tão franco. De

acordo com Maingueneau (1989, p. 160), "deve ser compreendido particularmente o fato de que a argumentação da linguagem se apoia frequentemente sobre o implícito: o implícito não é uma lacuna presente em uma alocução que, de direito, deveria ser explicitável, mas constitui uma dimensão essencial da atividade discursiva".

Em maio de 1831, uma correspondência enviada por um Ex-Seminarista foi publicada no *Estrella* e, ocupando as duas colunas da página do jornal, era claramente endereçada ao Bispo José de Santíssima Trindade. Dizia o correspondente ao redator: "julgo acertado fazer chegar aos ouvidos do Exm. Bispo Mariannense pelo meio da sua Estrella algumas coisas dignas de atenção"[245]. O texto afirmava que o Bispo estaria nomeando Ministros incapazes para suas funções, estaria ele seguindo "suas paixões" e por isso "tomando debaixo da sua ilícita proteção intrigantes, e hypocritas". A crítica se direcionava especificamente a um sujeito "incurso nas irregularidades"[246] chamado Justino Ferreira Pinto, o feitor da quinta onde ficava o Seminário de Nossa Senhora de Boa Morte. De acordo com o texto, ele teria espalhado intrigas de que os "Seminaristas que traziam o Laço Nacional, pretendiam espancar o reitor", o Bispo Frei José. Logo, isso teria ocasionado a expulsão de alguns Seminaristas.

Ao insultar o Bispo pela sua decisão, o suposto correspondente ofende o tal feitor, com uma citação em latim que foi impressa com tipos em formato itálico, "*maculosos corpore, fama*", que na tradução seria um "corpo manchado pela fama", e diz que lhe falta a ciência precisa, "pois não sabe ao menos ler?". Neste caso, o saber ler assume uma condição de aptidão, e é usado na tentativa de desqualificar e menosprezar o tal feitor para a função de Ministro.

Figura 13: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).

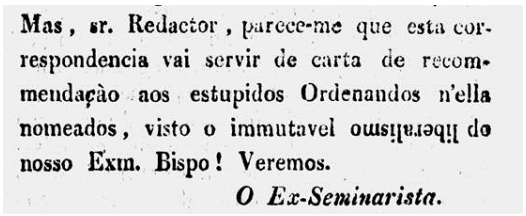

dem de Diacono. Como pôde o Exm. Bispo
sem faltar aos seus santos deveres conferir
Ordens Sacras a este homem incurso nas ir-
regularidades, *maculosos corpore*, *fama*, e
na falta total da sciencia percisa, pois não
sabe ao menos ler? O Exm Bispo então só

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

No mesmo texto, o uso da palavra invertida aparece novamente, com pretensão de expressar ironia acerca do "immutavel [liberalismo] do nosso Exm. Bispo!". De acordo com McKenzie (2018, p. 35), "a ironia depende crucialmente do contexto".

[245] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 65.
[246] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 65.

Figura 14: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



Mas, sr. Redactor, parece-me que esta correspondencia vai servir de carta de recommendaçào aos estupidos Ordenandos n'ella nomeados, visto o immutavel ouɯsıʃıqǝɹǝq do nosso Exm. Bispo! Veremos.

O Ex-Seminarista.

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Em seguida, como uma espécie de continuação da fala do suposto correspondente, o redator toma a palavra e ratifica as críticas que foram trazidas e diz "O nosso Correspondente tem com efeito sobeja razão de clamar contra o abuso que se tem feito admitindo homens inteiramente estúpidos às Ordens"[247]. Alega que, desconhecendo a gramática, decoram-se para os devidos exames o Breviário, e censura dizendo que "Um Padre ignorante, e estúpido" encontra-se bem longe de mover "nossa atenção".

As críticas intensas ao Bispo assumiam frequentemente destaque nos textos do jornal, o que nos parece mais um dos indicativos de que o *Estrella* tenha passado a coadunar, a partir do contexto da Abdicação, com algumas das ideias dos liberais exaltados. De acordo com Basile (2001), os liberais moderados se apresentavam como seguidores dos postulados clássicos liberais, queriam promover reformas político-institucionais que visavam reduzir o poder do imperador, e davam prerrogativa à Câmara dos Deputados, além de defenderem autonomia do Judiciário. Essa ala dos liberais pretendia garantir os direitos civis "instaurando uma liberdade *moderna* que não ameaçasse a ordem imperial" (BASILE, 2013, p. 16). Uma outra matiz do liberalismo, de feições e discursos mais radicais, eram os liberais exaltados, que muito inspirados em Rousseau e Montesquieu:

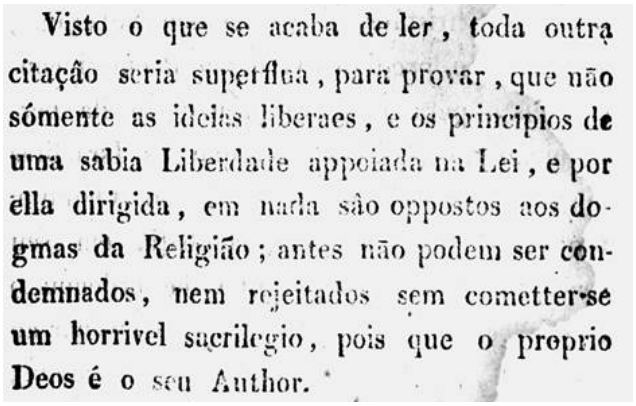
> buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos; pleiteavam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária (BASILE, 2013, p. 16).

O tema da plena separação entre Igreja e Estado era duramente tratado pelos liberais exaltados e, por conseguinte, também era duramente tratado no *Estrella Mariannense.* Mas note que isso era feito, no caso desse jornal, de forma quase que oportuna. Por exemplo, enquanto se definia uma ideia de um incontestável "*Deos Liberal*"[248], defendia-se uma esfera

[247] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 65.
[248] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 58.

pública que se mantivesse livre e distante das influências da Igreja. Em uma matéria publicada em junho de 1831 que abordava trechos da obra intitulada *Commentario Liberal sobre a santa Biblia,* de autoria do Padre Carrieres, o redator, após reunir trechos dos capítulos, destaca, utilizando uma escrita que mais parecia com os modos próprios da fala, estabelecendo um diálogo direto com o leito, ele diz: "Prossigamos, e ajuntemos algumas citações para tornar mais fortes as provas de que avançamos". Na sequência, afirma a ideia de que um Deus é liberal porque concede aos homens a escolha de aceitar ou recusar as Leis.

Figura 15: Trecho do *Estrella Mariannense* (1830-1832).



Visto o que se acaba de ler, toda outra citação seria superflua, para provar, que não sómente as ideias liberaes, e os principios de uma sabia Liberdade appoiada na Lei, e por ella dirigida, em nada são oppostos aos dogmas da Religião; antes não podem ser condemnados, nem rejeitados sem cometter-se um horrivel sacrilegio, pois que o proprio Deos é o seu Author.

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Ao final, o texto declara que qualquer citação seria supérflua para provar que os princípios e as ideias liberais são apoiados na Lei, e não são em nenhuma medida opostos aos dogmas da Religião, porque o próprio Deus é seu autor. Personifica-se a ideia de Deus como um autor primordial das teorias liberais. E, por meio das iniciais maiúsculas, destacam-se as palavras "Liberais", "Lei", "Religião", "Deos" e "Author". Consubstancia-se com este recurso tipográfico a argumentação principal da relação, que aliás, dizia-se que era de ordem divina, e interligaria os liberais à religião, às leis e a Deus.

Importante mencionar que os embates que ocorriam entre os liberais e o Bispo José de Santíssima Trindade envolvem também uma "necessidade dos liberais de elaborarem e difundirem uma visão diversificada da religião católica institucionalizada que era a favor da centralização do governo" (HORACIO, 2009, p, 69). Ao observar a intensidade de críticas à Igreja que eram feita pelos liberais neste contexto, Horácio (2009) sugere que "os liberais não

podendo negligenciar o *ethos* religioso mineiro, buscaram na oposição que fizeram a ela, propor uma religiosidade desvinculada da Igreja". Portanto, este embate representava mais do que uma disputa que poderíamos chamar de particular, e estava inserida no bojo de questões maiores que dizem da formação do Estado nação e de qual seria o papel da Igreja neste processo.

De acordo com uma de nossas hipóteses, o movimento de construção do jornal esteve marcado pelas dimensões da oralidade e escrita que estariam de certo modo entrelaçadas e expressavam-se nos modos como se escolhia veicular o conteúdo. Segundo Galvão e Batista, muitos pesquisadores que desenvolvem estudos acerca das culturas orais e escritas têm afirmado que as relações entre oralidade e escrita são mais complexas do que alguns estudos supõem e que, portanto,

> As grandes dicotomias estabelecidas entre oral e escrito têm sido, para eles, incapazes de explicar as intricadas relações existentes entre as diferentes formas de linguagem, as características e os modos de pensamento em culturas diversas. Afirmações como [...] que as culturas podem ser divididas em "orais" e "escritas", sem que seja considerada a coexistência do oral e do escrito na mesma época e no mesmo lugar, tem sido problematizadas e investigadas com maior profundidade em vários estudos. (GALVÃO; BATISTA, 2006, p. 423)

Nessa mesma linha de pensamento, Street (1995 *apud* GALVÃO; BATISTA, 2006, p. 425) não considera que a escrita seja um marco que divide e delimita a cultura oral em oposição à cultura escrita; para ele, "o oral e o escrito coexistem incessantemente, havendo um trânsito contínuo entre esses dois modos de expressão".

Complementar a isso talvez seja possível sugerir que o intercalar dessas duas dimensões tenha se expressado no universo da escrita, influenciando o modo como os textos eram construídos. O redator Nunan, assim como muitos outros redatores de jornais que sustentavam a causa liberal, apropriou-se de um recurso bastante relacionado ao universo das técnicas da oratória e da retórica, e os incorporou ao seu processo de escrita do *Estrella Mariannense*. Isso possivelmente facilitava em muito a propagação de ideias, o entendimento e a assimilação das mesmas ideias, e, principalmente, a persuasão pretendida pelos textos. Também é indício da leitura pública nas praças e tabernas, modalidade essa que muito se beneficiaria de uma escrita marcada pela oralidade. De acordo com o *Tratado dos Affectos:* "Todo o grande artifício de mover e aplacar as paixões pelo discurso, se reduz, segundo um

Moderno ilustre, ao simples preceito de expor, amplificar, ou diminuir com palavras os bens ou males" (p. 57) [249].

A luta política implementada pelos liberais em favor da constituição de uma nacionalidade encontrou terreno fértil na sociedade mineira, e Nunan parecia apropriar-se de muito do que lia, também conforme o crivo da realidade que o cercava. Ou seja, em um contexto político intenso, combativo e turbulento em que os grupos políticos, com suas diversas matizes, engendravam disputas visando implementar um projeto de Nação que lhes desse fundamentação à ideia de pátria e nacionalidade.

Os textos escritos por Nunan eram baseados em um repertório de leitura e um cotidiano de debates e, por isso, eram capazes de sustentar as principais linhas de argumentação propostas pelo seu jornal. É importante considerar que, para a construção de seus argumentos, o redator escolhia tratar do tema, dos conceitos, de utilizar os recursos que mais pareciam ser interessantes e úteis para persuadir seu leitor naquele contexto. Temas os quais julgava ele que eram necessários mobilizar e veicular àquela altura do contexto político conturbado da Abdicação e Regência. Além de utilizar uma série de recursos de ordem textual e tipográfica e uma escrita retórica, o redator escolhia trechos de obras e máximas para enfatizar reflexões que julgava importantes para os leitores. Trabalhar com as emoções do leitor também se configurava como uma importante estratégia utilizada pelo redator. Envolviam-se os leitores nas entrelinhas da escrita, nas metáforas, nos exemplos e adjetivos, em uma série de recursos que guiavam o olhar e o ato da leitura, e que acabavam produzindo sentido, embalando conexões mentais. Nunan parecia acreditar insaciavelmente no liberalismo que pregava, nas reflexões que trazia em seus textos. Conforme o Tratado de Affectos: "o meio geral e mais seguro de mover os Afetos é estar o Orador realmente deles penetrado" (p. 59).

Com este capítulo, pudemos observar aspectos importantes de um movimento de construção e implementação de estratégias que eram das mais variadas naturezas, e que eram postas em ação pelos meios do texto e do impresso para educar o leitor. Os elementos discursivos, retóricos e tipográficos presentes na escrita eram constitutivos do sentido assumido pelo texto e fundamentais para o convencimento do leitor. A seguir, no Capítulo 4, buscaremos refletir sobre os diálogos que foram estabelecidos entre os membros da sociedade marianense e o jornal, e sinalizar quem poderiam ser esses possíveis leitores para quem a escrita repleta de recursos e arranjos poderia estar destinada.

[249] Tratado dos affectos e costumes oratórios considerados a respeito da eloquência servidos em duas partes. Biblioteca Nacional de Portugal (Cota: L. 17308P.)

CAPÍTULO 4

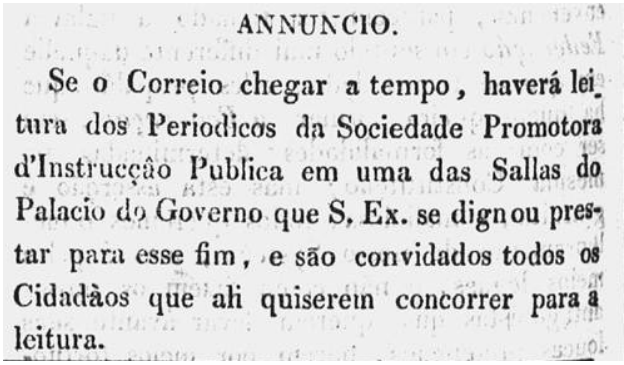
Os diálogos da sociedade com o jornal *Estrella Mariannense:* indícios de leitores visados e leitores empíricos

Ao longo do século XIX, estudos vêm demonstrando que havia, no Império, não somente a disponibilidade de textos impressos para serem lidos, mas também uma intensa circulação de impressos das mais variadas naturezas e, sobretudo, livros vindos de outros países (ABREU; DEAECTO, 2014). Mas, em contrapartida, havia uma sociedade que, predominantemente, não sabia ler. Durante as primeiras décadas do século XIX na província de Minas Gerais, o estabelecimento da imprensa e o aumento da circulação de impressos periódicos, bem como a abertura de instâncias de circulação do escrito, como bibliotecas e gabinetes de leitura, e aulas públicas e particulares, contribuíram para ampliar o contato e o acesso à leitura e ao escrito. Isso pode ter contribuído para o desenvolvimento de habilidades também para a leitura de jornais políticos (MORAIS, 2009).

Seria possível caracterizar de algum modo a capacidade leitora da sociedade marianense? Se considerarmos a hipótese de que os jornais eram lidos somente por jornalistas, padres, professores, comerciantes e políticos, ainda assim, não poderíamos excluir a possibilidade de que aquela parcela que aparentemente não sabia ler possuía meios de acessar o debate veiculado na imprensa. Um bom exemplo que nos faz pensar pode ser observado no anúncio que foi publicado pelo *O Universal* em abril de 1831[250], em que se convidavam todos os cidadãos para a leitura de periódicos em uma das salas do Palácio do Governo da província, na cidade de Ouro Preto.

[250] O UNIVERSAL, ed. 583.

Figura 16: Trecho d'*O Universal* (1825-1842).



ANNUNCIO.

Se o Correio chegar a tempo, haverá lei tura dos Periodicos da Sociedade Promotora d'Instrucção Publica em uma das Sallas do Palacio do Governo que S. Ex. se dignou prestar para esse fim, e são convidados todos os Cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura.

Fonte: O Universal. Recorte extraído pela autora.

A presença desse anúncio nos leva a pensar sobre estratégias ligadas ao universo da oralidade que eram e que poderiam ser criados para ampliar os processos de participação dos indivíduos na cultura escrita. E que poderiam ser criados tanto por parte daqueles que produziam os impressos, no sentido de facilitar o seu acesso e seus usos, como por parte daqueles que propriamente faziam ou intencionavam fazer o seu uso. Segundo Chartier, "É grande a distância entre o relato pronunciado e a escrita impressa. Contudo, ela não deve fazer esquecer que são numerosos os seus laços. Por um lado, levam à inscrição, nos textos destinados a um vasto público, das fórmulas que são precisamente as da cultura oral" (CHARTIER, 1996, p. 125).

Os textos jornalísticos eram produzidos assimilando elementos da realidade e práticas do cotidiano em que eram produzidos. Em um contexto em que não eram predominantes as habilidades de leitura, os textos jornalísticos pareciam estar harmonizados a algumas demandas pertencentes ao universo da fala. Conforme Fabre (2011, p. 203), "uns leem, outros escutam ou, ao menos, veem, mas todos aproximam-se, bem ou mal, da escrita, todos percebem-na e experimentam a sua presença". O *Estrella Mariannense* possuía uma escrita que trazia semelhanças com a língua falada, ou também semelhanças com a própria escrita do gênero da época. Entre elas, podemos destacar alguns elementos, como o uso de uma escrita repleta de marcas oratórias, o excesso de interjeições e de vocativos, que buscavam estabelecer, no texto, um contato direto com os leitores, o uso frequente de adjetivos, que buscavam construir a figura dos aliados e inimigos, que se consubstanciavam, por exemplo, nas representações de liberal e corcunda, de ilustrado ou absolutista.

De acordo com Carvalho, Bastos e Basile (2012), durante os primeiros anos dos oitocentos, os panfletos e papéis manuscritos, os quais foram determinantes para as mobilizações que levaram ao processo de independência do Brasil, possuíam uma escrita

direta que tinha por finalidade causar impacto sobre os leitores ou os ouvintes, no sentido de facilitar a compreensão das mensagens veiculadas. Sobre os manuscritos, eles afirmam que "expressavam ainda uma cultura oral que lhes permitia alcançar leitores de poucas letras ou sem recursos para comprar folhetos ou jornais" (CARVALHO; BASTOS; BASILE, 2012, p. 24).

O *Estrella* foi um periódico que começou a ser produzido inicialmente em Ouro Preto, para se tornar o primeiro jornal a circular na cidade de Mariana e representar um meio de sustentação e combate pela causa liberal. Ou seja, é importante considerar que havia um esforço no sentido de produzi-lo na capital da Província e enviá-lo para a cidade vizinha, semanalmente, até que fosse instalada a primeira tipografia em Mariana. O que queremos ressaltar é que, tanto quando esteve sendo impresso em Ouro Preto na Typografia Patrícia do Universal, como posteriormente em Mariana na Typografia Mariannense, o seu processo de produção esteve alicerçado em grupos constituídos por homens ligados diretamente à cultura escrita: o padre, político e professor de retórica Antônio Ribeiro Bhering, o deputado e colaborador d'*O Universal* Bernardo Pereira de Vasconcelos, e redator do *Estrella* Manoel Berardo Nunan, comerciantes de porte, como, por exemplo, Honório Ferreira Armonde. Portanto, a sua circulação somente se tornou possível porque havia uma rede de sujeitos dispostos e envolvidos com a política liberal que se empenhavam em prol de um objetivo em comum, e foram esses homens que estiveram envolvidos na produção, ou na viabilização dessa produção, se prontificando em uma missão educativa e civilizadora. De acordo com Morais (2009, p. 110), as elites da primeira metade do século XIX, "ansiosas por atingir graus mais elevados de civilidade, [...] começaram a empreender alternativas para suprir suas necessidades de acesso ao mundo da cultura escrita". E, portanto, empreendiam esse projeto ao mesmo tempo em que difundiam os pressupostos para uma Nação liberal.

É em meio a esse movimento de intencionalidades que o jornal se funda, aliando a propagação dos pressupostos civilizatórios e liberais à missão de publicizar e censurar as supostas "atrocidades" que estariam sendo cometidas pelo Bispo de Mariana, D. Frei José, o qual havia se empenhado em combater a todo custo o avanço das ideias liberais entre o povo marianense. O jornal desenvolvia estratégias que tinham como principal linha de ação envolver os leitores-modelo nas discussões políticas, no sentido de difamar e enfraquecer o partido conservador e censurar as supostas "mentiras" que estariam sendo espalhadas pelos seus principais opositores políticos, os membros do jornal *O Telégrapho*. Opositores estes que, assim como os liberais, também utilizavam a imprensa a seu favor e agiam veiculando em sua folha as doutrinas antiliberais na província mineira. O leitor-modelo, de acordo com

Eco (2011), não somente colabora e interage com o texto, mas ele nasce com o próprio texto, e de cada leitor espera-se um tipo diferente de cooperação. Logo, seria possível inferir, pela leitura dos textos, coisas que eles não dizem de forma explícita, (ou que dizem), e a colaboração do leitor, neste caso, se baseia neste princípio, pois "O perfil do leitor-modelo é desenhado pelo texto e dentro do texto" (ECO, 2011, p. 99).

Este capítulo possui como finalidade refletir acerca dos diálogos que eram estabelecidos entre a sociedade marianense e mineira, com o jornal *Estrella Mariannense*, o que naturalmente requer trabalhar com alguns indícios que nos levam a entender mais sobre os leitores que eram visados para o jornal, bem como também prováveis leitores empíricos.

4.1 Aspectos gerais sobre os leitores visados

Para pensar sobre a circulação do jornal, foi importante considerar, no decorrer de nossas análises, as dimensões do texto e do impresso, lançando luzes nos aspectos da materialidade e dos textos presentes no jornal. Nesse sentido, buscamos nos amparar em alguns questionamentos que pudessem nos auxiliar a refletir sobre os possíveis leitores e, para isso, voltamo-nos para questões como, por exemplo: Em quais localidades da província mineira e do Império o jornal circulava? Quem tinha recursos para comprá-lo? Em quais espaços ele era vendido? A quem se destinavam seus textos? Quem poderiam ser as pessoas com habilidades para a sua leitura? Quais eram as pessoas que possivelmente liam? Acessavam o seu conteúdo somente aqueles que sabiam ler?

Cabe mencionar que esclarecer e delimitar para quem se destinavam os textos de um periódico político durante a década de 1830 em Minas Gerais se constitui como um trabalho de fôlego, não sendo o objetivo central desta pesquisa. No entanto, ao longo de nossas análises, para pensar as estratégias utilizadas pelo jornal para educar a população, de algum modo, perpassamos naturalmente por informações que trazem indícios sobre os leitores visados para o impresso. Deste modo, partindo da importância que consiste em considerar o circuito dos impressos (DARTON, 2010) para a análise dos jornais, buscamos nos inspirar em três pesquisas importantes que foram elaboradas por Galvão (2000), Jinzenji (2008) e Melo (2013). Suas pesquisas, embora distintas no que se refere à conjuntura espaço, tempo e objeto, possuem uma característica que as une, a qual consiste em atentar, com perspicácia e originalidade, para o fato de que elementos da produção, da circulação e da materialidade dos impressos possuem um amplo potencial para trazer indícios sobre quem poderiam ser os seus

leitores. De modo semelhante, buscamos considerar alguns dos elementos observados por elas, para também encontrar indícios acerca dos possíveis leitores do periódico *Estrella Mariannense*. Utilizando informações como pontos de venda, custo do periódico, anúncios que estiveram presentes, marcas de ordem tipográficas, e também aspectos do texto, buscaremos nos aproximar do perfil desses possíveis leitores.

4.1.1 Indícios da circulação: o jornal e os seus possíveis correspondentes

Considerando a dimensão da circulação assumida pelo jornal *Estrella Mariannense* e conforme destacamos no Capítulo II, alguns dos textos que eram enviados à redação pelos correspondentes, se considerarmos que eram mesmo escritos por leitores, nos trazem indícios da circulação. De acordo com Jinzenji (2008), se considerarmos que as correspondências publicadas eram verdadeiramente enviadas por quem se dizia assinante, podemos ter indícios dos locais por onde circulavam o jornal que as publicava.

No caso do *Estrella Mariannense*, esses textos eram, em alguns casos, assinados com codinomes que faziam alusão à localidade de onde possivelmente escrevia o remetente, por exemplo, o "Sentinela dos Arripiados", "Um liberal piranguense" ou o "Liberal Itabirense", quando deixavam assinaturas indicam que o jornal poderia estar sendo lido nestes locais, e que seus leitores estariam buscando dialogar com a folha. Assim como Arrepiados (atual cidade de Araponga em Minas Gerais), que se localizava a cerca de 164 km de Mariana, a atual de Piranga também pertencia, na década de 1830, ao território que compunha o termo marianense. Oficialmente conhecido como Guarapiranga, este distrito possuía uma distância de "oito léguas" da sede, cerca de 33 km, e assumia destaque entre os demais, pois já em 1810 era a maior freguesia da então vila do Carmo, contando com 14.221 habitantes, "o que representava impressionantes 30% de toda a população do município marianense" (ANTUNES & SILVEIRA, 2019, p. 886). Além disso, encontrava-se em posição geográfica estratégica possibilitando a circulação de pessoas, notadamente escravos, ouro e produtos agropecuários, o que facilitaria, por sua vez, a circulação de jornais e demais impressos para aquela localidade. O "Goiano sensível ao pranto da Pátria" também assinou uma correspondência no jornal. E, se levarmos em conta essas assinaturas e considerarmos que os textos eram realmente escritos pelos correspondentes que se diziam assinar, podemos inferir que o jornal circulava não somente na região dos distritos do Termo de Mariana, o qual era geograficamente extenso se comparado ao território de outras cidades da província mineira,

mas poderia estar circulando também em outras províncias, como o Goiás, já que a presença dos correios em Mariana facilitava a circulação de seus jornais para longe, bem como a chegada de jornais de fora na cidade. Nas primeiras décadas do século XIX, como Jinzenji (2008, p. 58) destacou, "o correio era a instância mais importante de comunicação entre os lugares distantes e detinham especial importância para os jornais, obviamente por serem seu principal veículo de circulação". Outros indicativos de que poderia haver uma interlocução entre o jornal *Estrella Mariannense* com a província de Goiás é o fato de que o *Estrella* se apropriou de parte do conteúdo do jornal goiano intitulado *Matutina Meiapotense*[251], quando publicou um de seus textos, como mencionamos no Capítulo 2. E também porque o jornal goiano chegava às Minas, já que, em maio de 1830, o redator de *O Novo Argos* noticiava que "*Goiaz* já tem um Periódico que prega ao Povo as doutrinas da liberdade", e "Vierão às nossas mãos alguns números da *Matitutina Meiapotense* – primeiro produto typographico da província de Goiaz"[252].

A troca de periódicos entre os redatores que partilhavam orientações políticas parecia ser algo comum neste período e representava uma "estratégia inteligente para ampliar a divulgação das folhas" (JINZENJI, 2008, p. 68). Em um anúncio publicado pelo redator do *Guarda Nacional Mariannense,* ele convidava a "todos os Srs. Redatores do Império" que quisessem para fazer a "troca de suas interessantes folhas" [253] por meio do seu envio. Este poderia ser mais um indicativo de como os jornais que eram produzidos na cidade circulavam para além das fronteiras marianenses, uma vez que jornais de outras localidades, como destacamos no Capítulo 2, faziam referências explícitas, citavam ou transcreviam parte de seu conteúdo.

Em uma busca que realizamos pelo termo "*Estrella Mariannense"* na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi possível averiguar que o teor dessas referências explícitas a ele consistia em trechos de matérias políticas, matérias inteiras ou citações curtas. Constatamos que um total de 9 jornais distribuídos entre as províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Minas Gerais o referenciaram entre 1830 e 1832. Estes jornais foram: *Aurora Fluminense*, *O Americano: Jornal Político e Literário, Correio Mercantil* e *Ástrea,* que foram publicados na província do Rio de Janeiro. O *Farol Paulistano,* que foi publicado na província de São Paulo; o *Farol Maranhense,* que foi publicado na província do Maranhão; e *Astro de Minas*, *O Novo Argos* e *O Universal,* que foram

[251] Periódico publicado na província de Goiás nos anos de 1830.
[252] O NOVO ARGOS, ed. 29.
[253] GUARDA NACIONAL MARIANNENSE, 12 de abril de 1834.

publicados em Minas Gerais. Considerando as reflexões acima, podemos, portanto, supor que ser referenciado implicava que o jornal possivelmente era lido nessas localidades, ainda mais considerando que os redatores liberais trocavam exemplares entre si, fortalecendo a sua rede de comunicação. De acordo com Almeida (2014, p. 112), "A partir da prática de republicação de artigos e de comentários indica que os jornais em circulação eram lidos com regularidade".

4.1.2 A aquisição do jornal e seus anúncios: o que nos dizem sobre os leitores visados?

O custo para assinatura trimestral da folha era de 1$000, sendo que a folha avulsa era vendida por 80 réis; este valor representava um custo relativamente baixo naquele tempo, se formos pensar o que era possível comprar durante a década de 1830 no Brasil com essa quantia. Um exemplar de jornal de 80 réis custava menos do que, por exemplo, um produto semelhante a um salgado com recheio de ave que tinha o preço em torno de 100 réis (NEVES, 2003). Isso significa que o preço não era um impedimento para os leitores, podendo ser comprado por pessoas das mais diversas camadas sociais. Além disso, há indícios de que havia, de modo geral, uma facilidade no acesso aos periódicos, já que eles eram disponibilizados em gabinetes de leitura ou bibliotecas. Em AVISO publicado pelo *O Universal* em 1830, dizia-se que, em Ouro Preto, no "Gabinete de leitura estabelecido na Casa do Sr. Padre Antônio José Ribeiro Bhering, se acharão francos os Periódicos de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas para quem os quiser ler gratuitamente"[254]. Em Mariana, quem disponibilizaria os periódicos e também um espaço para a sua leitura seria a Sociedade Patriótica Mariannense, que, por meio de um Anúncio[255] publicado em 1831, informa que, pretendendo "promover a instrução dos habitantes d'este Município", irá franquear um "gabinete, onde se achem os clássicos das Sciencias, os mais acreditados, e os periódicos mais instructivos" para os cidadãos da cidade.

Para mais, os periódicos poderiam ser comprados facilmente, e, no caso do *Estrella,* era vendido em três pontos distintos da província mineira. Os espaços em que o jornal era vendido é também um indicativo sobre a origem de seus leitores, porque o local onde os exemplares estavam disponíveis para venda representavam uma afinidade de orientação política, ou amizade entre o redator do impresso e aquele que o vendia. Portanto, os pontos de venda ou subscrição configuravam a rede de sociabilidade do redator (JINZENJI, 2008). Mas,

[254] O UNIVERSAL, ed. 398.
[255] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 64.

além disso, a disponibilidade do jornal em determinada cidade ou região indica que poderia haver uma demanda e um interesse pela sua leitura; caso não houvesse, o simples fato de ele estar à venda na botica da cidade, na loja de tecidos ou na tipografia, faria com que ele tivesse chances de ser comprado e lido. Os locais onde os leitores podiam comprar ou também subscrever a folha avulsa eram: em Mariana, na casa do redator Manoel Berardo Nunan; em Ouro Preto, na botica de Patrício Pereira Campos; em São João Del Rei, na tipografia de *O Astro de Minas;* e no Tejuco, na tipografia de *O Echo do Serro.* Pressupomos que se havia pontos de venda em lugares como na cidade de São João Del Rei, ou mesmo na distante Tejuco, região do Serro, a cerca de 430 km de distância de Mariana, é porque alguns de seus leitores viviam nessas localidades. Quando o jornal passou a ser publicado pela *Tipografia Mariannense* em abril de 1832, não se sabe se ele continuou a ser vendido nesses locais, pois, a partir da edição 97 publicada em 14 de abril, a sua folha de capa passou a não constar mais as informações de preço e locais para venda e subscrição.

Os anúncios que foram publicados nas edições do *Estrella Mariannense* podem nos oferecem algumas pistas sobre os interesses daqueles que liam o jornal? Bom, de algum modo, sim, pois diz sobre uma expectativa que havia tanto por parte do redator como por parte do anunciante de que houvesse um interesse dos leitores para tanto. De acordo com Melo (2013), os anúncios podem representar um indicador que ajuda a evidenciar a quem se destinava um impresso, porque eles podem nos apresentar uma perspectiva sobre o que se esperava que os supostos leitores pudessem consumir.

Nas 104 edições disponíveis do jornal, 45 delas contavam com anúncios. No geral, podemos dizer que ofereciam serviços, produtos, buscavam notícias de escravos foragidos, informavam sobre escravos encontrados, solicitavam aos devedores que pagassem suas dívidas e noticiavam sobre tema de utilidade pública. A maior parte dos anúncios presentes no jornal noticiavam sobre a fuga de escravos ou a localização de escravos foragidos que haviam sido encontrados, como, por exemplo, o anúncio que dizia dos dois escravos que, foragidos ou roubados, se encontravam à espera de seus donos na cadeia da Vila de Barbacena[256]; pouco tempo depois, outro caso do mesmo gênero foi publicado para informar que havia sido preso, no distrito de Inficcionado, um "muleque de nome José", o qual não sabia dizer ao certo quem era o seu senhor e que, portanto, encontrava-se à espera na cadeia de Mariana.

Além desse tipo de anúncio, havia aqueles que informavam das folhinhas de reza e Folhinha de algibeira que estavam disponíveis para venda na Tipografia. Em uma sociedade

[256] ESTRELLA MARIANENNSE, ed. 43.

escravocrata e amplamente arraigada aos valores religiosos da fé cristã, era natural que houvesse muitos anúncios em sintonia com seu comportamento, informando sobre os escravos ou oferecendo impressos religiosos. Uma terceira questão que pode ser percebida nos anúncios seriam, por exemplo, indícios sobre o poder aquisitivo dos leitores do *Estrella Mariannense*. Eram oferecidos também imóveis para venda, aparentemente de grande porte, como, por exemplo, "uma rica lavra, com agoada na Cidade de Marianna entre os morros de Santa Anna, e Santo Antonio"[257]. Ou ainda uma fazenda denominada Fundão, "com terras de cultura, de mineral, e com uma fábrica de ferro mui bem promptificada"[258]. Em ambos os casos, eram imóveis que somente poderiam ser comprados por pessoas ou famílias de posse; seria também este o perfil dos leitores do jornal? Sendo este o caso ou não, presume-se que pelo menos parte dos destinatários estariam dispostos e teriam, portanto, poder aquisitivo que os possibilitava adquirir os imóveis anunciados.

As liteiras, espécie de cadeiras fechadas que serviam ao transporte e geralmente eram utilizadas por membros das camadas mais abastadas da sociedade, também aparecem para a venda, em 2 dos 45 anúncios. Outro indicativo de que um dos perfis dos leitores se voltava também para os componentes da elite marianense e regional era a presença de anúncios que ofereciam artigos com um certo requinte, como, por exemplo, os tecidos e objetos importados, os "morins finos, madapolans, chitas francezas finas, e outras fazendas, e também vellas do Porto"[259]. Além dos tecidos vindos do exterior, um alfaiate vindo da Corte também oferecia, por meio dos anúncios, os seus serviços, "assegurando que bem desempenhará no último gosto da moda casacas sobrecasacas, e todas as mais obras, e com promptidão"[260]. Se os leitores aparentemente gostavam do requinte que se guardava em utilizar tecidos franceses e velas do Porto, também presumia-se que este mesmo leitor se interessasse pelos livros que eram oferecidos também pelos anúncios.

Foram colocados à venda pelo cirurgião mor José Luiz de Brito, em Mariana, em março de 1831, uma "collecção dos melhores Authores de Medicina, e Cirurgia, e várias outras obras de Litteratura", assim como também um "Diccionario das sciencias Medicas, composto por 60 Sábios da Universidade de Pariz; o qual custou 200$ rs, e dá-se agora por 60$"[261]. O anúncio, embora correspondesse a livros de uma área de conhecimento bem específica, que poderia não agradar a qualquer leitor, senão aqueles que se interessam pelas leituras sobre

[257] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 3.
[258] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 87.
[259] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 100.
[260] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 101.
[261] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 46.

medicina, possuía, entretanto, atrativos, porque, além de ter sido escrito por 60 sábios da Universidade parisiense, estava agora sendo vendido bem abaixo do preço que fora adquirido.

O anúncio buscava se apresentar como uma boa oportunidade para o leitor que estivesse interessado em adquirir uma coleção de livros. Ao trazer esses detalhes sobre o preço que foi adquirido e autores, legitimava-se uma ideia aos prováveis leitores de que a coleção de livros era distinta e que, portanto, merecia ser comprada e consumida. Na sequência, foram oferecidos ainda um "Dicionário da Academia Franceza do ano de 1814, obra indispensável para quem quer escrever a lingoa Franceza puramente". Presumia-se que os leitores poderiam se interessar pela oferta desses livros e, principalmente, pelo aprendizado da língua francesa. Ao final deste anúncio, a informação foi categórica: "Não se vendendo até 20 de Abril, não se vendem mais"[262], dizia o anunciante.

Os leitores do *Estrella Mariannense* se interessavam pelo aprendizado do francês? Ou se interessavam pela distinção que se guardava em possuir em casa um livro escrito em língua francesa? De todo modo, o que era esperado é que os leitores se interessassem pelas obras e por adquirir livros em francês, a ponto de inclusive uma imposição ter sido feita no anúncio que, publicado em 30 de março de 1831, estipulava que a venda só seria feita até o dia 20 de abril; não mais do que isso. Estes anúncios nos sugerem que tanto o redator como o anunciante esperavam que os leitores se interessassem pela coleção de livros e pelo dicionário em francês que estavam sendo vendidos. De acordo com Chartier (1996):

> Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas por seu turno, este inscreve-se diversamente nos seus leitores. Daí a necessidade de reunir duas perspectivas, frequentemente separadas: o estudo da maneira como os textos, e os impressos que lhes servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores. (CHARTIER, 1996, p. 123-124).

Não sabemos em que medida os leitores possuíam habilidades com o idioma francês, mas sabemos que, em fevereiro de 1831, foi inaugurada, em Mariana, a aula pública de Língua Francesa, que era ministrada pelo padre, professor de retórica e então redator do *Novo Argos,* Antônio Ribeiro Bhering. Conforme Morais (2009), até o ano de 1837, esta aula em Mariana teria sido a única aula de francês a funcionar pela província mineira, o que, por sua vez, pode ter sido tomado como um exemplo da busca pela "aquisição de uma língua que se encontrava em voga no contexto dos Oitocentos e como impulso a oferta de outros espaços onde as aulas de francês fosse oferecidas" (MORAIS, 2009, p. 174). Vale mencionar que as

[262] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 46.

aulas de francês oferecidas por Bhering podem ter sido um fator determinante para oferta e procura por aulas particulares de francês em demais lugares da província. Morais (2009, p. 174) ainda afirma que "a apropriação da língua francesa poderia proporcionar uma boa reputação, além do acesso a ideias contidas em livros publicados no idioma estrangeiro mais difundido nas bibliotecas do sudeste brasileiro naquela época".

As aulas de francês também foram oferecidas nos anúncios do jornal em dois momentos: o primeiro foi publicado no mês de outubro de 1830, e é por meio dele que o professor Bhering avisou aos leitores sobre as aulas; ele "assegura que no dia 3 de Fevereiro do seguinte ano começará outro curso de Filosofia, e Francez nas horas vagas"[263]; o segundo anúncio é publicado ao final do ano de 1831, no mês de novembro, em que o professor informa que finalizou os cursos de Retórica, Filosofia e Francês, e alega que "firme no projeto de concorrer com todas as suas forças para a illustração dos seus Patricios anuncia, que no 1. de Março do futuro anno abrirá novamente as suas Aulas, para as quaes convida todos os jovens Mineiros". Repare que o mestre convida não apenas os jovens marianenses, mas os jovens mineiros para integrar suas aulas, o que poderia ser mais um indicativo de que os leitores do jornal estivessem para além das fronteiras citadinas.

Outra categoria de anúncios presentes no jornal e que trazem indícios sobre os leitores seriam aqueles que "rogavam" aos subscritores para que realizassem o pagamento da sua assinatura, porque, ao que parece, havia leitores do jornal que estavam deixando de pagar as subscrições trimestrais. Após um anúncio publicado em fevereiro de 1831[264] informar que se completava naquele número o 3º trimestre da folha, outro anúncio é publicado, a seguir, de forma mais objetiva, e dizia: "Rogamos aos Subscritores queirão mandar procurar seus conhecimentos em caza do Redactor"[265]. Mas, ao que parece, o anúncio não teria surtido efeito desejado, porque, no mês de setembro de 1831, outro no mesmo sentido é publicado, rogando novamente aos "Assignantes mandar satisfazer suas assignaturas, e receber os competentes conhecimentos"[266].

Em fevereiro de 1832, surge outra publicação dizendo que "aquelles srs. que não satisfizerão ainda suas assignaturas, podem procurar os conhecimentos em caza do Redator"[267]. Em novembro, mais um destes anúncios[268] aparece no jornal com os mesmos dizeres. Contudo, não é possível afirmar que os subscritores no geral não pagavam suas

[263] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 24.
[264] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 40.
[265] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 59.
[266] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 69.
[267] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 88.
[268] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 119.

assinaturas, já que os anúncios apareceram geralmente quando dois trimestres se completavam, mas a frequência deste estilo de anúncio pode indicar que o redator estivesse tendo dificuldades no recebimento dos custos da subscrição. Isso porque essa prática de realizar uma espécie de cobranças aos subscritores via anúncios não parecia ser muito comum em demais jornais.

Para fazer um breve comparativo, analisamos um total de 55 anúncios que foram publicados no jornal *O Universal*, sendo eles 26 anúncios correspondentes ao ano de 1830 e 29 correspondentes ao ano de 1831, e não foram constatados anúncios desta natureza, seja realizando alguma espécie de cobrança aos leitores do pagamento de subscrição ou sequer mencionando o fechamento de um trimestre de publicações. Ao contrário, os anúncios eram quase sempre de cunho comercial e priorizavam informações sobre escravos foragidos ou que foram encontrados, venda de objetos, venda de livros e de imóveis. Se nenhum deles se referia às subscrições por parte dos leitores, entendemos, portanto, que esta forma de "alertar" os assinantes para seu compromisso com a assinatura poderia ter relação com o fato de que as subscrições não estivessem sendo cumpridas acertadamente. Ou ainda podemos supor que o método de cobrança do Universal era diferente e que, portanto, não necessitava se fazer presente em anúncios.

Esses indícios nos levam a pensar sobre leitores inadimplentes e inferir sobre o que poderia ter causado a inadimplência das assinaturas do jornal, se é que havia. Será que os leitores se cansaram do tom bélico assumido pelo jornal, que escolhia "por força estar na oposição, e ter a sua espada desembainhada, inda que seja para cortar moinhos de vento"[269]? Por outro lado se desconsiderarmos que havia inadimplência, podemos considerar hipoteticamente que avisar o fim dos trimestres via anúncio e rogar as subscrições foram uma forma de cobrança escolhida pelo redator do *Estrella.*

O último anúncio em que o redator rogava aos subscritores para que pagassem suas assinaturas aconteceu sete dias antes de ser publicada a edição extraordinária que seria a última publicada pelo jornal. Em 14 de novembro de 1832, Manoel Berardo Accursio Nunan publica uma edição em que se despede de seus leitores. Em uma sessão especial intitulada AO PUBLICO, ele não explica muito bem os motivos do encerramento do jornal, mas diz que "Circunstâncias imperiosas nos obrigão a auzentar de nossa Pátria, e estabelecermo-nos na Villa da Pomba, interrompendo por isso a publicação da Estrella Mariannense"[270]. É possível que, entre os motivos para o encerramento, alguns inclusive de cunho político poderiam ter

[269] UNIVERSAL, ed. 671.
[270] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 120.

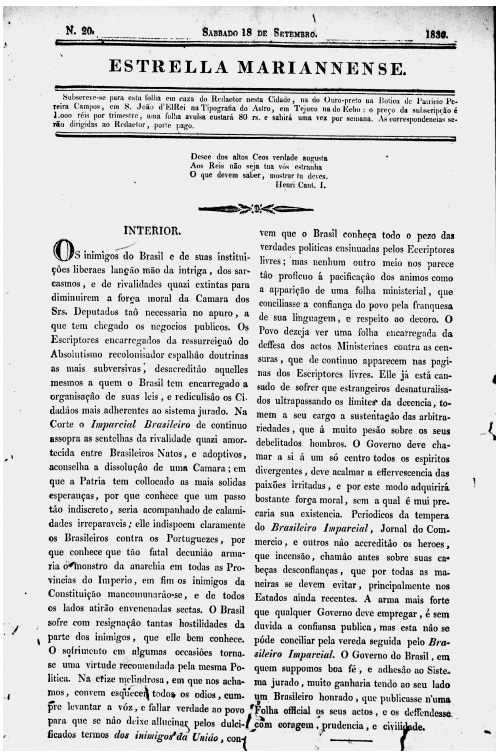
forçado o fim da publicação da folha. Sabe-se que os demais jornais liberais não mencionaram o seu encerramento, e desconhecemos em que medida Berardo continuava sofrendo perseguições do clero ou estaria em dissonância com os demais redatores liberais da Typografia Mariannense.

4.1.3 Aspectos de sua materialidade: indicativos que nos ajudam a pensar sobre a leitura e o leitor.

Mudando um pouco o critério de análise, podemos pensar também sobre como a materialidade do periódico pode nos auxiliar em nossa aproximação com um perfil dos leitores. O formato de impressão era bastante similar à de outros jornais que existiam na província, a sua folha era composta de duas colunas, e cada exemplar possuía um total de quatro páginas. As folhas eram enumeradas em sequência, o que facilitaria ao final a encadernação deste impresso.

Em abril de 1832, pouco após o *Estrella Mariannense* deixar de ser impresso na Tipografia Patrícia do Universal em Ouro Preto para iniciar sua impressão na Typografia Mariannense, foram observadas algumas mudanças nos aspectos materiais do impresso. As imagens a seguir ilustram algumas das alterações, e a primeira delas se refere à folha de capa. Na figura 17, é possível observar a edição de N. 20 publicada em setembro de 1830, momento inicial de circulação do periódico quando ele era ainda impresso na Tipografia Patrícia do Universal. E, ao lado direito, na figura 18, é possível observar a edição de N. 98, em que surgem pequenas alterações na composição da folha de capa a partir do momento em que o periódico começou a ser impresso na Typografia Mariannense. Elas tornam a capa visivelmente mais limpa.

Figura 17: *Estrella Mariannense,* ed. 20.



N. 20. SABBADO 18 DE SETEMBRO. 1830.

ESTRELLA MARIANNENSE.

Subscreve-se para esta folha em casa do Redactor nesta Cidade, na do Ouro-preto na Botica de Patricio Pereira Campos, em S. João d'Elrei na Typografia do Astro, em Tejuco na de Rocha: o preço da subscripção é 1:000 réis por trimestre, uma folha avulsa custará 80 rs. e sahirá uma vez por semana. As correspondencias serão dirigidas ao Redactor, porte pago.

Desce dos altos Ceos verdade augusta
Aos Reis não seja tua voz estranha
O que devem saber, mostrar tu deves.
Henri Cast. I.

INTERIOR.

Os inimigos do Brasil e de suas instituições liberaes lanção mão da intriga, dos sarcasmos, e de rivalidades quazi extintas para diminuirem a força moral da Camara dos Srs. Deputados tão necessaria no apuro, a que tem chegado os negocios publicos. Os Escriptores encarregados da ressurreição do Absolutismo recolonisador espalhão doutrinas as mais subversivas, desacreditão aquelles mesmos a quem o Brasil tem encarregado a organisação de suas leis, e rediculisão os Cidadãos mais adherentes ao sistema jurado. Na Corte o *Imparcial Brasileiro* de continuo assopra as sentelhas da rivalidade quazi amortecida entre Brasileiros Natos, e adoptivos, aconselha a dissolução de uma Camara; em que a Patria tem collocado as mais solidas esperanças, por que conhece que um passo tão indiscreto, seria acompanhado de calamidades irreparaveis; elle indispoem claramente os Brasileiros contra os Portuguezes, por que conhece que tão fatal decunião armaria o monstro da anarchia em todas as Provincias do Imperio, em fim os inimigos da Constituição mancomunarão-se, e de todos os lados atirão envenenadas sectas. O Brasil sofre com resignação tantas hostilidades da parte dos inimigos, que elle bem conhece. O sofrimento em algumas occasiões torna-se uma virtude recomendada pela mesma Politica. Na crize melindrosa, em que nos achamos, convem esquecer todos os odios, cumpre levantar a vóz, e fallar verdade ao povo para que se não deixe allucinar pelos dulcificados termos *dos inimigos da União*, com vem que o Brasil conheça todo o pezo das verdades politicas ensinuadas pelos Ecriptores livres; mas nenhum outro meio nos parece tão proficuo á pacificação dos animos como a apparição de uma folha ministerial, que conciliasse a confiança do povo pela franqueza de sua linguagem, e respeito ao decoro. O Povo deseja ver uma folha encarregada da deffesa dos actos Ministeriaes contra as censuras, que de continuo apparecem nas paginas dos Escriptores livres. Elle já está cansado de sofrer que estrangeiros desnaturalisados ultrapassando os limites da decencia, tomem a seu cargo a sustentação das arbitrariedades, que á muito pesão sobre os seus debelitados hombros. O Governo deve chamar a si á um só centro todos os espiritos divergentes, deve acalmar a effervescencia das paixões irritadas, e por este modo adquirirá bastante força moral, sem a qual é mui precaria sua existencia. Periodicos da tempera do *Brasileiro Imparcial*, Jornal do Commercio, e outros não accreditão os heroes, que incensão, chamão antes sobre suas cabeças desconfianças, que por todas as maneiras se devem evitar, principalmente nos Estados ainda recentes. A arma mais forte que qualquer Governo deve empregar, é sem duvida a confiansa publica, mas esta não se póde conciliar pela vereda seguida pelo *Brasileiro Imparcial*. O Governo do Brasil, em quem suppomos boa fé, e adhesão ao Sistema jurado, muito ganharia tendo ao seu lado um Brasileiro honrado, que publicasse n'uma Folha official os seus actos, e os deffendesse com coragem, prudencia, e civilidade.

Figura 18: *Estrella Mariannense*, ed. 98.

N. 98. SABBADO 28 DE ABRIL. 1832

ESTRELLA MARIANENSE

Desce dos altos Ceos verdade augusta
Aos Reis não seja tua voz estranha
O que devem saber, mostrar tu deves.
Henri Cast. I.

Mariana 1832 *Na Typografia Mariannense.*

INTERIOR.

PROCLAMAÇÃO

CIDADÃOS! A paz e a tranquilidade publica, que com tantos sacrificios haveis chegado affirmar entre nos, foi de novo perturbada por hum punhado de miseraveis ambiciosos, não era so contra o Governo legalmente constituido, que os inimigos da Ordem Publica tramavão seus negros planos. Os Representantes do Povo havião incorrido no odio da cabalha contra estes se dirigirão tambem seus sacrilegos anathemas nesse Manifesto, que tão cynica quão impudentemente publicarão, resumbrão os perfidos designios de desorganisar nossa bella Patria, para sobre ella estabelecerem a mais detestavel tirania.

A vossa coragem, e Patriotismo, as virtudes civicas, que tantas vezes tendes patenteado, vierão desta vez ainda graças a Providencia, que sempre nos tem protegido, salvar a Nação do abismo, que lhe cavavão falsa deg-nerados; e mostrar ao Mundo inteiro, que os Brasileiros são dignos da Liberdade, que gozão.

Cidadãos! O Procedimento heroico, que até agora haveis mostrado, e pelo qual, em nome da Nação vos tributamos os mais cordiaes agradecimentos, dá tambem a nossos Compatriotas o direito de esperar de vós a continuação dos Sacrificios, a custa dos quaes hauris tanto concorrido para fundar a prosperidade da Patria, e a ventura de seus filhos.

Rio de Janeiro 3 de Abril de 1832.

VIVA A CONSTITUIÇÃO!
VIVA A ASSEMBLEA LEGISLATIVA!
VIVA O SENHOR D. PEDRO 2.º
FRANCISCO de LIMA e SILVA.
JOSE da COSTA CALVALHO.
JOÃO BRAULIO MUNIZ.
DIOGO ANTONIO FEIJO

RIO DE JANEIRO 4 de Abril

Hontem pelas 6 horas da manhã, um punhado de scherados, que se achavão presos nas fortalezas, desembarcarão na praia do Boto-Fogo, d'ali marcharão para o Campo da Honra, onde se lhe reunio uma porção de gente, e pertenderão derribar o Governo actual, substituindo o por outro da sua facção. A guarda Municipal permanente saliu sobre elle, e em poucos momentos estava o campo abandonado por aquelles, que finalmente arrestar os peitos para salvar a Patria. A proclamação, que abaixo transcrevemos, e se imprimio na Typographia de Mr. Plancher,

A folha de capa sofreu mudanças quanto à disposição e ao tamanho do título na página, conforme observa-se na figura 18; o título ganhou mais destaque por meio do espaçamento maior e alinhamento centralizado; além disso, os tipos utilizados aumentaram de tamanho. O título do *Estrella Mariannense* foi reajustado à semelhança do título do jornal *O Universal*, que também continha tipos maiores em destaque e centralizado.

Figura 19: *O Universal*, ed. 286.

830. SEGUNDA FEIRA 4 DE JANEIRO. N.º 386.

O UNIVERSAL.

Subscreve-se em Casa do Sr. Patricio Pereira Campos a 2U500 por trimestre; 5:000 por semestre; 10:000 rs. por anno. As folhas avulsas vendem-se á 80 rs. na mesma Casa.

Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publica-los pela Imprensa sem dependencia de censura com tanto que hajão de responder pelos abusos que commetterem no exercicio deste direito nos casos e pela forma que a Lei determinar. Const. Art. 179 §. 4.

Fonte: O Universal. Recorte extraído pela autora.

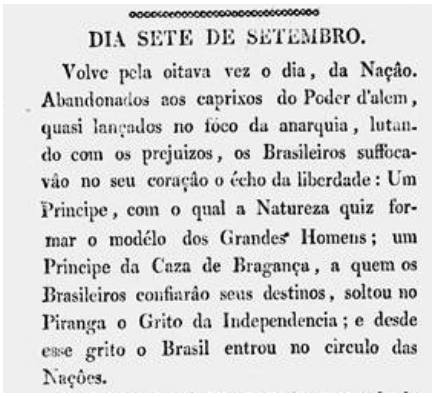
Fonte 17 e 18: Estrella Mariannense. Ambos recortes extraídos pela autora**.**

A data de publicação na capa do *Estrella* no N. 98 também aparece posteriormente em tipos maiores e mais evidentes do que antes, também similar ao *Universal.* O que essas mudanças nos recursos materiais poderiam nos indicar? Ao romper com a Tipografia em Ouro Preto, o redator talvez estivesse inseguro sobre o impacto deste fato na recepção de sua folha. E, portanto, talvez fosse importante para ele evidenciar o título do jornal, demonstrar que o periódico, embora estivesse deixando a então consolidada tipografia em Ouro Preto, não perdia sua força e poderia marcar uma ruptura, pois entrava apenas em uma nova fase. Apesar da mudança para a nova e tão almejada Typografia Mariannense, que pode ser compreendida também como um período de maior autonomia para o jornal, como já foi mencionado no Capítulo 1, esta nova fase guardava também uma série de dificuldades que teriam efeitos diretos no processo de produção e na qualidade do impresso, e que certamente foram percebidas pelos leitores.

A partir da edição de N. 98, desajustes, a exemplo do atraso de edições, das irregularidades e dos erros de cunho tipográfico, e de impressão, passaram a surgir com frequência no jornal. Entre as questões que estiveram visivelmente desajustadas se comparadas ao período anterior do jornal, podemos destacar algumas: embora os tipos utilizados pela tipografia em Mariana fossem aparentemente iguais àqueles utilizados na tipografia em Ouro Preto, tanto em tamanho, fonte e estilo, o espaçamento entre linhas teve o seu tamanho visivelmente reduzido.

Além disso, as margens se tornaram maiores fazendo com que o texto ocupasse menor espaço na folha do impresso, o que pode justificar o fato de o espaçamento entre linhas ter diminuído, uma vez que, para caber todas as notícias, era preciso que se ajustasse o texto ao espaço disponível dentro das margens. Estas mudanças sinalizam para uma leitura um pouco mais cansativa, porque não facilitavam na visualização do texto, ao contrário, dificultavam o ato de percorrer o texto com olhos, principalmente se a leitura fosse feita de forma a estarem os olhos mais distanciados do papel, o que poderia exigir, neste caso, mais esforço. Além, contudo, de trazer para a leitura a sensação de que o texto poderia facilmente se perder, se embaralhar. Nas imagens a seguir, é possível observar como se deu esta mudança no espaçamento entre linhas.

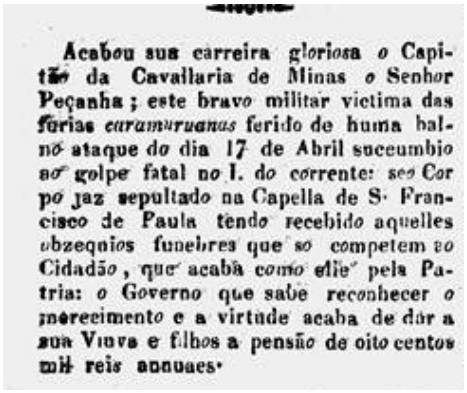
Figura 20: *Estrella Mariannense*, ed. 19.



DIA SETE DE SETEMBRO.

Volve pela oitava vez o dia, da Naçâo. Abandonados aos caprixos do Poder d'alem, quasi lançados no fóco da anarquia, lutando com os prejuizos, os Brasileiros suffocavâo no seu coraçâo o écho da liberdade: Um Principe, com o qual a Natureza quiz formar o modélo dos Grandes Homens; um Principe da Caza de Bragança, a quem os Brasileiros confiarâo seus destinos, soltou no Piranga o Grito da Independencia; e desde esse grito o Brasil entrou no circulo das Nações.

Figura 21: *Estrella Mariannense*, ed. 100.



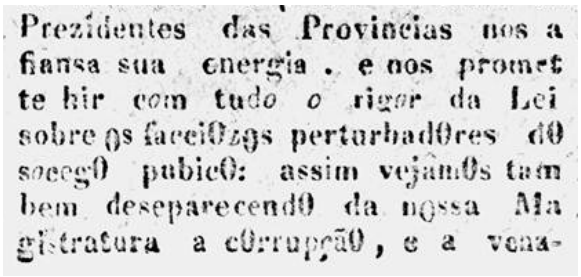
Acabou sua carreira gloriosa o Capitão da Cavallaria de Minas o Senhor Peçanha; este bravo militar victima das feridas *caramurunas* ferido de huma balla no ataque do dia 17 de Abril succumbio ao golpe fatal no 1. do corrente: seo Corpo jaz sepultado na Capella de S. Francisco de Paula tendo recebido aquelles obzequios funebres que so competem ao Cidadão, que acabà como elle pela Patria: o Governo que sabe reconhecer o merecimento e a virtude acaba de dar a sua Viuva e filhos a pensão de oito centos mil reis annuaes.

Fonte 20 e 21 : Estrella Mariannense. Ambos recortes extraídos pela autora.

A nitidez dos tipos também foi prejudicada, além de evidentes falhas na impressão que aconteceram em algumas edições subsequentes. Estas ocorrências evidenciavam que o padrão de edição não pôde ser mantido após a mudança de tipografia.

Um outro desajuste que passou a acontecer foram os erros e as irregularidades no processo de composição dos tipos, o que tornava alguns trechos do impresso visivelmente desarranjados. A figura que se segue demonstra casos em que a letra "o" foi substituída em diversas palavras pelo número "0", indicando certa precariedade na recém-fundada tipografia, já que um tipo pode ter se quebrado ou se perdido durante o processo de produção do jornal. O fato de se produzirem 5 jornais com periodicidade regular também indica que havia um limite na capacidade de produção, por exemplo, ausência de tipos, necessidade de improviso etc.

Figura 22: *Estrella Mariannense*, ed. 98.



Prezidentes das Provincias nos a fiansa sua energia. e nos promet te hir com tudo o rigor da Lei sobre os facci0zos perturbad0res d0 socego pubic0: assim vejam0s tam bem desaparecend0 da nossa Ma gistratura a c0rrupçã0, e a vena-

Fonte: Estrella Mariannense. Recorte extraído pela autora.

Este conjunto de desajustes possivelmente foram percebidos e tiveram alguma importância entre os leitores, já que, nas edições do jornal que eram impressas na tipografia

em Ouro Preto, não eram encontrados erros tipográficos, de impressão ou sequer irregularidades desta natureza. Em abril de 1832, o redator parece reconhecer que poderia estar havendo algum incômodo por parte dos leitores quanto aos desajustes inéditos que apareciam no impresso. E, então, se utiliza de um anúncio para desculpar-se com seus leitores pelos erros cometidos durante o processo de produção, e diz:

> Rogamos aos nossos Assignantes queirão desculpar o atraso em que tem estado a nossa folha, o qual tem sido motivado pela falta de Operários, e outras dificuldades próprias de huma Tipografia ainda não bem montada. Igual perdão esperamos pelos erros que têm apparecido[271].

A diminuição da qualidade em algumas edições e os desajustes nos recursos gráficos poderiam estar relacionados também, neste caso, ao fato de que o jornal estivera até então sendo impresso em uma tipografia bastante consolidada como a ouro-pretana, que imprimia jornais desde a década de 1820. E, portanto, ao passar a ser impresso em um novo espaço, em outra prensa tipográfica, era natural que dificuldades surgissem na recém-inaugurada Typografia Mariannense. É provável que o anúncio de desculpas não tenha ocorrido pelo atraso da publicação do jornal, já que o atraso de publicações já havia acontecido em outras ocasiões; e sem maiores menções a este fato. O pedido de desculpas parece indicar que o redator estivesse preocupado com a quantidade de falhas tipográficas e deslizes de impressão que estavam presentes na folha mais do que com o atraso propriamente dito, que durou apenas 4 dias. Isso indica, portanto, sobre o que se presumia dos leitores e sugere que o público, por estar habituado a um outro nível de cuidado com o impresso, uma maior sofisticação do processo de produção, não tolerava, então, um conjunto de erros e desajustes como aqueles que estavam acontecendo (GALVÃO, 2000). Este conjunto de indícios revela, nesse sentido, que os leitores poderiam se enquadrar em um público com algum nível de letramento, que, por serem pertencentes às camadas mais habituadas com a leitura, eram mais exigentes quanto aos erros desta natureza (CHARTIER, 1996).

No que se refere às supostas habilidades de leituras dos leitores, nos chamou a atenção o modo como os conceitos e os temas políticos eram trazidos, o que nos levou a pensar sobre as possíveis competências que o redator presumia para os leitores. O jornal parecia se destinar a uma parcela da sociedade marianense que possuía habilidade com a leitura de textos de cunho político, mas que não necessariamente era erudita. A habilidade presumida para o leitor era uma habilidade para a qual a leitura de textos políticos poderia ser familiar, mas não plena,

---

271 ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 98

porque, ao efeito de um conjunto de estratégias que foram discutidas no Capítulo 3, inferimos que o leitor visado estabelecia uma relação com o texto, por meio do qual era necessário que uma série de conceitos fossem didaticamente e metaforicamente explorados e arranjados. Os temas políticos eram repetidos sistematicamente, sob a égide de uma escrita eloquente, sob o arcabouço das figuras de linguagem e sob um manancial de recursos tipográficos diversos. Almejava-se que o convencimento e a persuasão, por conseguinte, deveriam acontecer, porque estavam sendo inaugurados e instituídos por meio de um conjunto de estratégias.

De acordo com Chartier (1990), a adaptação de formas textuais ou, neste caso, na forma como são trazidos os conceitos políticos, de modo não simplificado, mas sim didaticamente e retoricamente colocados, nos leva a crer que a intenção do redator era tornar esses conhecimentos mais "facilmente decifráveis para leitores inábeis" (CHARTIER, 1990, p. 130).

Ao longo do século XVIII e XIX, a posse e os diversos usos do escrito/impresso não necessariamente passavam pela necessidade de decodificar a leitura e o escrito. Conforme Morais (2009, p. 305), "sujeitos comprovadamente incapazes de ler e de escrever, sabiam nos séculos XVIII e XIX, utilizar a palavra escrita a seu favor". E criavam, portanto, estratégias as mais diversas para acessar, por exemplo, o debate político que se fazia presente nos jornais. Para Barbosa (2017, p. 159), "As letras manuscritas e impressas somavam-se aos modos orais de comunicar, ampliando-se as possibilidades tecnológicas do mundo da comunicação". A questão que gostaríamos de destacar é que o jornal *Estrella,* embora possuísse marcas que poderiam dificultar a sua leitura oral, possuía também marcas diversas da oralidade e que, por outro lado, entre os aspectos que favoreciam sua assimilação, alguns deles pareciam estar naquele tempo mais sintonizados e, portanto, mais pertencentes ao universo da fala do que ao universo do escrito. Sobre algumas características do jornal e suas possíveis relações com a leitura oral, podemos sugerir que os modos como os textos muitas vezes estavam dispostos nas páginas do impresso nos traz alguns indicativos. Por exemplo, as linhas ocupadas por uma única matéria eram muitas se comparadas ao total de linhas contidas no jornal, o que significa que as matérias eram extensas, fato que poderia tornar uma leitura em voz alta cansativa. De acordo com Galvão (2000) e Galvão e Melo (2019), os textos, quando completos em uma única página, acabam se tornando mais fáceis para serem lidos em voz alta. Isso porque manipular um impresso em que o texto se divide implica virar a página, constituindo-se uma dificuldade para leitores com menor habilidade na leitura. Os Tipos usados nos textos do *Estrella,* a despeito do tamanho usado para os títulos das matérias, eram predominantemente bem espaçados e em caixa alta; o restante do texto não era.

A diversidade de marcas textuais de ordens tipográficas que permeiam o jornal e que cumprem obrigatoriamente, mas não exclusivamente, a demanda visual poderiam hipoteticamente assumir, na leitura falada, significados tantos que o autor pretendesse atribuir e o leitor, construir. Estas marcas, como itálico, exclamações, negrito, palavras invertidas, se fossem consideradas na leitura oral, poderiam causar atraso e dificuldade, se considerarmos, é claro, que teriam que ser explicadas para trazerem o significado pretendido. Mas, a depender das práticas do leitor, por outro lado, se as marcas tipográficas fossem incorporadas para a leitura em voz alta, poderiam até mesmo contribuir para o significado, se fossem atribuídas a elas, por exemplo, uma leitura repleta de emoções e significados pretendidos por estes recursos, com maior ou menor entonação, ou ainda com teor irônico ou cômico. Neste caso, as marcas tipográficas não teriam que necessariamente ser desconsideradas, e poderiam ser utilizadas em favor da leitura e da compreensão. Entretanto, no que concerne aos limites que vêm guiando nossos questionamentos, as fontes não nos permitiram identificar esse tipo de ocorrência. Conforme Morais mencionou:

> para que um texto, lido em voz alta, seja percebido, é indispensável que haja alguma intimidade com a cultura escrita da parte daquele que escuta. Quem ouve a leitura e entende, mesmo que sejam tratados assuntos que acabou de ditar, tem um grau de *letramento* superior aquele que não é capaz de compreender o sentido de um escrito que lhe é lido em voz alta. (MORAIS, 2009, p. 262).

Sendo assim, entendemos que muitas das marcas que estão presentes no jornal podem nos apontar que ele era, sobretudo, produto de uma cultura predominantemente oralizada, a qual internalizava paulatinamente os pressupostos do escrito, porque tinha o seu tempo de assimilação, de maturação e de passagem da palavra oral para a palavra escrita. Algumas estratégias utilizadas nos textos jornalísticos de meados dos oitocentos e, principalmente, do *Estrella Mariannense*, eram fundamentais para uma melhor assimilação e, sobretudo, para eficácia no processo de persuasão do seu leitor.

4.1.4 Buscando os interlocutores ideais: o emprego dos vocativos e os destinatários explícitos e implícitos no texto

Ao analisar também as dimensões do texto, foi possível trazer alguns indícios a respeito dos leitores visados; considerando as reflexões de Galvão (2000), buscamos nos atentar para os modos como o redator evocava e se dirigia aos creditados destinatários em sua escrita. Para trazer um panorama geral de quem seriam estes sujeitos evocados nos textos, entendemos que

interessa, neste caso, apenas as referências presentes nos textos que consideramos terem sido escritos pelo redator. Deste modo, não buscaremos trabalhar com os destinatários evocados em correspondências, textos vindos de outro suporte e que foram apropriados para o jornal, porque entendemos que os sujeitos evocados ali são leitores que estão sendo presumidos por aqueles que criaram tal texto, e não pelo redator propriamente, embora ele esteja responsável por publicá-los.

De acordo com Eco (2011), um texto acaba por postular o seu próprio destinatário, que, aliás, não é somente uma condição indispensável para a comunicação, mas sobretudo para a potencialidade de significados que o texto irá assumir. E, no que se refere aos aspectos pragmáticos que são destacados na relação texto-leitor, importa dizer que, para se decodificar uma mensagem verbal, é preciso ir além do conhecimento linguístico, é preciso ter uma competência que seja também circunstancial, ou seja, "uma capacidade passível de desencadear pressuposições, de reprimir idiossincrasias". Ao organizar a própria estratégia textual, o autor se refere a um conjunto de competências que transcendem o conjunto de conhecimentos dos códigos, e assim preverá um "leitor-modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente" (ECO, 2011, p. 39). Como já dito, é o próprio texto que postula a cooperação do leitor, de modo que, ao executar uma estratégia, preveem-se os movimentos do outro, neste caso, daquele que o lê.

Entre os destinatários principais, constatamos alguns deles já na primeira edição, em seu prospecto, quando o redator, dizendo dos desejos que trazem a fundação de seu periódico, interpela aqueles que acreditava que se tornariam seus principais interlocutores. Entre os destinatários evocados nesta edição[272] e que abrangem também uma ideia geral dos demais destinatários que eram evocados pelo jornal, destacam-se os "Ilustres escritores", ou seja, os demais escritores liberais que atuariam na visão de Manoel Berardo como os "atletas da liberdade", em defesa dos direitos; o "cidadão da pátria", que eram também o público-alvo do jornal; os adversários dos liberais, chamados de "sectários da escravidão"; e aqueles que eram os considerados "periódicos apologistas", neste caso os redatores dos jornais de oposição.

Para trazer uma visão geral sobre os destinatários que eram evocados pelo redator Berardo no texto do jornal, coletamos todos os vocativos que aparecem nos textos que consideramos terem sido escritos pelo redator, textos estes que foram mencionados no Capítulo 2, os quais intitulamos de Artigos de Opinião. No quadro a seguir, é possível

[272] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 1.

observar a variedade de vocativos utilizados, e que foram organizados na ordem temporal de circulação do periódico.

Quadro 12: Vocativos empregados nos textos do *Estrella Mariannense* (1830-1832)

Estrella Mariannense (1830-1832)		
1830	1831	1832
Cidadãos marianenses Patrícios amigos Concidadãos marianenses Mineiros Defensores do despotismo Eleitores mineiros Juiz de Paz Bispo Brasileiros mineiros Telegráficos Honrados patrícios marianenses Câmara Municipal de Marianna Patrícias e patrícios Srs. Vereadores	Povo mineiro Amigos e patrícios Periódicos minérios Concidadãos Bispo Povo de Ouro Preto e Marianna Dignos eleitores marianenses Eleitores de Marianna Srs. Juízes de Paz Vós intrigantes de Marianna Patrícios e amigos Brasileiros Mineiros Professores Vereadores da Câmara Eclesiásticos de Minas Concidadãos itabiranos Caras esposasse ternas Senhoras mineiras Sr. Comandante das Armas Brasileiros iludidos Redator do Universal Administradores do correio Câmara Municipal de Mariana Telegráficos	Intrigantes Inimigos da felicidade do Brasil Cidadãos do Pomba Sr. João Maria Martins e seus discípulos Sr. Redator do periódico Malagueta Infames sectários do Pedro de Bragança Caramurus Conselheiros da Província Caramurus monstros e inimigos do Brasil Patrícios soldados Infame caluniador

Fonte: *Estrella Mariannense* (1830-1832). Elaborado pela autora.

Os vocativos são termos que geralmente não apresentam relação sintática com outros termos da oração, por exemplo, não pertencendo ao sujeito ou ao predicado. São utilizados para evocar, chamar e interpelar aquele que seria o interlocutor de determinado texto, neste caso, poderia estar nomeando os leitores presumidos do jornal *Estrella Mariannense.* Para mencionar um exemplo de como estavam dispostos estes vocativos no texto, eles geralmente eram seguidos de exclamações e quase sempre possuíam um léxico associado a eles que era composto por verbos e também interjeições, o que contribui para a ênfase que era construída ao se evocar um leitor para o texto, como, por exemplo: *Meditai infames!*, *Desenganai-vos caramurus!, Alerta! caros patrícios!, Ah! Brasileiros, Marianenses vede!*.

Considerando que os vocativos nos ajudam a inferir sobre os leitores visados pelo redator, em geral os mais evocados eram o *povo mineiro* e os *concidadãos marianenses*, os

adversários políticos dos liberais, entre eles, o *Bispo*, os chamados *Defensores do Despotismo*, e os *Telegráficos,* que eram membros ligados à redação do jornal opositor *O Telégrapho*. Era comum que o adversário fosse evocado nos textos, já que, em muitos casos, eles se destinavam a censurar o opositor. Embora fossem muito frequentes os textos que eram direcionados aos liberais, havia muitos outros que falavam especificamente para os adversários políticos, eram destinados a interpelar e afrontar este grupo.

Observamos que, em muitas das edições publicadas, acontecia que um mesmo texto poderia estar destinado a múltiplos leitores presumidos. Havia, por exemplo, matérias que evocavam o adversário que se pretendia censurar ou afrontar, o cidadão marianense a quem pretendia convencer e o aliado liberal a quem pretendia corroborar e defender. Para trazer um exemplo sobre o modo como muitos dos textos do jornal se dirigiam ao mesmo tempo a mais de um leitor, trouxemos uma matéria[273] que foi publicada na edição do dia 7 de maio de 1831, e abordava um episódio polêmico que foi tematizado também nas páginas de outros periódicos liberais[274].

Nesta matéria[275], o redator Manoel Berardo Accursio Nunan fazia considerações sobre a visita de D. Pedro I, considerada uma "maquiavélica viagem" pela província mineira, onde ele teria proclamado "contra os Liberais" e convidado o povo "a rebelar-se contra a Federação". Os liberais fizeram circular, nas páginas da imprensa, nos dias subsequentes à viagem de Pedro I para Minas Gerais, que a sua estadia em terras mineiras teria tido como principal finalidade enfraquecer o partido liberal em Minas Gerais e combater uma série de rumores que pairavam em defesa do federalismo, os quais estariam ganhando força na província. Segundo a matéria, o grupo dos Telegráficos[276], culpabilizando os liberais pela Abdicação, estariam se reunindo secretamente com membros do clero, entre eles, o Bispo de Mariana e dois Frades que atuavam como lentes no Seminário. E, reunidos, estariam planejando assassinar os principais liberais de Ouro Preto e Mariana, entre eles, Bernardo Pereira de Vasconcelos, o padre Bhering e o próprio redator do *Estrella*, Manoel Berardo.

Mas, segundo a matéria que foi publicada pelo *Estrella Mariannense*, um boato no mesmo sentido envolvia também os adversários governistas, que, segundo o jornal, estariam utilizando-se de "pasquins, que em todas as noutes appareciao afixados em todas as esquinas" para também espalhar boatos contra os liberais, alegando que eles planejavam assassinar o

[273] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.
[274] O PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, ed. 55; O UNIVERSAL, ed. 570.
[275] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.
[276] O jornal *O Telégrapho* defendia, segundo (Wlamir Silva, 2002, p. 280), a Constituição de 1824 a partir da sobrevivência do Direito Divino, adaptando o velho ao novo em uma síntese autoritária, combatia o pensamento liberal e defendia que D. Pedro I possuía um caráter sagrado e era necessário, portanto, um governo absoluto.

Bispo durante a procissão de Passo que ocorreria no Domingo de Ramos, na Semana Santa, em Mariana. Toda essa suposta intriga, conforme os jornais liberais contaram, teria dado origem ao episódio que ficou conhecido como "quarta-feira de trevas", no qual o povo marianense teria rebelado-se violentamente contra os liberais, porque teriam sido motivados pelas inúmeras "intrigas", entre elas, a intriga maior de que os liberais pretendiam escravizar os homens pardos livres. Os jornais contam que uma imensidão de pessoas teria se revoltado também em defesa do Bispo, e, por causa de tantos rumores, o presidente da Província, Sr. Mello e Souza, o Sr. Armonde (que foi o responsável pela compra da Tipografia Mariannense), e o padre Bhering "foram insultados por um povo imenso, que com lanternas acesas fouces, machados, espetos vinham de acompanhar o Frade José Bispo, que estupidamente divulgava, que o queriam matar"[277].

Mas o redator, em uma matéria carregada de emoção, afirmava ao seu leitor que a "Tragédia" maior estava "reservada para o sábado de aleluia, já que a cidade estava apinhoada de gente" vindos do Arraial de Passagem e dos distritos de S. Sebastião, e de S. Caetano. Toda essa gente, segundo o redator, teria ido para Mariana no sábado para presenciar a "destruição dos liberais", que, de acordo com o boato, aconteceria na tradição da Queima de Judas, em que iriam "representarem a scena de 3 Judas simbolizados nas pessoas dos Srs. Arcipreste, Bhering e Berardo". No entanto, sob a tentativa de acalmar os ânimos, teria sido enviado um piquete de cavalaria com 12 homens para conter a movimentação e fazer a segurança da festividade.

De acordo com os liberais, toda a situação teria sido provocada pelos simpatizantes de Pedro I, os quais, aliados aos telegráficos e ao Bispo de Mariana, seriam os organizadores do então falido plano de "estrangular os Liberais". Após o ocorrido, o redator do *Estrella* se dirige a um primeiro leitor visado, aos adversários políticos e, em tom de afronta, diz: "Não temaes, infames covardes, animai-vos: os Liberais conhecem que sois estúpidos, e malvados, mas eles têm bastante generosidade para vos perdoar [...] Envergonhai-vos dos vossos crimes, e não sejais Luzitanos no meio dos Brasileiros, que vos fizeram gente". A seguir, se dirige a um segundo possível leitor, que, neste caso, eram os próprios aliados dos liberais, e alertando-os culpabilizava também o Bispo pelo ocorrido. E afirmava que "este cabaneiro, desejava o nosso sangue, e nós generosos consentimos que ainda viva para puxar o carro triumphante da Liberdade!.."[278]. Por último, se dirige a um terceiro possível leitor, que seria o povo da

[277] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.
[278] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.

cidade, dizendo: "Mariannenses, vede o comportamento dos Liberais, e decidi, se os Liberais são da qualidade dos Telegráficos. Estes nos pertendião matar, e nós lhes perdoamos"[279].

O episódio dos boatos na cidade de Mariana também envolveu a polêmica sobre uma suposta escravização dos pardos, e o tema merece uma atenção especial, já que estes boatos que estariam sendo espalhados em pasquins, anônimos, na calada da noite pela cidade, aparentemente causaram alvoroço não somente entre a população, mas entre os liberais e jornalistas de um modo geral. Os boatos tomaram conta das páginas de jornais liberais mineiros, além do *Estrella Mariannense*[280], o *Novo Argos*[281], *O Universal*[282] e até mesmo o *Aurora Fluminense*[283], na província do Rio de Janeiro. De acordo com as folhas, o grupo composto por seus opositores políticos e membros do jornal *O Telégrafo* teriam se aliado com membros do clero em Mariana, entre fevereiro e março de 1831, para fazer circular, em forma de pasquins, um conjunto de intrigas que difamavam os liberais, entre elas, a de que os liberais tinham o plano de escravizar os pardos livres e também de matar o Bispo dentro da Igreja da Sé[284].

Este episódio, além de tocar no tema da escravidão, uma questão relevante para o contexto de consolidação do Estado nação, nos oferece indícios de que os pardos, além de aliados dos liberais, pudessem ser também aqueles que predominantemente acessavam o conteúdo da imprensa liberal, fosse lendo – já que o censo de 1830 indica certa quantidade de pardos leitores – ou ouvindo as leituras. Neste caso, consideramos que "A palavra escrita, manuscrita ou impressa, circulava e estava disseminada e, mesmo sujeitos inabilitados para ler e escrever, foram identificados como capazes de se utilizar cotidianamente da cultura escrita, de formas variadas e inventivas" (MORAIS, 2009, p. 14).

Em edição[285] publicada em 15 de março de 1831, o *Estrella* narra, com indignação, o aparecimento repetido de pasquins pelas esquinas, que, ao conter "insultos", denunciavam a existência de republicanos em Mariana e espalhavam a "falsa notícia" de que os liberais pretendiam escravizar os pardos livres. Contradizendo os boatos que supostamente circulavam, o redator questiona, por meio de uma série de perguntas que visavam levar o leitor à reflexão, e uma delas era assim: "ignorão por ventura os liberais a grande influência dos nossos Patrícios pardos?". Ao negar o boato, buscava construir a defesa dos liberais

[279] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 97.
[280] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.
[281] O NOVO ARGOS, ed. 69.
[282] O UNIVERSAL, ed. 570; ed. 592; ed. 955.
[283] AURORA FLUMINENSE, ed. 455.
[284] ÁSTREA, ed. 691.
[285] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.

chamando a atenção do leitor para que: "Lede todas as páginas da nossa folha, e de todas as mais Liberais da Província, e vede se em alguma é menoscabada a honra, e a dignidade do cidadão que, é pardo: não o vereis de certo". A seguir, reitera e fala em nome dos liberais: "Nós amamos, e respeitamos aos pardos como cidadãos, sabemos avaliar seus talentos, e as virtudes como único distintivo do homem na Sociedade"[286].

No dia 16 de março de 1831, um dia depois da publicação feita no *Estrella Mariannense*, o jornal *O Universal* publica um texto em que não somente fazia a defesa dos liberais, mas que defendia também os pardos com uma série de argumentos que os colocava enquanto sujeitos que mereciam todo respeito, alegando que os "homens são escolhidos pelas suas qualidades moraes". A matéria intitulada *Mariana* busca narrar parte do episódio e, em tom indignado, se manifesta: "Esta baixa, vil, e infame intriga consiste em assoalhar-se, que os Liberais pretendem cativar os pardos. Miserável intriga! E a tanto pode chegar a desgraça que haja quem se persuada entrar isso na cabeça de alguém?". O texto alega que, ao contrário dos liberais que respeitavam os pardos, existiam, sim, aqueles que faziam aos pardos "ameaça com perseguições, infundamentadas", e que o faziam "só pelo fútil motivo da diversidade de côr". Na defesa da classe dos pardos a matéria afirmava que eles formavam "classe assaz numerosa entre nós, e que ocupa principalmente as fileiras dos nossos defensores". Assim, evocava os leitores a olhar para a instrução que permeava a classe dos pardos enquanto um obstáculo para o suposto plano: "Olhemos ainda para a instrução que tem essa classe, e convencer-nos-hemos de que ella seria outro obstáculo ainda mais forte para a sua dominação arbitrária; quem conheceo uma vez os seus direitos de Cidadão, jamais os quererá perder"[287].

A partir deste episódio que tomou repercussão entre os liberais, foi possível observar correspondências assinadas por pardos que foram publicadas n'*O Universal.* Em uma delas, que foi assinada por um correspondente que se intitulava *Um Pardo* e que fazia uma defesa dos liberais, dizia que "Os Pardos ainda não acharão um só insulto feito pelos Periódicos Liberais; pelo contrário os Liberais são os únicos, que pregão que todos são iguaes perante a Lei; que tanto o Pardo, como o crioulo estão nas circunstâncias de occuparem todos os lugares no Império"[288].

Mas, ao que parece, os pardos não simpatizaram-se os boatos que os envolviam e, em primeiro momento, não saíram em defesa dos liberais, ao contrário, se voltaram contra eles.

[286] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 44.
[287] O UNIVERSAL, ed. 570.
[288] O UNIVERSAL, ed. 592.

Em edição da *Ástrea*[289] e do *Universal*[290], foi noticiado que cerca de 300 pardos e negros teriam ido até a casa de outros liberais, e do redator do *Estrella,* Manoel Berardo, quebrado suas janelas, e, armados com foices e paus, pretendiam matá-lo em retaliação às intrigas sobre a suposta escravização e o suposto plano para assassinato do Bispo. Atente-se para o comentário feito pelo Ástrea, que, em tom bem humorado, dizia que "... O Bispo tem feito actos grandes! Quarta-feira de trevas fingiram (ele e companhia) uma carta em que se participava hirem os Federalistas a Sé roubarem-na e matarem-no". Atente que os liberais de Mariana envolvidos na intriga, eram eles Berardo, Bhering e Honório Armonde eram intitulados por um de seus pares, o periódico liberal Ástrea, como Federalistas.

Voltando à intriga dos pasquins, conforme um texto[291] publicado pelo *Novo Argos* no dia 28 de abril de 1831, além dos pasquins, os boatos também teriam sido espalhados pelo "sr. Manoel Joaquim Ribeiro Padre Mestre Jubilado de Filosofia" a quem o *Argos* dizia ser um "Sacerdote que vive em *santo* ócio à custa do Thesouro Público de Minas". Este padre teria ido "peregrinando pelas partes do Brumado, e Catas-altas, e arvorando-se em Apostolo da recolonisação, por ali pregou em altas vozes, que os Liberais pertendião cativar os homens de côr". Conforme o *Argos,* o falso boato teria deixado em choque os homens pardos do Brumado, o que, por sua vez, ajuda a explicar a profusão de explicações e negações do ocorrido que tomaram conta das páginas liberais. Uma questão que se pode inferir é que os homens pardos livres acessavam/liam o conteúdo dos pasquins, e que, mesmo sem encontrar indícios desses rumores ou críticas à sua classe presentes nos jornais liberais, acreditaram nos escritos dos adversários dos liberais que eram veiculados pelos pasquins, e não nos jornais.

Talvez seja possível inferir ainda que os redatores liberais se preocupavam em querer evitar uma possível desavença com a classe dos pardos, uma vez que, sendo bastante numerosos e instruídos[292], representavam bons aliados para os liberais. E, além disso, é possível sugerir que houvesse, por parte dos liberais, um receio de que os pardos se sublevassem contra o partido liberal moderado, porque, em um texto publicado pelos liberais em novembro de 1833, dois anos depois do episódio em Mariana, rumores naquela altura ligados ao partido caramuru insulflavam mais uma vez o que o *Aurora Fluminense* denominou de "intriga de cores"[293]. Membros do partido dos caramurus estariam incitando a classe dos pardos contra o governo dos liberais moderados, e o *Universal* tentou fazer um

[289] ÁSTREA, ed. 691.
[290] O UNIVERSAL, ed. 580.
[291] O NOVO ARGOS, ed. 76.
[292] O UNIVERSAL, ed. 570.
[293] AURORA FLUMINENSE, ed. 579.

balanço sobre os riscos políticos que haveria em provocar "uma classe numerosa contra o Governo" e se "atiçarem os fechos da discórdia". O texto publicado pelo *Universal* critica e tenta aconselhar os adversários, e diz "Se os caramurus dessem algumas tregoas a sua esquentada imaginação; se eles reflectissem um pouco sobre o perigo que corremos todos no momento em que as paixões se desencadearem". O texto se referia ao fato de que as insistentes intrigas poderiam levar à indignação da classe dos pardos, e, nesse sentido, destaca: "E pensão esses homens que açulão a numerosa classe dos pardos, que se estes por um instante se alucinassem contra o partido Moderado, e rompessem em algum excesso, que depois de soltos os ellos da cadeia, serião eles capazes de separar a linha entre caramurus, Moderados, ou Exaltados". Neste caso, fazia-se presente o receio de que os numerosos pardos se sublevassem contra o governo dos liberais e constituíssem talvez um novo partido, uma nova força política que fosse capaz de separar ou reorganizar as linhas de força do campo político até então traçado. E reitera: "Mais uma vez temos feito conhecer que no Brasil não existe, nem pode existir esse ódio contra os homens de côr"[294].

Entendemos, portanto, que essa necessidade que a imprensa liberal teve de tanto se explicar e tanto argumentar em defesa dos pardos livres pode representar indícios tanto de que os pardos eram leitores como de que poderiam ser apoiadores da causa liberal.

As matérias direcionadas aos supostos leitores adversários também eram comuns. Em setembro de 1830, foi publicada uma matéria afirmando que a civilização dos povos seria a sustentação da liberdade natural dos homens. Reconhecendo os "fecundos princípios do Sistema representativo"[295] e do equilíbrio dos poderes, o texto se direciona ao opositor e realiza uma crítica intensa àqueles que seriam os "Satélites do Despotismo", e então o texto afirma que estariam eles destruindo a liberdade tão duramente conquistada pelo Brasil.

Neste caso, entendemos que, se destinar ao opositor, ao adversário, significava também, para além de censurá-lo, uma tentativa de educá-lo conforme os princípios liberais. Insistir para a persuasão do adversário significava contribuir, portanto, para convencê-lo de que o despotismo iria destruir a liberdade conquistada a duras penas. O redator alegava que só poderia ser considerado um "bom Cidadão aquele, que desempenhava os deveres sociais, e respeitava os vínculos da comunidade". E, nessa linha, após apresentar algumas características do que seria um bom cidadão, explica que há uma propensão em governos bem constituídos de se tornarem despóticos por natureza, e afirma que "esta natural propensão é sempre mascarada com o enganoso véo da inculcada utilidade pública". E, então, o texto se

[294] O UNIVERSAL, ed. 955.
[295] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.

volta ao seu leitor visado, que, neste momento, eram os "sofísticos defensores do Despotismo"[296], com uma pergunta:

> Perguntamos agora aos sofísticos defensores do Despotismo em que períodos de revoluções acham eles o exercício de uma verdadeira liberdade fundada em um sistema constitucional, como aquele que felizmente temos adotado? Nós apenas nos deparamos em todas elas com um continuado Despotismo, em que só devisamos um quadro monótono e horroroso do abuso do poder, quadro, em que os povos figuraram como vítimas da cruel ambição dos Chefes, que dominaram[297].

Apresentando afirmativas que tocam na importância das liberdades para se fazer política com "equidade" e que versavam sobre a "perfeição do sistema liberal", o texto[298] evoca aquele que seria, naquele momento, o destinatário ideal. É para o defensor do despotismo que ele buscava aqui falar, trazendo argumentos que, no decorrer do texto, deslegitimavam a sua causa e alegavam que empregarem tão "miseráveis argumentos", eles "manhosamente recorrer[iam] aos princípios da religião"[299]. E que, agindo desta maneira, eles estariam caminhando para a destruição do Sistema Constitucional.

Em janeiro de 1832, em um texto que menciona a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831 como um momento necessário de libertação, alega que o povo foi capaz de "baquear um Tyrano", porque este violava o pacto fundamental. Tal texto ainda traz uma citação de Tácito, em latim, que dizia "*miserum pacem, vel bello bene mutori"*, e traduz-se "Mesmo a guerra é preferível a uma paz vergonhosa", em que o redator busca justificar que, mesmo que o Brasil ainda estivesse vivendo "terríveis e inevitáveis consequências de revoluções", ocasionadas pela instabilidade política e pelo início da Regência, era necessário operar mudanças na Constituição. O redator Nunan, ao utilizar uma citação do historiador romano Tácito, trazia ao texto mais autoridade e ares de erudição, além disso ajudava a convencer o leitor de que o conteúdo da matéria era verossímil. A citação de um autor clássico, em latim, pode nos trazer alguns indícios acerca de quem seria o leitor presumido no caso desta matéria.

Embora a citação trouxesse autoridade para o texto, ela estava ali porque possuía a sua função semântica, a qual dependia da ação necessária para se fazer presente. Para o entendimento completo do texto, conforme o sentido construído pelo redator, talvez fosse necessária a sua tradução, especialmente se fosse pretensão do leitor compreender todo o sentido da matéria. Contudo, qual seria a parcela da sociedade marianense com habilidades

[296] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.
[297] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.
[298] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.
[299] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 19.

para ler em latim? Ainda que não fosse um leitor das reflexões políticas de Tácito, estes sujeitos supostamente possuíam familiaridade com o latim?

De acordo com Eco (2011), há casos em que o autor constrói um leitor ideal por meio de estratégias textuais, como, por exemplo, o grau de dificuldade linguística, a riqueza das referências ou mesmo inserindo no texto chaves de leitura, alusões, possibilidades de leituras cruzadas. Alguns limites são estabelecidos, e a noção de interpretação, geralmente, envolve uma dialética entre a estratégia do autor e a resposta do leitor-modelo. Sobre as formas que um texto tem de prever seus leitores-modelos, pode-se destacar a escolha de uma língua, pois exclui obviamente aquele que não a fala, a escolha de um tipo de enciclopédia, ou seja, os conhecimentos prévios que são necessários para que se entenda o texto. A escolha de um determinado patrimônio lexical e estilístico e, ainda, os sinais de gênero que selecionam a audiência, ou o campo geográfico. Deste modo:

> prever o próprio Leitor-Modelo não significa somente 'esperar' que exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo. O texto não apenas repousa numa competência, mas contribui para produzi-la (ECO, 2011, p. 40).

A partir de alguns indícios que foram trazidos sobre o alcance e circulação do jornal e que nos ofereceram uma visão mais geral sobre quem seriam os possíveis destinatários dos textos, buscamos inferir características sobre aqueles que poderiam ser os leitores-modelo para o periódico. Entendendo que eles poderiam assumir diversos perfis: os leitores possíveis para o periódico não eram apenas os habitantes da cidade de Mariana, mas poderiam ser habitantes dos seus distritos e da Província mineira, de modo geral. Havia ainda a hipótese dos leitores habitantes de demais províncias. Ao que indicam os anúncios, um dos perfis de leitores que eram esperados pelo redator pertenciam a uma classe abastada, já que grande parte dos anúncios ofereciam imóveis ou artigos de luxo. No entanto, os sujeitos pertencentes às camadas mais pobres, embora não fossem contemplados nos anúncios por motivos óbvios, poderiam, se quisessem, adquirir o jornal, já que o seu custo não era alto. Ou poderiam, caso fossem de seu interesse, ir até o gabinete de leitura da sociedade patriótica em Mariana para fazer sua leitura, já que os jornais eram disponibilizados no local. Os leitores visados pelo periódico *Estrella Mariannense* poderiam tanto possuir algum grau de erudição, dominar o latim, e se interessar pela aquisição dos livros em francês. Ser, por exemplo, um político, um jornalista, um jovem estudante do seminário, um professor ou uma professora com habilidades de leituras, como também poderia ser um alfaiate, um sapateiro ou um comerciante que tivesse pouca ou nenhuma habilidade com a leitura, já que frequentar as

leituras de periódicos abertas ao público poderia ser uma boa opção neste caso. Já o perfil de um leitor com poucas habilidades com a leitura poderia beneficiar-se dos textos que eram didaticamente construídos, metaforicamente arranjados, contendo trechos com marcas da oralidade e passagens retoricamente construídas que aparentemente poderiam tornar o texto de mais fácil assimilação. Ou mesmo tornar a sua leitura oralizada aparentemente mais fácil. Outro perfil de leitor visado pode-se dizer que era o próprio adversário político dos liberais, já que direcionava, em diversos momentos, as suas matérias a eles, buscando desarticular a oposição.

A seguir, buscaremos uma aproximação com aqueles que muito provavelmente liam o periódico *Estrella Mariannense,* partindo de alguns indícios de interlocução que sugerem, portanto, os chamados leitores empíricos, ou seja, sujeitos de carne e osso que liam o jornal.

4.2 Uma aproximação com os leitores empíricos: interlocuções do *Estrella Mariannense* com seus adversários políticos e o clero

O leitor, na medida em que lia o jornal, construía seu entendimento imergindo no texto e nos recursos e nas estratégias que eram decisivos para a assimilação do conteúdo veiculado. No *Conto de Escola* escrito por Machado de Assis (1959), o menino Pilar nos narra o modo como o seu professor, o severo mestre Policarpo – por estar imerso na leitura de um periódico que estava sobre a mesa, no ano de 1840 – desapercebia-se da traquinagem feita por ele e o colega Raimundo na classe. E imergia nas páginas do jornal, atento, envolvido. Pilar, observando o mestre, nos conta que:

> [...] tomou as folhas do dia, três ou quatro, que ele lia devagar, mastigando as ideias e as paixões. Não esqueçam que estávamos então no fim da Regência, e que era grande a agitação pública. Policarpo tinha decerto algum partido, mas nunca pude averiguar esse ponto. O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, despendurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca. E daí, pode ser que alguma vez as paixões políticas dominassem nele a ponto de poupar-nos uma ou outra correção. Naquele dia, ao menos, pareceu-me que lia as folhas com muito interesse; levantava os olhos de quando em quando, ou tomava uma pitada, mas tornava logo aos jornais, e lia a valer. (ASSIS, 1959, p. 534)

O mestre Policarpo, absorvido pela leitura do jornal e aparentemente tomado pelo texto ali contido, poderia, na visão temerosa do menino Pilar, acabar poupando-os da punição da palmatória, para assim continuar a sua leitura. Um mestre compenetrado, tão rendido à leitura

do jornal, quase inofensivo porque estava entregue também às suas paixões políticas. No decorrer da leitura, o mestre parecia tornar-se a cada minuto mais envolvido pelo jornal: "E ele não podia ver nada, estava agarrado aos jornais, lendo com fogo, com indignação", narra Pilar. O menino, preocupado em esquivar a atenção do mestre, continuava observando minuciosamente os sinais que Policarpo emitia na leitura: "lia os jornais, artigo por artigo, pontuando-os com exclamações, com gestos de ombros, com uma ou duas pancadinhas na mesa" (ASSIS, 1959, p. 534).

Embora não seja possível trazer afirmações acerca dos modos como eram lidos os jornais nas décadas de 1830 e 1840, podemos dizer que o conto de Machado de Assis, apesar de ter sido publicado em 1881, contribui para a nossa imaginação narrando um episódio aparentemente natural para o ano de 1840. O breve trecho apresentado traz elementos que nos permitem construir uma atmosfera sobre como e onde poderiam se dar as leituras de periódicos em um contexto marcado por instabilidades políticas como o do século XIX. E é partindo do pressuposto de que havia, assim como no conto narrado, um envolvimento na leitura do jornal por parte daquele que lia, que buscaremos pensar os leitores empíricos do jornal marianense.

Ao refletir sobre o papel do leitor nos textos narrativos, Eco lança a ideia de que o texto é, por si só, uma incompletude, a qual pressupõe, em sua natureza, uma espécie de colaboração do leitor ou destinatário. Deste modo, é preciso enfrentar a pragmática do texto, ou seja, se lançar em uma atividade cooperativa que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto quase sempre não diz, mas que pressupõe, promete e implicita. Essa atividade nos leva a "preencher os espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para a qual acabará fluindo". Nesse sentido, buscar uma aproximação com o leitor empírico, ou com o destinatário, a despeito de ser, de algum modo, abstrato, é constitutivo do jogo textual, é uma cooperação. Assim: "Postular a cooperação do leitor não quer dizer inquinar a análise estrutural com elementos extratextuais. Como princípio ativo da interpretação, o leitor constitui parte do quadro gerativo do próprio texto" (ECO, 2011, p. 11).

Portanto, para buscar esta aproximação com o leitor empírico, partiremos de algumas pistas, como, por exemplo, trechos de interlocução de outros textos, sendo documentos ou jornais que respondem ou dialogam com matérias que foram publicadas no *Estrella*. As matérias publicadas eram constituídas, como dito anteriormente, por textos predominantemente de cunho político e, portanto, demandavam um leitor que, além de se interessar pela intensa disputa política que envolvia o fim do Primeiro Reinado e os primeiros

anos da Regência, estivesse também disposto a mergulhar nas controvérsias e discórdias de um universo conflituoso como o da sociedade marianense.

Os conflitos que foram estabelecidos neste contexto entre os liberais e os membros da alta cúpula do clero em Mariana estiveram muito presentes nas páginas do *Estrella* e demais jornais liberais mineiros. E estes conflitos se relacionavam a uma série de questões políticas que envolviam uma disputa maior, a qual colocava frente a frente, no contexto dos primeiros anos do Império, aqueles que, alinhados aos pressupostos herdados do Antigo Regime, integravam uma ala da Igreja católica considerada herdeira do ultramontanismo [300] e defendiam a manutenção da soberania eclesiástica, e dos ditames da Santa Sé (inclusive para gerir o Seminário em Mariana), *versus* aqueles que defendiam o liberalismo e a construção de uma Nação pautada nas Luzes, e, entre eles, estavam, além dos membros do clero alinhados com os pressupostos liberais, redatores de periódicos liberais, comerciantes liberais e políticos. Portanto, as disputas políticas que ocorreram em Mariana, mais do que envolver questões locais e pertinentes ao Seminário, estiveram relacionadas com as tensões vivenciadas durante o processo dinâmico de fundação do Império brasileiro. Conforme Lage (2011, p. 24), "A disputa de poder entre liberais e ultramontanos aqui analisados ultrapassava as relações políticas e religiosas e perpassava o estatuto simbólico do poder, o qual estava indissociável de sua representação".

De acordo com Almeida (2015), os conflitos que ocorreram entre o bispo de Mariana e o padre, redator, professor e político Antônio Ribeiro Bhering, no que se refere principalmente às disputas que envolviam o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte,

> estavam atreladas aos impasses enfrentados nas décadas iniciais do processo de construção do Estado e da nação brasileiros. Nessa conjuntura, foram colocados em discurso projetos, identidades e interesses de grupos políticos instalados na corte e nas províncias, os quais apontavam caminhos diversos a serem trilhados pelo país recém-independente (ALMEIDA, 2015, p. 137).

Logo, as questões que alimentavam as rinchas políticas ocorridas em Mariana entre os liberais e seus adversários políticos, neste caso, tanto os membros do clero como os opositores de modo geral, diziam das disputas de um projeto de Nação que estava em jogo. Além disso,

[300] Ala da Igreja católica que defendia a concentração de poder eclesiástico nas mãos do Papa, se opunham à liberdade de imprensa. De acordo com Lage (2011, p. 35), "O pensamento da Igreja Católica no século XIX estava centrado principalmente nas propostas *ultramontanas*, movimento também conhecido como C*atolicismo Romanizado*. Do latim *ultramontanus,* o termo designou aqueles fiéis que atribuíam ao Papa um importante papel na direção da fé e no comportamento do homem." Para ultramontanismo, ver Ana Cristina Pereira Lage (2011).

tal disputa local evidenciava uma clivagem que foi constituída dentro do próprio corpo eclesiástico da Igreja. A posição conservadora e antiliberal assumida pelo bispo de Mariana, o Dom Frei José de Santíssima Trindade, tanto na administração do Seminário quanto na circulação de saberes e ideias em Mariana não representavam apenas uma simples contrariedade política de um bispo pouco afeito às transformações que se requerem para o processo de construção de uma Nação que estava em curso. O bispo parecia elaborar estratégias para contrariar os liberais e impedir a chegada de novidades filosóficas entre os jovens marianenses (ALMEIDA, 2015).

Também ao que constatamos, o bispo parecia elaborar estratégias não somente para contrariar, mas para deter e "demonizar" o avanço do projeto liberal em Mariana e em Ouro Preto, já que havia rumores entre os liberais de que ele estivesse por detrás dos financiamentos da produção do periódico adversário dos liberais. Em Correspondência enviada para *O Novo Argos* em janeiro de 1830, um possível leitor que se intitulava *O Incrédulo* dizia desacreditar que "o Sr. Bispo de Marianna tenha gasto 500$ com o Telégrafo", e teria suspendido "muitas Mezadas concedidas a alguns pobres". A correspondência sugeria que donativos feitos pelo bispo foram para fortalecer o jornal *O Telégrapho,* que, como anunciavam os liberais, estaria sempre envolvido em problemas financeiros. *O Incrédulo* questiona a suposta ação, ao mesmo tempo em que sugeria ao leitor que aquilo era muito plausível, e questiona: "S. Exª, que interesse tem que o Telégrafo exista? Será para dizer que ele é santo? Mas eu não suponho que a tanto chegue a vaidade de nosso Prelado. Será para discompor a Vasconcellos?"[301]. De acordo com Lage (2011, p. 39), "O papel da imprensa laica foi fundamental para fazer circular as ideias anticlericais, liberais, republicanas e socialistas. Por outro lado, a Igreja Católica também expandiu o seu ideário utilizando jornais impressos. A imprensa era o lugar de exposição das contradições ideológicas".

O jornal *O Telégrapho* era acusado pelos liberais de atacar tanto o deputado, até então liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos, como os demais redatores liberais da província. A correspondência aos poucos assume um tom dissimulado e fazia referência às benesses que teriam sido feita por Vasconcelos ao bispo, sugerindo que o bispo, ao agir com ingratidão, estaria agora se voltando contra Vasconcelos e obstinado em destruir os liberais. De modo irônico, parecendo estar falsamente incrédulo, o leitor pergunta onde estaria indo o "dinheiro que sahe da bolsa dos pobres Clerigos, e Ordenandos, para sustentar ao Telégrafo, que é a

[301] O NOVO ARGOS, ed. 9.

injúria dos Periódicos infames? Se o Nosso Bispo assim o praticasse mereceria não o nome de Pastor, mas de Lobo Faminto: Eu não creio em similhante conto: um Bispo Telégráfico! É a pior peste, que podíamos ter...”[302]. As matérias que envolviam o bispo eram geralmente em tom de intriga e, ao que tudo indica, eram lidas pelo mesmo bispo, já que ele nutria “enorme ódio”[303] pelos liberais, em especial pelo redator do *Estrella Mariannense* por causa das matérias ofensivas à sua figura. Ao que tudo indica, o bispo lia as folhas liberais e tomava conhecimento de todas as ofensas à sua pessoa que figuravam nas páginas desses periódicos. E por isso teria passado a perseguir não somente os redatores liberais, mas também os alunos do Seminário que mantivessem contato com estes e que fizessem a leitura das folhas liberais, como mencionamos no Capítulo 1.

Importante considerar que este era apenas um dos aspectos que compunham o conflituoso cenário marianense de disputas políticas durante as primeiras décadas do século XIX. Além deste, uma série de outras tensões estiveram presentes e colocavam os liberais e o redator do *Estrella* também em conflito constante com o poder municipal que se consubstanciava na Câmara Municipal de Mariana, e com o grupo ligado à produção do jornal *O Telégrapho*. Portanto, um leitor de jornais como *Estrella*, *Universal, Novo Argos*, *O Homem Social*, por exemplo, estava, de algum modo, sintonizado com as questões políticas que envolviam tanto os membros do clero quanto os redatores de outros jornais e os opositores da ala liberal. Nunan parecia acreditar firmemente que, com sua postura combativa, estava lutando em defesa plena da Nação, e afirmava que “A *Estrella Mariannense* continuará a bater todos os abusos de Authoridades constituídas”[304].

Como brevemente mencionado no Capítulo 1, Nunan se envolveu em uma situação polêmica com a Câmara de Mariana enquanto exercia a função de secretário. Isso porque, após publicar censuras à Câmara em algumas das edições de seu periódico, acabou sendo denunciado formalmente pelo Sargento Mor da cidade, José Joaquim Gonçalves Serra, o que ocasionou, além de sua expulsão da corporação, um episódio de polêmicas que se arrastou por semanas nas páginas da imprensa liberal e envolveu seu nome e o de membros da Câmara. Atentar para esta polêmica foi importante porque nos trouxe indicativos de que os membros da Câmara liam o jornal publicado por Manoel Berardo, já que a denúncia sob acusação de “perverso incendiário” e “Inimigo da Nação” foi motivada devido ao teor das matérias que estavam sendo publicadas no jornal. Em março de 1831, logo após a denúncia, foi constituída

[302] O NOVO ARGOS, ed. 9.
[303] O UNIVERSAL, ed. 604.
[304] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.

pela Câmara uma Comissão que, formada pelos vereadores Luiz Gonzaga Gomes Pereira, Manoel Francisco Silva Costa e José Ferreira Oliveira, avaliou as denúncias que haviam sido feitas sobre Nunan[305].

Por meio de um parecer, a Comissão alegou que não era de sua competência julgar o crime, e sim do Tribunal de Jury, mas que, de todo modo, era necessário repreender os "indecorosos" e "rudes termos" com os quais Nunan teria "deprimido a força moral" da Câmara "servindo censuras acrimoniosas em seu jornal"[306]. O parecer, elaborado pelo presidente da Câmara Gomes Pereira, explicava que o secretário era antes de tudo um "súdito da Câmara, e não arbitrário censor de suas operações; é executor de suas ordens, e não fiscal de seu procedimento." E que, portanto, não poderia utilizar-se de um periódico que fosse para abordar ou fiscalizar questões internas àquela corporação.

Apesar do fato de o Sargento Gonçalves Serra, o denunciante, não ter comprovado os crimes, consta que, em discussão, "fundamentou o mesmo senhor o dito parecer apresentando um número do Periódico Estrella quarenta e hum, que bem demonstra as opiniões de Federação contrarias à ordem estabelecida em nossa Constituição"[307]. A Comissão da Câmara endossava a denúncia feita a Nunan, dizendo que, devido à sua "política" e também ao seu "modo de pensar", seria degradante para a Câmara "aconservar-se hum Secretário publicamente taxado de incendiário, e de inimigo da Nação, de cuja taxa se faz mais suspeito pela ilimitada Liberdade com que na qualidade de Redactor da Estrella falla em seu periódico em = federação no Brasil="[308]. Conforme as palavras do presidente Sr. Gomes Pereira, na edição de Nº. 41 do *Estrella*, o redator havia "feito uma Proclamação, e tratado de partido desorganizador, os Federativos", de modo que se alegava, por isso, que ele utilizava de sua folha para defender e "pregar a Favor da Federação"[309].

Após o ocorrido, Nunan não poupou sua pena para aumentar o tom combativo do jornal e passou a depreciar tanto os membros da Câmara como o seu denunciante a quem chamou de "gênio da intriga metamorfoseado em um celebre Major". Acusando ambos de estarem envolvidos com os membros da "infame quadrilha de absolutistas"[310] ou, mais propriamente,

---

[305] AHCMM. *Ata na qual leu-se o parecer da comissão formada para investigar as denúncias contra o Secretário da Câmara*. Cód. 206, fls. 68v. – 69v.
[306] AHCMM. *Ata na qual leu-se o parecer da comissão formada para investigar as denúncias contra o Secretário da Câmara*. Cód. 206, fls. 68v. – 69v.
[307] AHCMM. *Ata na qual leu-se o parecer da comissão formada para investigar as denúncias contra o Secretário da Câmara*. Cód. 206, fls. 68v. – 69v.
[308] AHCMM. *Ata na qual leu-se o parecer da comissão formada para investigar as denúncias contra o Secretário da Câmara*. Cód. 206, fls. 68v. – 69v.
[309] AHCMM. *Ata na qual leu-se o parecer da comissão formada para investigar as denúncias contra o Secretário da Câmara*. Cód. 206, fls. 68v. – 69v.
[310] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45

de estarem sintonizados com o grupo ligado à produção do jornal adversário, *O Telégrapho*. A partir de então, edições publicadas nas semanas subsequentes ao ocorrido contavam com matérias abordando o tema de sua expulsão da Câmara ou fazendo alguma menção ao ocorrido. Em todas elas, o leitor era convidado a se inteirar dos acontecimentos, segundo a ótica do redator liberal, mas a edição publicada em 2 de março ganha destaque porque, além de inúmeras afrontas, é por meio dela que se publica, na íntegra, o documento oficial de *Parecer da Comissão* que fora formada para investigar as denúncias a Nunan. A partir deste documento, são feitas, na matéria escrita por Nunan, acentuadas críticas que julgavam o documento como ilegal, "um epílogo de contradições, e asnidades"[311].

Nunan anuncia que o autor do documento, o presidente da Câmara, "se ufana" de o haver excluído da corporação e, indignado, ressaltava, referindo-se a Gomes Pereira que: "de tudo é capaz o homem que se guia não pelos dictames da razão, mas pelos do capricho, e da prepotência". Opondo-se ao conteúdo do documento, dirigia-se mais uma vez a ele, que, neste momento, era um dos destinatários principais do texto, e o provocava, voltando-se com a ironia que lhe era peculiar: "é o Sr. José Justino Gomes Pereira [...] é a este mesmo que nos dirigimos para analysar a grande peça de sua *sapientíssima* cabeça". E perguntava: "Diga-nos o sr. Gomes Pereira quando censuramos nós as suas ilegais propostas?"[312]. Buscando afrontar e interrogar o presidente da Câmara, analisava criticamente trechos de todo o *Parecer* destacando e refutando aqueles que julgava digno de crítica.

No trecho em que Gomes, denotadamente influenciado por um pensamento herdado do Antigo Regime, afirma que "o Secretário é súdito da Câmara" e, portanto, "executor de suas ordens", Nunan se irrompeu em ironias e disse: "ora com efeito muito brilhou neste pedacinho o Sr. Gomes Pereira: julga que ao súbdito só compete obedecer". Contrapondo-se, ele explicava que no Brasil essa "proposição é falsíssima". E que era preciso, para a "ilustração" do Sr. Gomes, relembrar as palavras da Constituição, que possivelmente se esquecia, de que todos podem "comunicar seus pensamentos" e "publicá-los pela Imprensa independente de censura"[313]. Durante os primeiros anos do período imperial, as Câmaras pareciam assumir uma caraterística híbrida, característica esta que fazia com que elas estivessem divididas entre se tornarem a expressão de um espaço público constitucionalista ou se manterem nas bases e heranças do Antigo Regime.

[311] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.
[312] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.
[313] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 45.

Acontece que a polêmica matéria escrita por Nunan, supostamente de cunho federalista, publicada no N. 41 do *Estrella*, fazia uma contundente crítica ao governo de D. Pedro I, questionava as perseguições sofridas por diversos liberais, e dizia: "Que quer o Governo com isto; torno a perguntar?". A partir de então, seu texto afirma, destacadamente, que o Brasil há de estabelecer a "Federação pelos meios llegaes" e, deste modo, "desta arte arrancará das mãos de seus tiranos o alfanje". Em seguida, reiterava que: "A Federação (ainda repito) será então a única barreira contra as invasões do Poder, será o arrimo do Brasil, o garante de sua liberdade"[314]. E, pela terceira vez, em tom de ameaça, mencionava a Federação ressaltando: "Eu falo claro para que todos me entendam: e se o Governo fingir não entender, se inda continuar no caminho da perversidade; então bem depressa o sistema Federativo será intronisado".

Periódicos mineiros liberais, entre eles, *O Novo Argos*, o *Estrella Mariannense*, *O Pregoeiro Constitucional* e *Astro de Minas,* se manifestaram durante o ano de 1831 em defesa do federalismo. De acordo com Silva (2014, p. 60), "O teor federalista presente na moderação mineira não era avesso ao governo central. Ao inverso, os primeiros anos das regências foram de pleno apoio ao governo." O autor afirma ainda que, no "alvorecer das regências, explicava-se a disputa de sentidos no campo simbólico exaltado os significados de participação popular mais ampla, ações violentas e república" (SILVA, 2014, p. 57).

O jornal *Estrella Mariannense* e demais jornais liberais, como, por exemplo, o *Novo Argos*, ao que tudo indica, eram não somente lidos pelos membros da Câmara, mas eram focos que suscitavam discussões entre os membros do poder político. Em março de 1831, a Câmara de Mariana convocou, "por haver matéria urgente", uma reunião extraordinária na qual o Sr. Gomes Pereira realizou uma explanação, digamos, um tanto sobressaltada. Ou seja, nos dizeres da Ata, o Presidente teria feito uma:

> enérgica indicação de palavra expondo o desassossego, em que se acha a maior parte dos habitantes da Cidade com boatos aterradores se ereçõens de República, insultos a Cidadãos por Pasquins, e alguns a maneira de Proclamações; um facto de denúncia de haver encomenda de dous Bomboens, supondo ser para sinal por serem encomendados em segredo. (AHCMM. Cód. 206, *Atas da Câmara*, fl. 81f. – 81v.).

Isso se deu porque o senhor Capitão Manoel José Esteves Lima, inimigo declarado dos liberais em Mariana, teria criticado, juntamente ao presidente da Câmara Sr. Gomes Pereira, uma matéria publicada no *Novo Argos*. Conforme a Ata, o Sr. Gomes Pereira se "fez ver que na sessão passada apoiada a indicação, que fizera o sr. Esteves Lima, sobre a indignação, que

[314] ESTRELLA MARIANNENSE, ed. 41.

tivera de ter visto no Periódico Argos doutrinas de República"[315]. Ou seja, os textos que mencionavam o federalismo publicados pelo *Estrella Mariannense* e *Argos* estariam não somente sendo lidos pela sociedade, mas também suscitando a preocupação das autoridade porque estavam contribuindo para insuflar a população às ideias federalistas, as quais envolviam a defesa de elementos como a autonomização das províncias e a diminuição das autoridades do governo imperial (BASILE, 2001).

A Câmara de Mariana, após demitir o secretário e redator Manoel Berardo, enviou um documento à Presidência da Província dando satisfações sobre o mencionado episódio, o qual ganhara proporções em jornais da imprensa liberal mineira. A Câmara, por meio deste documento, defendia-se das acusações de despótica que estavam veiculando contra ela nas folhas liberais e reconheceu a importância de sua retaliação devido ao caráter educativo do *Estrella Mariannense.* Caráter este que poderia facilmente encorajar os apaixonados pelo prisma de suas orientações. Trechos do documento que se segue corroboram com a hipótese de uma interlocução entre a Câmara e os jornais liberais, indicando que seus membros, concordassem ou não com o conteúdo veiculado, eram também, assim como os membros do clero, leitores do jornal.

Ao que parece os jornais liberais estavam sendo mais do que lidos, estavam sendo vigiados, já que eram censurados em documentos públicos e oficiais, como o que se segue abaixo, em que Nunan é mais uma vez depreciado sob a alcunha de federalista:

> A justiça, o dever, o decoro, a imparcialidade, e os interesses geraes do Município são os únicos motivos, que em vista teve a Câmara para lançar fora hum tal Secretário pregador da federação, e de doctrinas Subversivas da Constituição, e do actual Sistema de Governo como consta do Estrella nº 41.
> [...] São pois estas, e não outras Ex.mº Senhor, as causas, que teve a Câmara para lançar fora o referido Secretario, que falsa, e imprudentemente ousa taxar a Câmara de infractora de Leis, e de Ser compelida por Ódios, e patronatos; mas como o Estrella he hum dos Astros influentes na Órbita federativa, porque o Seo modo illumina, e orienta, he por isso mesmo que se tem feito tão ruidosa sua demissão, encorajando-a as apaixonadas através do prisma de Suas imaginações para a = tratarem de despótica, arbitraria, e illegal. Este officio serve de resposta oprimida, que apareceu no Universal fabricada por algum [Palaro] para se deprimir a Câmara [...]. (Informe da Câmara de Mariana à Presidência da Província sobre a Demissão de Manuel Berardo Accursio Nunan. 21 de Março de 1831. AHCMM, Cód. 672, fls. 066-066v, grifos nossos).

O ofício, ao final, afirmou que se destinava também como resposta ao periódico *O Universal*, já que este foi um dos jornais que deram "fôlego" para o episódio da demissão de Manoel Berardo em suas páginas. Elaborando suas críticas na mesma linha do próprio

[315] AHCMM. Cód. 206, *Atas da Câmara*, fl. 81f. – 81v.

Estrella, passou a acusar a Câmara de despótica. E, como o *Universal* era um jornal mineiro de grande projeção durante as primeiras décadas de 1830, com circulação para além da província, contribuiu de certo para que o episódio se tornasse notícia e fosse publicado até mesmo em jornais de outras províncias.

Ficou claro também que os redatores liberais liam e estabeleciam diálogo com o jornal *O Telégrapho*. Isso porque diversas de suas matérias eram recuperadas por jornais liberais ainda que fossem com a finalidade de serem censuradas ou ridicularizadas. Apenas no *Estrella Mariannense* foram constadas um total de pelo menos 32 referências explícitas ao *Telégrapho.* Portanto, do mesmo modo, acreditamos que opositores telegráficos também liam os jornais liberais, já que os mencionavam em seus textos[316], o que pode ser observado na recuperação de citações em que se faziam os liberais.

Em dezembro de 1830, *O Telégrapho* publica um texto em crítica aos liberais, mais especificamente ao redator de *O Novo Argos,* que, naquele período, era o padre e professor de retórica Antônio Ribeiro Bhering – o mesmo que havia sido expulso do Seminário em Mariana, no ano anterior, em 1829, sendo acusado pelo Frei José de Santíssima Trindade por suas explanações contendo novidades filosóficas. Em matéria, *O Telégrapho* censura o *Argos* dizendo: "Mineiros, esta folha – *argos* dedicada a impiedade desde o seu nascimento" surgiu do "descaramento de hum padre". A matéria do *Telégrapho* afirmava que "Sr. Argos [ilegível] são realmente a linguagem [ilegível] *desenfreada* liberdade dos nossos tempos, legitima marca da impiedade: este seu escripto he dos mesmos adoptados pela *seita do iluminismo* para derrubar a Igreja, começando pelo princípio de ridicularizar as suas primeiras Authoridades"[317].

Nesta edição, o *Telégrapho* afirma que os "*liberalões* fazem ao espirito dos Povos huma guerra de illuzão, de erros, e de trevas" e criticando-os de "jacobinos" e "sofistas" propõe que irão se opor a estes liberais a quem "uma guerra de zelo para a Ordem Social, huma guerra de humanidade, e de conservação"[318]. As referências do *Telégrapho* ao *Universal* e *Astro de Minas* também eram explícitas, e é interessante notar que os redatores governistas, ao tratar de sua oposição aos liberais, utilizavam estratégias semelhantes às que os liberais utilizavam, tanto referentes aos insultos, nomeando-os, por exemplo, de "republicanos", "universalitanos" ou a folha "maligno astro", quanto utilizando também recursos de ordem tipográfica. Para os liberais mineiros, fossem eles ligados à ala mais radical ou moderada, ser chamado de

[316] O TELÉGRAPHO, ed. 169; ed. 171.
[317] O TELÉGRAPHO, ed. 169.
[318] O TELÉGRAPHO, ed. 169.

republicano era considerado uma ofensa, já que este termo, durante o contexto de Abdicação, passou a ser substituído por federalista (BASILE, 2001).

Os adversários dos liberais, ao que tudo indica, buscavam, dessa forma, estigmatizá-los quando os acusava de serem adeptos do republicanismo, do federalismo ou mesmo do anarquismo. A respeito de considerações mais gerais sobre os leitores presumidos e empíricos para o *Estrella Mariannense,* podemos dizer que o domínio da habilidade de leitura não era condição necessária para que a população interessada sobre os assuntos políticos tivessem acesso às últimas notícias e participassem ativamente do cotidiano político.

Considerações Finais

Circunstancias imperiosas nos obrigao a auzentar nos de nossa Patria e estabelecermo-nos na Villa da Pomba, interrompendo por isso a publicação da Estrella Mariannense. Nos conhecemos o diminuto dos nossos talentos, conhecemos que nada somos no mundo literário e que nossa pena mal aparada somente indicava aos nossos Concidadãos o espirito, que nos dominava, e o desejo de ver prosperar o Brazil, nossa querida Patria e por consequência não podemos deixar de conhecer também que nossa falta nao sera sensível. Se tantos e tão corajosos Defensores da Liberdade se achao em campo denodadamente combatendo os inimigos da liberdade se a Aurora, Astrea, Verdade, Independente, Universal, Astro, Homem Social, Argos e outros não menos fortes, nem menos eloquentes se conservão na atitude, nos não ofendemos o sagrado juramento, que havemos prestado de combater sempre o inimigo, de persegui-lo sempre, deixando o terreno que ocupávamos: talvez talvez façamos antes hum serviço mais relevante deixando o posto a hum Campeão mais hábil, mas nunca mais destemido, nem mais amigo de sua Patria, nos o dizemos com ufania. Hoje em nome dessa querida pátria, he hoje em nome da Liberdade, e de tudo quanto ha de mais sagrado para o homem, he hoje que invocando o sagrado nome de Americano, que nos pedimos aos nossos Concidadãos que se não deixem fascinar, que se não deixem iludir pelas doces palavras, que [ilegível] Amigos do Povo desejao ver seus pulmões rocheados com as grossas algemas de hum Despota perjuro de hum Principe que jurou perder nos, levar-nos ao abismo, que suas paixoens, e sua ambição insaciável havia forjado. Em nome do Brazil, nos pedimos aos nossos Concidadãos, que escutem os raios da Patria, que não procurem [ilegível] para mais longe o tempo, em que a força natural das coisas parece ja fazer entrar o Brazil nesse Pacto americano, único capaz de ligar os filhos do novo Mundo. Nos deprecamos que se não deixem iludir por esses que com o falso titulo de Patriotas, de amigos da Constituição propalao princípios quase por desgraça nossa de generalizarem produzirão as tristíssimas scenas, que a tantos anos ensopão de sangue a infeliz America do Sul. Impossível será conservando-se o espirito de discórdia, que gênios a trabilarios soprão entre Cidadãos de huma mesma família se tenha no equilíbrio o grande Edificio social, e nem pela pratica de actos violentos, nem com desprezo das Leis, e dos direitos dos outros será possível que nos dirijamos ao caminho da liberdade, para a qual ja tanto nos vemos cansados. [...) Esta Patria querida, esta pátria idolatrada, e cujos destinos se não devem arriscar por paixões [ilegível] por interesses exige dos Brazileiros que se não ensurdeçao a sua voz afflicta, que não possigão nos planos liberticidas que degenerados Brasileiros hão trassado nos horrorosos antros da mais negra perfídia. [...) respeito as leis, confiança no Governo são a única taboa que nos pode salvar, salvemo nos por que assim salvamos a pátria. Deos da America! O Brazil he obra de vossas mãos, salvai-o.

Este texto[319] foi apresentado pelo redator no último número publicado do jornal *Estrella Mariannense*. Sem explicações objetivas sobre o fim da publicação, Nunan não afirma, mas sugere que teria sido compelido a tal medida quando alega que circunstâncias imperiosas o

[319] ESTRELLA MARIANNENSE, Edição Extraordinária, ed. 120.

teriam levado ao encerramento da folha. Ele conta para seu leitor que deveria mudar-se para a Vila do Pomba, que era pertencente ao Termo de Mariana, e também roga ao leitor que não se deixasse iludir pelos falsos patriotas, pois seria arriscado para a Pátria ceder às doces palavras e às paixões daqueles que seriam os traidores. O caráter educativo do jornal, a sua preocupação em orientar o leitor, em convencer o leitor, está a todo momento implícita e explícita nas páginas do jornal.

Quando decidimos realizar a análise deste periódico, algumas preocupações se apresentavam como ponto de partida para este estudo. Entre todas elas, cabe aqui mencionar que a mais significativa era tentar entender como, durante os primeiros anos do século XIX, um jornal era capaz de educar o seu leitor, educar a sociedade, ensinar sobre política, inculcar valores e preceitos. Era já pressuposto dado e difundido por outros trabalhos o caráter educativo dos jornais; quais voltados para temas políticos (ou não políticos) que se destacavam por colocar o leitor em um universo de informações e também de reflexões que eram muito próprias e sintonizadas com o ideário das Luzes. Nossa contribuição é a de buscar elucidar como acontecia esse processo educativo, analisando as estratégias de escrita utilizadas na redação de um jornal, considerado por nós, como exemplar. O processo de construção do jornal e a escolha dos textos que iriam compor a sua textualidade se apresentaram, no decorrer da pesquisa, como algo mais complexo do que imaginávamos, porque continham uma série de movimentos próprios metodicamente construídos e implementados. O movimento de escolha dos textos, o seu arranjo e sua acomodação dentro de cada edição, a escolha dos autores que eram referências expressas para a linha de pensamento do jornal se aliavam a um outro tipo de movimento. Este outro movimento, que era representado pela criação e a implementação de uma série de estratégias que pertenciam às ordens discursivas, retóricas e tipográficas, nos disseram de um potencial do periódico que partia da ordem do texto e da materialidade e eram constitutivos para os significados assumidos pelo *Estrella Mariannense.* Estes movimentos compunham, principalmente, as estratégias educativas, porque estavam sendo postas em ação para educar o leitor.

Ao observarmos o movimento de composição do jornal, vimos que assumia uma lógica definida que se expressava por meio de um processo de apropriação de textos provenientes de outros jornais, trechos de livros e correspondências, citação de autores, aliado à produção de artigos de opinião. Assim, o jornal era produzido, e o resultado dessa produção consistia, ao final, em um texto híbrido que, sintonizado com os pressupostos das Luzes, assumia sua dinâmica própria e uma lógica na eleição de textos que o iriam compor. Analisamos como era realizado o movimento de composição do periódico, buscamos identificar o repertório de

leituras e obras que eram apropriados para o texto do jornal, e a gama de autores que eram citados e utilizados e que contribuíam para o processo de legitimação da escrita. Além, é claro, de quais tipos de textos eram apropriados e de que modo eles eram incorporados ao conteúdo do jornal. Isso nos permitiu observar a complexidade que residia no movimento de escrita do jornal no que concerne principalmente à escolha/criação de textos que visavam educar e formar politicamente aqueles que acessavam seu conteúdo.

A formação política do leitor, ou seja, a formação de uma opinião pública acerca de ideários políticos, acontecia sob um manancial de estratégias que, ora construídas e implementadas, se faziam presentes e configuraram o caráter educativo do jornal. Além disso, a difusão e a circulação do escrito que acontecia em Mariana, por meio dos jornais e das demais instâncias que foram aqui mencionadas, nos levou a pensar sobre o lugar ocupado pelo escrito na cidade. Refletir sobre o primeiro jornal partícipe da imprensa política em Mariana, em uma sociedade que majoritariamente não possuía habilidades com a leitura, nos fez pensar sobre como o escrito parecia ocupar um lugar importante. E em uma sociedade que era repleta de não leitores, pensar sobre o manancial de estratégias, inclusive ligadas ao universo da oralidade, que foram implementadas e sob as quais os jornais educavam, em certa medida, nos remete ao caráter doutrinário e educativo dos jornais, nos fazendo constatar que o movimento educativo possuía uma lógica própria e ordenada. Esta lógica parecia tentar incluir, dentro do espectro de alvos para a função educativa, tanto as pessoas que possuíam habilidades de leituras na sociedade mineira como também aquelas que não possuíam. Já que era provável que aqueles que não soubessem ler acessassem o debate presente nos jornais, seja porque ouviam sua leitura ou porque ouviam conversas e boatos sobre o que estava contido nas páginas do jornal. Neste caso, o acesso ao debate da imprensa não necessariamente poderia estar condicionado ao processo de decodificação dos códigos de leitura. Além disso era muito provável ainda que o espectro de leitores visados para o jornal fosse amplo, podendo pertencer à classe abastada mineira e aos marianenses, entretanto, o jornal poderia ser facilmente acessado por camadas menos favorecidas da sociedade caso quisessem.

Buscamos abordar algumas das instâncias que contribuíam para a difusão e circulação do escrito na cidade de Mariana. E foi possível perceber que, a despeito de uma população que majoritariamente não possuía habilidades com a leitura e a escrita, havia uma sociedade que produziu diversas instâncias para a difusão e circulação do escrito. Tipografia, jornais, aulas de gramática, francês, retórica, bibliotecas, correio, sociedade patriótica. E, portanto,

estava sintonizada no propósito que nos permite dizer de um lugar importante ocupado pelo escrito e pela leitura naquela sociedade.

Fontes consultadas

Periódicos

- Estrella Marianense (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- O Homem Social (Arquivo Nacional)
- O Revisor (Arquivo Nacional)
- Guarda Nacional Mariannense (Arquivo Nacional)
- O Universal (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- O Novo Argos (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- Astro de Minas (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- Ástrea (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- Aurora Fluminense (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- O Mentor das Brasileiras (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- O Telégrapho (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Dicionários

- BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico, etc. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728
- PINTO, Luís Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.
- SILVA, Antonio de Moraes. Diccionario da lingua portugueza. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789

Atas da Câmara Municipal de Mariana (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, ICHS/UFOP)

Listas Nominativas de Habitantes. Termo de Mariana 1831, 1832 – Arquivo Público Mineiro: Inventário do Sumário dos Mapas da População – Documentos disponibilizados em planilha do EXCEL/CEDEPLAR (Arquivo Público Mineiro).

Compêndio da Rhetorica Portugueza, Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: L. 1295 p

Manual do Typographo. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: B.A.D. 129 p.

Posturas da Câmara Municipal de Mariana. Arquivo Público Mineiro: CMM- 44, 1929, ROLO- 15- GAV. E-2

Tratado dos affectos e costumes oratórios considerados a respeito da eloquência servidos em duas partes. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: L. 17308p

Apologia que dirije Nação Portugueza. J. Severiano Maciel da Costa a fim de se justificar das imputaçõis que lhe fazem homens obscuros, as quais derão causa ao decreto de 3 de Junho e à providência comunicada no aviso de 11 de Julho do corrente ano de 1821.

BRAGA, T. História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portugueza. Tomo II 1555 1 1700 Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1825. Disponível em: https://archive.org/details/historiadaunive03lisbgoog/page/n8. Acesso em: 3 jan. 2019.

Referencial Bibliográfico

ABREU, Marcia Azevedo. **A circulação transatlântica dos impressos:** a globalização da cultura no século XIX. 2011. Disponível em: http://Www.Circulacaodosimpressos.Iel.Unicamp.Br/Index.Php?Cd=0&Lang=Pt. Acesso em: 3 jan. 2019.

ABREU, Márcia. DEAECTO, Marisa Midori. (org.). **A circulação transatlântica dos impressos**. São Paulo: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2014.

ABREU, Márcia. Leitura no Brasil colonial. **Remate de Males**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 131-163, nov. 2012. ISSN 2316-5758. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636163. Acesso em: 15 abr. 2019. doi: https://doi.org/10.20396/remate.v22i2.8636163.

ABREU, Márcia. **Leitura, Historia e Historia da Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; Fapesp, 1999

ALMEIDA, Gabriela Berthou de. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na construção da nação: debates políticos e propostas educacionais. *In*: HAMDAN, J. C; FONSECA, M. V.; CARVALHO, R. A. **Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana (XVIII e XX)**. Belo Horizonte: Mazza, 2013, p. 13-32.

ALMEIDA, Gabriela Berthou. **Jogos de poderes: o Seminário de Mariana como espaço de disputas políticas, religiosas e educacionais (1821-1835).** 2015. 161 p. Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279636. Acesso em: 26 ago. 2018.

ALMEIDA, Rafael. Imprensa e opinião pública em Minas Gerais no ocaso do Primeiro Reinado. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 106-130, maio/ago., 2014.

ANDRADE, L.B. **Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850**. 191 f. Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

ANTUNES, Álvaro Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio. Deixando de ser fronteira: Território, população e conflito na conquista e colonização de Guarapiranga. **Varia**

hist., Belo Horizonte , v. 35, n. 69, p. 857-893, Dec. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752019000300857&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Jan. 2020. Epub Sep 23, 2019. http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000300007.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. A civilização das letras: cultura escolar no termo de Mariana (1750-1822). *In*: MOLLO, Helena Miranda; SILVEIRA, Marco Antonio. (org.) **Termo de Mariana**: História e documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2010. p. 99-114. (v. 3).

ANTUNES, Álvaro de Araújo. O inquérito das letras: a formação universitária e a composição das bibliotecas de Advogados em Minas Gerais no Século XVIII. **LPH–Revista de História**, Mariana, v. 20, p. 94-140, 2010b.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas. **Locus**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 9-20, 2000.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Espelho de cem faces**: o universo relacional de um advogado setecentista. São Paulo: Annablume, 2004. 245 p. (v. 1).

ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 263-281, 2014. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/7075. Acesso em 3 jan. 2019.

BANOND, Isabel. O Estado e a liberdade no século XIX: Europa e caso Português. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, Lisboa, ano 2, n. 1, p. 115-202, 2013. Disponível em: http://Www.Idb-Fdul.Com/. Acesso em 3 jan. 2019. ISSN: 2182-7567

BARBOSA, Marialva Carlos. Modos de comunicação e práticas de leitura dos escravos do século XIX. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo.** São Paulo, v. 14, n. 39, p. 152-171, jan./abr. 2017.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Propostas Radicais No Parlamento Regencial: República, Religião E Escravidão. **R. IHGB,** Rio de Janeiro, v. 459, ano 174, p. 13-42, abr./jun. 2013.

BASILE, Marcelo. **Luzes a quem está nas trevas:** a linguagem política radical nos primórdios do Império *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-130, jul./dez. 2001.

BOTELHO, Tarcisio R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato Pinto. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. **Cadernos de História**, Ouro Preto, ano 2, n.1, p. 1-8, 2007.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio de Neri Campos. **Às armas, cidadãos**! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2000000100123&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X001001003.

CAVALCANTE, Berenice. Viagem literária e explorações filosóficas: notas sobre o diário de José Bonifácio. *In*: ABREU, Marcia. **Leitura, História e História da Leitura.** (org.). Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. (v. 1).

CHAMON, Carla. **Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)**. 1996. Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

CHARTIER, R. **Práticas de leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p. 172-191, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf. Acesso em 3 jan. 2019.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221. Acesso em: 22 fev. 2017.

CUNHA, A. M. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 57-70, jan./jun., 2009.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **O Grande massacre de gatos:** e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sonia Coutinho. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DOLNIKHOF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. *In*: JANCSÓ, Istvan (org.) **Brasil**: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/ Fapesp, 2003. p. 431-460.

DURAN, Maria Renata Cruz. **Retórica e eloqüência no Rio de Janeiro (1759-1834).** 2009. 197 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). **Política Nação e Edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

ECO, Umberto. **Lector in fabula.** A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. *In*: CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. 5. ed. Tradução de. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 201-228.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta T. S.; FARIA FILHO, Luciano M. De; VEIGA, Cynthia G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquiria Miranda. **Educação elementar:** Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MIZUTA, Celina Midori M; PERIOTTO, Marcilia Rosa (org.). **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SOUZA, L. C. B. O Jornal como fonte para a História da Educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. *In*: **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. v. 2., fev. 1998, São Paulo: Comunicação. p. 144-151.

FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831) **Almanack.** Guarulhos, n. 7, p. 39-58, 1º semestre de 2014.

FONSECA, Claudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. **Termo de Mariana: história e documentação.** Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FONSECA, Marcus Vinícius. Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar na cidade de Mariana (1831). *In*: FONSECA, Marcus Vinicius; HAMDAN, Juliana Cesário; CARVALHO, Rosana Areal (org.). **Entre o seminário e o grupo escolar**: a história da educação em Mariana (XVIII-XX). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p. 49- 65.

FONSECA, Marcus Vinícius. Education as expression of urban in the city of Mariana in the first half of 19 century. **História da Educação**, Santa Maria, v. 20, n. 48, p. 193-212, abr. 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, S. C. P. B. A República em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuceiro. **Almanack**. Guarulhos, n. 3, p. 99-115, 2012.

FONSECA, S. C. P. de B. Federalismo: a experiência americana de um conceito (1820-1835). **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 36, n. 1, p. 85-116, 2013.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. As Câmaras e o ensino régio na América portuguesa. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 229-246, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01020188201300020001 1&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3 set. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882013000200011.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Circulação E Apropriação De Concepções Educativas: Pensamento Ilustrado E Manuais Pedagógicos No Mundo Luso-Americano Colonial (Séculos XVIII-XIX). **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 167-185, set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102469820160003001 67&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 dez. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698154181.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidade na américa portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 176 p.

FONSECA, Thaís Nívia de. Lima e. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. **História: Questões & Debates,** Curitiba, v. 60, n. 1, p. 15-38, jan./jun. 2014. ISSN 2447- 8261.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise dos impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. *In*: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Historiografia da educação:** abordagens teóricas e metodológicas. (org.). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 226-256.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. In: Wenceslau Gonçalves Neto; Carlos Henrique de Carvalho. (Org.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República** - Volume 3 - República. 1ed.Uberlândia: EDUFU, 2019, v. 3, p. 21-53.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes, G. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cad. Pesqui.** , São Paulo, v. 36, n. 128, p. 403-432, ago. 2006. ISSN 0100-1574. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000200007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Dossiê: História da Cultura Escrita. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1[40], p. 207-214, jan./abr. 2016.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; JINZENJI, Mônica Yumi. A quem se destinava o Boletim Vida Escolar? *In*: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.) **Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a Educação no início do século XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 17-53. (v. 1).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. *In*: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei T. (Org.). **Cultura escrita e letramento.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 65-95.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950).** 2000. 529 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Daniela. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876). **Revista de História da UEG**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 11-22, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1302. Acesso em: 8 jan. 2018.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. *In*: BORDIEU, Pierre; BRESSON, François; CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de Leitura**. 2011. p. 107-116

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad E Independencias:** Ensayos Sobre Las Revoluciones Hispánicas. 3. ed. México: FCE: MAPFRE, 2000.

GUERRA, François-Xavier. Introducción. *In*: ANNINO, Antonio; LEIVA, Luis Castro; GUERRA, François-Xavier (org.). **De los impérios a las naciones**. Zaragosa: IberCaja–Forum Internacional des Sciences Humaines, 1994. p. 9- 16.

GUERRA, François-Xavier. El soberano y su reino: reflexiones sobre la genesis del ciudadano en America Latina. *In*: SABATO, Hilda. (org.) **Ciudadania política y formacion de las naciones:perspectivas historicas de America Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 33- 61.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa; tradução de Flávio R. Kothe- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? *In*: BORDIEU, Pierre; BRESSON, François; CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura.** 2011. p. 35- 74.

HORÁCIO, Heiberle Hirsgberg. Apontamentos sobre a imprensa liberal mineira no Primeiro Reinado. **Teoria e Cultura.** Juiz de Fora, v. 5, n. 1 e 2, p. 57-66, jan./dez. 2010.

INÁCIO, Marcilaine Soares. Intelectuais, Estado e a Educação em Minas Gerais (1831-1840). *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes; INÁCIO, Marcilaine Soares (org.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais:** o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. p. 45-65.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831/1840).** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832).** 2008. (Tese de Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

JINZENJI, Mônica Yumi; COSTA, Eliezer. Adolescência e juventude como categorias de análise nas pesquisas em História da Educação: contribuições teórico-metodológicas. *In*: VEIGA, Cynthia; OLIVEIRA, Marcus. **Historiografia da educação:** abordagens teóricas e metodológicas. (org.). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 187-222.

KAWAUCHE, Thomaz. Sobre a imagem rousseauniana da lei acima dos homens. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 97-118, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n2/06.pdf. Acesso em: 3 jan. 2020.

KURY, Lorelay. (Org.) **Iluminismo e império no Brasil**: o Patriota (1831-1814). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas: particularidades política e religiosa da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas.** Belo Horizonte, 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). **Almanack**, Guarulhos , n. 3, p. 66-81, jun. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236463320120001000066&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 dez. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320120306

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: PP&A, 2001.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. JANCSÓ, Istvan (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec/Editora Unijuí/Fapesp, 2003. p. 195-218.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. **Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do Padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849).** 2016, 283f. Tese

(Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2016.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidade**s, Araucária, n. 17. maio de 2007. p. 212-234.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Conto de Escola. *In*: _____. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. v. 2, p. 532-537.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MARUYAMA, Natália. **Moral e a filosofia política de Helvétius**: uma discussão com J.J. Rousseau. São Paulo: Associação Editoral Humanitas/Fapesp, 2005.

MCKENZIE, D. F. Bibliografia e a Sociologia dos Textos. São Paulo: Edusp, 2018

MELO, Daniel. **A leitura pública na I República**. Lisboa: Cadernos de Cultura Myriard, 2010.

MELO, Juliana Ferreira. **Um impresso para mulheres e seus modos de apropriação: a revista Grande Hotel e seus (supostos) leitores (Minas Gerais, 1947-1961**). 2013. 435 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MORAIS, Christianni Cardoso; VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas nas Minas em tempos de civilização. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). **A província de Minas**. Belo Horizonte: Autêntica ; Companhia do Tempo, 2013, p.199-220, v.2.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850).** 2009. 377 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e política**: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842. 2006. 272 f. (Dissertação de Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In:* De Luca, Tania Regina; Martins, Ana Luiza. Org. **História Imprensa no Brasil**. 2.ed. 3º reimpressão – São Paulo: contexto, 2015.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-44.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840).** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

MOREL, Marco. Prefácio. *In*: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil-1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

NETO, José Mariano. Entre a fala e a escrita. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 1-13, jul./dez., 2008.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). *In*: NEVES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães; PRADO, Maria Emilia (org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan. 2013. p. 73- 100.

NEVES, Lúcia M. B. P. A Guerra das Penas: os impressos políticos e a Independencia do Brasil. In: **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, V. 4, Nº 8, dezembro de 1999.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 123-138, jan/dez, 1995.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822).** Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

NUNES, Tassia Toffoli. **Opinião pública, imprensa e representação no Brasil império**. Programa Nacional de Apoio a Pesquisa – FBN/MinC, 2008. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/opiniao-publica-imprensa-representacao-brasil-imperio//tassia_toffoli.pdf. Acesso em: 3 jan. 2020.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 228 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumors and Politics in Rio de Janeiro and Minas Gerais at the End of the First Empire. **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 307-329, jul./dez. 2014.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. A viagem de D. Pedro I a Minas Gerais em 1831: embates políticos na formação da monarquia constitucional no Brasil. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 36, n. 71, p. 35-55, Apr. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882016000100035&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Jan. 2020. Epub May 17, 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_002.

PEIXINHO, Ana Teresa. O epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX. *In*: **6º Congresso SOPCOM**. De 14 a 18 de abril de 2009.

PELLEGRINI, Leônidas. Álbum da Rapaziada: o humor obsceno de Francisco Moniz Barreto. *In*: Anais do XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2008: São Paulo. NITRINI, Sandra *et al*. **Tessituras, Interações, Convergências.** São Paulo, ABRALIC, 2008. [e-book].

PEREIRA, L, A. O pensamento industrialista na formação do Estado Nacional brasileiro. Análise de um escrito de João Severiano Maciel da Costa (1820). **Albuquerque: revista de história,** Campo Grande, v. 1, n. 1, p. ,131-144, jan./jun. 2009.

PERIOTTO, M. R. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinhas, v. 13, n. 53, p. 41-55, out. 2013.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **O jornal "O Carapuceiro" (1832-1845):** uma leitura na perspectiva da história da educação. 2011. Disponível em: http://alb.org.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16_07.pdf. Acesso em: 3 jan. 2020.

REIS, Arthur. Ferreira. As estratégias retóricas dos jornais "Spectador Brasileiro" e "O Verdadeiro Liberal". **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 4, n. 14, p. 11-26, dez. 2015.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção:** identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. 1997. 550 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram**: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. 1999. 179 f. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Horizonte, 1999.

RODRIGUES, José Carlos. **Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

ROMEIRO, Adriana. Pasquins, libelos e panfletos: a cultura do manuscrito na América Portuguesa. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 85-97, jul-dez. 2017.

SÁ, C. M. **Do convento ao quartel: a educação das sensibilidades nos espetáculos teatrais realizados pelo Club Dramático Arthur Azevedo, em São João Del Rei- MG (1915-1916).**

2015. 312f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2015.

SABATO, Hilda (org). **Ciudadania política y formación de las naciones**. México: FCE, 1999.

SALDANHA, F. A normatização da ordem: a guarda nacional em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. **História Revista**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 381-397, 13 mar. 2010.

SANTOS, Gerson Tenório dos. O leitor-modelo de Umberto Eco e o debate sobre os limites da interpretação. **Revista Kalíope**, São Paulo, ano 3, n. 2, p. 94-111, jul/dez. 2007.

SELINGARDI, S. C.; TAGLIAVINI, J. V. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais 1750-1850. **Revista HISTEDBR On-line**, Ouro Preto, v. 14, n. 57, p. 230-267, 22 nov. 2014.

SILVA, Diana de Cássia. **O processo de escolarização no termo de Mariana (1772-1835).** 2004. 177f. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da Leitura Luso-Brasileira: Balanços e perspectivas. *In*: ABREU, Marcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 147- 168.

SILVA, Rodrigo Fialho. O tom e o traço: apontamentos historiográficos sobre a imprensa no brasil e em minas gerais na primeira metade do século XIX. **Escritas**, Tocantins, v. 7, n. 1, p. 18-43, out. 2015. ISSN 2238-7188. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1631. Acesso em: 21 abr. 2017.

SILVA, Wlamir. Esmagando a Hydra da discórdia: o enquadramento do pensamento exaltado pela moderação mineira. **História**, Franca, v. 25, n. 2, p. 214-227, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742006000200011. Acesso em: 11 dez. 2019. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742006000200011.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Porto: Portugália, 1962.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. *In*: LOPES, Eliane Marta T. S; FARIA FILHO, Luciano M. De; VEIGA, Cynthia G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **A imprensa em Minas Gerais (1807-1897).** Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1892.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). In: **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Ano III, 1898. pp. 169-249.

VERONA, Priscilla. Instrução pública na primeira metade do século XIX: Possibilidades para pensar a obrigatoriedade escolar em Mariana. In: **Campo de saberes da história da educação no Brasil.** OLIVEIRA, Antonella Carvalha. Editora: Atena, 2017.

VIANA, Fabiana da Silva. **Estado nacional, debate público e instrução primária:** Mariana/Minas Gerais, 1816-1848. 212. 198 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na américa portuguesa. *In*: ABREU, Marcia (org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado Das Letras: Associação De Leitura Do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999a. p. 183- 212.

VILLALTA, Luiz Carlos **Reformismo ilustrado, censuras e práticas de leitura:** usos do livro na américa portuguesa. 1999. 433 f. Tese (Doutorado Em História) – Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo, 1999b.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In*: SOUZA, Laura de Mello (org). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

Anexos

Quadro 1 : Organização do conteúdo do *Estrella Mariannense* (1830- 1832)

***Estrella Mariannense* (1830- 1832)**							
Ed. 21, 25 de setembro de 1830, Typografia Patricia do Universal							
Pág	**Resumo da Seção**	**Autor**	**Destinatário**	**Recursos de Autoridade**	**Tom do Texto**	**Gramática**	**Da materialidade do texto e aspectos tipográficos**
81	INTERIOR. Falla com que S. M. O Imperador encerrou a Sessão Ordinaria da Assemblea Geral Legislativa no dia 3 de Setembro de 1830. AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO "Cumprindo-Me porém, como primeiro, e mais interessado pela prosperidade do Brasil, ocorrer com prompto e legal remédio aos males da Patria", assim resolveu convocar a sessão extradordinaria para que trate dos objetos que na Falla do Throno ele houver por bem de indicar.	Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil	Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação	N apresenta	Cumprimento	Metáfora	Autor e Destinatários em Caixa alta
81	Falla com que S. M. O Imperador abrio a Sessao extradordinaria da Assemblea Geral Legislativa no dia 8 de Setembro de 1830. AUGUSTOS, E DIGNISSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO Convoquei a sessão para remendar ao seu zelo e sabedoria aquellas medidas que julgo urgentes e indispensáveis na crise atual. Assim indica a Assemblea geral: conclusão de Leis conforme Constituicao; conclusão de lei do orçamento; organização de um Banco Nacional; discussão de propostas; discussão do Código Penal e processo criminal; lei que regule justa arrecadação de dízimos. E afirma que as criticas circunstancias as exigem imediatamente.	Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil	Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Meus fieis subditos	N apresenta	Informativo/ Ordem e cuidado para com nação e seu súdito	Metáfora	Autor e Destinatários em Caixa alta
81	*Oração recitada no Arraial da Guarapiranda no dia 7 de setembro, anniversario da Independencia do Brasil pelo Reverendíssimo Felisberto Rodrigues Milagres.* O discursos do reverendo são marcados por diversos trechos contendo metáforas vangloriando o processo de Independencia. E afirma que foi a Independencia quem plantou os profícuos elementos da sabedoria em todos os pontos do Brasil, foi responsável por acabar com o absolutismo, o fanatismo, e superstição que ladeado de pedagogos paralisava o Estado. A ela se	Reverendo	Recapitulemos srs, Confrontemos srs, (Nós)	Uso de citação em Latim Menciona a Lei Divina e sua harmonia com o Código politico do Imperio do Brasil	Formativo e persuasivo, laudatório	Metáfora	Uso de trechos em latim

	deve a justiça, pois antes da independência negrejava o império das paixões, hoje brilha a moralidade e razão, antes era vicio e ambição e agora somente talentos e virtudes qualificam os cidadãos.						
83	Sem título : Assemblea Geral Legislativa foi encerrada no dia 3 e extraordinariamente convocada para dia 8, na falla do Throno se da a conhecer os motivos. S. M. I usou direito da Constituicao para dissipar "os sustos espalhados pelos inimigos de nossas instituições liberais". Pois a falla do Trono que devia congratular-se com a câmara quatrienal, uma vez que busca promover a felicidade da Nação, e ao contrario repreendeu. O redator questiona como seria possível a câmara em 4 meses concluir tao grande tarefa? O Conselho por consequência abusou da boa fé no Monarca e o iludiu. E reitera: quem mais do que a Camara gostaria de ver finalizadas todos os objetos de suas sessões e a felicidade da nação ?	O redator	Ó Brasileiros	N apresenta	Justificativa, reclamação e persuasão	Metáfora	N
83	Sem título : uma espécie de nota de repúdio aqueles ou "folhas servis" que nao se cansam de insultar o redator da Estrella Mariannense, que ofendem nao seus escritos mas a sua pessoa, e que os insultos longe de "produzirem sinistros fins de ânimos malévolos" ao contrario levam a crer de sua importância na sociedade uma vez que incomoda. "Grande pezar teria se nao fosse lembrado por aquellas folhas, que tem por única tarefa deprimir aquelles dentre nos, que mais interessados se mostrao pelo progresso das Luzes, e que defendem a Constituição jurada, ainda com sacrifício da própria vida." E afirma que a única resposta será o silencio e o desprezo.	N apresenta	N apresenta	N apresenta	Repúdio	Paradoxo	N
84	Da Liberdade Politica. "sem o livre arbítrio nao há crime, nem pecado; o Evangelho não conhece servos se não os da justiça". Assim como a moralidade deixa de existir em uma Nação que perde sua independência, entre os indivíduos ela deixa de existir quando perdem sua liberdade. "A violência so torna os povos tributários, e os homens escravos" Afirma que a liberdade é a mais forte das garantias sociais e os países que gozam dela nao possuem injustiças, e o governo ahi da impulso as virtudes publicas e privadas e recebem exemplos dados pelos bons cidadãos.	(Etienne de Joui) Autor de "La Morale Appliqueé a la Politique" publicada em 1822 na França (dramaturgo e libretista francês) [desfrutado]	N apresenta	Menciona Rousseau e Montesquieu	Formativo	Personificação Hipérbole Personificação/ Metáfora Metáfora	U p d

Quadro 2: Léxico mobilizado no *Estrella Mariannense* (1830- 1832)

***Estrella Mariannense* (1830- 1832)**	
Ed. 1, 3 de maio de 1830	
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Folha liberal Escritor público Gloriosos defensores da Pátria Aguerridos atletas da Liberdade	Inimigos da Liberdade Sanguisedento monstro do despotismo Periódicos apologistas Sectário da escravidão
Ed. 2, 13 de maio de 1830	
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Intrépidos defensores das nossas liberdades	Generaes Vermes políticos Tiranos
Ed. 3, 20 de maio de 1830	
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Cidadão Escritores	Mandões Malfadados absolutistas
Ed. 4, 27 de maio de 1830	
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Cidadãos O mais liberal dos príncipes Imortal Pedro I Monarca livre e amigo do povo	Infames sectários da escravidão Inimigos das transações que fundam a prosperidade do povo
Ed. 5, 5 de junho de 1830	
Aliados Políticos	**Opositores Políticos**
Augusto chefe da Nação Brasileira Pai da Pátria Cidadão	Sevandijas, Vil escritor, Estátua carcomida (redatores do Telegrafo)

Quadro 3 : Repertório de autores e textos utilizados na composição do *Estrella Mariannense* (1830- 1832)

***Estrella Mariannense* (1830- 1832)**	
Ref.	Ed. 23, 9 de outubro de 1830, Typografia Patricia do Universal
Autor/ Texto citado	
- Barão de Lendenão Ministro e vice- Diretor dos Estados Feudaes do Ducado de Altembrugo quando propôs que se dirigisse a Constituicao daqueles Estados - Etienne de Joui :Autor de "La Morale Appliqueé a la Politique" publicada em 1822 na França (dramaturgo e libretista francês) - Fenelon: teólogo católico, França (XVII) - Plutarco: Historiador, Roma (120 d.C) - Periódico: O Astro, MG	
Ref.	Ed. 24, 16 de outubro de 1830, Typografia Patricia do Universal
Autor/ Texto citado	
-Mably: historiador/ escritor francês (XIX) considerado precursor do socialismo e amigo de Voltaire. - Periódico: O Constitucional, RJ - Periódico: Da Aurora [A aurora fluminense] , RJ	
Ref.	Ed. 25, 23 de outubro de 1830, Typografia Patricia do Universal
Autor/ Texto citado	
- Periódico: Da Aurora [A aurora fluminense] , RJ - Periódico: Correio Mercantil, RJ - Periódico: Da Matutina Jornal (1º jornal a circular no Mato Grosso)	

Quadro 4: Artigos de Opinião do *Estrella Mariannense* (1830- 1832) suas temáticas e possíveis destinatários

***Estrella Mariannense* (1830- 1832)**		
Ref.	**Temas Centrais**	**Destinatários**
Ed.1	Pedro I libertador do Brasil	-
Ed.1	Combate ao absolutismo	Brasileiros
Ed.1	A tarefa do escritor público	Cidadãos
Ed.2	Política como arte de governar	-
Ed.2	Espírito da Liberdade em Mariana	-
Ed.3	Nação e liberdade de imprensa	Marianenses
Ed.4	Governo constitucional	-
Ed.5	Governo constitucional	-
Ed.6	Economia política	-
Ed.6	Sistema liberal	-
Ed.7	O despotismo	Nossos leitores
Ed.7	Crítica ao Seminário de Mariana	Bispo